

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**HERNÁN CORTÉS E OS FRANCISCANOS:  
A EDUCAÇÃO E A DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO**

**REGINALDO ALIÇANDRO BORDIN**

**MARINGÁ  
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**HERNÁN CORTÉS E OS FRANCISCANOS:**  
**A EDUCAÇÃO E A DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO**

**REGINALDO ALIÇANDRO BORDIN**

**MARINGÁ**

**2013**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**HERNÁN CORTÉS E OS FRANCISCANOS:  
A EDUCAÇÃO E A DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO**

Tese apresentada por REGINALDO ALIÇANDRO BORDIN ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração História e Historiografia da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr.: JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MELO.

MARINGÁ  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central – UEM, Maringá – PR., Brasil)

B729h Bordin, Reginaldo Aliçandro  
Hernán Cortés e os Franciscanos : a educação e a  
dominação espiritual do México / Reginaldo Aliçandro  
Bordin. -- Maringá, 2013.  
196 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
2013.

1. Educação. 2. Educação - História. 3. Cortés,  
Hernán, 1485-1547. 4. Franciscanos - Evangelização -  
México. I. Melo, José Joaquim Pereira, orient. II.  
Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-  
Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22.ed. 370.9

REGINALDO ALIÇANDRO BORDIN

**HERNÁN CORTÉS E OS FRANCISCANOS:  
A EDUCAÇÃO E A DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo – UEM – Maringá (Orientador)

---

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU – Uberlândia

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodriguez – UFMS – Campo Grande

---

Prof. Dr. César de Alencar Arnould de Toledo – UEM – Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Gomes Machado – UEM – Maringá

Maringá, 28 de março de 2013.

**Dedico este trabalho:**

Aos meus pais,  
Giovani e Luzia, com amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Dr. José Joaquim Pereira Melo, agradeço, antes de tudo, pelos anos de amizade e dedicação. Sou grato pela paciência, exemplo, competência e pelo privilégio de ser seu orientando.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, na pessoa de sua coordenadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Gomes Machado, agradeço a acolhida e a seriedade. Agradeço, ainda, aos professores do Programa pela competência e aos companheiros de turma pelo compartilhamento das discussões. Também um agradecimento aos secretários do programa, Hugo Alex da Silva e Márcia Galvão da Motta Lima, pela amizade.

Aos meus pais, primeiros mestres, fonte de minha inspiração, pelo incentivo e desprendimento em apoiar-me e ajuda-me. Aos meus irmãos Edna, Rogério e Jonas, obrigado pelo apoio.

Os amigos Rachel Brotherhood, Ricardo Torquato, Maria Cristina Cunha, Helaine Ferreira e Renan Willian Fernandes Gomes merecem o devido agradecimento pelo generoso apoio.

“Nossos antepassados viveram séculos de inocência, quando longe estava a fraude. Cada um, sossegadamente, contentava-se de sua praia e envelhecia na terra dos pais, rico de pouco e ignorando outros tesouros, exceto os produtos do solo natal. Mas o navio construído com pinho tessálico aproximou as terras tão bem separadas pelas leis da natureza; e obrigou as águas a suportar os golpes do remo e o mar misterioso a tornar-se um dos nossos temores. Duramente foi castigado o audaz navio que percorreu uma longa série de perigos, quando de um lado e de outro os dois montes que se esbarravam no caminho fizeram ouvir um espantoso estrondo e a água comprimida salpicou as estrelas e até as nuvens” (SÊNECA, p. 229, 1980).

BORDIN, Reginaldo Aliçandro. **HERNÁN CORTÉS E OS FRANCISCANOS: A EDUCAÇÃO E A DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO**. 2013. 196f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Orientador: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo.

## RESUMO

Este estudo tem como fonte a quarta Carta de Relação, de Hernán Cortés (1485-1547), o conquistador espanhol do México. Depois de concluída a conquista militar de Tenochtitlán, Cortés enviou sua quarta Carta de Relação ao Imperador Carlos V (1500-1558, imperador desde 1519), solicitando o envio de franciscanos para que realizassem a evangelização dos astecas. O objetivo central desta tese é analisar as motivações de Cortés para preferir os franciscanos para o desenvolvimento do trabalho catequético. A análise das fontes primárias e da literatura de apoio contribui para analisar os motivos de tal solicitação e preferência: além dos religiosos, estava o de tentar justificar seu rompimento com o governador de Cuba, Diego Velázquez, porque este havia elaborado um plano pessoal de poder. Buscou-se entender que, para omitir suas intenções, a ação de Cortés se desenvolveu no sentido de convencer o Imperador de sua fidelidade, argumentando sobre os benefícios que teria com os novos territórios e as missões religiosas. Também defendeu uma dominação espiritual, que seria realizada pelos franciscanos por acreditar que eles teriam preocupações religiosas e não políticas. As escolas, fundadas em 1523 e 1526, colaborariam com o projeto de Cortés na medida em que desempenhavam a conversão e a instrução dos astecas, docilizando-os e incorporando-os às estruturas sociais da sociedade colonial espanhola. Dessa maneira, o estudo da quarta Carta de Relação foi realizado considerando as intenções do autor em transmitir uma aparência de legalidade e de fidelidade. Assim sendo, o percurso assumido por esta pesquisa mostra que as opções de Cortés pela formação franciscana estavam relacionadas com o conjunto das transformações sociais daquele momento. Para além, esta pesquisa encontra sua justificativa pelo fato de oferecer uma contribuição, sem esgotar o tema, para o entendimento de um momento histórico, cujo resultado levou à formação do homem latino-americano. Por fim, entende-se que o projeto educacional franciscano serviu como instrumento para os interesses de Cortés, bem como para a docilização e pacificação dos astecas.

**Palavras-chave:** Educação. História da Educação. Hernán Cortés. México. Franciscanos.

BORDIN, Reginaldo Aliçandro. **HERNÁN CORTÉS AND THE FRANCISCANS: MEXICO'S SPIRITUAL CONQUEST**. 2013. 196f. Thesis (Doctorate Degree in Education) - State University of Maringá, Brazil. Guidance: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo.

## ABSTRACT

This thesis has as its primary source the fourth Letter of Relation by Hernán Cortés (1485-1547), Mexico's Spanish conqueror. Once Tenochtitlán was militarily seized, Cortés sent his Letter of Relation to Emperor Carlos V (1500-1558, emperor since 1519), in which he requested the Franciscans to come to America in order to evangelize the Aztecs. Given that, the main goal of this thesis is to analyze what motivation Cortés had in mind to prefer a Franciscan catechization in the new world. The study of the primary sources as well as the supporting bibliography contributed to fathom the pretexts of Cortés' request and choice, that is: not only did he envision a Christian education, but also he, questing for power, aimed at justifying his former breach with Cuban governor, Diego Velázquez. Thus it seems that Cortés, intending to omit his true intentions, tried to convince the Emperor of his faithfulness. Having that in mind, he pointed out the benefits the new territories and the religious missions could offer. What is more, he defended a spiritual conquest, which would be brought about by the Franciscans, once he believed they bore only religious purposes rather than political. The schools founded in 1523 and 1526 were likely to collaborate with Cortés' scheme, given the fact that such institutions developed the Aztec's conversion and instruction. Furthermore, that process also meant the native's amenability and incorporation to the structure of the Spanish colonial society. So this work takes into account the fourth Letter of Relation highlighting the real intentions of Hernán Cortés, which were to forge fidelity and lawfulness in all his deeds during the conquest of Mexico. This research regards Cortés' choices in favor to the Franciscans education as a result of the social transformations of that time. Moreover, the importance of this research gains shape because it is a collaboration, with no naive intention of fully investigate its theme, to the understanding of a historical period, which is thought to be the framework to the development of the Latin American Man. All things considered, the Franciscan educational project served as an instrument in the hands of Cortés not only to conquer the new territories but also to placate and tame the Aztecs.

**Key-words:** Education. History of Education. Hernán Cortés. Mexico. Franciscans.

## SUMÁRIO

1	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	10
2	<b>DA ESPANHA AO MÉXICO.....</b>	22
2.1	O REINO ESPANHOL: OS REIS CATÓLICOS E AS REFORMAS RELIGIOSAS.....	24
2.1.1	<b>A economia na época dos Reis Católicos.....</b>	31
2.2	A MONARQUIA UNIVERSAL DE CARLOS V.....	35
2.3	O COMÉRCIO E A MANUFATURA.....	42
2.4	AS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS.....	45
3	<b>HERNÁN CORTÉS: A ESPADA E A CRUZ NA CONQUISTA MILITAR DO MÉXICO.....</b>	51
3.1	AS ORIGENS DE HERNÁN CORTÉS.....	52
3.2	ENTRE AS LETRAS E AS ARMAS, A “AMÉRICA” COMO PERSPECTIVA.....	56
3.3	ESPAÑHÓIS ÀS ARMAS: A CONQUISTA DO MÉXICO.....	63
3.3.1	<b>As primeiras conquistas de Cortés: Cozumel.....</b>	67
3.3.2	<b>A aliança de Cortés com Tlaxcala e Cholula.....</b>	75
3.3.3	<b>A entrada dos espanhóis em Tenochtitlán.....</b>	80
4	<b>OS FRANCISCANOS NA DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO....</b>	89
4.1	HERNÁN CORTÉS: A PREFERÊNCIA PELA ORDEM FRANCISCANA NA EVANGELIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS ASTECAS.....	90
4.2	OS FRANCISCANOS E A EDUCAÇÃO NA NOVA ESPANHA DO SÉCULO XVI.....	101
4.2.1	<b>A etapa de implantação da catequização nas Antilhas.....</b>	101
4.2.2	<b>O <i>Colégio de Texcoco</i>, a primeira escola da Nova Espanha.....</b>	104
4.2.3	<b>Os “Doze Apóstolos do México”: peregrinos do Velho ao Novo Mundo.....</b>	109
5	<b>A EDUCAÇÃO FRANCISCANA NO MÉXICO: O COLÉGIO SÃO JOSÉ DOS NATURAIS E OS COLÓQUIOS.....</b>	116
5.1	O COLÉGIO SÃO JOSÉ DOS NATURAIS.....	116
5.2	OS PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO FRANCISCANA.....	124

5.3	OS FUNDAMENTOS EDUCATIVOS DOS COLÓQUIOS.....	130
5.3.1	<b>As origens dos Colóquios.....</b>	<b>131</b>
5.3.2	<b>Os princípios catequéticos dos Colóquios: evangelização e docilização.....</b>	<b>133</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>164</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há cinco séculos, pesquisadores tem se empenhado, com perspectivas teóricas e ângulos diferentes, em estudar um momento singular da história: a Conquista do México, iniciada em 1519 e concluída em 1521. Num mundo com constantes mudanças sociais, econômicas e políticas, a ação de conquista e colonização efetuada pelos espanhóis no México deu sua contribuição para a formação do que se convencionou chamar de América e de homem latino-americano.

Ao nos juntar às contribuições teóricas sobre tal momento, esta tese privilegia a quarta Carta de Relação, de Hernán Cortés, para estudar a preferência do conquistador pelos franciscanos, a fim de que evangelizassem os astecas. O objetivo é situar o papel da educação religiosa no processo de conquista, que tinha, entre suas atribuições, docilizar os astecas para a sociedade que se formava.

Sobre a história da América e do México, as pesquisas tem ocupado um espaço mais constante nos grupos de pesquisas presentes no CNPQ e nos programas de Pós-Graduação, entre os quais, o da Universidade de São Paulo (USP), que mantém um Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) consta o grupo História das Américas: fontes e historiografia. Na Universidade de Campinas (UNICAMP) consta uma linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História, intitulada Historiografia, Religiões e Cultura, preocupada em analisar, entre outros temas, as religiões do Novo Mundo. A Universidade Federal Fluminense (UFF) tem um Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna. Além dessas universidades, destacam-se a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechin, que mantém grupos de estudos em América Latina. A Universidade Estadual de Maringá (UEM), que mantém grupos de estudos interessados em pesquisar a América, especialmente as Transformações Sociais e Pensamento Educacional.

Em linhas gerais, a produção acadêmica desses grupos privilegia diversos enfoques sobre o continente americano e o México. No caso particular da Conquista do México, são recorrentes as pesquisas que destacam as habilidades do capitão espanhol ou o heroísmo dos astecas munidos com armas que não se equiparavam às dos espanhóis. Ainda que essa temática tenha sua importância, privilegamos um recorte que procura cumprir com a especificidade da área de pesquisa em questão: a educação encaminhada pelos franciscanos a partir de 1523 até 1526, quando foi fundada a escola de São José dos Naturais.

A escolha pelo tema, pouco explorado pelos grupos de pesquisas mencionados, encontra sua justificativa no fato de que Texcoco e México foram os pioneiros nas atividades catequéticas e educativas franciscanas. Esses religiosos, nas escolas que fundaram, se destacam por terem utilizado metodologias de ensino, que visavam atrair os astecas ao cristianismo e convencê-los da superioridade da nova religião. Entre elas, se sobressaem as pinturas, inspiradas nos antigos códices, os cantos e os manuais que reproduziam as orações e os principais aspectos da doutrina cristã.

Embora os franciscanos acompanhassem os conquistadores desde 1492, foi no México que os religiosos se estabeleceram com a finalidade de fundar escolas. Nessas instituições, a catequese era complementada pelo ensino das primeiras letras, onde se destacavam a instrução da leitura, da escrita e dos conteúdos morais. O ensino das segundas letras, oferecido em São José dos Naturais, no México, incluía o aprofundamento da doutrina cristã, da escrita, da gramática e da música. Nessa escola, o ensino de ofícios e do trabalho manual tinha sua relevância, pois contribuía para satisfazer as necessidades dos espanhóis no projeto colonizador.

Com base nas características mencionadas, nas escolas de Texcoco e México, a educação foi utilizada para atender as demandas produzidas no período da Conquista, que não contou apenas com o recurso das forças bélicas. Nesse caso, o estabelecimento dos religiosos e o projeto educacional estavam relacionados com os pedidos de Cortés ao Imperador, em sua quarta *Carta de Relação* e na *Carta de Hernán Cortés ao Imperador Carlos V*, de 15 de outubro de 1524.

Ao considerar o estudo dessas cartas, questiona-se: quais motivos teria Cortés para sugerir os franciscanos para que evangelizassem e educassem os astecas? Por que rejeitou outras ordens e, particularmente, o clero secular? Quais eram suas intenções?

Como resposta, Cortés elaborou um projeto pessoal de poder quando rompeu com o governador de Cuba, Diego Velázquez, em 1519. Para justificar seus atos de rebeldia, enviou suas Cartas de Relação ao Imperador Carlos V na tentativa de demonstrar fidelidade. Para isso, procurou exaltar o valor da Conquista, suas qualidades de capitão e, sobretudo, o interesse pela conversão dos astecas. Ao defender um projeto religioso como justificativa Cortés sugeriu ao Imperador que os seculares não poderiam evangelizar, pelo fato de considerar que não praticavam a virtude da pobreza e estavam apegados aos vícios e hierarquias de poder.

Ao que tudo indica, Cortés pensava que os franciscanos, por terem votos de pobreza e por acreditar que realizariam os princípios de uma igreja que se inspirava nos ideais do cristianismo primitivo, não teriam a preocupação de acumular bens ou poder. Além disso, os franciscanos se dedicariam, segundo acreditava, na realização das atividades evangelizadoras e educativas para formar os astecas para o trabalho, a obediência e a servidão.

As narrativas de Cortés endereçadas a Carlos V tinham a função de conquistar a legitimidade de suas ações e, para isso, defendeu a evangelização dos astecas, sugerindo uma Ordem religiosa que o capitão acreditava prestar serviços espirituais e educativos. O objetivo de Cortés, ao solicitar os religiosos franciscanos, era o de se mostrar servidor dos interesses da Coroa e da Igreja. Para Cortés, a educação franciscana também colaboraria para modificar as formas de organização tradicionais dos astecas e sua pacificação, pois cooperariam para o processo de docilização e dominação dos nativos.

Por docilização, entende-se a ação pacificadora e de ajustamento dos astecas, possibilitada pela formação religiosa a qual reproduziria os valores de humildade e obediência. Essa educação colaboraria para evitar convulsão social e para manter a ordem, já que qualquer conquista nunca é pacífica. A dominação

espiritual implicava, por sua vez, no processo reprodução dos modos de vida dos espanhóis por meio da educação.

Para estudar os interesses que fizeram parte da Conquista e das opções de Cortés, o estudo das fontes foi direcionado para contextualizá-las com base nas relações econômicas, políticas, dos conflitos sociais e valores que fizeram parte daquele período histórico.

O pressuposto teórico para a análise das fontes e da educação é o de que o processo de produção das ideias e concepções pedagógicas está entrelaçado com a atividade material dos homens, isto é, o trabalho. A partir disso, a educação passa a ser concebida com base no princípio de que ela não pode ser reduzida aos aspectos ideais ou institucionais, mas, sim, como parte de um conjunto de práticas e comportamentos orientados para a formação dos homens, em um processo social e coletivo.

A consideração do cenário das mudanças econômicas e políticas no qual Cortés estava inserido nos permite pensar a Conquista do México a partir das transformações ocorridas na época moderna, período em que as relações econômicas e sociais assumiram uma nova forma. É necessário considerar que uma formação social nunca perece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que a caracterizam. Da mesma forma, as novas relações de produção jamais tomarão lugar sem que antes tenham sido produzidas no interior da velha sociedade.

Por fim, com esta pesquisa, espera-se somar aos trabalhos sobre a educação, juntando-nos aos estudiosos que no momento se interrogam sobre as origens do homem e da educação latino-americana. Nas discussões educacionais, há uma busca de um modelo de homem e de educação que corresponda às exigências de ordem econômica, social e pedagógica do mundo atual. Além do mais, procura abrir novas frentes de estudo do passado americano, em particular o mexicano, a partir de fontes não privilegiadas pela historiografia da educação, entre as quais, as *Cartas de Relação*, de Cortés.

## Fontes

A saga da Conquista do império asteca foi registrada pelo próprio conquistador, Hernán Cortés. Suas cinco *Cartas de Relação* foram redigidas durante e após os eventos que marcaram o declínio e capitulação do império de *Motecuhzoma*. Elas são o primeiro registro efetivo da atuação dos espanhóis no México e, por isso, têm importante valor documental porque registraram um momento singular de sua história. Ainda que apresentem imprecisões e, por vezes, matizes apologéticos que Cortés conferiu às ações de conquista, esses documentos contém subsídios que contribuem para compreender as opções que tomou para conquistar o México antigo e, sobretudo, sua política de atração dos nativos, como definiu Ramón Iglesia (1980).

A partir das *Cartas de Relação*, a historiografia dedicada a Cortés tem se empenhado em estudar as etapas da ação dele no México e a luta de Cortés para justificar a conquista que tomava como sua. Em razão disso, cumpre interrogar: no contexto político do século XVI, qual a importância das cartas e informes registrados no Conselho das Índias? O uso das cartas estava condicionado à impossibilidade de visitas periódicas de representantes do Estado e, por isso, era responsável por transmitir decisões político-administrativas, instruções e ordenamentos que, no entendimento de John Huxtable Elliott (2012), criaram os meios para constituir, na América, um governo de papel.

A importância jurídica que os documentos e cartas tiveram fez delas recursos indispensáveis que acabaram assumindo outra finalidade: os conquistadores, ao celebrar o triunfo sobre os nativos e informar os passos da colonização, buscavam do imperador legitimidade e do público reconhecimento.

A esse respeito, Beatriz Pastor (2008) entendeu que a carta de relação constituía um ponto de convergência entre a epístola e o documento legal. A carta narrava e informava sobre aspectos múltiplos da realidade, descrevia, comentava ações e comportamentos, incluía reflexões de seu autor e dos que o rodeavam. O documento legal, por sua vez, implicitamente, comprometia-se com a veracidade do narrado e, nesse caso, a opção de Cortés pela carta de relação, como forma de

narrar a Conquista do México, implicava o compromisso com a imparcialidade e a história verdadeira, ainda que ficticiamente.

Ao seu destinatário, Carlos V, Cortés, entre os anos de 1519 a 1526, em primeira pessoa, propõe-se a fazer “*relaciones*” do que ocorreu na aquisição daquelas terras, destacando a maneira de como começou a conquistá-las. Escrever, portanto, era uma obrigação.

*[...] y porque en este libro están agregadas y juntas todas o la mauyor parte de las escrituras y relaciones de lo que al señor don Hernando Cortés [...] ha sucedido en la conquista de aquellas tierras, por tanto acordé de poner aquí el principio de todas ellas el origen de cómo y cuándo y en qué manera el dicho señor gobernador comenzó a conquistar la dicha Nueva España (CORTÉS, 2004a, p. 3).*

As “cartas relatórios” expõem os episódios fundamentais da conquista da região, posteriormente, chamada de Nova Espanha. Além do mais, Walter Mignolo (2008) destaca um aspecto importante ao pontuar as origens do título que hoje é familiar, *Cartas de Relação*. Este título provém não de Cortés, mas do editor sevilhano, Jacobo Cronberger, que publicou a segunda Carta, em 1522. É certo, contudo, que Cortés remetia aos vocábulos “*relación*” e “*carta*”, como se pode ressaltar na segunda *Carta de Relação*, por exemplo. Por “*relación*” designa aquele conjunto de textos cuja finalidade é relatar, portanto, um informe; e “*carta*” para se referir ao intercâmbio de informações entre os espanhóis e referir-se ao intercâmbio de informações entre os espanhóis e as Índias.

Os manuscritos foram descobertos por William Robertson, em 1777, junto com outros documentos, na Biblioteca Nacional de Viena, em um códice do século XVI, o *Códice de Viena* ou *Vindobonnensis*, que contém as quatro *Cartas de Relação* e a *Carta do Regimento de Veracruz* (GÓMEZ, 1990).

No que se refere à estrutura e à composição das cartas, obedecem a uma cronologia e a uma ordem de assuntos que acompanham os passos da Conquista e do estabelecimento de uma sociedade colonial, de modo que permite reconstruir a

sua trajetória. Além disso, em todas as cartas, Cortés foi esmerado em anotar o local e a data de sua redação e o destinatário.

Inicialmente, as publicações das Cartas foram esparsas e individuais e, apenas no século XIX, foram compiladas e reunidas em seu conjunto, quando houve um crescente interesse pelos cronistas da América.

Entre as primeiras coletâneas que reuniram as cinco *Cartas de Relação* em um único volume, estão as de Enrique de Vedia (1802-1863), em sua clássica coleção *Historiadores Primitivos de las Índias*, em dois volumes, publicadas em 1853. Além dessa, uma importante edição com as cinco *Cartas de Relação* foi publicada em Paris, em 1866, por Pascual de Gayancos (1809-1897). Organizada também cronologicamente, Gayancos, entre a primeira carta de *Relação* e a segunda, dispôs documentos que Cortés havia enviado a Carlos V ou recebido. Embora existam outras coleções com os escritos cortesianos, importa considerar que as cinco *Cartas de Relação* ocupam um lugar central para o entendimento da conquista militar e espiritual do México.

A primeira *Carta de Relação*, até onde se tem notícia, desapareceu. Cortés, na segunda *Carta*, menciona sua existência, sem, contudo, prestar maiores informações. Escrita em junho ou julho de 1519, em Vila Rica de Vera Cruz, seus originais não foram encontrados e nem Joaquín Icazbalceta, nem Vedia e Gayancos dão por certo seu paradeiro. Cortés enviou a *Carta de la Justicia y regimiento de la Riva Villa de la Veracruz a la Reina doña Juana y al Emperador Carlos V, su hijo, em 10 de Julio de 1519* ou, como é mais conhecida, *Carta de Cabildo*.

A *Carta de Cabildo*, possivelmente escrita por mais de uma pessoa além de Cortés, inicia com um preâmbulo no qual seu autor pontua os assuntos principais, sintetizando-os. A mais curta das cinco Cartas, publicadas pela primeira vez na *Colección de documentos inéditos para la história de España*, em 1842, por Martín Fernández Navarrete, Miguel Salvá e Pedro Sainz de Baranda, começa com a descoberta e exploração de Cozumel e *Yucatán*, situa o conflito de Cortés com Velázquez, a fundação da Vila Rica de Vera Cruz e, por fim, em parágrafo separado do texto, lista os itens enviados a Carlos V.

A procura pelo ouro e os serviços religiosos, os quais Cortés afirmava fazer, ganham, na segunda *Carta de Relação*, uma nova dimensão. Uma das mais extensas, a segunda *Carta*, datada em 30 de outubro de 1520, foi editada pela primeira vez em Sevilha, por Jacobo Cronberger, em 8 de novembro de 1522. Na *Carta* escrita em *Tepeaca*, Cortés dá notícias dos acontecimentos de sua saída de Vera Cruz até sua entrada e permanência em *Tenochtitlán*. As diversas ocorrências, que relatam essa segunda *Carta*, cobrem um período de cerca de um ano e dois meses, iniciando em 16 de agosto de 1519, quando deixa Vila Rica e abandona os navios na costa, até outubro de 1520. Nela, Cortés narra a ansiedade e a expectativa de encontrar com *Motecuhzoma Xocoyotzin*. A descoberta de um soberano e seu império, anunciada na *Carta de Cabildo*, será descrita na segunda, em tons épicos.

Em direção à capital asteca, a ação exploratória e de conquista possibilitava a Cortés compreender que não havia unidade no império que dominava o extenso território mexicano e que as rivalidades existentes poderiam contribuir para a tomada da cidade, cercada por lagos de águas salgadas. O capitão descobre que *Tlaxcala*, por exemplo, não se alinhava à chamada Tríplice Aliança que *Tenochtitlán* tinha formado, em 1428, com *Texcoco* e *Tlacopan*. Depois de submetidos, os tlaxcaltecas foram cruciais para a tomada da cidade de *Tenochtitlán*, convencidos por Cortés que seus antigos rivais não mais os dominariam.

A terceira *Carta de Relação* começa anunciando os preparativos de Cortés para a conquista definitiva da cidade, num período que se estende de dezembro de 1520 a 30 de maio de 1521. A construção dos treze bergantins e as regras de guerra aplicadas aos soldados chamam a atenção para uma organização sistemática da conquista de *Tenochtitlán*, que não se apresentava anteriormente. Na mais dramática e longa das *Cartas*, Cortés detalha a operação de cerco da cidade de *Tenochtitlán*, depois de ter fugido para *Tlaxcala*.

A terceira *Carta de Relação* é a história da conquista e destruição da capital asteca, e também de sua reconstrução. Um pouco mais extensa que a Segunda, ela é datada em 15 de maio de 1522, em *Coyoacán*. Foi impressa pela primeira vez em Sevilha em 30 de março de 1523, pelo mesmo impressor e com a mesma apresentação tipográfica que a anterior, em letra gótica e em fólio. Manuel de Alcalá

(2004) afirmou que o tom de admiração pela nova terra, que foi a tônica das duas primeiras, cede espaço para a violência, embora ele rendesse certo valor ao inimigo.

Entre os assuntos que se destacam na quarta *Carta de Relação*, encontram-se informações que indicam a ampliação das conquistas espanholas em outras direções. O conquistador, por meio de seus parceiros, procurou explorar regiões situadas próximas a *Tenochtitlán*, a fim de pacificá-las: *Pánuco* (noroeste), *Coatzacoalcos* (leste), *Tututepec* e *Tehuantepec* (costa do Golfo), *Soconusco* e *Guatemala* (sudeste), *Zacatula* (sudoeste), *Colima*, *Michoacán* e *Jalisco* (oeste) são as primeiras incursões feitas para reconhecer e ampliar as possessões espanholas (MARTÍNEZ, 1992).

Cortés não se preocupou apenas em expandir seus domínios e em garantir politicamente o seu controle, como, também, em recompensar seus soldados e prestar contas à Coroa e à Carlos V. Nessa *Carta*, o conquistador relata o butim, entre os quais, ouro, prata, roupas de algodão e delas retirou o pagamento do quinto e a divisão entre os espanhóis (CORTÉS, 2004a). Não era, entretanto, apenas o ouro, pedras preciosas e roupas de algodão que foram transformados em recompensa de soldados e no quinto real. A alteração econômica das terras nativas se revela na prática, que se tornara corriqueira, de marcar e vender nativos rebelados e na introdução de novas atividades produtivas, entre as quais: ofícios mecânicos, carpinteiros, pedreiros, talhadores, ourives e agricultura (CORTÉS, 2004a).

A quarta *Carta de Relação* termina com Cortés sugerindo a vinda de religiosos para encaminhar sistematicamente a instrução religiosa dos nativos como meio de docilização, condição já anunciada nas três primeiras cartas. Nessa *Carta*, Cortés toma um novo direcionamento, na medida em que abandonava o discurso da legalidade e do deslumbramento da Conquista para destacar a organização da Nova Espanha. Na composição das novas estruturas sociais era indispensável, por fim, garantir a dominação espiritual dos nativos e, por isso, em sua quarta *Carta de Relação*, sugere a Carlos V que envie missionários da Ordem de São Francisco para desempenhar o trabalho religioso, motivo de ser a mais significativa para este estudo.

Em sua quinta *Carta de Relação*, datada em 3 de setembro de 1526, o autor menciona as missas solenes realizadas na presença de nativos, assim como a prática, repetida desde a *Carta de Cabildo*, de destruir ídolos. Escrita em *Tenochtitlán*, a *Carta de Relação* foi publicada pela primeira vez em 1844, por Fernández de Navarrete. Em 1848, uma segunda edição foi publicada em Nova Iorque, por George Folson, que defendia o pressuposto de que era uma sexta carta e não a quinta, considerada desaparecida (ALCALÁ, 2004).

Encontrada na Biblioteca de Viena sem data, a quinta *Carta de Relação* expressa a luta de Cortés para manter o controle do comando de *Tenochtitlán*. A sua saída em direção ao Sul (Hibueras ou Honduras) e a entrega do comando para seus capitães haviam fragilizado politicamente Cortés. O heroísmo relatado nas primeiras cartas cede espaço para as suas decepções, o que demonstra não haver unidade entre os comandados por Cortés. A desordem em que se encontrava a cidade conquistada por ele e a desobediência de Cristóbal de Olid (1488-1524), anunciada na carta anterior, o qual enviado para explorar o Pacífico se junta a Velázquez, são indícios de que o capitão havia perdido o controle de sua Conquista e, por isso, lutava para reestabelecer seu comando e manter suas propriedades, que foram dilapidadas.

Soma-se aos estudos de Cortés e suas *Cartas de Relação*, as *Ordenanzas*, documento que contém um conjunto de leis responsabilizando os espanhóis pela construção de igrejas e formação religiosa dos astecas. Além dele, as cartas de Pedro de Gante e seu catecismo pictográfico colaboram na compreensão dos meios e procedimentos educativos que foram utilizados pelas escolas. Por meio deles, é possível compreender a atuação dos franciscanos na formação catequética das crianças astecas.

Os Colóquios dos Doze são um dos principais documentos porque se refere aos fundamentos doutrinários e educativos realizados pelos primeiros religiosos que se estabeleceram no México, a pedido de Cortés. Os manuscritos, compilados por Sahagún, referem-se ao encontro, em 1524, ocorrido entre os “Doze Apóstolos do México” com os sacerdotes astecas, por meio do qual, os franciscanos expuseram os motivos de sua presença no México e tentaram convencê-los a adotar o cristianismo.

Ainda que esses documentos contribuam para este trabalho, privilegiamos a quarta *Carta de Relação*, já que neste documento são identificadas as opções de Cortés e o projeto educacional dos franciscanos. Sua Carta privada, de 15 de outubro de 1524, enviada ao Imperador, também contém valiosas informações que ajudam a entender o caminho percorrido pelo conquistador do México.

As *Cartas de Relação*, por fim, demonstram mais do que a descrição das ações que Cortés julgava importantes. Elas disponibilizam um conjunto de informações que permitem analisar a conquista, a colonização do México e os meios utilizados para a subjugação dos astecas, bem como da implantação de uma nova conjuntura econômica e social, que atendia aos seus interesses, com o argumento de que estava defendendo os da Coroa e os da Igreja.

Para compreender a educação e as ações de Cortés, este estudo se estrutura em quatro seções.

### **As partes da tese e a bibliografia de apoio**

No primeiro capítulo, intitulado “Da Espanha ao México”, o objetivo foi discutir as condições econômicas, políticas e religiosas da Espanha das duas últimas décadas do século XV e as duas primeiras do XVI. Nesse momento, ocorreram importantes acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento das chamadas navegações. A bibliografia de suporte, entre os quais, Ramón Carande, deu condições para verificar as atividades mais importantes da economia espanhola.

Carande privilegiou a análise de alguns setores econômicos, entre os quais, o agrícola e as atividades comerciais, possibilitando a compreensão da emergência de novos setores demonstrando um momento de transição na Espanha. Os aspectos políticos não foram ignorados por esse autor e nem por Serge Gruzinski e Philippe Erlanger, que pontuaram, cada um a seu modo, o absolutismo espanhol. Nesse contexto, as reformas religiosas foram analisadas principalmente a partir de José

García Oro, estudioso do Cardeal Cisneros que promoveu uma renovação dos franciscanos.

No segundo capítulo, “Hernán Cortés: a espada, e a cruz na conquista militar do México” se discute, à luz das fontes, entre as quais, Francisco López de Gómara, Bernal Díaz Del Castillo e Hernán Cortés, as origens do capitão, os conflitos com as autoridades de Cuba e a conquista de *Tenochtitlán*. Os procedimentos da Conquista e a busca pelo reconhecimento e legitimação são aspectos importantes, que possibilitam compreender as atitudes que tomou e a opção pela evangelização encaminhada pelos franciscanos e autoridades espanholas. Autores como José Luis Martínez e Demétrio Ramos oferecem contribuições para situar a vida de Cortés e suas ações de rompimento com as autoridades espanholas de Cuba e, em seguida, a tomada de *Tenochtitlán*.

O terceiro, “Os franciscanos na dominação espiritual do México”, mostra os argumentos que levaram o capitão a sugerir a Carlos V o envio de religiosos para o México, com o objetivo de catequizar e educar os astecas. Para isso, a análise privilegia a quarta *Carta de Relação*, documento em que explicita seu pedido e os motivos da escolha. Beatriz Pastor, em seu livro *El segundo descubrimiento*, de 2008, contribuiu para esse estudo, na medida em que explicitou os recursos utilizados por Cortés em suas cartas. Segundo essa autora, ele redigia ao Imperador com a intenção de garantir a legitimidade política da Conquista e, para isso, procurou elaborar uma imagem heroica e cristã da Conquista.

O capítulo também apresenta as primeiras ações evangelizadoras dos franciscanos e a primeira escola em Texcoco. Caracteriza a vinda dos Doze Apóstolos do México, como resultado das solicitações de Cortés. Com base nas fontes, entre as quais, as Cartas de Pedro de Gante, Frei Toríbio Benavente e, principalmente Gerônimo de Mendieta, é possível compreender as ações catequéticas e os procedimentos utilizados pelos religiosos para a educação dos astecas.

Por fim, o quarto capítulo, “A educação franciscana no México: o colégio São José dos Naturais e os Colóquios” procura apresentar a educação do Colégio São José dos Naturais e suas etapas educativas. A partir de Pedro de Gante,

especialmente, busca-se demonstrar os procedimentos pedagógicos utilizados pela escola, entre os quais, os cadernos pintados com os princípios da doutrina cristã. Colabora, ainda, para a construção da educação asteca no México, o Colóquio dos Doze Apóstolos, redigido por Bernardino de Sahagún. Esse documento contém os fundamentos educativos realizados pela ação evangelizadora e educativa dos franciscanos, que tinha, entre seus objetivos, a docilização dos nativos.

## 2 DA ESPANHA AO MÉXICO

Daqui a alguns séculos, chegará um momento em que o oceano abrirá as barreiras do mundo: abrir-se-á uma Terra imensa, Tétis descobrirá um novo mundo e Tule não será mais o mais longínquo ponto da terra (SÊNECA, p. 230, 1985).

O conjunto de acontecimentos que caracterizou a transição do feudalismo para a época moderna convida historiadores a se posicionarem em busca de respostas aos diversos problemas que aquele momento provocou. Entre eles, chama a atenção um evento particularmente instigante e desafiante, que estimula o difícil exercício de compreensão do movimento da história: a chegada dos espanhóis no México. Depois de meio milênio, a conquista e colonização desse território, localizado no planalto de *Anahuác*, continuam despertando interesse de pesquisadores, dedicados em compreender as mudanças profundas que o estabelecimento dos espanhóis provocou e que, de uma maneira ou de outra, contribuiu para definir o que o México é hoje.

Em face disso, sentimo-nos inclinados, pelas nossas próprias origens ou heranças teóricas, a assumir um lado ou outro desse episódio. Não obstante as tendências e dificuldades próprias que a tarefa impõe aos historiadores, em especial aos pesquisadores da educação, é necessário se despojar dos juízos sumários, subjetivos, e considerar o estudo dos eventos históricos em sua totalidade e ambivalências. As mudanças políticas e religiosas eram acompanhadas da negação das relações feudais e a afirmação das atividades comerciais, além do desenvolvimento marítimo, que ligaria o Novo Mundo ao Velho Mundo.

Importa sublinhar que a descoberta e a conquista do México é um capítulo importante e inseparável da história da Espanha. Nela, encontram-se os pressupostos e categorias que nos permitem compreender como um grupo de conquistadores alcançou os territórios americanos e dominaram-nos. Entre as

conjecturas fundamentais que possibilitam analisar os vínculos estabelecidos entre os dois mundos tão díspares estão os econômicos, os políticos e os religiosos.

A respeito do econômico, é oportuno lembrar o que Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli afirmaram que a “[...] colonização da América foi condicionada por seu caráter de corolário da expansão marítima e comercial da Europa” (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 208), constituindo um dos aspectos da revolução comercial da Europa que caracterizou o século XV até o XVIII.

Por outro lado, esses mesmos autores defendem a tese de que havia outra situação importante: os vínculos existentes entre Estado centralizado e os mercadores. Esta aliança foi possível porque, a princípio, não havia formas de organização das empresas que permitissem angariar somas consideráveis e também minimizar os riscos inerentes às atividades marítimas. O que se estabeleceu foi uma política comercial e colonial que fez parte da atuação do Estado (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002).

A política da Espanha, no final do século XV, teve desdobramentos importantes no âmbito religioso: a Igreja atuou para garantir a legitimidade religiosa e chancelou, por meio de bulas e de ordens religiosas, como a dos Franciscanos, as conquistas feitas e a serem ainda realizadas, ao mesmo tempo em que atuava para ampliar seus quadros. Enfim, as raízes do movimento expansionista e da Conquista do México devem ser encontradas nas condições materiais e espirituais que se desenvolveram na Espanha.

## 2.1 O REINO ESPANHOL: OS REIS CATÓLICOS E AS REFORMAS RELIGIOSAS

A consolidação de uma das monarquias mais poderosas da modernidade ocorreu com o casamento de Fernando<sup>1</sup> e Isabel, em 1469, situação que permitiu a

---

<sup>1</sup> Fernando de Aragão nasceu em 1452 e morreu em 1516. Realizou a união de dois reinos, Aragão e Castela, ao casar com Isabel, em 1469. Isabel de Castela nasceu em 1451 e subiu ao trono de Castela em 1474. Ela foi responsável por introduzir a Inquisição em Castela e apoiar Colombo em suas viagens marítimas (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

unificação de dois reinos desiguais, o de Aragão (1479) e Castela (1474), sendo que este se transformou no centro político da Espanha. Em 1492, foi a vez de Granada, último reduto mouro e em 1512, o de Navarra. Com a união matrimonial, realizada em 7 de março de 1469, a Espanha viria a ser uma das mais importantes configurações políticas dos Tempos Modernos e que alcançaria sua expressão mais significativa com Carlos V<sup>2</sup>.

Conhecidos com o nome de Reis Católicos, título conferido pelo papa Alexandre VI<sup>3</sup>, em 1494, seu reinado foi decisivo para a história da Espanha porque significou, em princípio, a união dinástica de dois reinos espanhóis. Tal unificação permitiu aos soberanos a concretização de uma unidade política e religiosa da Espanha, ainda que problemática, em razão da diversidade econômica de territórios, perspectivas políticas e etnias distintas<sup>4</sup>. Em função disso, a preocupação constante de Fernando e Isabel foi estabelecer, em todos os setores, a autoridade do Estado, limitando, o quanto possível, a importância política dos que se opunham a eles, a exemplo das municipalidades e da alta nobreza (PÉREZ, 2002).

Os esforços dos monarcas foram orientados para o fortalecimento de sua autoridade política e, para isso, procuraram centralizar a administração. Ainda que procurassem manter relativa autonomia administrativa dos reinos, Fernando e Isabel levaram a cabo reformas internas nos diferentes âmbitos da estrutura imperial e da

---

<sup>2</sup> Em 1516, tornou-se Carlos I, rei da Espanha; em 28 de junho de 1519, tornou-se imperador Carlos V, do Sacro Império Romano Germânico, como será nomeado neste texto. Carlos da Borgonha era filho primogênito de Felipe, o Belo (1478-1506), e de Joana (1479-1551), herdeira das coroas de Castela e Aragão. Nasceu em Prinsehof, próximo de Gante, a 24 de fevereiro de 1500 e morreu em 1558, em Yuste. Entre os anos em que ficou no poder, a partir de 1516 até a sua abdicação em 1555, Carlos de Gante acumulou títulos, poder e uma trajetória política que o catapultou a imperador de um imenso território que incluía os Estados de Borgonha (1515), Coroa de Castela (1516), os Estados de Aragão (1516), o Império Germânico (1519) e os Estados da Áustria (1519), além das possessões americanas, a exemplo do México, conquistado por Hernán Cortés (BELTRÁN, 2003).

<sup>3</sup> Rodrigo Bórgia nasceu na Espanha em 1431. Papa em 1492 com o nome de Alexandre VI e pai de muitos filhos, entre os quais César e Lucrecia. Dividiu as terras do Oceano entre a Espanha e Portugal, entregou aos Reis de Castela a tarefa de evangelizar os novos territórios (bulas *Inter Coetera* de maio de 1493) e veio a falecer em 1503 (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

<sup>4</sup> Para Perry Anderson (2004, p. 60), o Estado que presidia o vasto império espanhol era frágil e uma “armação em ruínas unida, em última análise, apenas na pessoa do monarca”. Para Pérez (2001, p. 14), a “*doble monarquía de los Reyes Católicos vincula a socios desiguales. Entre una Castilla en expansión y una corona de Aragón que ya no es lo que era, la balanza se inclina por fuerza del lado de la primera. Lo que se establece bajo el reinado de los Reyes Católicos es el Estado español moderno, y ese Estado es castellano*”. Nesse caso, segundo Pérez (2001), não ocorreu uma verdadeira união nacional, mas a tendência de organizar o Estado em função de Castela.

economia. Com essa finalidade, desenvolveram um órgão de coordenação, o Conselho, por meio do qual estavam ligados os conselhos municipais, supervisionados e controlados por representantes do poder central que dispunham de poderes judiciais, o corregedor. Entre os anos de 1476 e 1498, uma organização política, policial e judicial, a chamada *Santa Hermandad*, atuou para reduzir o que consideravam banditismo, ao mesmo tempo em que arregimentavam uma força militar do Estado, que minavam as forças armadas da nobreza, proibindo, por exemplo, exércitos privados (PÉRONNET, 1990).

A política unificadora dos soberanos não se restringia em reformar tradicionais estruturas político-administrativas, as quais asseguravam às cortes independência e privilégios senhoriais. O aspecto mais controverso da política do casal real, que ostentava o título de Reis Católicos, foi o fortalecimento das relações entre Estado e Igreja, a fim de obter unidade nacional e promover a vida religiosa em seus domínios<sup>5</sup>. A base pela qual se articularia o Reino espanhol contaria com os princípios e ideais de uma comunidade religiosa única. Com essa finalidade, os Reis Católicos, apoiados pela Sé Romana, atuaram em duas frentes: a primeira foi a criação do Tribunal de Inquisição, em 1478; a segunda, o movimento de renovação espiritual, que culminou nas reformas eclesiásticas da Espanha, encabeçadas pelo cardeal Francisco Jimenez Cisneros<sup>6</sup>.

As relações entre os Reis e a Santa Sé eram baseadas em dois princípios básicos: recíproco apoio nas questões de interesse político e subordinação dos

---

<sup>5</sup> Segundo Álvaro Fernández de Córdoba Miralles, “*los términos en que se definen las relaciones entre Monarquía e Iglesia a fines de la Edad Media tienen su fundamento en la relación entre los intereses del universalismo pontificio, y los de la nueva soberanía regia emergente. Ambas instancias de poder, de naturaleza diversa, poseían competencias en el gobierno de la Iglesia local que debían coordinarse para llevar a cabo el fin propio de cada institución: el bonun commune – bien común entendido como defensa de la justicia y la paz globales – en el caso poder civil, y la salus animarum – salvación de la persona como criatura redimida y llamada por Dios a la felicidad eterna -, en el del poder eclesiástico*” (MIRALLES, 2005, p. 29).

<sup>6</sup> “Nascido em 1436, confessor de Isabel (1492), arcebispo de Toledo (1495), cardeal e inquisidor geral (1507), ocupou a regência de Castela (1516) e morreu no ano seguinte. Precioso colaborador dos Reis Católicos, o prelado apoiou a expulsão dos judeus, inaugurou uma política rigorosa contra os mouriscos de Granada (1500), interveio contra a escravidão dos índios, relançou a continuação da *Reconquista* na África do Norte (ele toma Oran em 1509) e introduziu a pré-Reforma na Espanha, restabelecendo a disciplina no seio das ordens religiosas. Também foi um humanista que apreciava as ideias de Savonarola e de Erasmo e que fundou a universidade de Alcalá. O prelado dirigiu a publicação da Bíblia poliglota de Alcalá que reúne traduções em hebreu, aramaico, grego e latim das Santas Escrituras. Cisneros enviou três irmãos hieronimitas para a Hispaniola par pôr ordem nas Ilhas e designou Las Casas como protetor dos índios (BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 602-603).

assuntos eclesiásticos ao poder régio na Espanha e nas Índias (BATISTA I ROCA, 1972). Essa reciprocidade entre os poderes temporal e eclesiástico pode ser constatada, em um primeiro momento, na institucionalização do Tribunal de Inquisição, que representaria uma força considerável para ambas as instituições, mas, principalmente, para os Reis Católicos, os quais souberam usar a religião para atingir seus fins políticos. Em 1478, com a bula *Exigit sinceræ devotionis*, o papa Sisto IV (1414-1484, papa desde 1471), conferia a Fernando e Isabel a autoridade para instituir o Tribunal de Inquisição, em 1º de novembro de 1478, com o objetivo de depurar a fé cristã das heresias<sup>7</sup>. Este poderoso instrumento, a serviço da Coroa espanhola, adquiriu legitimidade para eliminar de seu território os que representavam um perigo, pela introdução de princípios considerados estranhos e de como eles podiam contaminar a fé e a unidade da Espanha (DANIEL-ROPS, 1996).

O Tribunal de Inquisição representava um oponente considerável, o qual afugentava qualquer movimento que ameaçasse a coesão religiosa porque ele arbitrava leis repressivas em nome da manutenção da unidade, enquanto a igreja atuava como protetora de uma unidade nacional. Além de ser instrumento controverso de manutenção de uma ordem religiosa, comandada pela monarquia, o Tribunal exercia a função de controle da ordem social e econômica. A presença de judeus, os quais, durante a Idade Média, haviam ocupado posições de relevo na vida política e econômica, tornou-se motivo de ressentimento, o que foi agravado por crises econômicas. As disputas entre esses grupos deram substrato para a

---

<sup>7</sup> Bernardino Llorca, em seu *Bulario Pontificio de la Inquisicion Española*, cita a Bula fundacional, em latim, embora a considere incerta. Há, no entanto, um manifesto dos inquisidores de Sevilha que comunica o conteúdo da bula de Sisto IV: “*Nos fray Miguel de Morllo Maestro em Santa Theologia e fray Juan de San Martín, Presentado assimismo em Theologia, del Orden de Predicadores de Santo Domingo, Juezes Inquisidores que somos de la herética pravedad, dados y nombrados por los Serenísimos Rey e Reina de Castilla e de Aragón, nuestros señores, por virtud de una Bulla e facultad Apostólica a ellos dada e concessa por nuestro muy Santo Padre Sixto quarto [...] Don Fernando e Doña Isabel [...] Sepades que por quanto el nuestro muy Santo Padre acatando que en muchas e diversas partes, ciudades e villas e lugares de estos nuestros Reinos e señoríos, avia e ay algunos malos christianos, así omes como mugeres, apóstatas e hereges, los quales non envargante que fueron baptizados e recibieron el Sacramento del santo Baptismo, sin premio ni fuerza, que les fuese fecha, teniendo e tomando solamente el nombre e apariencia de christianos, se au convertido e tornado e convierten e tornan a la çeta e superstición e perfidia de los Judíos, guardando sus ceremonias, ritos e costumbres judaicas, e se an aparatado e apartan de la verdadera creencia e honramiento de la nuestra santa fee cathólica e de los artículos de ella, que todo bueno e fiel christiano debe tener y creer [...] a nuestra petición e suplicación, Su Santidad nos obo concedido e otorgado cierta facultad para que Nos pudiésemos elegir e deputar, e elegiésemos e deputásemos dos o tres Opisbos o Arzobispos, o otros varones pródidos y honestos [...] para que los tales por nosotros elegidos e deputados fuesen Inquisidores, en cualesquier partes de los dichos nuestros Reynos e Señorios para donde los eligiésemos o deputásemos, que pudiesen inquirir e proceder contra los tales culpados e maculados de la dicha infidelidad e heregía*” (LLORCA, 1949, p. 49-51).

intervenção dos Reis Católicos, que, além das armas, usaram o Tribunal para atingir os fins que desejavam: a marginalização e exclusão dos conversos dos cargos públicos e a expulsão dos que consideravam intrusos (COLLADO, 2007).

A convergência entre Estado e Igreja encontraria um segundo momento com a eleição de um papa valenciano da família Bórgia, Alexandre VI, em 11 de agosto de 1492. O aspecto mais importante dessa relação era evidenciada pelos amplos poderes concedidos por Alexandre aos Reis Católicos, para que eles encaminhassem uma extensa reforma religiosa, processo que ocorreu gradualmente e alcançou todas as dimensões institucionais e espirituais do cristianismo espanhol. Empenhados em realizar um projeto de reestruturação da religião cristã, possibilitando maior unidade, o casal real já havia dado um importante e complicado passo inicial, em 1478, em Sevilha, quando interferiu na nomeação de bispos<sup>8</sup>. Apoiando-se no histórico de concessões com a Cúria romana, solicitou o direito de indicá-los para todos os reinos, o que, para a igreja, era inaceitável, visto que considerava uma afronta ao direito canônico<sup>9</sup>. A esse respeito, tanto o papa Sisto IV (1414-1484, papa desde 1471) quanto Alexandre VI, mostraram-se reticentes em relação aos pedidos de Fernando e Isabel, que somente alcançaram algum êxito com Júlio II (1443-1513, papa desde 1503), quando a contenda foi resolvida.

As pretensões dos Reis Católicos, todavia, não se restringiam o direito de nomeação e ao estabelecimento de critérios ou normas para a eleição de bispos e demais cargos eclesiásticos, que foram mantidos por Carlos V e Felipe II<sup>10</sup>. Os

---

<sup>8</sup> Segundo John Edwards, os bispos, ligados ao sistema senhorial e que ocupavam posições importantes na hierarquia eclesiástica, tinham benefícios feudais, os quais consistiam em terra ou dinheiro, além de influências políticas, que não se alinhavam com as decisões da Coroa. Essas ocupações não lhes permitiam realizar trabalhos religiosos, que ficavam a cargo do chamado baixo clero e, por isso, os Reis Católicos atuaram para que os bispos fossem “*pastores y no terratenientes os políticos*” (EDWARDS, 2001, p. 204).

<sup>9</sup> O *Patronato Régio* se configurava como um conjunto de privilégios, concessões e graças que os papas concediam aos reis espanhóis para que realizassem a tarefa missionária da igreja. Entre os benefícios, estava o de apresentar candidatos ao episcopado. Segundo Collado (2007, p. 34-35), esta era “*una misión que arranca de la naturaleza propia de la Iglesia y que ésta pone, consciente de que en ese momento podía ser un eficaz cauce evangelizador, en manos de los monarcas españoles como una forma de colaboración Iglesia-Estado, apoyados en la conciencia católica de sus soberanos y en sus posibilidades*”.

<sup>10</sup> Quatro critérios para a eleição dos bispos se destacavam: a) eles deveriam ser nascidos nos reinos espanhóis, cuja finalidade era política (os reis poderiam controlá-los), financeira (as rendas permaneceriam na Espanha) e pastoral (o bispo residiria em sua diocese, onde realizaria visitas pastorais); b) ser honestos, dignos e celibatários, evitando filhos bastardos; c) os eleitos deveriam vir da “classe média” porque evitaria o predomínio de nobres e, politicamente, interessava aos Reis Católicos porque eram fiéis à monarquia; c) e tinham que ser letrados, formados em universidades, o que contribuía para um elevado nível cultural (COLLADO, 2007).

soberanos se preocuparam com a conduta dos religiosos e, por isso, estabeleceram regras de comportamento. Isabel, sobretudo, manifestava interesse com o que considerava defeitos pessoais dos bispos e do clero, para quem haveriam de ter um comportamento considerado exemplar, segundo os valores das cartas apostólicas. Entre as medidas adotadas, constava a proibição de esposas ou amantes dos religiosos, a obrigatoriedade de realizar atividades pastorais e sólida formação intelectual, normas que se estendiam também para o baixo clero (EDWARDS, 2001).

A face mais sistemática e profunda da reforma ocorreu com a modificação das regras disciplinares das ordens religiosas, a exemplo dos Franciscanos, que os obrigariam a viver a vida religiosa, chamada de observância<sup>11</sup>. Essa tarefa de conduzir a reforma religiosa foi entregue ao Cardeal Cisneros, franciscano que foi confessor de Isabel e inquisidor geral (1507-1508). Respalado pela autoridade real e papal, concedida em 13 de fevereiro de 1495, o bispo franciscano (1495) pôde conduzir o projeto reformador que pretendia instaurar os princípios da vida primitiva religiosa. A proposta reformista de Cisneros estava centrada, basicamente, no aspecto disciplinar da conduta dos religiosos, fossem eles seculares ou não.

Embora as reformas religiosas tivessem alcançado sua maior importância e expressão com os Reis Católicos, os franciscanos já tinham um histórico de inquietação religiosa<sup>12</sup>. Para José García Oro (1993), desde o século XIV, havia

---

<sup>11</sup> Marcelino Menéndez Pelayo (1992) afirma que Cisneros se encarregou de reformar todas as ordens religiosas, incluindo hospitais, mosteiros e paróquias, presentes na Espanha. Segundo esse autor, Dominicanos, Agostinianos e Carmelitas não haviam oferecido resistência às reformas, diferente dos Franciscanos que a resistiram. As religiosas, como as Clarissas, também passaram por reestruturação, entre os anos de 1493 a 1495. Existem diferenças entre os conventuais e os observantes. Para Melquiades Andrés (1976, p. 83), a reforma religiosa havia se concentrado em duas instâncias, a dos observantes e a dos conventuais: "*En las órdenes religiosas, este movimiento produjo el de las reformas y observancias. Observantes son en esta época los partidarios del retorno al primitivo fervor fundacional, amantes de la austeridad, de la pobreza, de la vida en común, del retiro y de la regla primitiva. Los conventuales son amigos de los conventos bien montados, de la vida religiosa mitigada y más acomodada a los tiempos, de las excepciones en la regla, de las concesiones personales. Los claustrales vivían como señores de la buena sociedad de su tiempo, en una independencia controlada, con escasa vida de comunidad. Donde no hay vida en común no se puede hablar ordinariamente de observancia. Si exceptuamos la vida regular, es decir, en conformidad con la regla del fundador, los claustrales eran buenos religiosos y ejemplares a su manera*".

<sup>12</sup> Segundo Adeline Rucquoi (1996), no caso dos Franciscanos, presentes no reino de Castela desde 1217, as reformas se iniciaram nos anos de 1230 a 1250, com o papa Gregório IX e o apoio dos reis, que institucionalizaram a presença desses religiosos e criaram conventos. Em Castela, os franciscanos aproveitaram a proteção papal e os privilégios dos reis para expandir sua presença. Durante o século XIV, a renovação franciscana continuou, consolidando a posição da ordem frente às autoridades seculares e às demais ordens mendicantes nas cidades, conseguindo não apenas estreitar relações com as oligarquias locais, como ampliar as doações para construção de mosteiros.

situações que indicavam mudanças na vida religiosa do reino. Entre elas, a de João I (1358, rei em 1379 a 1390), que tinha tentado oferecer à vida religiosa maior homogeneidade. Em 1414, ocorreu outra tentativa reformista quando a Sé Romana tentou reconduzir as ordens monacais e mendicantes à obediência das regras e à renúncia de privilégios.

Os esforços iniciais de Cisneros se concentraram em fazer com que os religiosos de sua ordem se comportassem de acordo com a obediência às Regras Franciscanas, como as de castidade, obediência e pobreza. A subordinação aos princípios religiosos de Francisco de Assis, sobretudo no que diz respeito à pobreza, parece ter sido um dos principais itens da renovação religiosa. Essa insistência sugere que parte dos religiosos havia se distanciado do ideal franciscano porque se acomodou ao sistema senhorial como titulares de patrimônios e rendas. Os religiosos, instalados em suas paróquias e conventos, viviam de benefícios e não atendiam as necessidades espirituais exigidas (ORO, 2005).

Além disso, a motivação para uma renovação das estruturas religiosas na Espanha tinha outra especificidade. Segundo Andrés, em seu livro *La teología española en el siglo XVI* (1976), a decadência das ordens religiosas era uma das manifestações da dissolução geral dos valores, que caracterizou o fim da Idade Média. A Peste Negra (1347-1349) devastou campos e cidades e o contágio também foi grande nos conventos. Em alguns deles, morreram 80, 90 e até 100% dos religiosos e, para suprir o vazio deixado pelas mortes, os conventos admitiram jovens sem o preparo adequado e a formação cristã que a profissão exigia, o que explica o relaxamento da observância das regras e do comportamento moral e intelectual dos religiosos (ANDRÉS, 1976).

A maioria dos religiosos não era nem mais nem menos corrompida moralmente do que os demais grupos sociais. Não se distinguiam nem por suas virtudes de castidade e obediência tampouco por sua cultura intelectual. Em outras palavras, Cisneros mostrou que a vida de um religioso, especialmente a do clero secular, nada tinha de excepcional e em nada se diferenciava das pessoas comuns, o que indicava um afastamento do magistério espiritual. É provável que esse fosse um dos motivos que tenha levado à expansão dos mosteiros e das ordens mendicantes nesse período: aos olhos de uma sociedade em que a preocupação

pela salvação era mais viva do que nunca, os franciscanos se apresentavam como verdadeiros representantes do ideal cristão (BATAILLON, 2007).

Para disciplinar o clero e os religiosos, o cardeal censurava e punia aqueles que não obedecessem às novas diretrizes que incluíam, para o secular, a obrigatoriedade das prédicas dominicais e explicações da doutrina às crianças, segundo um catecismo composto por Cisneros com essa finalidade. Ele condenou o que considerava o comportamento indisciplinado dos franciscanos, obrigando-os a seguir estritamente as determinações e regras religiosas (DELGADO, 1993).

Enfim, as mudanças protagonizadas pelo Cardeal Cisneros não tinham o objetivo de questionar o organismo hierárquico da Igreja, mas, sim, a mudança da conduta de seus agentes. Antes de tudo, Cisneros pretendia fazer com que os religiosos, em particular os da Ordem Franciscana à qual pertencia, voltassem a observar as regras monásticas e conventuais. Em face do que considerava degradação moral, o cardeal obrigou os religiosos a se confessarem regularmente para manter a pureza dos sacramentos. Cisneros pretendia eliminar os maus exemplos, convocando os religiosos, especialmente os franciscanos, a viverem de acordo com o que considerava o ideal cristão, em resposta aos problemas da sociedade em transição.

### **2.1.1 A economia na época dos Reis Católicos**

Durante o reinado de Fernando e Isabel, a dinâmica da vida produtiva se transformava significativamente, principalmente em Castela, onde se acentuou o declínio da agricultura e a emergência das atividades urbanas. Apesar disso, o campesinato representava uma percentagem elevada (aproximadamente 85%) do total da população e se dedicava, basicamente, aos setores agrícola e pecuário, especialmente à criação de ovinos, o mais importante produto de exportação (CARO, 2003).

O desenvolvimento da criação ovina tinha relação com as características geográficas e climáticas, que facilitavam o alargamento desse tipo de produção. A existência de solos montanhosos e acidentados, em muitas regiões espanholas, dificultava a prática da agricultura, mas não representava ameaça séria aos rebanhos. Além desse fator, a instabilidade climática e o mau uso dos solos reduziam o cultivo de gêneros alimentícios, o que contribuía para o deslocamento de agricultores para regiões mais férteis e criava outro problema, o da falta de força de trabalho.

A criação de ovelhas se destacava como alternativa econômica, em terras menos propícias a outras atividades agrícolas. Segundo Carande (2004), a opção pela produção lanífera, além de ser resultado do estabelecimento de cuidadosa política econômica, tinha relação com as guerras. As guerras de Reconquista não permitiam que agricultores aproveitassem o resultado de seu trabalho, uma vez que elas provocavam rapinas e destruições de toda ordem<sup>13</sup>. Nesse cenário, o pastoreio permitia escapar mais facilmente dos estragos das batalhas e, por isso, apresentava-se como opção. Carande (2004) explica que havia orientação política para a criação de ovelhas porque facilitava o recrutamento de soldados para as constantes ações militares. Isso, pois, era uma atividade econômica que exigia pouca força de trabalho, o que proporcionava engrossar as fileiras de militares com trabalhadores.

A existência de confrarias dos produtores de lã, a *Mesta*<sup>14</sup>, e a regulamentação dessa atividade pela Coroa espanhola demonstram a importância que a criação de ovelhas alcançou ao longo dos séculos XIII a XVI. Durante a Baixa Idade Média, em regiões como a Extremadura Oriental, a produção lanífera se desenvolveu como atividade complementar e que incrementava a renda. As boas condições geográficas e climáticas eram favoráveis ao desenvolvimento de

---

<sup>13</sup> Segundo Bernard e Gruzinski, a guerra de Reconquista conduzida pelos cristãos, sob pena de extermínio ou de redução à escravidão. Este impulso secular acompanhou a formação dos Estados cristãos da Espanha: Valência caiu em 1238, Sevilha foi retomada em 1248, Cádiz em 1265. A Reconquista terminou com a tomada de Granada em 1492 (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

<sup>14</sup> As origens da *Mesta* remontam aos privilégios concedidos por Alfonso X em 1273 aos criadores de ovelhas e cuja estrutura perdurou até 1836. Aglutinava os interesses dos criadores que precisavam de melhores pastos. Nos Quinhentos, devido à sua importância econômica, a *Mesta* alcançou prestígio político (CARO, 2003).

pastagens, necessárias para a manutenção da criação pastoril, que se expandia para outras regiões da Espanha, como Castela e Aragão.

O alargamento da criação de ovinos possibilitou o aperfeiçoamento das técnicas de produção de lã e também atuou como princípio de diferenciação social. Em virtude das técnicas primitivas, a exploração continuada levou ao empobrecimento das pastagens e, em face disso, os produtores procuravam novos assentamentos como forma de subsistência. A mobilidade se tornara, para os criadores, uma necessidade de sobrevivência e garantia de continuidade da produção. Para garanti-la, os criadores estabeleceram um sistema chamado de *trashumante*, que, no século XVI, produziu importantes transformações demográficas, econômicas e sociais, em parte possibilitadas pela mobilidade das ovelhas. Esse método de criação consistia, basicamente, na organização dos produtores para efetuar o traslado dos ovinos de regiões mais frias para lugares de clima mais ameno.

A *trashumancia* não se definia apenas pela mobilidade de rebanhos. Em torno a ela, havia o aparelhamento político e jurídico, representado pela *Mesta*. Os pastores a acionavam a fim de garantir a proteção aos rebanhos, privilégios e concessões junto aos Conselhos e aos reis. Durante o reinado dos Reis Católicos, essa integração se tornou mais evidente: os amplos benefícios concedidos aos criadores fizeram com que essa atividade econômica se desenvolvesse amplamente junto às demandas de lã do comércio internacional que abastecia Flandres e também a indústria têxtil de Castela (GONZÁLEZ, 2001).

Os Reis Católicos estabeleceram uma política que tinha por objetivo se consolidar no mercado externo e, para isso, procuravam recorrer a esses mercados para suprir suas necessidades. Uma vez de posse de informações sobre as vantagens do comércio lanífero, eles buscavam estabelecer contato com os mercadores de Burgos e com as lideranças da *Mesta*, a fim de organizar a exportação, especialmente para Londres e Florença (VICENS VIVES, 1987).

Apesar do crescimento da produção lanífera e dos privilégios alcançados pelos produtores, a economia espanhola também contava com a participação do setor agrícola. A conjuntura agrária, no entanto, não dispunha das mesmas

atribuições políticas alcançadas pela *Mesta*, como atestam as queixas e manifestações que denunciavam a penúria dos camponeses (CARANDE, 2004). Além de não ter os benefícios régios, a agricultura espanhola carecia de força de trabalho, fato ocasionado pelas guerras e migrações e por crises climáticas que afetavam e desestimulavam a produção.

A produção agrícola era limitada também por outro fator. Na Espanha, assim como em outras regiões da Europa, predominava uma agricultura de subsistência, com baixo nível técnico de produção. Esse modelo de produção estava preso à tradição, no qual os métodos de cultivo eram limitados e pouco eficientes. Basicamente, na paisagem agrícola predominava a produção em solos secos, que correspondia à maior parte das terras agricultáveis e eram de baixa rentabilidade. Entretanto, também tinha a produção em solos irrigados, sensivelmente menor que a anterior, e que requiritava uma infraestrutura para canalização da água e, portanto, mais recursos para mantê-la. Essas formas de cultivo tradicionalmente estavam vinculadas à presença de muçulmanos na Península Ibérica, especialmente a de *mudéjares* e *moriscos*<sup>15</sup> (CARO, 2003).

As carências estruturais da agricultura, no entanto, não impediram a diversificação no cultivo de gêneros alimentícios. Embora as áreas de pastagens limitassem a produção de alimentos, os camponeses espanhóis se dedicaram ao cultivo de plantas que se adaptavam a terrenos acidentados. É o caso dos vinhedos e do azeite. Não obstante fossem cultivados em áreas pouco extensas, sua produção abastecia tanto o consumo interno quanto o externo.

Além de ser um dos produtos principais da agricultura da Espanha, assim como de outros países mediterrâneos, a azeitona proporcionava ao reino de Isabel, em particular, uma valiosa colheita para exportação, que devia ser explorada cuidadosamente. Nesse momento, o azeite não era necessariamente consumido como produto alimentício: em Flandres e na Inglaterra, por exemplo, ele era usado como detergente para a indústria têxtil.

Ainda que as oliveiras tivessem um espaço importante na economia espanhola, outro produto estava expandindo as áreas de plantio: as vinhas. Como

---

<sup>15</sup> Os *mudejares* representam a população de origem muçulmana submetida ao poder dos príncipes espanhóis. São chamados também de cristãos novos. Os *moriscos* são muçulmanos obrigatoriamente convertidos ao cristianismo (CARO, 2003).

no caso das azeitonas, havia um mercado em expansão, tanto na Espanha como fora dela. Produzidas em terras que pertenciam a eclesiásticos e à nobreza, a maior incidência do cultivo de videiras se situava nas regiões de Castela, Extremadura e, sobretudo, em torno de Sevilha (EDWARDS, 2001).

A conjugação desses aspectos produtivos indicava que a agricultura espanhola, mesmo que limitada, tinha relevância na econômica espanhola. A ela estava atrelada, segundo Alberto Marcos Martín (2000), setores sociais que se garantiam na manutenção de leis, que sustentavam a organização social. Por fim, embora o panorama econômico gravitasse em torno das atividades mencionadas, a Espanha apresentava uma conjuntura nova, que se formava em torno do comércio, sobretudo o marítimo, e que iria se desenvolver no período de governo de Carlos V.

## 2.2 A MONARQUIA UNIVERSAL DE CARLOS V

A trajetória política iniciada pelos Reis Católicos alcançaria um novo estágio em Carlos V, imperador que unificou todos os territórios herdados de seus avós maternos Fernando e Isabel e paternos Maximiliano I (1459-1519, rei desde 1489, imperador desde 1508), soberano do Sacro Império Romano Germânico, e Maria de Valois, Duquesa da Borgonha (1457-1482). Carlos V, segundo o entendimento de Erlanger (2000), contribuiu para pôr a Espanha em lugar de destaque na política europeia e preservar valores considerados tradicionais. O seu empenho em conservar a unidade do Sacro Império Romano Germânico e o que ele representava se justificava pelas lutas de sua época: diante das ameaças turcas e protestantes, ele assumiu posição de liderança da cristandade e, por outro lado, no momento em que as forças do mercantilismo se expandiam e inclinavam-se para uma nova estrutura de poder, adotou uma política centralizadora, absolutista.

O absolutismo espanhol, que surgiu com o casamento dos Reis Católicos, alcançou o seu apogeu com o jovem Carlos de Habsburgo. A sua participação na vida política, devido a uma série de circunstâncias e arranjos, iniciou relativamente cedo. Em 1515, obteve o fim da menoridade e, um ano depois, com a morte de seu

avô Fernando, Carlos, apoiado pela família de banqueiros, os Fugger<sup>16</sup>, foi proclamado, em Bruxelas, rei das Coroas de Castela e de Aragão, uma vez que sua mãe Joana, por estar doente, não pôde assumir. De acordo com Pérez (1999), a eleição do duque da Borgonha foi disputada e controversa<sup>17</sup>. Quando o rei aragonês morreu, Carlos de Gante residia nos Países Baixos e seus futuros súditos não o conheciam.

A chegada e a permanência do novo soberano na Espanha seria, a princípio, difícil, já que reinaria em um país estranho e, por isso, teria de negociar com as cortes espanholas, em busca de legitimidade. O primeiro contato do rei borgonhês com a Espanha viria a ocorrer somente em 1517, mesmo ano em que se iniciava, na Alemanha, a Reforma Religiosa. Naquele momento, Carlos tratou de dar continuidade ao aparato administrativo existente desde os Reis Católicos. Quando foi proclamado rei de Castela e Aragão, na Igreja de Sainte-Gudele, em Bruxelas, em 14 de março de 1516, não introduziu nenhuma modificação política das cortes de Castela, Navarra e Aragão, limitando-se a seguir a tradição já estabelecida (HINOJOSA Y NAVEROS, 2010). É provável que essa atitude de Carlos tivesse relação com o fato de ele buscar certo reconhecimento das cortes espanholas, dado que, por ser estrangeiro, tinha que administrar a desconfiança dos espanhóis e as agitações populares, episódios que testariam sua autoridade.

---

<sup>16</sup> A família Fugger ganhou importância econômica por volta do século XIV, com Hans Fugger, que fez fortuna com tecelagem, em Augsburg. Pouco a pouco enriqueceu e seus descendentes dedicaram-se ao comércio. Um século depois, com Jakob Fugger (1459-1525), “o rico”, a família alcançou a mais alta glória. A família ditou as diretrizes da economia europeia e dirigiu a política. A maior parte do comércio internacional esteve nas mãos de Jakob Fugger, que possuía monopólios, organizações industriais e mineração. Além dessas atividades, os Fugger, com suas casas bancárias, implantaram sistemas de créditos em toda a Europa e financiaram papas, cardeais, grandes e pequenos senhores eclesiásticos e imperadores, como Carlos V (PETRONE, 2000).

<sup>17</sup> Seu irmão menor, Fernando, educado na Espanha, também era candidato a suceder a seu avô Fernando de Aragão e, por isso, ele foi preparado desde os 10 anos para assumir atribuições políticas, já que havia o temor do futuro Carlos V não abandonar os Países Baixos. Desde a morte de seu pai, Felipe, em 1506, um grupo, liderado por Pedro Nuñez de Guzmán, havia articulado para que Fernando, que foi educado segundo os costumes espanhóis, assumisse a coroa espanhola. O próprio rei aragonês havia nomeado o neto em seu testamento de 1512. A situação, no entanto, encontraria um rumo diferente quando a corte de Bruxelas interveio em favor do jovem Carlos: Adriano de Utrecht foi enviado à Espanha, em primeiro de outubro de 1515, para assegurar os interesses de Carlos V ante o Rei Católico e o Conselho Real até que a questão da sucessão se resolvesse. Depois de negociações, Fernando modificou o testamento de Burgos, favorecendo Carlos e também tomou providências para que a Espanha não mergulhasse em guerra civil, em virtude das disputas provocadas pela sucessão. Nomeou o influente Francisco Jimenez de Cisneros (1436-1517) para ser regente até que Carlos I tivesse condições de governar um complicado reino. Embora a corte de Bruxelas preferisse Adriano de Utrecht, a regência coube mesmo a Cisneros, já que estava amparado pelo testamento de Fernando de Aragão (PERÉZ, 1999).

O reconhecimento dos espanhóis – Castela, em 1518, Catalunha, em fevereiro de 1519 e Aragão, em maio de 1519 – ocorreu pouco antes de Carlos I retornar aos Países Baixos, em virtude da morte de Maximiliano I, ocasião em que receberia o título de Imperador do Sacro Império Romano Germânico, tornando-se, então, Carlos V. Esse reconhecimento, contudo, não evitaria levantes sociais contra um imperador que pretendia centralizar o poder e reduzir a autonomia econômica e política de comunidades e cidades, como Burgos, Toledo e Valência, por exemplo. Em Toledo e em Valência, Os *Comuneros* e as *Germanías*, dois movimentos de insubordinação, posicionaram-se contra os nobres e os abusos de conselheiros, ou seja, contra um modelo social e político que perpetuaria uma estrutura administrativa feudal.

A revolta dos *Comuneros* teve início em abril de 1520 e foi sufocada em 1522, em Toledo, pelas forças de Carlos V. Esse movimento, organizado por massas urbanas, desejava a manutenção de liberdades comerciais e políticas e, por isso, os revoltosos se posicionaram contra a centralização do poder político encaminhado por Carlos V e contra a excessiva cobrança de impostos que sustentava uma já decadente nobreza feudal. Além disso, nas cidades produtoras de lã, produtores, artesãos e trabalhadores, não aceitavam o monopólio das cortes, que negociavam o preço da lã bruta, pois acreditavam que essa interferência prejudicava o fornecimento de matérias-primas e reduzia seus lucros.

Para Pérez (1999), nessas manifestações, as quais tenderam a uma revolta aberta, dominava o elemento popular que atemorizava os setores dominantes, obrigando-os a negociar ou a fugir. No entanto, não foram somente os abusos da administração dos conselheiros flamengos do imperador que impulsionaram a rebelião, mas, antes de tudo, as profundas contradições da sociedade castelhana, que ficaram patentes com as mortes dos Reis Católicos<sup>18</sup>.

Contemporaneamente às revoltas das *Comunidades*, Carlos V ainda teve que administrar outro levante popular iniciado em Valência, em 1519. As *Germanías*

---

<sup>18</sup> “La muerte de Isabel abrió un período de inquietudes y conflictos que no terminó hasta 1522 con el regreso de Carlos V a España. En este lapsus de casi veinte años de duración, se resquebraja el equilibrio político y social alcanzado por los Reyes Católicos. Se pone en duda la legitimidad; la nobleza recobra una parte de su influencia política; en las ciudades se reproducen las antiguas luchas de clanes; los conversos denuncian los abusos del tribunal de la Inquisición. La burguesía se divide y en el Estado, quebrantado y dividido por la lucha de facciones, la Administración constituye el único elemento de continuidad y de estabilidad. No obstante, sus tendencias burocráticas y su corrupción provocan la desaprobación y el descontento. Hay que enmarcar la revuelta de las Comunidades en este proceso de descomposición del Estado. Constituye una tentativa por alcanzar nuevamente una situación política sana y estable” (PÉREZ, 1999, p. 73).

foram revoltas provocadas por fatores políticos, como a ingerência da monarquia no sistema político valenciano e a prática do monopólio das funções públicas, exercida por grupos dominantes, frente à exclusão de artesãos e pequenos comerciantes e agricultores. Outro motivo estava relacionado aos efeitos de uma precária situação econômica e social de Valência, agravada pelo não fornecimento de trigo e o endividamento das instituições que atendiam o sistema monárquico; no interior, no campo, a situação não era menos tensa: os conflitos tinham suas raízes assentadas na pressão senhorial e na convivência conflituosa entre os camponeses muçulmanos e cristãos (BELTRÁN, 2003).

A violência da repressão a esses dois movimentos expressava, a princípio, o pouco conhecimento dos assuntos do reino e a limitada diplomacia de Carlos V para dialogar com setores sociais que não estavam alinhados diretamente ao seu campo de interesse. A falta de sintonia era agravada ainda mais pelos limites de compreensão da língua. Um imperador estrangeiro suscitava insatisfação pelo fato de não saber o idioma, o que dificultava a compreensão das necessidades das comunidades hispânicas.

As posições assumidas por Carlos V na administração dos conflitos internos de reinos e cidades, que tinham características distintas, revelavam o seu empenho em impor uma monarquia absoluta. Essa pretensão, segundo Karl Marx (2000), esbarrava na resistência das comunidades que integravam os territórios do reino espanhol e apresentavam relativa autonomia política e que limitavam o poder real.

Para Marx (2000), entre as circunstâncias que levaram ao fortalecimento do poder absoluto, estava a falta de união entre as diferentes regiões. Por essa razão, Carlos V utilizou os antagonismos entre a classe dos nobres e a de outros grupos, para debilitar ambas. A manobra do imperador implicava vencer as resistências armadas das cidades, com o apoio da nobreza, que tinha influência nas Assembleias. Em seguida, ele procurou minar as bases da articulação política da própria nobreza que o havia amparado: Carlos V contestou decisões das Cortes e dissolveu-as, uma vez que insistiam no privilégio de isenção nos impostos.

Além das limitações internas, Carlos V esbarrava em uma potência vizinha, a França. As contendas com Francisco I (1494-1547, rei desde 1515) haviam se acirrado a partir de 1519. Nesse ano, o rei francês havia perdido para Carlos V a disputa pela coroa do Sacro Império Romano Germânico e, por isso, alimentava um

sentimento de revanche, sem renunciar a pretensão de liderar boa parte da Europa cristã<sup>19</sup>. Diante do crescimento do poder de Carlos V, Francisco I se opusera à ideia de ter um rival que, aos poucos, consolidava-se na Europa e que passava a exercer interferências na Península Italiana. Sua posição hegemônica era considerada uma afronta por Francisco I.

A resistência dos súditos de Castela ou a determinação de Francisco I não foram capazes de impedir os planos políticos de Carlos V de se tornar imperador de vastos territórios europeus e das novas possessões americanas. As ações executadas pelas cortes de Bruxelas possibilitaram o golpe de 1519 e, em seguida, o triunfo sobre as rebeliões urbanas no centro e no interior de Castela contra o que era visto, segundo afirmação de Anderson (2004), como o saque estrangeiro dos recursos e das posições de Castela, atos estes que contribuíram para consolidar uma complexa e original monarquia.

A Espanha, governada por um soberano estrangeiro, tornou-se o centro político do mundo europeu e cristão, uma monarquia centralizada e que se beneficiaria com as descobertas ultramarinas. Carlos V, em 1519, pôde, ao reunir sob um único cetro quase a metade da Europa, dar prosseguimento à sua “[...] idéia medieval de império: o *Sacrum Imperium Romanum*” (HOLANDA, 2000, p. 388), um poderoso império com dimensões continentais, governada pela Casa de Habsburgo. Na concretização desse objetivo, o soberano articulou suas forças em duas frentes: na primeira, solidificou suas bases de articulação política na Espanha, em Castela, procurando conter as rebeliões internas; na segunda, alcançou a paz repelindo todos os rivais europeus, como Francisco I, da França, ocasionalmente Henrique VIII, da Inglaterra e, até mesmo, o papa Clemente VII (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2006).

Vencidas as disputas, a Espanha de Carlos V se tornou um dos mais destacados modelos políticos europeus; paradoxalmente, a Espanha trazia consigo os princípios da permanência e da mudança, do antigo e do novo. Em outros termos, no conjunto das transformações sociais da época moderna, o Estado espanhol se definiu com base nas alianças com a Igreja e com a nobreza medieval, que

---

<sup>19</sup> De acordo com Peter Johann Mainka, pela coroa imperial do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos e Francisco, que subiram ao trono em seus países quase ao mesmo tempo, lutaram porque Maximiliano I, antes de sua morte em 12 de janeiro de 1519, não havia providenciado a eleição de um rei romano-germânico como sucessor. Os Príncipes Eleitores tinham a difícil tarefa de escolher um ou outro para assumir a Coroa Imperial, o que ocorreu em 28 de junho de 1519, a favor de Carlos V (MAINKA, 2007).

garantiram, além do substrato ideológico, uma construção política baseada nas relações hereditárias. A política se construía por meio de arranjos matrimoniais cuidadosamente pensados como instrumentos para manter tradições, interesses e a governança. Por outro lado, o Estado espanhol tinha seus traços fincados no mundo moderno: beneficiava-se, sobretudo, do enriquecimento possibilitado pelas navegações e pela exploração dos recursos americanos, com o comércio colonial, que abastecia os cofres espanhóis.

Todavia, a construção do império universal de Carlos V, segundo Marina Mestre Zaragoza (2008), revelava um organismo problemático: na emergência dos Estados Nacionais, a monarquia espanhola parecia desafiar as tendências da época, já que no momento atribuía valor à diversidade e à autonomia de cidades e províncias. A centralização do Estado confrontava com realidades econômicas e políticas muito distintas, cujos representantes não desejavam ser limitados às pretensões absolutistas do imperador. No imenso território herdado por Carlos V, comunidades de artesãos e de comerciantes agiam livremente em suas províncias e, por isso, não estavam dispostos a ter suas atividades limitadas.

Essa independência, contudo, era tida como entrave e um desafio ao seu projeto político administrativo. Para governar esse império, que não tinha coesão, Carlos V usou de uma rede de diplomacia e instituições, herdadas de Fernando e Isabel. Fiel aos princípios dinásticos, o soberano governava por meio de familiares: seu irmão Fernando I (1503-1564), por exemplo, cuidava da Alemanha, enquanto que, nos Países Baixos, sua tia Margarida da Áustria e sua irmã Maria da Hungria (1505-1558) agiam como regentes; a esposa, Isabel de Portugal (1503-1539), por sua vez, chefiava o governo dos reinos da Espanha. Embora delegasse atribuições aos seus familiares, a última palavra era sua. Outra estratégia empregada por Carlos V para governar foi apelar para os direitos de patrocínio, isto é, a concessão de terras, cargos, nomeações eclesiásticas e 'compensações' directas (dávivas em dinheiro) (ELTON, 1982).

Além disso, o Estado absolutista espanhol contava com uma estrutura política e jurídica que delegava poderes e funções por meio de Conselhos e vice-reis, cujas atribuições variavam. O Conselho de Estado (1522) atuava, sobretudo, nos Países Baixos, na Espanha e em parte da Itália: acrescenta-se a isso o fato de que tinha um papel decisivo na economia. Além dele, o mais importante era o Conselho Real de

Castela, com amplas atribuições; entre elas, o fato de seus representantes tomarem decisões sobre a guerra, a paz e atuarem tanto na política interna quanto na externa. A esse Conselho, estavam subordinados outros, por exemplo, o da *Hacienda*<sup>20</sup> e o Conselho das Índias<sup>21</sup> (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2006).

Não por acaso, a administração das terras americanas foi realizada, no século XVI, por decretos, cartas e documentos encaminhados por seus representantes diretos, dos quais se destacam administradores por ele indicados, regentes, *virreyes*<sup>22</sup>, todos com a tarefa de executar suas instruções (BLOCKMANS, 2000). As cartas enviadas por autoridades constituídas, por exemplo, não deixavam dúvidas quanto à sua política administrativa adotada para a América. Nelas, o imperador lembrava os deveres dos conquistadores quanto à tarefa de evangelização dos nativos e de como tratá-los, proibia as *encomiendas*<sup>23</sup> e os *repartimientos*<sup>24</sup>, por considerá-los depósitos humanos, entendendo-os como causa do desaparecimento dos nativos e impedimento da realização da tarefa religiosa<sup>25</sup>.

Por meio de cartas e instituições, como o Conselho das Índias, a Casa de Contratação<sup>26</sup> e os *virreyes*, setores administrativos da Coroa se faziam presentes

---

<sup>20</sup> O *Consejo Real de Hacienda*, fundado em 1523, era responsável pelo controle de rendas (PÉRONNET, 1990).

<sup>21</sup> “Um dos conselhos encarregados de administrar as possessões dos reis de Castela. Até a regência de Cisneros (1516) o bispo de Burgos, Rodríguez de Fonseca e o secretário Lope de Conchillos, auxiliados por alguns membros do Conselho de Castela, trataram exclusivamente dos negócios das Índias [...]. A partir de 1524, esta instância foi reformada por Carlos Quinto. O Conselho Real e supremo das Índias estava, a partir daquele momento, oficialmente fundado. Essa jurisdição autônoma tinha atribuições legislativas; nomeava titulares de cargos, correspondia-se com os representantes da coroa e com os particulares” (BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 603-604).

<sup>22</sup> Os *virreyes* atuavam como representantes do monarca. Foram os pilares da administração na América (PÉRONNET, 1990).

<sup>23</sup> “Nas Antilhas e no México, a *encomienda* cessou de corresponder a uma dotação de terras: o *encomendero* – titular de uma *encomienda* – tornou-se beneficiário do trabalho forçado dos índios. Recebia dos indígenas que lhe tinham sido entregues um tributo, assim como um serviço pessoal, em troca da assistência material e religiosa que, em princípio, devia prestar-lhes” (BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 606).

<sup>24</sup> É sinônimo de *encomienda*. “Corresponde também a um sistema de trabalho por rotatividade. O termo vai designar, enfim, uma proporção de mercadorias a serem distribuídas, cujo comércio era monopolizado pelo *corregidor de indios*” (BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 625).

<sup>25</sup> Vejam-se as *Instrucciones de Carlos V a Hernán Cortés sobre tratamiento de los indios*, escrita em 26 de junho de 1523 (CARLOS V, 1993a, p. 265-271).

<sup>26</sup> Foi fundada em Sevilha, 1503. “Dotada de um pessoal composto, notadamente, de um contador, de um agente de comércio e de um tesoureiro, tornou-se a instituição encarregada de controlar as relações marítimas e comerciais com o Novo Mundo: ponto de registro, de preparação das frotas, de coleta de taxas alfandegárias e tribunal de comércio. A Casa recrutava os colonos para o Novo Mundo e controlava todas as partidas para aquele destino” (BERNAND; GRUZINSKI, 1997, p. 601).

no continente americano para garantir governabilidade, o suprimento valioso de metais preciosos e um solo fértil à realização dos objetivos religiosos na conversão e dominação dos nativos. Se a monarquia espanhola revelava traços da formação dos Estados modernos ao mesmo tempo em que instituições feudais continuavam vigentes, não menos importante era o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais, estimuladas pelas atividades marítimas. Contribuía para essa transformação o desenvolvimento urbano, ao criar demandas maiores de produtos alimentícios e matérias-primas. Junto a ele, ocorria a ampliação do comércio e da manufatura, que se estabeleciam e criavam novas necessidades econômicas.

### 2.3 O COMÉRCIO E A MANUFATURA

O crescimento do comércio e da manufatura era indicativo de que o setor agrícola, apesar de predominar, havia alcançado seus limites produtivos. Contribuiu para este entendimento o crescimento das zonas urbanas, que ofereciam novas possibilidades de trabalho e que atraíam camponeses e senhores de terra que preferiam o ambiente urbano<sup>27</sup>. Paulatinamente, as cidades e as atividades comerciais se afirmavam, criando uma conjuntura em que se apresentavam modernas relações de trabalho as quais, aos poucos, distanciavam-se das estruturas feudais, de modo a superá-las.

Contribuía para o desenvolvimento de novas formas de trabalho, o desenvolvimento do comércio que, embora fosse lento, havia se constituído especialmente em algumas regiões do reino de Castela e cidades como Valhadolide. A busca pelo lucro se tornou uma importante atividade de homens que transportavam mercadorias pelas rotas de comércio que cruzavam toda a Península

---

<sup>27</sup> Pérez afirmou que *“el crecimiento demográfico y las dificultades por las que atravesó el campesinado explican en parte el auge de todas las ciudades, típico del siglo XVI. Muchos señores comenzaron a residir en las ciudades, donde podían encontrar tiendas mejor provistas y condiciones de vida más agradables, al menos durante el invierno [...] La ciudad atraía también a gentes del campo en situación de paro, que llegaban a la ciudad con la esperanza de encontrar un empleo entre el numeroso personal doméstico que contrataban la aristocracia y la burguesía urbana o bien en los nuevos talleres que iban apareciendo como consecuencia del desarrollo de las actividades industriales y artesanales y que ofrecían el atractivo de un salario más elevado”* (PÉREZ, 1999, p. 23-24) .

Ibérica, ligando a Espanha ao Mediterrâneo e à África do Norte<sup>28</sup>. As rotas não se dirigiam apenas para o continente africano: os intercâmbios comerciais também tinham as cidades do centro europeu como alvo. De Barcelona, por exemplo, saíam rotas para as feiras situadas em Gênova, Nápoles e Sicília.

Os mercados espanhóis gravitavam em torno de dois espaços principais: os mercados semanais, destinados a comercializar os excedentes das colheitas, e as feiras das comarcas, que não eram regulares e se realizavam em determinadas épocas do ano. Nessas feiras, eram adquiridos, normalmente à base de troca, gêneros artesanais, imprescindíveis para a economia de subsistência, entre os quais se destacavam produtos têxteis, materiais de construção, ferramentas e animais (FERRI, 2007).

Entretanto, o que se destacava nessas feiras não era somente a comercialização de produtos manufaturados. No entendimento de Alberto Marcos Martín, na Espanha, havia mercados semanais que respondiam a uma demanda de caráter maciço e, em consequência, articulavam uma oferta de produtos básicos. Havia mercados e mercados, sendo diversas as funções que desempenhavam. Boa parte deles procurava atrair os excedentes agrícolas das comarcas e facilitar a saída de produtos manufaturados. A eles recorriam os camponeses com os excedentes de suas colheitas para que, com sua venda, pudessem adquirir os gêneros e utensílios que precisavam e não produziam diretamente (MARTÍN, 2000).

De acordo com Fernand Braudel (2009), em um mundo em que predominava o setor agrícola, as feiras se abriram, inclusive, para a massa camponesa que comercializava animais. O essencial das feiras eram as atividades de grandes mercadores que fizeram delas um grande e lucrativo negócio.

O crescimento da população, a ampliação e a intensificação dos grandes circuitos comerciais e o desenvolvimento dos núcleos urbanos favoreceram a expansão do setor manufatureiro nas cidades, vilas e comarcas rurais. Essa transformação gerou demanda de trabalho em outros campos como a construção,

---

<sup>28</sup> “Historicamente, denominou-se Península Ibérica o território continental situado além dos Pirineus por uma questão política e geográfica. Na literatura, encontram-se controvérsias quanto ao acerto do uso dessa terminologia, pois o termo ibero instalado em pequena parte insular, que foi minoria em relação ao povo hispano, que representava quase toda a península, incluindo Portugal. Afirma-se que mais apropriado seria utilizar a terminologia Península Hispânica, contudo, devido à independência de Portugal do Reino de Castilla e León, buscou-se um nome isento de conotações de união entre Espanha e Portugal” (IGLESIAS, 2010, p. 115).

os gêneros alimentícios e o têxtil. Na Espanha, a produção mais importante, tanto pelo tipo de força de trabalho quanto pelo valor da produção resultante, era a de tecidos. Em várias cidades, desde a segunda metade do século XIV, como Cuenca, Córdoba, Toledo e Segóvia, o setor têxtil havia alcançado grande expansão.

O alargamento desse tipo de manufatura, porém, não havia acompanhado o da produção de lã, especialmente na região de Castela e também em cidades como Sevilha. Esse descompasso era devido ao favorecimento político da produção lanífera e à oposição régia à atividade manufatureira. As Ordenações Gerais dos Panos, de junho de 1511, por exemplo, ao mesmo tempo em que regulamentavam a produção e a comercialização de panos, restringiam as manufaturas<sup>29</sup>. O excesso de regras, que estabeleciam um padrão de produção comum, também dificultava o cumprimento normativo, em função do baixo desempenho técnico. As Ordenações, que impunham às agremiações e aos produtores normas que os obrigavam a pagar pesados tributos, punham a manufatura em desvantagem: a produção de tecidos perdeu mercado pelo alto valor do produto e pela baixa qualidade (SAAVEDRA, 2009).

Embora o setor têxtil na Espanha se desenvolvesse lentamente, outros dois setores ganhavam destaque: a seda e a construção naval. A seda tinha certa tradição, em especial nas regiões de população muçulmana, como Toledo, Granada e Valência. Esse produto atendia o mercado italiano, seu maior consumidor, mas, também, apresentava boa aceitação no mercado interno, especialmente entre os setores da nobreza espanhola. A seda, no entanto, sofria com as restrições fiscais impostas pela Coroa Espanhola e com leis que restringiam o luxo.

---

<sup>29</sup> As Ordenações eram um conjunto de leis, realizada pelos Reis Católicos, que tinha por objetivo regular e melhorar a qualidade técnica da produção têxtil. Entre os anos 1494 e 1511, uma série de normativas procurava uniformizar a produção de tecidos, cuja finalidade era a de possibilitar maior competitividade. Segundo José Damián González Arce, “las novedades legislativas, consistentes en ordenanzas generales aparecidas en 1494,1500-1501 y 1511, así como en los proyectos non natos de 1495,1502 y 1504, buscaban potenciar y mejorar la producción textil castellana, para situarla en una situación de mayor competitividad frente a sus rivales europeas más desarrolladas” (ARCE, 2008, p. 708). “*Bien sabedes que porque al Rey, mi señor e padre, e a la Reyna, mi señora madre, que sancta gloria aya, fue hecha a relación que en algunas ciudades e villas e lugares d'estos mis reynos e señoríos no se hazían, ni labraban, ni teñían los paños como debían, e que por culpa e negligencia de los mercaderes e maestros que labraban e adobaban e teñían, e por su malicia y impericia se fazían en los dichos paños muchas falseades, así en las tintas que les daban, como en los peynes que los texían, y en los batanes en que los adobaban, y en todos los otros officios tocantes a los dichos paños, mandaron fazer e ordenas ciertas ordenanças cerca de la forma que se avía de tener en el fazer e labrar e adobar e teñir de los dichos paños, las quales mandaron guardar fasta tanto que mandassen otra cosa en contrario de aquello*” (ORDENANZAS..., s/d., p. 2).

No século das grandes navegações, o desenvolvimento do comércio marítimo constituiu um impulso de indubitável valor nas atividades relacionadas à construção naval. De acordo com Caro (2003), o avanço desse setor tinha relação com a necessidade de escoltar comboios dirigidos para a América ou para os circuitos asiáticos, além das exigências de manter uma máquina bélica para intervir em determinados momentos. O avanço desse setor se deu paralelamente ao aumento do comércio e experimentou regressão com a competição estrangeira, que construía navios mais manobráveis e de custos menores.

Entretanto, para Vicens Vives (1987), os espanhóis, movidos pela necessidade de construir uma frota poderosa, impulsionaram a construção de navios mediante o sistema de prêmios aos construtores e à proibição de embarcar mercadorias nacionais em navios estrangeiros. A abundância de ferro tornou a cidade de Vizcaya o maior centro produtor de embarcações, cidade que também foi favorecida com a integração entre Castela e Flandres.

A análise dos aspectos citados, enfim, permite afirmar que, embora predominassem práticas tidas como tradicionais, esboçava-se na Espanha novos seguimentos e setores produtivos, que poderiam ser representados pelas navegações marítimas. Ao examinar os princípios que caracterizaram a transição do século XV para o XVI, nos seus aspectos econômicos, sociais e políticos, é possível analisar as particularidades da expansão marítima, que possibilitou o Descobrimento da América.

Pode-se afirmar que esse importante acontecimento fez parte da transição entre o velho e o novo, quando as modernas forças produtivas assumiram papel de primeira ordem no alargamento dos horizontes marítimos.

## 2.4 AS NAVEGAÇÕES MARÍTIMAS

Os séculos que principiaram os Tempos Modernos apresentavam circunstâncias novas para os europeus. Era uma conjuntura cujos horizontes econômicos se transformavam com o comércio e com a formação do Estado, que

rompia com as antigas tradições políticas vinculadas aos setores eclesiásticos, responsáveis pelas funções administrativas. No plano do pensamento, as mudanças também implicavam rupturas: novas ideias colocavam em dúvida certezas milenares. Humanistas como Thomas More (1478-1535) e Erasmo de Roterdão (1466/9-1536) repensavam o lugar do homem no mundo, ainda mais com o avanço das descobertas marítimas e a imprensa, que acelerava a comunicação e o livre trânsito de ideias dos homens.

Nesse período a Espanha alcançaria significativa expressão porque reconquistaria Granada (1492), abriria uma importante rota pelo Atlântico que a levaria ao Novo Mundo, em outubro do mesmo ano, e, por meio de bulas<sup>30</sup> outorgadas pelo papa Alexandre VI (1431-1503, papa desde 1492), a Espanha garantiria seus privilégios na exploração do que havia descoberto, sendo que, ao mesmo tempo assegurava, em benefício da Igreja, a propagação da fé cristã.

A descoberta de novas rotas marítimas mudaria o centro de gravidade comercial do Mediterrâneo para o Atlântico. A primeira viagem de Colombo, em 1492, abriu o caminho para essa aventura espanhola, que resultou na expansão marítima<sup>31</sup>. A descoberta de territórios além das fronteiras do Mediterrâneo era expressão de mudanças importantes que já estavam em curso: elas indicavam o esgotamento da dinâmica do feudalismo e o alargamento das atividades comerciais. Para Caio Prado Júnior, a expansão marítima se originou, sobretudo, de atividades comerciais levadas a efeito pelos navegadores. Essa expansão derivou do desenvolvimento do comércio continental europeu que, até o século XIV, era quase que unicamente terrestre (PRADO JÚNIOR, 2004).

---

<sup>30</sup> Segundo Oro (2002, p. 239), quatro bulas expressam os privilégios pontifícios concedidos à Espanha: "*Bula Inter caetera (3-V-1493), concediendo a los reyes españoles la tierras y pueblos que se descubran hacia Occidente que no estén en la dependencia de ningún príncipe cristiano. Bula Eximiae devotionis (3-V-1493) concediendo a los reyes de España los privilegios que los reyes de Portugal tenían para sus descubrimientos. Bula Inter caetera (4-V-1493) estableciendo la línea de demarcación de los descubrimientos entre España y Portugal. La Bula Dudum siquidem (26-IX-1493) que, cerrando el ciclo anterior, otorgaba a los Reyes de España el título de posesión sobre nuevas tierras por descubrir que estuviesen al este, al sur y al oeste de la India, que según las bulas precedentes no correspondían al Rey de Portugal*".

<sup>31</sup> Cristóvão Colombo nasceu em 1451 e morreu em 1506, em Valhadolide. Formado na escola de Gênova, da Inglaterra e de Portugal, de Madeira e Guiné, organizou quatro viagens em direção à América (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

O chamado “Século de Ouro” espanhol apresentava uma característica relativamente nova dessa mudança: os navegantes espanhóis, ao empreenderem a expansão territorial, contribuíram para ampliar descobrimentos e conquistas, bem como mobilizaram recursos para se estabelecerem em regiões como o norte da África e partes da Ásia. A esse respeito, Gruzinski (2010) entendeu que as navegações possibilitaram aos espanhóis acumular novas experiências e conhecimentos, além de saciar sua sede de ouro e de metais preciosos e também estimular o entusiasmo evangélico. Em nome de tais objetivos, homens e mulheres migraram livremente ou forçosamente, a exemplo, entre outros, de negros africanos. Com o deslocamento, objetos, crenças, ideias e instituições se multiplicaram fora do território europeu.

Se os homens adquiriram consciência das dimensões dos territórios e oceanos, também questionaram as certezas teológicas de um mundo estável, as quais ruíam em suas bases, na medida em que a Europa medieval se transformava econômica e politicamente. O desenvolvimento científico, amparado pela observação metódica e sistemática da natureza, sujeita às leis matemáticas e às comprovações, desafiava a lógica aristotélica que predominava na escolástica. O espírito científico e a cultura humanista, uma das tendências intelectuais mais importantes da época, indicavam nova compreensão de mundo e de homem que não se ajustava à teologia cristã. Era, sobretudo, expressão de uma época que abria não apenas novas rotas marítimas, mas, também, o pensamento.

O movimento expansionista dos espanhóis, no entanto, não foi possibilitado pela curiosidade dos que se aventuraram no Atlântico, apesar das revoluções no campo das ciências modernas. As motivações tinham outras origens: elas se sedimentavam nas condições dessa época, entre as quais se destacavam as atividades comerciais, favorecidas pela demografia. Apesar da Peste Negra, que devastou o Velho Mundo e de sucessivas crises agrícolas, ocorreu um aumento populacional significativo no século XVI em muitas regiões da Espanha, sobretudo na de Castela e na de Andaluzia<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Segundo Martín, o século XVI representou o auge do desenvolvimento urbano. As cifras demográficas não são seguras, mas estima-se que o número de cidades espanholas com 10.000 ou mais de habitantes passou de 20 em 1500 a 37 até 1600, isto é, foi um crescimento de 85%, quando a média europeia foi de 43% (MARTÍN, 2000).

Com base nesse processo, pode-se inferir que, na Espanha, com uma população e uma economia em crescimento, a pressão por abastecimento, terras e novas rotas, tornou-se necessária. O crescimento demográfico possibilitou uma distribuição da população e criou novas necessidades de alimentos, cuja procura fez os preços dispararem. As exigências deixaram de ser apenas de alimentos para ser também de metais preciosos, fundamentais para a cunhagem de moedas. Assim, os que atravessaram o Atlântico, fizeram-no pelo interesse em encontrar metais preciosos e adquirir terras, já que o subsolo europeu era escasso em ouro.

Os metais preciosos tiveram um papel importante no desenvolvimento das navegações, mas não foram únicos. Na Espanha dos Quinhentos, as invenções técnicas cumpriram destacada função na expansão marítima, entre elas as caravelas e a bússola. De acordo com Pérez-Mallaína (1992), a navegação por amplas extensões oceânicas trazia problemas mais complexos que a dos mares do interior, como o Mediterrâneo e o Báltico. Em princípio, existia a imediata questão das distâncias e, por isso, era preciso encontrar um meio mais adequado e que se adaptasse às circunstâncias. As caravelas foram projetadas para ter maior capacidade de carga e de navegação. A bússola, por sua vez, contribuía com a capacidade dos marinheiros em observar o posicionamento dos astros para se orientar e oferecia maior segurança nas navegações.

Ao uso de instrumentos de navegação, somavam-se os longos anos de experiência de marinheiros que tinham familiaridade com os mares. Desde o início do século XV, a navegação era praticada na costa africana, o que possibilitou formar uma geração de marinheiros experimentada. A posição privilegiada da Península Ibérica foi um dos fatores decisivos para formar uma tradição marítima, o que contribuiu para torná-la protagonista nas conquistas atlânticas.

Dessa maneira, ao considerar os princípios conjunturais associados às conquistas oceânicas, cumpre destacar o papel do Estado e da Igreja. Ainda que os empreendimentos marítimos tenham sido realizados em nome da Coroa, quase sempre eram financiados pelos próprios navegantes, a quem cabia a árdua tarefa de angariar recursos. Nesse sentido, é importante enfatizar que, se o Estado não financiava sistematicamente as navegações, “[...] ele exercia algum controle sobre

as consequências das descobertas e conquistas, por meio da concessão de licenças ou contratos de exploração e ocupação” (RESTALL, 2006, p. 129).

O Estado garantia seu papel na concessão dos títulos de propriedade, os *adelantados*, e do direito do descobridor de explorar os territórios por eles descobertos<sup>33</sup>. Em troca, recebia o *quinto real* das riquezas produzidas. Os investimentos realizados por navegantes e seus financiadores eram compensados pelo comércio, pela exploração do ouro e da prata e de outras atividades econômicas, como a *encomienda*<sup>34</sup>. As contrapartidas concedidas pelo Estado iam além da natureza econômica: com o reconhecimento dos méritos das conquistas, vinham os privilégios e títulos.

Diante das circunstâncias apresentadas, infere-se que, se havia interesses materiais e políticos que impulsionavam as navegações, os espirituais também se apresentavam, pois as reformas possibilitadas por Cisneros estimularam o espírito missionário de religiosos, face às possibilidades que a descoberta do Novo Mundo podia oferecer<sup>35</sup>. No Novo Mundo, a missão religiosa ganhou dimensões continentais muito mais amplas do que as cruzadas significaram. Ela seria uma extensão das querelas religiosas que perpassaram pela segunda metade do século XV e por todo o XVI. Assim, se no período anterior às descobertas as lutas estavam centradas no combate aos mouros e judeus, se pode afirmar que as terras

---

<sup>33</sup> “Na Espanha, título dado ao governador de um território de fronteira (Múrcia, País Basco). No século XIII, os territórios do reino de Castela que confinavam com reinos muçulmanos estavam colocados sob a autoridade de um *adelantado de frontera*. Nas Índias, título dado ao descobridor ou ao futuro descobridor de um território particular cuja conquista deveria efetuar” (BERNARD; GRUZINSKI, 1997, p. 593).

<sup>34</sup> “Instituição ibérica transposta para as Antilhas por Ovando (1503), para o México por Cortés e para o Peru por Pizarro [...] Nas Antilhas e no México, a *encomienda* cessou de corresponder a uma dotação de terras: o *encomendero* – titular da *encomienda* – tornou-se beneficiário do trabalho forçado dos índios. Recebia dos indígenas, que lhe tinham sido entregues, um tributo, assim como um serviço pessoal, em troca da assistência material e religiosa que, em princípio, devia prestar-lhes. A instituição representa um meio termo entre a escravidão pura e simples e o princípio do trabalho livre desejado pela coroa” (BERNARD; GRUZINSKI, 1997, p. 606).

<sup>35</sup> Para Oro (1993), reforma e missão haviam nascido no mesmo tempo e a presença de franciscanos junto aos primeiros exploradores, a exemplo de Bernardo Boil (1445-1505/9), contribuiu para o estabelecimento de uma vocação missionária. Cisneros, por meio dos primeiros religiosos presentes no Novo Mundo e que retornaram para a Espanha, foi informado das atividades realizadas por eles e das dificuldades que tiveram em aprender a língua e a tradição dos nativos, por isso, ocupou-se em sistematizar missões religiosas no continente americano, a partir de 1500, privilegiando a participação da ordem fundada por Francisco de Assis.

americanas foram concebidas pelas ordens religiosas como uma promessa messiânica, pois, que aspiravam restaurar os ideais da igreja primitiva.

A igreja pôde, mediante o apoio da Coroa Espanhola, ampliar a conversão dos que considerava infiéis, tradição que remontava à Reconquista. Ela participava diretamente, por meio de seus representantes, das conquistas marítimas, pois lhe interessava ampliar os ideais do cristianismo. Na realização e defesa de seus princípios evangélicos, a religião cristã também garantia, segundo Elliott (1998), a sanção moral que elevava a pilhagem ao nível de cruzada.

Dessa maneira, o cristianismo se instituiu na América junto com o soldado e o mercador, e fez parte da construção da sociedade colonial, cujo capítulo mais importante que constitui um dos interesses deste estudo, foi a Conquista do México, por Hernán Cortés. O estabelecimento dos espanhóis no México não aconteceu isoladamente das transformações sociais do continente europeu, em particular da Espanha, mas a elas estava subordinado. O encontro do Velho Mundo com o Novo Mundo estava diretamente associado às questões econômicas, políticas e religiosas estabelecidas na Espanha. Os homens que embarcaram nas aventuras marítimas, como Hernán Cortés, estavam imbuídos dos valores antigos e novos e, como tais, expressavam as mudanças e contradições de sua época.

### 3 HERNÁN CORTÉS: A ESPADA E A CRUZ NA CONQUISTA MILITAR DO MÉXICO

*“Amigos, sigamos la cruz, porque si fe tenemos, en esta señal venceremos”* (Lema da bandeira de Hernán Cortés).

Uma das questões enfrentadas pelos historiadores, dedicados às pesquisas sobre o México, é como analisar o fato de que um punhado de aventureiros, liderados por Hernán Cortés, tenha conseguido conquistar um dos maiores impérios do altiplano mexicano. Embora a resposta a esta problemática não seja a preocupação neste capítulo, tem sua relevância: os espanhóis, que se arriscaram em um mundo desconhecido, empenharam-se em conquistar territórios e, para garantir suas possessões, buscaram meios de ocidentalização dos *mexicas* ou astecas,<sup>1</sup> implantando as formas de vida europeias.

Para o propósito deste estudo, interessa considerar que, na Conquista do México, que pode ser vista como uma das aventuras mais significativas dos Tempos Modernos, os conquistadores não se limitaram aos escassos recursos bélicos para subjugar os nativos, mas atuaram para garantir sua docilização contínua pela ação de outros agentes, os religiosos, que tinham, entre seus objetivos, aumentar os fiéis da igreja. Estes se empenharam em direcionar esforços para uma dominação espiritual. Para tanto, cumpre destacar o papel daquele que é apontado como um dos principais personagens desse empreendimento, que soube articular as duas fases da Conquista, a militar e a espiritual: Hernán Cortés.

---

<sup>1</sup> Mais conhecidos com o nome de astecas, que designa apenas seus ancestrais longínquos originários de *Aztlán*. Nômades, instalaram-se no vale do México e fundaram, em 1325, a cidade de *México-Tenochtitlán*. Dominaram a região e formaram a Trílice Aliança com *Texcoco* e *Tacuba*, em 1428, período em que expandiriam seus domínios até a chegada dos espanhóis (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

### 3.1 AS ORIGENS DE HERNÁN CORTÉS

Os ossos de Hernán Cortés Monroy Pizarro Altamirano se encontram depositados na pobre igreja de Jesus Nazareno, na Cidade do México<sup>2</sup>. Sobre o túmulo, apenas uma placa pequena de bronze, com a inscrição: “*Hernan Cortes, 1485-1547*”. A simplicidade não poderia ser mais ilustrativa: ela se deve ao seu papel crucial na destruição do México indígena. Cortés é tido como uma personagem ambígua e controvertida, amada e odiada. Para alguns, desperta o ódio por causa das ações belicosas que levaram ao extermínio de muitos nativos, com o apoio de tribos rivais. Em outros, prevalece o sentimento de heroísmo pela capacidade estratégica de conquistar, com poucos recursos, um império que se estendia por todo o vale mexicano. Para além de assumir uma condição ou outra, o fato é que ele teve importante participação nas violentas guerras travadas entre espanhóis e os astecas, que possibilitaram conquistar o México, tornando-o colônia espanhola.

O trauma da Conquista, que foi conduzida por Cortés, é, ainda hoje, como afirmou Martínez (1992), uma chaga que permanece viva no México. Esse ressentimento a que o historiador se refere ilustra o impacto dos acontecimentos que levaram à destruição do império governado por *Motecuhzoma Xocoyotzin*, o último soberano *mexica*, morto durante a tomada de *Tenochtitlán*, em 1520<sup>3</sup>. Com pouco mais de 500 espanhóis e o apoio de tribos rivais dos *mexicas*, como também são chamados, Cortés, depois de dois anos de cerco e tentativas, triunfou sobre os guerreiros mexicanos, que resistiram o que puderam para evitar a tomada de sua cidade.

A capitulação dos astecas assegurou a Cortés um lugar de relevo na história do continente americano: seu protagonismo, na principal conquista do Novo Mundo,

---

<sup>2</sup> O nome de Hérnan é grafado em mais de uma forma. O próprio Cortés, em suas *Cartas de Relación*, assina diferente: “no preâmbulo da Primeira *Carta de Relación* ou *Carta de Cabildo*, ele assina Hernando” (CORTÉS, 2004a, p. 3) e também “se autorrefere a Fernando” (CORTÉS, 2004a, p. 12); “na *Segunda Carta de Relación*, datada de 30 de outubro de 1520, o autor utiliza Hernán e também assina Fernán” (CORTÉS, 2004a, p. 121). Preferimos nos referir apenas a Hernán, como ficou consagrado pela historiografia.

<sup>3</sup> Também conhecido por *Montezuma* ou *Moctezuma II*, nasceu em 1466 e morreu em 1520. Sucedeu seu tio *Ahuítzolt* (1486-1502) no governo dos astecas até sua queda (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

contribuiu para formar o que Jacques Lafaye (1999b, p. 14) chamou de primeiro “[...] *gran imperio colonial de los tiempos modernos*”. A sua ação, estrategicamente montada para conquistar aquela que é considerada a maior cidade pré-hispânica, foi crucial para desencadear a “[...] *penetración profunda en la América*” (LAFAYE, 1999b, p. 56), garantindo a expansão territorial da Espanha, a exploração econômica dos recursos nativos e a cristianização dos nativos.

Esses episódios, que indicam o processo de transformação possibilitado pela Conquista, foram associados a Cortés, o que cooperou para formar uma imagem “mítica” do capitão espanhol, associada a um herói ou a um vilão<sup>4</sup>. Mas quem foi o homem que articulou uma das mais espetaculares ações militares do continente americano? Que meios e recursos usou para tomar o maior império da América pré-hispânica? Não se limitando a uma interpretação simplificadora, que compromete a historicidade do personagem, é preciso compreendê-lo dentro das condições históricas em que viveu, nas circunstâncias da Espanha em que nasceu.

Contemporâneo da ascensão dos Reis Católicos, o jovem Cortés se familiarizou com a conquista de Granada e com os relatos das descobertas das Índias, que poderiam oferecer uma alternativa de vida para homens da região onde nasceu, a Extremadura.

O seu nascimento e os primeiros anos de vida são incertos. São escassos os dados sobre sua biografia e os que há, são conflitantes. As informações sobre o dia do nascimento, a infância e adolescência, por exemplo, são praticamente inexistentes. A respeito de sua adolescência, Hernán Cortés, apesar de ter redigido

---

<sup>4</sup> A conquista dos astecas rendeu a Cortés interpretações diversas: Bartolomé de Las Casas (2010) o considerou responsável pelo massacre e danos aos nativos. Em sua *Brevíssima relação sobre a destruição das Índias*, escrita em 1552, não poupou esforços para atribuir aos espanhóis e a seu capitão a responsabilidade pela destruição de *Tenochtitlán* e as duras consequências da guerra para os nativos. Posicionou-se criticamente contra Cortés que agiu impiedosamente contra os astecas, que Las Casas (2010, p. 496) considerava ser as gentes “mais humildes, mais pacientes, mais pacíficas e quietas, sem richas nem bulício”. Gerônimo de Mendieta (1870), ao contrário, considerou Cortés um “herói”, um “salvador”, comparando-o a Moisés, uma vez que libertou os nativos de uma crença que adotava sacrifícios humanos. Para Mendieta (1870, III, 1), Cortés é um eleito de Deus que estava destinado a “*abrir la puerta y hacer camino á los predicadores de su Evangelio en este nuevo mundo, donde se restaurase y se recompensase la Iglesia católica con conversión de muchas animas*”. Beatriz Aracil Varón (2009) considerou que a visão heroica também foi idealizada pelo próprio Cortés e que foi assumida pela literatura e parte da historiografia posterior. Segundo ela, em suas *Cartas de Relación*, Cortés apresenta um modelo heroico de conquistador, que assimilou padrões prévios da tradição europeia e as distintas vertentes de seu tempo. Cortés, consciente da grandeza da conquista, elaborou uma imagem de si mesmo como herói, assumida pela tradição posterior.

muitos documentos e cartas, escreveu muito pouco ou nada<sup>5</sup>. Os escritos que informam suas origens são quase sempre apologias do seu caráter de conquistador, a exemplo de Francisco López de Gómara<sup>6</sup>, ou registros que condenam veementemente sua cruzada contra os nativos americanos, como é o caso de Bartolomé de Las Casas<sup>7</sup>.

Apesar das opções assumidas por informantes e cronistas antigos, como os já citados, eles servem como ponto de referência para compreender as origens do conquistador espanhol e contribuem para situar as ações e opções tomadas por Cortés. No que diz respeito às suas raízes, os cronistas apresentam, pelo menos, um ponto em comum: nasceu em *Medelín*, na Espanha, e era filho de uma família de fidalgos. Seu pai se chamava Martín Cortés de Monroy e a mãe Catalina Pizarro Altamirano; segundo informações do capelão Francisco López de Gómara (2007), eram de poucas posses e viviam basicamente do que conseguiam produzir<sup>8</sup>. O pai, na juventude, seguiu carreira militar e a mãe foi descrita como uma mulher religiosa e piedosa. Gómara (2007, p. 8) não oferece muito, além do fato de mencionar que Cortés não teve boa saúde e que era “[...] bullicioso, altivo, travieso, amigo de armas”.

Ainda que não concordasse com Gómara (2007), por considerar que ele escreveu apenas o que interessava a Hernán Cortés transmitir, Las Casas (1956) também mencionou, em sua *Historia de las Índias*, com certo desdém, que o conquistador era um falador e dado a gracejos. Contraditoriamente, o dominicano, que o conheceu, registrou que ele “[...] era muy resabido y recatado, puesto que no mostraba saber tanto ni ser de tanta habilidad como después lo mostro en cosas arduas” (LAS CASAS, 1956, p. 105).

Não se sabe com precisão que tipo de educação o conquistador recebeu. A primeira biografia sobre Cortés, *De rebus gestis Ferdinandi Cortesii*, de autoria

<sup>5</sup> Além dos textos assinados por Cortés, existem outros que foram ditados ou escritos a seu pedido. Esses documentos estão reunidos na coleção organizada por Martínez, nos *Documentos cortesianos*. México, em quatro volumes (MARTÍNEZ, 1993).

<sup>6</sup> É biógrafo de Cortés. Nasceu em 1511 e morreu em 17 de julho de 1566. Foi capelão de Cortés na desastrosa expedição de Argel, em 1541. Redigiu *Historia de la Conquista de México*, publicada em 1552, que é a segunda parte da *Historia General de las Índias*.

<sup>7</sup> Las Casas nasceu em Sevilla, em 1484, e morreu em 1566. Foi um dominicano defensor dos indígenas. Entre suas obras principais, destacam-se *Historia de las Índias* (1562) e *Apologética Historia Sumaria* (1563).

<sup>8</sup> Segundo Elliott (2012), homens que chegaram ao Novo Mundo pertenciam, quase todos, à pequena nobreza rural e às classes inferiores, pois a alta aristocracia não tomou parte da conquista, já que via a perspectiva da imigração com desagrado.

incerta, limita-se a afirmar que o “[...] *niño fue educado y formado por sus padres en casa, con santidad y libertad*” (DE REBUS..., 2007, p. 87), o que é aceitável para os padrões educativos de uma criança do século XV, ou seja, receber uma formação “prática” e religiosa.

Sobre a educação acadêmica de Hernán Cortés, as informações são desconhecidas e também incertas: Gómara (2007) informa que, aos 14 anos, ele foi estudar em Salamanca, onde esteve por dois anos aprendendo gramática. Retornou a Medelim logo depois, para decepção de seu pai que desejava que o filho aprendesse direito e seguisse essa profissão. Essa mesma informação é compartilhada por Las Casas (1956, p. 105), que mencionou ser Cortés um homem que tinha certas vantagens “[...] *porque había estudiado leyes en Salamanca y era en ellas bachiller*”.

No entanto, pairam dúvidas sobre a presença de Cortés em Salamanca, já que não há registros de sua passagem. Segundo Martínez (1992), os arquivos da universidade não apresentam rastros da passagem de Cortés. O próprio Cortés não apresenta em seus textos nenhuma informação que evidencie sua formação acadêmica, o que levanta o questionamento de onde ele teria aprendido conhecimento em jurisprudência, já que assumiu funções burocráticas, a de secretário, assim que aportou em Cuba, em 1504.

Para Demétrio Ramos (1992), é improvável que tenha, em dois anos, se formado em Direito, já que o curso em Salamanca era de cinco anos. Além disso, a formação em Gramática é também questionada porque não havia escolas organizadas com essa finalidade, o que só ocorreu, segundo esse autor, a partir de 1538. A hipótese mais provável, defendida por Ramos (1992) e, antes dele, por Carlos Pereyra, é que, entre os anos de 1501 a 1503, Cortés tinha recebido formação em jurisprudência, em Valhadolide, sob a tutela de um tio, Francisco Núñez de Valera, funcionário do Real Conselho de Castela, com quem ainda aprendeu o latim<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tanto Ramos (1992) quanto Carlos Pereyra (1969), em seu livro *Hernán Cortés*, publicado em 1941, sustenta essa posição baseando-se, em grande parte, em Juan Suárez de Peralta (1535-1590), um mestiço mexicano sobrinho de Catalina Suárez, primeira esposa de Cortés. Em 1589, Juan Suarez de Peralta (1992, p. 499), que não conheceu o conquistador do México, escreveu que ele “[...] *púsulo por obra, y salió de Medellín, y proseguió de irse a Italia, y proseguió su intento, y fuese por Valladolid donde estava la Corte. Allí se asentó con un escribano, donde estuvo más de un año, y aprendió a escribir, y tomó notas y estilo de escribanos, lo cual sabía muy bien hacer [...]*”.

Não obstante as controvérsias que pairam sobre Cortés e sua formação acadêmica, o certo é que o conquistador do México tinha o domínio da escrita, como atestam os documentos por ele redigidos e endereçadas a Carlos V, que revelam significativo manejo de noções jurídicas adquiridas, pelo que consta, na Espanha e, depois, em Cuba. Esses conhecimentos foram cruciais na descrição do que viria a descobrir, o *orbe* mexicano, e a conquistar e, por isso, são fundamentais para o entendimento da trajetória de Cortés, que se iniciou quando decidiu embarcar para o Novo Mundo.

### 3.2 ENTRE AS LETRAS E AS ARMAS, A “AMÉRICA” COMO PERSPECTIVA

As letras parecem não ter sido a primeira opção de Cortés, embora gostasse de ler, principalmente romances de cavalaria, então na moda. Para jovens como Cortés, dado a aventuras, as armas atraíam mais. Essa atração pelas armas Cortés a demonstrou durante a Conquista, quando o manejo delas, além da cavalaria e das técnicas de guerra, foram fundamentais para vencer os nativos. Segundo informações que se apresentam nos escritos cortesianos, ele demonstrou ser experimentado no combate corpo a corpo e na elaboração de táticas, atributos que requeriam muita prática e formação. Nesse aspecto, importa considerar que Cortés, de acordo com Juan Miralles (2004), era um *escudero*, isto é, integrante de um conjunto de homens de certa condição social, cuja aspiração social era a de ser cavaleiro armado ou fidalgo.

Para um jovem remediado e de cidade pequena, as opções para ascender socialmente não deveriam ser muitas. Nesse caso, as grandes navegações representavam uma perspectiva para homens que preferiam as armas e não a academia. O desenvolvimento das conquistas marítimas, que atravessou todo o século XVI, contribuiu, por extensão, para formar uma geração de homens, os conquistadores, que geralmente buscavam nas possessões americanas uma promoção que a Espanha não podia garantir. Esses conquistadores, segundo

Lafaye (1999a), eram, na maior parte pobre, filhos da pequena nobreza militar que, ao fim da Reconquista, puseram-se à disposição para novos combates.

No caso de Hernán Cortés, restara-lhe o caminho mais evidente, porém, incerto: as rotas marítimas que o levariam, assim acreditava, à fortuna, com o ouro. De acordo com Gómara (2007), o jovem fidalgo poderia ter escolhido dois caminhos: o primeiro era Nápoles, em companhia do capitão Gonzalo Hernandez Córdoba<sup>10</sup>, e o segundo era o do Novo Mundo, com Nicolás de Ovando<sup>11</sup>, seu parente e designado governador da Ilha de Hispaniola, em 1501<sup>12</sup>. Optou pelo segundo, mas, devido a um contratempo, não pôde embarcar com Ovando: para Gómara (2007), Cortés havia se ferido ao cair de um muro, quando tentava flertar com uma mulher casada.

Por causa da queda e por estar doente, Cortés perdeu o navio de Nicolás de Ovando. Já recuperado, pensou em ir a Valência, mas, segundo consta, ficou um ano em Valhadolide, onde aprendeu o ofício de escrivão. Segundo consta, passados os contratemplos e após uma vida agitada na Espanha, ele, com a aprovação dos pais e um pouco de dinheiro, conseguiu, finalmente, embarcar numa frota de mercadores, liderada por Alonso Quintero.

É provável que a escolha de Cortés pelo Novo Mundo tenha sido fruto da necessidade e da conjuntura favorável, uma vez que as circunstâncias apresentadas eram adequadas para quem quisesse tentar a sorte nos territórios que estavam sendo conquistados. Nessa época, reguladas pelo governo, por meio da Casa de Contratação e do Conselho das Índias (1503), as atividades possibilitadas pelas navegações atraíam homens como Cortés, conquistadores que não são mais

---

<sup>10</sup> 1453-1515. Conhecido como o “Grande Capitão”, por suas habilidades com estratégias militares. Participou das negociações que puseram fim à tomada de Granada, em 1492 e também das campanhas espanholas em Nápoles.

<sup>11</sup> 1460-1511. “Nomeado governador de Hispaniola em 1501, Ovando acabava de reformar a ordem militar de Alcântara. Inspirando-se na experiência da reconquista e na ocupação das Canárias, refundou a cidade de São Domingos, primeira cidade da América, desenvolveu o sistema da *encomienda* e instaurou as bases econômicas e institucionais da colonização espanhola das Antilhas” (BERNARD; GRUZINSKI, 1997, p. 621).

<sup>12</sup> Espanhola ou Hispaniola, ilha descoberta por Colombo, em 1492 e que hoje corresponde à ilha das Grandes Antilhas, ocupadas pelo Haiti e São Domingos. Essa ilha foi até 1507 o único lugar do Novo Mundo habitado por espanhóis. Ali existiam governos, conventos, escolas e sede episcopal e dela saíam expedições para explorar e conquistar a península (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

repetições do guerreiro medieval porque se arriscam nos espaços abertos e desconhecidos, como sugere Octavio Paz (2006).

Segundo relatos de Gómara (2007), Cortés fez vela em 1504, quando tinha 19 anos. A viagem que o levaria a Santo Domingo, na ilha Hispaniola, teve contratempos e perigos: em primeiro lugar, Alonso Quintero, para chegar antes de outros navios mercadores e lucrar com o preço alto das mercadorias que levava, embarcou à noite e em segredo; porém, devido ao mau tempo, o mastro da vela se quebrou. Este incidente fez com que retornassem ao ponto de origem para reparar o mastro. Em segundo lugar, Quintero novamente se adiantou, colocando, segundo Gómara (2007, p. 47), “[...] *la esperanza de la ganancia en la presteza del camino*”; contudo, Francisco Niño de Guelva, que era piloto, não sabia guiar o navio e perderam-se. O chefe culpou o piloto e este seu chefe. A perda da direção e os desacordos a bordo levaram à falta de comida e de água potável, situação que os obrigou a beber água da chuva.

Passados os contratempos – e não se sabe como Quintero encontrou o rumo –, Hernán Cortés chegou num domingo de Páscoa, em Hispaniola. Nesse lugar, ele permaneceu por sete anos, realizando pequenas expedições. Lá, os espanhóis se estabeleceram para explorá-la com a força do trabalho nativo. As ações predatórias do trabalho, somados aos maus tratos, resultaram em uma catástrofe: a fome e a violência praticadas levaram ao extermínio dos nativos, como denunciou Las Casas (2010). Segundo o dominicano, os cristãos, para saciar a sede de ouro e riquezas, não se contentavam com os recursos oferecidos pelos nativos, que eram poucos. Além dos pesados trabalhos a que estavam submetidos, eram-lhes imputados castigos, violência e mortes.

Os cristãos, com seus cavalos, espadas e lanças começavam a fazer matanças e estranhas crueldades com eles. Entravam nos povoados. Não deixavam crianças, nem velhos, nem mulheres grávidas ou paridas sem que lhes rasgassem os ventres e as fizessem em pedaços, como se dessem com alguns cordeiros dentro de seus apriscos (LAS CASAS, 2010, p. 499).

Em suas *Cartas de Relação*, Cortés (2004a) também não mencionou as atividades realizadas nessa ilha, entretanto, é certo que recebeu apoio de Nicolás de

Ovando e granjeou terras para lavrar e alguns índios por *encomienda*. O capitão também trabalhou como escrivão, em *Azúa*, cidade fundada por Ovando; no entanto, essas atividades não possibilitaram o que desejava alcançar: enriquecer com o ouro. A fortuna, nessa ilha, parecia-lhe escapar, já que não oferecia quantidades significativas de ouro.

Se ele não obteve o sucesso econômico que almejava, os anos lhe serviram para estabelecer contatos importantes, entre os quais o de Diego Velázquez, governador de Cuba<sup>13</sup>. Em 1511, o filho de Colombo, Diego Colombo, havia designado Velázquez para explorar a ilha de Cuba; este, por sua vez, convidou Cortés para acompanhá-lo na exploração<sup>14</sup>. Era a oportunidade que Cortés ansiava, pois passou a assumir atribuições que o destacariam e o revelariam: além de cuidar do butim e do quinto, o imposto do rei, ele se sobressaiu nas funções de secretário e, por isso, ganhou a confiança de Velázquez, que deu a ele alguns nativos. Em função de suas atividades, em Santiago de Baracoa, fundada em 1511, alcançou alguns frutos importantes, como uma fazenda. Também teve uma filha mestiça, Leonor Pizarro, e foi nomeado *alcaide*, autoridade municipal com poderes jurídicos. Essa atribuição era resultado de suas ligações com Velázquez e da experiência jurídica que havia acumulado.

Cortés, desde a Espanha, demonstrou certa argúcia em se aproximar de pessoas influentes para se manter informado e granjear oportunidades. Esforçava-se, sobretudo, para obter reconhecimento das autoridades locais. De acordo com Bernard e Gruzinski (1997), as relações no Novo Mundo dependiam de redes de alianças, de cumplicidade e favores prestados ou por prestar. O governador de Cuba, Velázquez, por exemplo, graças às suas amizades metropolitanas, dispunha de ampla margem de ação, levando uma vida faustosa. Ele, em função dos contatos e autoridade que tinha, distribuía índios de acordo com seus interesses, retinha o ouro que podia, subornava uns e desagradava a outros. Velázquez, limitado pela

---

<sup>13</sup> Diego Velázquez de Cuellar chegou em 1493 com uma expedição de Colombo. Nasceu em 1475 e morreu em 1526. Foi governador de Cuba, em 1511, e enviou Cortés para o México (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

<sup>14</sup> Filho mais velho de Colombo, nasceu em 1480 e morreu em 1526. Foi governador da Hispaniola, sucedendo Ovando. (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

obesidade, governava sem se deslocar e, por isso, patrocinava e controlava de longe as expedições que promovia.

A restrição física de Diego Velázquez o obrigava a manter vínculos com subordinados, os secretários. Cortés, um deles, soube se aproveitar dessa fragilidade do governador, às vezes agindo sem o conhecimento de seu chefe. A proximidade que ele manteve com o governador de Cuba abriu as oportunidades que uma autoridade política poderia oferecer. Hernán Cortés, a mando de Diego Velázquez, executava suas ordens e ofícios e até chegaram a realizar negócios juntos, mas a fama de ambicioso e a tendência donjuanesca de Cortés levaram a uma incompatibilidade entre os dois.

Entre os motivos do desgaste da relação estava o de um suposto envolvimento de Cortés com um grupo de colonos, descontentes com a pequena quantidade de índios que recebera para o trabalho na lavoura. Cortés fora encarregado pelo grupo de levar papéis e queixas aos juízes de apelação, representantes da Coroa Espanhola, recém-chegados em terras americanas. Diego Velázquez, por sua vez, sentindo-se ameaçado, mandou prendê-lo em um navio para enviá-lo a Santo Domingo, com a ameaça de enforcamento.

Na iminência de ser enforcado, em 1514, Cortés conseguiu escapar do navio em que estava preso e encontrou refúgio em uma igreja, onde permaneceu alguns dias. Velázquez, em seu encalço, descobriu onde Cortés se encontrava e o prendeu novamente; no entanto, perdoou-o. Apesar de restabelecida a aliança, por motivo desconhecido, as desavenças surgiram com um novo episódio: Juan Suárez ou Juárez, o *encomendero* com quem Cortés compartilhava sua *encomienda*, trouxe a Santo Domingo a sua mãe, Maria Marcaida, e suas irmãs, para que estas se casassem com homens ricos. Cortés cortejou Catalina Suárez Marcaida (?- 1527) e Diego Velázquez, outra irmã. Cortés fez promessas de casamento, porém não mostrou interesse em cumprir a palavra. O governador de Cuba, tomando as dores da cunhada, obrigou Cortés se casar e, ante a sua recusa, prendeu-o novamente (THOMAS, 1995).

Cedendo à pressão ou querendo se livrar do problema, Cortés desculpou-se com Velázquez e convidou-o a ser seu padrinho de casamento, ao que parece

realizado em 1514 ou 1515. Nem Las Casas (1956) nem Gómara (2007) afirmam que o casal teve filhos; entretanto, asseguraram que viveu relativamente bem, pelo menos até 1518, quando Cortés realizou expedições a mando de Velázquez. Nessa ocasião, Cortés já era um homem rico e experiente e tinha a confiança do governador, que o encarregaria de novas expedições.

As notícias da descoberta de *Yucatán*<sup>15</sup>, por Francisco Hernández de Córdoba e seu piloto Antón de Alaminos<sup>16</sup>, ofereciam possibilidades de obter maiores ganhos, o que fez com que Velázquez se encarregasse de explorá-la, sem Cortés. Duas expedições de reconhecimento foram organizadas: a primeira por Francisco Hernández de Córdoba e a segunda por Velázquez e seu sobrinho Juan de Grijalva<sup>17</sup>.

A primeira expedição, a de Córdoba, realizada em 1517, poria os espanhóis em contato, pela primeira vez, com os templos e casas de pedras brancas das cidades maias de *Campeche* e *Champotón*. Nelas, os espanhóis tiveram seus primeiros contatos com nativos vestidos com longas vestes feitas de plumas e algodão. Descobriam um mundo diferente do que conheciam nas ilhas de Cuba e Santo Domingo: depararam-se com uma arquitetura sofisticada, com povos cujos hábitos e organização social eram mais complexos e sistematizados. Entretanto, a expedição sofreria a resistência indígena: cada vez que desembarcavam para se abastecer de água eram atacados por índios. Os ferimentos e a sede resultariam em desastre e na morte de Hernández de Córdoba, em Cuba (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

---

<sup>15</sup> Cortés (2004a, p. 3-4), no preâmbulo da *Primera Carta de Relación* ou *Carta de Cabildo*, menciona que “a intitularon y llamaron Yucatán, porque los dichos primeros descubridores, como llegasen allá preguntasen a los indios naturales de la dicha tierra que cómo se llamaba aquella tierra, y los indios no entendiendo lo que les preguntaban, respondían en su lenguaje y decían Yucatán, Yucatán, que quiere decir no entiendo, no entiendo”.

<sup>16</sup> Nasceu em 1486 e morreu em 1520. Acompanhou Colombo em sua terceira e quarta viagem e se destacou como um piloto notável. Cortés o contratou para ser seu piloto nas expedições que descobriram o México (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

<sup>17</sup> Originário de Cuellar nasceu em 1489 e morreu em Honduras, provavelmente em 1524. Comandou a segunda expedição para o México e reconheceu Yucatán e Tabasco. Em 1519 reuniu-se à armada de Cortés (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

A primeira expedição não seria um fracasso, apesar da morte da metade dos que embarcaram nessa viagem exploratória. Segundo Antônio de Solís (1874)<sup>18</sup>, os soldados que iam e retornavam, mesmo que feridos, traziam consigo ouro e informações sobre sua existência, detalhes que animaram Diego Velázquez, que se apressou em reunir soldados, preparar navios, alimentos e entregar o comando a Grijalva e aos capitães Pedro Alvarado<sup>19</sup>, Francisco Montejo<sup>20</sup> e Alonso Dávila<sup>21</sup>.

Ainda que Cortés não tivesse participado dessa expedição com Grijalva, ele, na *Carta del Cabildo*, escrita em 10 de julho de 1519, menciona as riquezas em ouro que essas terras continham. Admite ter tido conhecimento dessa informação por meio de Velázquez, afirmando que ele era “[...] movido más a codicia que a otro celo, despacho luego a un su procurador a la isla Española con cierta relación que hizo a los reverendos padres de San Jerónimo” (CORTÉS, 2004a, p. 8), com o objetivo de requerer autorização junto às autoridades da Hispaniola e, por extensão, da Coroa. Era a eles que o governador e as demais autoridades respondiam, o que indica que sua função era limitada. A justificativa de Velázquez, segundo o entendimento de Cortés, era a de que ele desejava explorar ouro, pedras preciosas, entre outras coisas.

Depois de requerer autorização para explorar e obtida a licença necessária, Velázquez fez os preparativos e, em 8 ou 18 de abril de 1518, aproximadamente 250 soldados, em três navios e um bergantim<sup>22</sup>, sob o comando de Grijalva, fizeram vela e percorreram a costa oeste de *Yucatán*, onde avistaram cidades com torres de pedras. Nessa segunda viagem de exploração, os espanhóis descobririam a ilha de *Cozumel*, *Tabasco* e *San Juan de Ulúa*, como indica o mapa abaixo, e receberiam, pela primeira vez, notícias de grandes cidades chamadas de *Culúa* e *Tenochtitán* e de seu senhor, *Motecuhzoma*.

---

<sup>18</sup> (1610-1686).

<sup>19</sup> 1485 a 1541. “Ao lado de Cortés, foi um dos arquitetos da conquista do México. Na ausência de Cortés, ele massacrou uma parte da nobreza mexicana que estava reunida no Templo Maior, desencadeando a revanche indígena” (BERNARD; GRUZINSKI, 1997, p. 621).

<sup>20</sup> Um dos principais conquistadores de Yucatán. Nasceu e morreu na Espanha (1479 a 1553, respectivamente).

<sup>21</sup> Conquistador espanhol que nasceu em 1486 e morreu em 1542.

<sup>22</sup> Pequena embarcação de um só mastro.



**Figura 1:** Expedição de Grijalva – 1518

**Fonte:** <<http://www.athenapub.com/grijalv1.htm>>.

Juan de Grijalva, segundo Gómara (2007), recebeu em *San Juan de Ulúa* emissários de *Moteczuhzoma* que vinham com presentes, entre os quais alimentos, mantas e muitas peças de ouro. Os regalos foram enviados a Diego Velázquez como prova da existência de riquezas e cidades, situadas muito próximas a Cuba. Essa era a notícia que homens, como Velázquez e Cortés, esperavam.

Com vistas a conhecer e conquistar a região, o governador de Cuba se apressou em enviar à Espanha seu capelão, Benito Martín, com peças de ouro para Carlos V, a fim de que obtivesse da Coroa a autorização para explorá-la. Sem esperar a resposta e sem notícias de Grijalva, Diego Velázquez começou os preparativos que levariam à conquista do México.

Nas duas primeiras expedições que levaram à exploração de *Yucatán* e *Cozumel*, Cortés não teve um papel de destaque. Na segunda, especialmente, ele não participou diretamente e só foi assumir uma função relevante na terceira expedição, porque Velázquez o nomeou capitão. O episódio foi controverso, visto que Cortés não era o único a disputar essa posição. Las Casas (1956) alude que Velázquez pensou em nomear um fidalgo da mesma cidade natal, *Cuéllar*, para ser capitão. No entanto, apesar de Baltasar Bermúdez ser amigo do governador, este considerava que ele “[...] *tenía los pensamientos altos y parecía tener de si*

*demasiada confianza*” (LAS CASAS, 1956, p. 416) e que, além do mais, havia pedido condições que desagradaram a Velázquez.

Entre outros candidatos, Hernán Cortés se tornou a opção mais viável para comandar a terceira expedição, embora a preferência desagradasse aos parentes do governador<sup>23</sup>. A seu favor, estava o fato de ele ser bem relacionado e de haver tido, segundo consta, o apoio velado de Andrés Duero, secretário de Diego Velázquez, que o influenciou na decisão. Cortés se refere à sua escolha destacando que o governador o havia preferido por causa dos seus recursos financeiros, condição necessária para a expedição que planejava fazer. Além disso, afirma que Velázquez havia dito que Grijalva fracassara nas missões a ele confiadas. Por sua vez, Velázquez, em suas *Instruções*, de 23 de outubro de 1518<sup>24</sup>, acena outros motivos, que incluem a experiência de Cortés, sua suposta obediência às instruções e a capacidade diplomática.

*Y para ello he acordado de la encomendar a vos, Hernando Cortés, y os enviar por capitán della, por la experiencia que de vos tengo del tiempo que ha que en esta isla en mi compañía habéis servido a Sus Altezas, confiando que sois persona cuerda, que con toda prudencia y celo de su real servicio daréis buena razón e cuentas de todo lo que por mí en nombre de Sus Altezas convenga; y porque mejor guiada la negociación de todo vaya, lo que habéis de hacer y mirar es que con mucha vigilancia y diligencia inquirir y saber, cumpliendo en todo la instrucción que lleváis de sus paternidades [...] (VELÁZQUEZ, 1993, p. 48).*

As *Instruções* sugerem que Velásquez (1993) depositava confiança em Cortés, por acreditar que ele iria cumprir as ordens transmitidas, em nome da Coroa espanhola. Hernán Cortés, no entanto, como homem experimentado e de posse de informações privilegiadas, vislumbrou possibilidades de obter maiores ganhos e

<sup>23</sup> Entre os candidatos, destacavam-se Antonio Velázquez Borrego, parente do governador, Juan de Grijalva e Vasco Porcallo.

<sup>24</sup> As *Instrucciones de Diego Velázquez a Hernán Cortés* é um documento que contém 30 itens, entre os quais se destacam a procura das caravelas de Grijalva, o resgate de marinheiros perdidos, a recomendação de boa conduta com a proibição de jogos de dados e cartas para evitar discórdias, o tratamento aos nativos e, principalmente, o direito de exploração dos territórios que faziam parte do Golfo do México (MARTÍNEZ, 1992).

passou a aspirar posições mais elevadas, entre elas, o reconhecimento de Carlos V, situação que conflitava com a autoridade do governador de Cuba.

Os atos de Cortés, a partir de 1517 e 1518, sugerem que ele havia planejado explorar e conquistar para si os territórios que estavam sendo descobertos. Essa intenção de Cortés pode ser comprovada quando consideramos a atitude que tomou logo após receber as instruções de Diego Velázquez, isto é, a legitimidade jurídica: o capitão começa a dar início a um comportamento rebelde levando-o ao rompimento com seu chefe; isto porque, em síntese, havia mudado de projeto: “[...] *de una expedición de refuerzo, se comienza a dar forma a una fuerza de conquista*” do México (MIRALLES, 2004, p. 75).

### 3.3 ESPANHÓIS ÀS ARMAS: A CONQUISTA DO MÉXICO

Durante quase quatro meses, entre a data da elaboração das *Instruções*, 23 de outubro de 1518, e a data da saída, 18 de fevereiro de 1519, Cortés realizou intensa atividade em Cuba. Seu esforço estava direcionado para reunir pessoal, inclusive os duzentos soldados de Grijalva que já haviam regressado. Comprou armas, navios e mantimentos, que incluíam vinho, azeite, açúcar, favos, milho, porcos, carneiros, toucinho, galinhas, entre outros. Também adquiriu peças de reparos e objetos para trocar (MARTÍNEZ, 1992).

Existem dúvidas quanto à origem do dinheiro que pagou os custos de Cortés. Gómara (2007) sustenta a hipótese de que ele recebeu dinheiro de Velázquez, informação contestada por Las Casas (1956). Ainda que as informações sejam discrepantes, é certo supor que os gastos realizados por ele com dinheiro próprio ou com os empréstimos que contraiu e o penhor de joias, ilustram que Cortés sabia em que estava investindo: demonstra, sobretudo, que os lucros que poderia obter compensavam os investimentos. Velázquez (1993, p. 46) também tivera a mesma percepção de Cortés; “no entanto, não tinha a mesma habilidade: a capacidade de

anteceder os eventos”. Por isso, tratou de limitar seu subordinado com as *Instruções*, que declarava a forma que Cortés havia de se comportar.

Entre os deveres atribuídos a Cortés, constava o de buscar informações sobre os territórios que exploraria e também a incumbência religiosa de atrair os nativos à fé cristã. Nas primeiras cláusulas, Velázquez (1993) menciona que era dever de Cortés prestar serviços em nome da fé cristã, a fim de converter os nativos.

*Primeramente, el principal motivo que vos y todos los de vuestra compañía habéis de llevar es y ha de ser para que en este viaje sea Dios Nuestro Señor servido e alabado y nuestra Santa Fe católica ampliada, que no consistiréis que ninguna persona, de cualquier calidad e condición que sea, diga mal a Dios Nuestro Señor ni a Santa María su madre ni a sus santos, ni diga otras blasfemias contra su santísimo nombre, por ninguna y alguna manera, lo cual ante todas cosas les amonestaréis a todos (VELÁZQUEZ, 1993, p. 48).*

A característica religiosa e moral do primeiro item da *Instrução* representava, sob certo aspecto, um verniz que garantia a legitimidade da exploração, uma vez que Velázquez ainda não dispunha da autorização da Coroa. Velázquez tinha muita pressa em enviar seus navios, por temor de que alguém explorasse antes dele ou porque desejava ser o primeiro a descobrir o estreito que separava *Yucatán* do continente. Os conquistadores acreditavam que, no Oeste, havia uma longa costa, separada por grandes ilhas e por um estreito, levando-os a territórios desconhecidos (THOMAS, 1995).

Somado a isso, Velázquez (1993) também teve o cuidado de mencionar que os novos domínios seriam possessões de Carlos V e seus habitantes vassalos do imperador. Para garantir legalidade, Cortés, ao desembarcar, deveria fazer solenidades na presença de um escrivão e, diante dos nativos, relatar o conteúdo dos documentos e das atas que levava. A ação provocava o estranhamento dos nativos que, pelos limites linguísticos e culturais, ao se depararem com tais cerimônias, não compreendiam o que se passava. No entanto, o que importava para o conquistador não era o entendimento do nativo, mas a garantia de executar um conjunto cerimonial que validasse suas ações.

Se Velázquez foi cuidadoso nas atribuições religiosas e políticas, não o foi com Cortés. Ele mencionou, em um parágrafo, que Cortés deveria apresentar desculpas aos nativos pelos desastres causados por Hernandez de Córdoba. Isso seria a admissão de que houve uma expedição anterior a Grijalva, indicando uma imprecisão quanto aos objetivos pretendidos pelo governador. Até certo momento, a expedição se definia como de exploração; contudo, logo ganhou outra conotação: ao conquistar terras em nome da Coroa, abriu o precedente de que Cortés precisava para a ocupação e o povoamento permanentes (MIRALLES, 2004).

Para dar respaldo à sua pretensão de povoar, Cortés incluiu uma cláusula em que se colocava a serviço da Igreja e do Imperador Carlos V. Essa atitude de Cortés levou ao rompimento com Velázquez, já que ele havia desacatado uma das normas das *Instruções*, a de não povoar. Quando o governador percebeu que Cortés (2004a, p. 12) estava agindo por conta própria, tentou impedi-lo de partir, mas já era tarde: as “[...] diez carabelas y cuatrocientos hombres de guerra, entre los cuales vinieron muchos caballeros e hidalgos y dieciséis de caballo” saíram de Cuba em direção a *Cozumel* e a *México-Tenochtitlán*.

### 3.3.1 As primeiras conquistas de Cortés: Cozumel

Na manhã de 18 de fevereiro de 1519, depois de ter participado de uma missa, Hernán Cortés partiu de *Santiago de Cuba*, no comando de seis caravelas. Outras cinco seriam incorporadas ainda em Cuba e em *Cozumel*. Não levava, Gómara (2007), muito abastecimento, provavelmente devido aos custos da compra dos navios, das armas e dos animais, todos muito caros. Em *Trinidad*, Velázquez procurou impedi-lo de partir: os aliados do governador não quiseram vender para Cortés e, em seguida, Velázquez tentou substituí-lo do comando por Vasco Porcallo de Figueroa. Para isso, o governador procurou atrasar a viagem enviando cartas para seus aliados, a fim de que o prendessem. Diego de Ordaz, subordinado do

governador, ofereceu, segundo relatos de Gómara (2007), um jantar em seu navio, mas, percebendo a trama, Cortés não compareceu e fez vela.

De *Trinidad*, Hernán Cortés rumou em direção a *Cozumel*, numa rota já conhecida e explorada por Grijalva e Francisco Fernández de Córdoba. A frota navegou até Havana e de lá alcançou o Cabo Santo Antônio, extremidade da ilha e, em seguida, aportaram em *Cozumel*, em 27 de fevereiro. No comando das naves estava o piloto-mor Antón de Alamínos, que já conhecia essa rota. Alamínos era um dos pilotos mais experimentados que Cortés levava na expedição. Cortés escolheu pessoalmente os que o acompanharam e, para isso, usou de todos os recursos disponíveis para convencê-los.

A variada condição social dos homens que levava – soldados, mestres de obra, carpinteiros, marinheiros – revelava a capacidade que Cortés tinha em somar esforços e administrar conflitos. Ele já não era mais o jovem de *Medelín*. Aos 34 anos, Cortés havia assumido o comando de uma frota de 11 navios e mais de quinhentos soldados e dois religiosos, frei Bartolomé de Olmedo<sup>25</sup> e o padre secular Juan Díaz (1480-1549) (MARTÍNEZ, 1992).

Conduzir o grupo exigiu de Cortés toda a habilidade e diplomacia para mantê-lo unido em negócios comuns, entre os quais, a promessa de riqueza. Nesse sentido, os anos que passou ao lado de Velázquez lhe foram úteis: conheceu pessoas e aprendeu a fazer diversos negócios. As primeiras provas que testariam sua posição de comandante foram na ilha de *Cozumel*. Bernal Díaz Del Castillo<sup>26</sup> informa que Cortés, quando chegou a *Cozumel*, logo após o navio de Pedro Alvarado, o primeiro a chegar, mandou prender seu piloto, Camacho, porque não o havia aguardado no mar, como fora ordenado. Os marinheiros, por sua vez, começaram a explorar a ilha e, ao encontrar um pequeno povoado, tomaram para si algumas galinhas, mantas e enfeites de um templo; depois, prenderam dois índios e uma índia. Cortés, ao saber, repreendeu Alvarado e mandou que devolvesse os

---

<sup>25</sup> (?-1524) Foi capelão de Cortés e conselheiro para assuntos religiosos.

<sup>26</sup> Bernal Díaz Del Castillo nasceu em *Medina del Campo* em 1492 e morreu na Guatemala em 1585. Participou, ao lado de Pedro Alvarado, na conquista da capital asteca, embora não tenha sido citado por Cortés em suas *Cartas de Relación*. Escreveu *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, ao longo de trinta anos, terminando-a por volta de 1568. O livro só foi publicado em 1632 (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

pertences e pagar as aves com contas de vidro e camisas (DÍAZ DEL CASTILLO, 2009).

A ação de Cortés tinha por objetivo estabelecer a posição de comando e ganhar a confiança de seus homens. O próprio Díaz Del Castillo (2009) afirma que nesta ilha, Cortés começou a exercer posição de mando. Como manifestação de sua autoridade, nas praias de *Cozumel*, antes de prosseguir sua marcha, Cortés fez a revista de suas tropas: contou os soldados, as armas, nomeou Francisco Orozco como responsável pela artilharia e exerceu, pela primeira vez, o mando efetivo de seus soldados.

Além da subordinação de seus homens e de sustentar sua posição de comando, o empenho de Cortés se concentrou em instituir a legalidade de sua ação. Ele não fizera outra coisa senão demonstrar obediência aos *Requerimentos*, de ordem religiosa e política<sup>27</sup>. Dessa maneira, os *Requerimentos* e o apelo a tradição foram usados para empreender guerras por mandato divino, com o objetivo de castigar os que consideravam pagãos e impiedosos e anexar suas terras. Cortés, nesse caso, mostrava-se convencido em seguir a tradição e, por isso, buscou justificar a conquista com argumentos teológicos, oralmente diante da tropa e por escrito ao soberano espanhol (PRIEN, 1996).

Nas primeiras batalhas com nativos, a prática da guerra justa, herança do direito escolástico, foi reclamada por Cortés como parte de sua estratégia de legitimação da rebelião que tinha declarado ao governador cubano.

Com essa prática, em suas *Cartas de Relação*, Cortés (2004a) procurou mostrar a Carlos V a sua preocupação de levar aos nativos, pela força ou pela informação, princípios da fé cristã como meio de inseri-los aos interesses econômicos e religiosos da Espanha. Desta forma, Cortés se apresentou a Carlos V como defensor e servidor do cristianismo, e vassalo fiel ao seu rei, buscando a aprovação e a legitimidade para pacificar e docilizar os nativos e, assim, justificar o uso da força, o que ocorreu a partir de *Tabasco* e em *Cintla*.

---

<sup>27</sup> “Exigência lida para os índios, exortados a se submeterem ao rei de Castela e à Igreja, sob pena de extermínio ou de redução à escravidão. Este texto, incompreensível tanto na forma quanto no fundo, permitia que se legitimasse a conquista” (BERNARD; GRUZINSKI, 1997, p. 625).

Nessa região, em março de 1519, Cortés enfrentaria os primeiros combates e resistências dos habitantes, que avaliariam sua posição de chefia e a capacidade de negociação. A estratégia de Cortés consistia, primeiro, em tentar negociar a paz e fazer pactos. Esgotado esse expediente, dividia seus homens e enviava-os para conhecer a região e, depois, fazer ataques rápidos, usando canhões, a fim de causar surpresa e medo. Tentava, novamente, a negociação, por meio de intérpretes<sup>28</sup> e, depois, realizava trocas de víveres com os nativos. Segundo Demetrio Ramos, Cortés buscava ter presente todos os efeitos, incluindo os psicológicos, pois compreendeu que a reintegração de paz deveria ser interpretada como prova de debilidade (RAMOS, 1992).

Cortés, ao longo da marcha em direção ao centro do México, não se revelou apenas um combatente: era um observador das condições que o cercavam e sabia tirar proveito delas. Dois exemplos ilustram a destreza do capitão para se adaptar às condições que encontrava. Em primeiro lugar, os informantes de Cortés, entre eles *Malinche*, mencionaram sobre a existência de um importante soberano asteca e as crenças *mexicas* as quais apontavam para o retorno de uma de suas divindades, *Quetzalcóatl*<sup>29</sup>. Sabendo disso, procurou usar as crenças a seu favor para confundir os emissários do soberano asteca: ele sempre se apresentava como um homem dotado de poderes sobrenaturais. Em segundo lugar, Cortés descobriu o poder que os *mexicas* exerciam na região e como submetiam outras cidades com seus guerreiros. Por isso, empenhou-se para estabelecer alianças com os rivais de *Moteczuhzoma*, entre eles os *tonacas*, liderados pelo Cacique Gordo e os *Tlaxcaltecas*.

Enquanto Cortés estabelecia alianças com os nativos, por outro lado, tornava-se um rebelde, um fora da lei para Velázquez e para a Coroa. Nesse

---

<sup>28</sup> Dois intérpretes se destacaram nas expedições de Cortés: Malinche e Aguilar. Marina Malintizin nasceu em Painala, na região de Coatzacoalcos. Filha de um cacique dependente de México-Tenochtitlán, foi vendida como escrava. Os caciques de Tabasco ofereceram-na a Cortés, em março de 1519. Ela, que conhecia o maia e o *nahuatl*, língua das astecas, foi usada por Cortés como meio de comunicação entre os nativos. Dela, Cortés teve um filho, Martín (BERNARD; GRUZINSKI, 1997). Aguilar foi um dos principais intérpretes de Cortés. Nasceu em 1489 e morreu em 1531.

<sup>29</sup> *Quetzalcóatl* é uma das principais divindades da religião *mexica*, cujas origens situam-se entre os *mayas*. Entre os *mayas*, ele é identificado como uma divindade agrícola, criadora e ordenadora do cosmos. Também é identificado como Serpente Emplumada: enquanto a serpente se relaciona com os poderes reprodutores da terra e da fertilidade o pássaro é a imagem do céu e suas forças criadoras. Outra identificação é aquela em que associa essa divindade como o deus criador dos *mexicas*, ao vento e ao planeta Vênus (FLORESCANO, 2000).

momento, ele já tinha em mente um projeto mais audacioso: conhecer o soberano asteca e sua cidade e livrar-se da autoridade de Diego Velázquez (MADARIAGA, 2009). Para concretizar seu plano e dar legalidade à sua ação, Hernán Cortés enviou para a Espanha cartas e ricos presentes com a intenção de ganhar do imperador o favor real, isto é, a autorização para povoar. Na tentativa de justificar seus pedidos, em sua *Carta de Cabildo*, denunciava erros de Velázquez em relação às regiões que há dois anos tinham sido descobertas. Essa região não era *Cozumel* (uma ilha) e nem *Yucatán*, mas uma terra nova, mais ampla e rica. Na *Carta de Cabildo*, o autor menciona que as informações de Velázquez não eram corretas.

*Bien creemos que vuestras majestades, por letras de Diego Velázquez [...], las relaciones que hasta a hora a vuestras majestades de esta tierra se han hecho, así de la manera y riquezas de ella como de la forma en que fue descubierta [...] no son ni ha podido ser ciertas*” (CORTÉS, 2004a, p. 7).

Se Cortés considerou os dados de Velázquez equivocados era porque, nessa ocasião, já tinha conhecimento de territórios e reinos – a recepção dos emissários de *Motecuhzoma* com presentes o demonstra – que o levaram à “renúncia do projeto descobridor” para “intensificar as relações com o interior” (PEREIRA MELO, 1998, p. 38), que poderiam oferecer mais do que a aridez do solo de Cozumel.

Cortés (2004a), que considerava imprecisas as informações remetidas à Coroa pela autoridade espanhola de Cuba, propôs-se a fazer verdadeira relação porque pretendia afirmar que seus relatórios eram os verdadeiros e, por isso, procurou desconsiderar os relatórios de Velázquez, concebendo os seus como autênticos, bem como seu ponto de vista, já que se apoiava em testemunhos presenciais (FUENTE, 1999). Ao mesmo tempo, procurava enfatizar em sua Carta que não estava na ilegalidade, já que estava cumprindo as *Instruções* de Velázquez, e, paradoxalmente, desqualificava a autoridade “factual” do governador, visto que o território explorado não era de seu conhecimento.

Nesse caso, a argumentação elaborada por Cortés se articulava no que Pastor (2008) compreendeu como marco objetivo e documental o qual garantia ficticiamente a imparcialidade e a veracidade da mensagem que se inscrevia nos

relatórios remetidos à Coroa<sup>30</sup>. De acordo com essa autora, Cortés, para fazer verdadeiro relatório, estabeleceu como critério a observação direta, enquanto base do conhecimento, e o testemunho, como modo de autorização da verdade. Enquanto a experiência implicava na seleção das ações e dos eventos a serem narrados, a presença testemunhal, sustentada pela boa fé, reforçava a validade da mensagem.

Além de Hernán Cortés buscar invalidar as informações de Velázquez, por considerar que ele não tinha a verdade dos fatos presenciais, o conquistador do México procurou desacreditar seu desafeto. Na *Carta de Cabildo*, Velázquez é acusado de agir mais pela cobiça do que por zelo e de mentir ao monarca, portanto, de traí-lo. Conforme este documento, Velázquez, depois de saber de territórios, despachou para *Hispaniola* um procurador que tinha a incumbência de solicitar dos padres Jerônimos, então administradores, permissão para explorar terras mexicanas<sup>31</sup>. A justificativa para a exploração era a de prestar serviços em nome das autoridades espanholas, obtendo ouro e pedras preciosas, além do pagamento do quinto<sup>32</sup>. Entretanto, ao mesmo tempo e sem o conhecimento dos padres – o que configurava desobediência ou má-fé – Velázquez enviou Gonzalo de Guzmán, com o documento dos clérigos, para informar à majestade o descobrimento e solicitar que

---

<sup>30</sup> Ficticiamente porque, segundo Pastor (2008), Cortés oferece uma narrativa de análise da conquista que tem um fim político imediato, consistindo em uma retórica de persuasão.

<sup>31</sup> “Sabido esto por el dicho Diego Velázquez, movido más a codicia que a otro celo, despachó luego a un su procurador a la isla Española con cierta relación que hizo a los reverendos padres de San Jerónimo, que en ella residían por gobernadores de estas Indias, para que en nombre de vuestras majestades le diesen licencia, por los poderes que de vuestras altezas tenían, para que pudiese enviar a bojar la dicha tierra, diciéndoles que en ello haría gran servicio a vuestras majestades, con tal que le diesen licencia para que rescatase con los naturales de ella, oro y perlas y piedras preciosas y otras cosas, lo cual todo fuese suyo pagando el quinto a vuestras majestades, lo cual los dichos reverendos padres gobernadores Jerónimos le fue concedido, así porque hizo relación que él había descubierto la dicha tierra a su costa, como por saber el secreto de ella y proveer como al servicio de vuestras reales altezas conviniere” (CORTÉS, 2004a, p. 8). Note-se que Cortés (2004a) não menciona, nos serviços de Velázquez, a obrigatoriedade de conversão dos nativos.

<sup>32</sup> Os ricos presentes, listados no fim da *Carta a Cabildo*, tinham o propósito de mostrar a Carlos V que Cortés não agia em benefício próprio, mas em nome do monarca. Diferente de seu concorrente, acusado de não pagar o quinto, defender a fé cristã e não “repartir” os nativos, Cortés (2004a, p. 28) se colocava como fiel defensor e seguidor da monarquia espanhola: “[...] y aun allende de no convenir al servicio de vuestras majestades que el dicho Diego Velázquez sea proveído de oficio alguno, esperamos si lo fuese que los vasallos de vuestras reales altezas que en esta tierra hemos comenzado a poblar y vivimos, seríamos muy maltratados por él, porque creemos que lo que ahora se ha hecho en servicio de vuestra majestades, en les enviar este servicio de oro y plata y joyas que les enviamos, que en esta tierra hemos podido Haber, no era su voluntad que así se hiciera según ha parecido claramente por cuatro criados suyos que acá pasaron, los cuales desde que vieron la voluntad que teníamos de lo enviar todo como lo enviamos a vuestras reales altezas, publicaron y dijeron que fuera mejor enviarlo a Diego Velázquez, y otras cosas que hablaron, perturbando que no se llevase a vuestras majestades, por lo cual los mandamos prender y quedan presos para se hacer de ellos justicia”.

o nomeasse governador dessas terras. Antes que Guzmán retornasse, com ou sem a autorização, Velázquez se apressou em preparar seus navios e partiu para explorar, sem, portanto, licença oficial expressa pela Coroa.

O procedimento adotado por Velázquez foi interpretado por Cortés como um ato que tinha por objetivo apenas o resgate de ouro e, por conseguinte, movido pela cobiça, além de culpá-lo de desobediência. Esse entendimento do capitão espanhol se respaldava no fato de que a pequena missão de exploração ocorreu em nome dos interesses de Velázquez e não da monarquia e, por isso, ela não tinha legitimidade. Cortés também alegou que Velázquez e seus subordinados, Alaminos e Francisco Fernández de Córdoba, não fizeram os relatórios informando sobre os novos territórios, mas, antes de tudo, combateram nativos para pilhá-los.

*[...] y tomada su agua se tornó a sus naos sin calar la tierra ni saber el secreto de ella, lo que no debieran hacer, pues fuera menester que la calara y supiera para hacer verdadera relación a vuestras reales altezas de lo que era aquella isla (CORTÉS, 2004a, p. 9).*

Na medida em que se dirigia ao interior mexicano, rumo à *Motecuhzoma Xocoyotzin*, sua narrativa, tendo em vista o convencimento do Imperador, apresenta o espetáculo dos sacrifícios humanos, que a religiosidade nativa administrava em seus altares, em uma tentativa de provocar, no seu leitor real, uma reação favorável ao seu projeto de conquista e pacificação. Para isso, Cortés detalha as construções religiosas, que chama de mesquita, os deuses de pedras enfeitados com plumas, a queima de incensos no raiar do dia, os autoflagelos e, em seguida, os sacrifícios.

*Toda la sangre que de ellos corre la ofrecen a aquellos ídolos, echándola por todas as partes de aquellas mezquitas, y otras veces echándola hacia el cielo y haciendo otras muchas maneras de ceremonias, por manera que ninguna obra comienzan sin que primero hagan allí sacrificio. Y tienen otra cosa horrible y abominable y digna de ser punida que hasta hoy no habíamos visto en ninguna parte, y es que todas las veces que alguna cosa quieren pedir a sus ídolos para que más aceptasen sus petición, toman muchas niñas y niños y aun hombre y mujeres de mayor edad, y en presencia de aquellos ídolos los abren vivos por los pechos y sacan el corazón y*

*las entrañas, y queman las dichas entrañas y corazones delante de los ídolos, y ofreciéndoles en sacrificio aquel humo* (CORTÉS, 2004a, p. 26).

A finalidade dessa meticolosa descrição era apelar à consciência cristã de Carlos V. Na medida em que apresentava repúdio aos sacrifícios praticados nas cidades que submetia, Cortés (2004a) procurava persuadir o soberano espanhol, chamando a atenção para os benefícios, tidos como milagrosos, em evitar os males cometidos em nome dos ídolos se “[...] *por manos de vuestras altezas estas gentes fuesen introducidas e instruídas en nuestra muy santa fe católica y conmutada la devoción, fe y esperanza que en estos ídolos tienen, en la potencia de Dios*” (CORTÉS, 2004a, p. 26). Dessa maneira, o choque provocado pela religião mexicana constituía em importante recurso argumentativo para que Cortés convencesse a Casa Real da legitimidade do que estava realizando.

Por sua vez, Velázquez (1993) soube dos presentes e da carta enviados por Cortés e despachou duas naus para prender seus subordinados rebeldes, visto já ter recebido da Espanha o documento que autorizava a exploração de *Yucatán*. Com essa expedição o governador de Cuba tinha também o objetivo de neutralizar o trabalho de Cortés, já que ele estava sob suas ordens e, portanto, as pretensões cortesianas não eram legítimas.

Em contraposição a essa atitude de Velázquez, Cortés (2004a), em sua Carta, continua a busca pela indulgência de Carlos V, pois, apesar de dizer não ser um fora da lei, agia contra as autoridades constituídas e, por isso, mostrava ao Imperador as medidas legalistas que adotava. Havia que se considerar que o rompimento com Velázquez era uma situação complicada, dado que desobedecer à autoridade em Cuba também implicava infringir Carlos V. Diante da argumentação de Cortés para pôr fim à legitimidade de Velázquez e afirmar a sua, Cortés toma a decisão de, junto com seus companheiros de armas, fundar o povoado de Vila Rica de Vera Cruz, em 28 de junho de 1519<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> O nome de Vila Rica de Vera Cruz, segundo Díaz Del Castillo (2009, p. 72), remete-se ao ouro e ao dia em que aportaram, sexta-feira: “[...] *se nombró la Villa Rica de la Vera Cruz, porque llegamos Jueves de la Cena y desembarcamos em Viernes Santo de la Cruz, y rica por aquel Caballero que en el capítulo (XXVI) que se llegó a Cortés y le dijo que mirase las tierras ricas y que supiese bien gobernar [...]*”.

Dando prosseguimento à atitude legalista, os expedicionários elegeram representantes para administrar Vera Cruz e, como tal, também escolheram a pessoa que deveria conduzir a exploração do México: Cortés. Os *regidores*, escolhidos para serem administradores de cidades e que conferiam licenças de trabalho, atribuíram a ele a posição de Capitão Geral e Justiça Maior, tornando-o um cidadão não mais subordinado a Velázquez e com uma base jurídica que legitimava a conquista do México.

Deste modo, Cortés estava livre para chegar a *Tenochtitlán* e, em agosto de 1519, rumou de *Cempoala* para a cidade de *Motecuhzoma*. Antes de fazê-lo, Cortés se desfez dos navios, numa clara manifestação de que ele não tinha o objetivo de retornar. Além disso, evitava a possibilidade de deserção de seus soldados, especialmente os aliados de Velázquez. Cortés tinha consciência de que seus soldados eram poucos e, por isso, queria evitar a perda dos que contribuiriam com a tomada de *Tenochtitán*.

### 3.3.2 A aliança de Cortés com Tlaxcala e Cholula

O caminho que poderia levar os espanhóis até *Motecuhzoma Xocoyotzin* era desconhecido e seus riscos imprevistos. O território, além de cadeias montanhosas, tinha povoados que eram aliados ou rivais dos *mexicas* e essa situação exigia de Cortés amplas negociações e inevitáveis combates. Depois de ter passado em *Xacotlan* e ser recebido por seu soberano, *Olíntletl*, Cortés prosseguiu pelo interior do México e passou em duas cidades importantes, *Tlaxcala* e *Cholula*, a cidade sagrada dos astecas.

No fim de agosto, Cortés rumou em busca de *Motecuhzoma* e na fronteira de *Tlaxcala*, a quatro léguas de onde haviam partido, os espanhóis combateram os *tlaxcaltecas*. Na batalha, a vantagem do cavalo superou o número dos astecas que, segundo relatos de Cortés, eram muitos. As perdas para os espanhóis, no primeiro combate, resumiram-se a dois cavalos e três feridos, enquanto os nativos cinquenta

ou sessenta (CORTÉS, 2004a). As batalhas se alternavam com propostas de paz e guerra: os *tlaxcaltecas* agiam contraditoriamente porque, ao mesmo tempo em que enviavam mensageiros com ofertas de amizade e paz, atacavam. O comportamento indígena sugere que havia facções que desejavam alianças com os espanhóis, enquanto outras, a guerra.

Esses grupos faziam parte da estrutura política de *Tlaxcala*, governada por quatro caciques, os quais participavam de um conselho, responsável por tomar as decisões. Enquanto os espanhóis penetravam em seus territórios, eles deliberavam sobre o que deviam fazer e também atacavam. A estratégia indígena tinha por objetivo confundir um inimigo desconhecido e que, desconfiavam, tivesse ligações com *Motecuhzoma*, seu rival. Por sua vez, os espanhóis se defendiam dos ataques e Cortés se apressava em fazer requerimentos e enviar emissários com propostas de paz. Finalmente, na impossibilidade de vencer os espanhóis, que contavam com os aliados de *Cempoala* e o poder de fogo, os *tlaxcaltecas* se renderam, em setembro de 1519. Suas perdas tinham sido significativas e as baixas espanholas mínimas. As quatro lideranças procuraram fazer um pacto com Cortés para tirar, de algum modo, proveito da situação: as lideranças de *Tlaxcala* desejavam se libertar do jugo asteca e viram essa possibilidade na aliança com os espanhóis.

Segundo Miralles (2004), a rivalidade entre *Tenochtitlán* e *Tlaxcala* era antiga e tinha diversos motivos. Os *tlaxcaltecas* se ressentiam porque, nas cerimônias religiosas destinadas ao culto de *Huitzilopochtli*<sup>34</sup>, os astecas realizavam sacrifícios humanos e, para capturar guerreiros que seriam levados aos altares, eles faziam as “guerras floridas” – *xochiyaoyotl* – contra os *tlaxcaltecas*. *Tlaxcala* também não tinha acesso a roupas de algodão e à produção de sal e, por isso, eram obrigados a comer sem este porque *Motecuhzoma* proibia o acesso às suas minas.

Os interesses eram comuns: os *tlaxcaltecas* necessitavam de apoio contra os astecas e Cortés precisava de livre passagem em seus territórios, se quisesse chegar até *Tenochtitlán*. A Cortés também interessava o propósito religioso da Conquista que estava encaminhando, uma vez que se apresentava como servidor da Coroa Espanhola e da Igreja. Dessa maneira, logo que Hernán Cortés esteve seguro da lealdade de seus novos aliados, procurou se lançar à conversão dos

---

<sup>34</sup> Também conhecido como Uichilobos. É o deus da guerra e do sol para quem se oferecia sacrifícios humanos.

índios ao cristianismo por meio do Padre Olmedo que, observando a resistência dos nativos, procurou não criar conflitos. Olmedo, que se opôs às medidas violentas de Cortés, acreditava que não bastava destruir as imagens dos deuses nativos porque seria um esforço efêmero, já que voltariam a cultuá-los. Para ele, tratava-se de um processo mais profundo: entendia, sobretudo, que a paciente instrução levaria a uma conversão sincera e verdadeira (PRESCOTT, 1874).

Na tentativa de conversão dos nativos e de combate aos seus cultos, o capitão espanhol observava a religiosidade dos astecas: ao mesmo tempo em que notava a beleza dos templos, repudiava com horror os sacrifícios humanos, um dos motivos que o levaram a se esforçar para convencer os nativos a assumirem a doutrina cristã, além de compor parte das justificativas de seu rompimento com Velázquez. Com esse propósito, procurava realizar celebrações litúrgicas na presença dos nativos, erguia altares e cruzes e, sobretudo, buscava convencer as lideranças a aceitarem a religião cristã.

Essa atitude de Cortés se explicitou no mais importante centro religioso do altiplano mexicano, *Cholula*, uma cidade rival de *Tenochtitlán*. Na *Segunda Carta de Relación*, Cortés considerou que *Cholula* era a cidade mais bonita do México. Chamava-lhe a atenção a densidade populacional e a quantidade de casas e edifícios, ricamente adornados, que foram comparados com as de Granada. Além do mais, ele observou as praças e mercados onde se vendiam todos os tipos de produtos, especialmente objetos feitos de ouro, prata e pedras preciosas.

*La cual ciudad es tan grande y tanta admiración que aunque mucho de lo que de ella podría decir, dejé, lo poco que diré creo que es casi increíble, porque es muy mayor que Granada y muy más fuerte y de tan buenos edificios y de muy mucha más gente que Granada tenía al tiempo que se ganó, y muy mejor abastecida de las cosas de la tierra [...] Hay en esta ciudad un mercado en que cotidianamente todos los días hay en él de treinta mil ánimas arriba, vendiendo y comprando, sin otros muchos mercadillos que hay por la ciudad en partes (CORTÉS, 2004a, p. 50).*

Cortés não só ressaltou os aspectos estruturais e hábitos, que considerou serem mais sofisticados do que os de *Tlaxcala*, como também advertiu os espanhóis

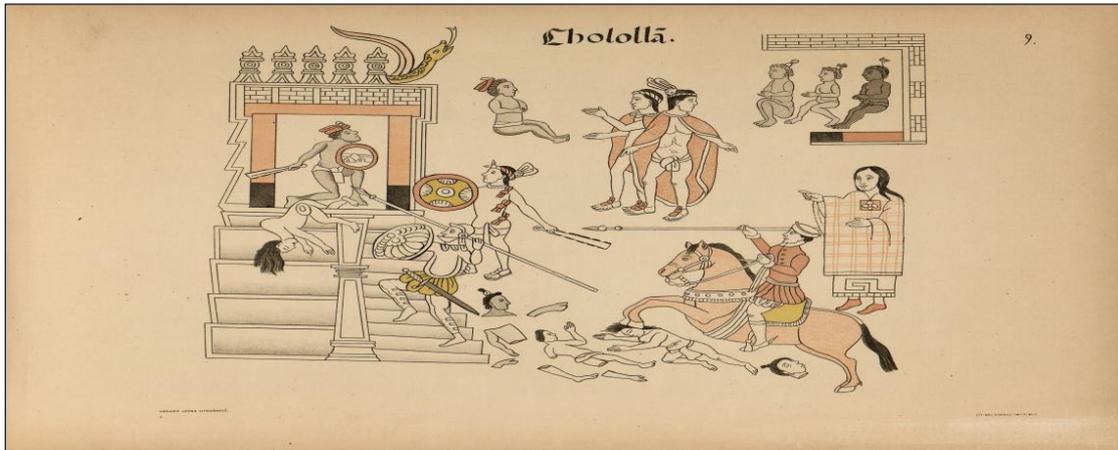
sobre o cuidado que deveriam ter em *Cholula*. Díaz Del Castillo (2009) se refere à atitude suspeita dos *cholultecas*: eles concordaram em receber Cortés e sua tropa; no entanto, os espanhóis repararam que a cidade estava preparada para a guerra. Guerreiros aliados de *Motecuhzoma* se encontravam posicionados na cidade para o combate, sob as casas de *adobe*; nas calçadas, tinha pedras e nas ruas buracos com estacas para evitar o movimento dos cavalos; mulheres e crianças foram evacuadas de *Cholula*.

Já habituado com o comportamento dos nativos, que desejavam afastar os invasores, Cortés se preparou para um eventual ataque inimigo. Sua estratégia consistiu em prender um sacerdote, que confirmou a emboscada. Em seguida, o capitão solicitou a presença de lideranças de *Cholula*, que foram amarradas e obrigadas a confessar que estavam sob as ordens de *Motecuhzoma*. Também requereu transportadores de cargas, que eram guerreiros, com o pretexto de ser auxiliado no transporte de seus pertences. Como castigo de uma armadilha contra os espanhóis, grande parte dos sacerdotes foi morta e os guerreiros, segundo informações de Las Casas (2010), trancafiados desarmados em um templo e, em seguida, também executados, em outubro de 1519<sup>35</sup>, informação também contida no *Lienzo de Tlaxcala*.

Este códice pictográfico, de origem e autor incertos, pintado em meados do século XVI, oferece uma versão diferente sobre a condição dos que morreram no templo. O códice, ainda que contenha traços europeizados, retrata, à maneira pré-hispânica, o ponto de vista dos nativos sobre os acontecimentos da conquista. Ao detalhar passo a passo a ação dos espanhóis no México, chama a atenção para um pormenor importante: em uma de suas cenas, um guerreiro se encontra armado dentro do templo, contradizendo a versão de Las Casas (2010), como demonstra a reprodução abaixo.

---

<sup>35</sup> Las Casas (2010, p. 515) menciona que os nativos, presos e mortos, estavam “[...] inteiramente nus, somente com suas vergonhas cobertas, e com umas redinhas no ombro com sua pobre comida”, destacando, portanto, que estavam desarmados.



**Figura 2:** Lienzo de Tlaxcala: Massacre de Cholula  
**Fonte:** Chavero (1892).

De acordo com Isabel Bueno Bravo (2010), na lâmina que foi destacada, que representa a entrada em *Cholula*, há quatro cenas distintas: na primeira, os governantes *cholultecas* se reúnem no interior de um templo para tramar a conspiração contra Cortés (acima, no quanto direito); na segunda, um *cholulteca* trai seus próprios companheiros e os delata aos *tlaxcaltecas*, como se pode observar na imagem do centro. Na terceira imagem, os *tlaxcaltecas* informam Malinche da traição que, finalmente, repassa a Cortés, que ordena o ataque.

O episódio, conhecido como *massacre de Cholula*, foi uma advertência aos informantes do soberano asteca e o prenúncio do que viria acontecer em *Tenochitlán*. Conforme Marcus Vinícios de Moraes (2011), o acontecimento parece ter deixado claro para os nativos que o deus dos espanhóis era mais forte que o próprio *Quetzalcóatl*, o protetor de *Cholula*. Além disso, não restavam dúvidas a respeito de os invasores não serem divinos e de sua capacidade de cometer atrocidades. Por outro lado, a notícia do massacre no templo se propagou, aterrorizando os demais, principalmente porque *Cholula*, por suas prerrogativas religiosas, era vista pelos nativos como indestrutível.

Depois dessa demonstração de poder, Cortés enviou os mensageiros de *Motecuhzoma*, testemunhas do massacre, a fim de comunicá-lo de sua partida e de seu descontentamento com o comportamento dos astecas, pois Cortés atribuiu a

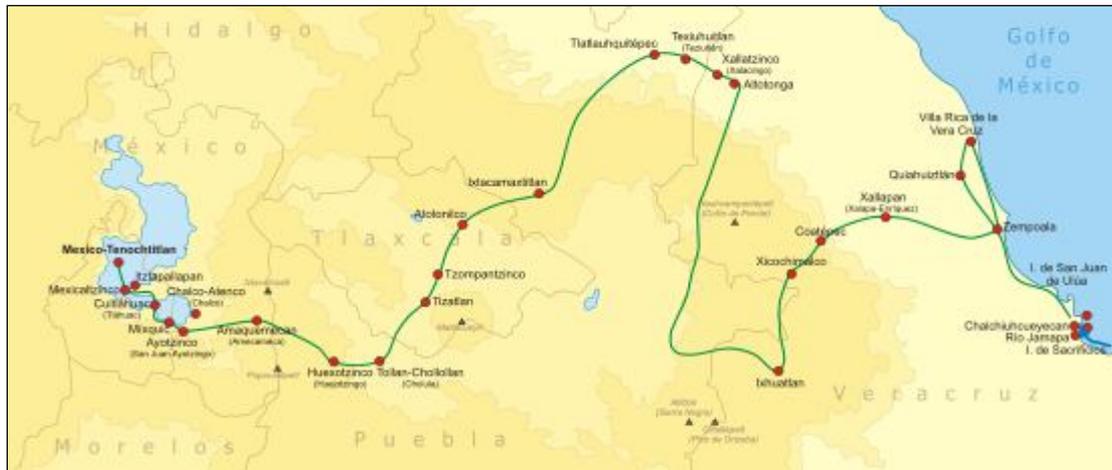
culpa do massacre ao senhor de *Tenochitlán*. Era, enfim, um claro aviso de que essa cidade iria ser a próxima a ser conquistada.

### 3.3.3 A entrada dos espanhóis em Tenochtitlán

Após um período de pouco mais de três meses, em novembro de 1519, Cortés chegaria às pontes de *Tenochtitlán*, situada no meio dos lagos de *Texcoco*. Bernardino de Sahagún (1988) mencionou que *Motecuhzoma*, quando soube da partida de Cortés de *Cholula*, ainda enviou, por meio de importante liderança, um rico presente de ouro<sup>36</sup>. Era a tentativa desesperada de evitar a entrada dos estrangeiros. Os espanhóis receberam o emissário, que se apresentou como o próprio *Motecuhzoma*. Os aliados de Cortés, no entanto, informaram-lhe que não era o soberano que o capitão esperava conhecer. Repreendido, retirou-se. *Motecuhzoma Xocoyotzin* tentaria outra estratégia: “[...] enviólos al encuentro muchos sátrapas de los ídolos, agoreros y encantadores y nigrománticos, para que con sus encantamientos y hechicerías los empeciesen y maleficiase” (SAHAGÚN, 1988, p. 831). Em vão, pois, em 8 de novembro de 1519, os espanhóis entraram na cidade *mexica* depois de um longo percurso pelo interior mexicano, como indica o mapa a seguir.

---

<sup>36</sup> 1500-1590. Sahagún era um franciscano que chegou ao México logo após a conquista. Seu livro *Historia general de las cosas de Nueva España* ou *Códice Florentino*, é um dos mais importantes estudos sobre os *mexicas* (DUVERGER, 1993).



**Figura 3:** Expedição de Hernán Cortés

**Fonte:** <[http://secmigonihistoriaii.blogspot.com.br/2010\\_10\\_01\\_archive.html](http://secmigonihistoriaii.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html)>.

Os espanhóis desfilaram pelas calçadas largas e planas de *Iztapalapa*, que levavam até o centro de *Tenochtitlán*. Acompanhados por uma comitiva dos principais líderes, os espanhóis, como informa Díaz Del Castillo (2009), admiraram-se da beleza dos templos e das torres. A admiração era mútua: os nativos se amontoavam para ver os cavalos e homens que nunca tinham visto. A comitiva de seu senhor, *Motecuhzoma*, aguardava na ponte os visitantes, boquiabertos com a suntuosidade de suas vestimentas. Desceu de sua liteira, adornada em ouro, para dar boas vindas a Cortés. Apeou de seu cavalo e dirigiu-se para o imperador e ofereceu-lhe um colar de vidro, tentou colocá-lo em seu pescoço, mas foi impedido por um dos seus seguidores. O encontro era significativo porque, pela primeira vez, esses dois mundos estranhos estavam frente a frente.

Cortés, acostumado à observação dos fatos, tomou conhecimento da cidade que se descortinava, provavelmente na procura por informações que viabilizasse a realização de seu objetivo principal: o ouro. Ele e seus homens buscavam os segredos de *Tenochtitlán*. Os conquistadores, que ainda eram visitantes, aproveitaram da hospitalidade de *Motecuhzoma* e exploraram a cidade. A diferença cultural não impediu os espanhóis de apreciar a elegância, a cortesia e os bons modos dos nativos. O convívio entre eles foi, aparentemente, o de uma corte policiada com manifestações recíprocas de respeito. No entanto, os objetivos dos espanhóis eram claros: admiravam, no imenso mercado de *Tlatelolco*, as

mercadorias dispostas, especialmente os objetos em ouro, prata e pedras preciosas. Sua curiosidade era de natureza econômica e política (BERNARD; GRUZINSKI, 1997).

Os mercados, os cultos e os ritos da religiosidade *mexica* desafiavam a compreensão dos espanhóis. Instalado nas residências de *Motecuhzoma*, Cortés pediu a ele para que mostrasse seus deuses e o que viu lhe causou espanto. Os espanhóis consideraram que os deuses astecas, os quais enfeitavam os templos, tinham um aspecto desagradável, pois revelavam sinais de sacrifícios humanos, praticados em sua homenagem. Incensórios queimavam com corações humanos, cenas que desagradaram aos espanhóis.

Díaz Del Castillo (2009) escreveu sobre a reação que tiveram quando se depararam com uma cerimônia realizada em um dos templos dedicados ao deus da guerra, *Huitzilopochtli*.

*Y luego que con ellos hubo hablando dijo que entrásemos en una torrecilla y apartamiento a manera de sala, donde estaban dos como altares, con muy ricas tablazones encima del techo, y en cada altar, estaban los bultos, como de gigante, de muy altos cuerpos y muy gordos, y el primero, que estaba a mano derecha, decían que era el de Uichilobos, su dios de la guerra, y tenía la cra y rostro muy ancho y los ojos disformes y espantables; en todo el cuerpo tanta de la pedrería y oro y perlas y alfófar pegado con engrudo, que hacen en esta tierra, de unas como raíces, que todo el cuerpo y cabeza estaba lleno de ello, y ceñido el cuerpo unas a manera de grandes culebras hechas de oro y pedrería, y en una mano tenía un arco y en otra unas flechas. Y otro ídolo pequeño que allí junto a él estaba, que decían que era su paje, le tenía una lanza no larga y una rodela muy rica puesto al cuello el Uichilobos, unas caras de indios y otros como corazones de los mismos indios, y éstos de oro y de ellos de plata, con mucha pedrería azules; y estaban allí unos braseros con incienso, que es su copal, y con tres corazones de indios que aquel día habían sacrificado y se quemaban, y con el humo y copla le habían hecho aquel sacrificio. Y estaban todas las paredes de aquel adoratorio tan bañado y negro de costras de sangre, y asimismo el suelo, que hedía muy malamente (DÍAZ DEL CASTILLO, 2009, p. 174).*

As cenas dos ritos de sacrifícios humanos punham os espanhóis diante de um confronto religioso. Cortés (2004a) procurou pôr em prática sua convicção e convencer o soberano a abandonar os deuses em que acreditava e combater o que considerava idolatria. Em vista disso, derrubou as estátuas das divindades astecas, mandou limpar o lugar e pôs uma imagem de Nossa Senhora no Templo. Na narrativa cortesiana a *Motecuhzoma*, embora não se mostrasse favorável e tentasse

justificar que seus deuses eram responsáveis pelas boas colheitas, é apresentado aceitando os argumentos do capitão.

Para Tzvetan Todorov (1999), essa suposta tolerância do soberano estava relacionada à própria concepção que tinha dos seus deuses, o que possibilitava a inclusão de novas divindades. Diferente dos astecas, os cristãos não eram tolerantes a outras denominações religiosas e, por isso, não deixavam espaços para outros deuses. Nesse caso, *Motecuhzoma*, que na narrativa cortesiana demonstra ser receptivo, predispõe-se a ouvir e a transmitir o que os espanhóis dissessem ser o melhor, se houvesse quem lho explicasse<sup>37</sup>.

O episódio, portanto, converte-se, na pena de Cortés, em um poderoso argumento, politicamente bem elaborado: ao pôr na boca de *Motecuhzoma* uma suposta tolerância ao cristianismo, Cortés explicita a possibilidade de que o líder de *Tenochtitlán* obedecesse às leis espanholas e aceitasse o cristianismo se os espanhóis o fizessem entendê-las. Na sequência do diálogo, Cortés complementa a suposta tolerância do soberano, ao se referir à face alegre de *Motecuhzoma* em ver seus deuses destronados e o templo limpo, demonstrando que ele havia aceitado as condições exigidas pelos invasores<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> A fala de Cortés (2004a, p. 80) “*que se las dijese e hiciese entender, que ellos harían lo que yo les dijese que era lo mejor*” sugere que ele desejava conquistar o império asteca sem guerra ao tentar convencer *Motecuhzoma* de se submeter ao imperador espanhol pacificamente. Para Ramos (1992), Cortés, ao se deparar com os sacrifícios dedicados a *Huitzilopochtli*, deus do sol, tratou de pôr em prática um plano para convencer o soberano, argumentando que suas crenças eram torpes, impostas pela tradição e pela tirania de feiticeiros.

<sup>38</sup> Bernal Díaz Del Castillo, que acompanhava Cortés, apresenta uma versão diferente. Nela, o soberano asteca não aparece tolerante à ousadia de Cortés em destronar os deuses do templo. Ao contrário: o capitão, ao tentar convencer *Motecuhzoma* a pôr uma cruz, é advertido e é repreendido ao comentar sobre os deuses astecas. “*Y nuestro capitán dijo a Montezuma, con nuestra lengua, como medio riendo: ‘señor Montezuma: no sé yo cómo un tan gran señor y sabio varón como vuestra merced es, no haya colegido en su pensamiento como no son estos vuestros ídolos dioses, sino cosas malas, que se llaman diablos, y para vuestra merced lo conozca y todos sus papas lo vean claro, hacedme una merced: que hayáis por bien que en lo alto de esta torre pongamos una cruz, y en una parte de estos adoratorios, donde están vuestros Uchilogos y Tezcatepuca, haremos un aparato donde pongamos una imagen de Nuestra Señora (la cual imagen ya Montezuma la había visto), y veréis el temor que de ello tienen esos ídolos que os tienen engañados’.* Y Montezuma respondió medio enojado, y dos papas que con él estaban mostraron malas señales, y dijo: ‘*Señor Malinche: si tal deshonor como has dicho creyera que habías de decir, no te mostrara mis dioses. Estos tenemos por muy buenos, y ellos nos dan salud y aguas y buenas sementeras y temporales y victorias cuantas queremos; y tenemoslos de adorar y sacrificar; lo que os ruego es que no se diga otras palabras en su deshonor’.* Y desde que aquello le oyó nuestro capitán y tan alterado, no le replicó más en ello, y con cara alegre le dijo: ‘*Hora es que vuestra merced y nosotros nos vamos’.* Y Montezuma respondió que era bien; y que porque él tenía que rezar y hacer cierto sacrificio en recompensa del gran tatabul, que quiere decir pecado, que había hecho en dejamos subir en su gran cu, y ser causa de que nos dejase ver a sus dioses, y del deshonor que le hicimos en decir mal de ellos, que antes que se fuese lo había de rezar y adorar. Y Cortés le dijo: ‘*Pues que así es, perdone, señor’*” (DÍAZ DEL CASTILLO, 2009, p. 174-175).

A preocupação de Cortés era repassar à Coroa que a distinção fundamental entre eles e os nativos era a religião e, por isso, se fossem atraídos ao conhecimento do cristianismo, sua identificação com os espanhóis seria perfeita, pois compreendia que a evangelização seria possível graças à inteligência e à capacidade de compreensão dos astecas. Acrescente-se a essas justificativas apresentadas por Cortés, outro argumento importante que vai ao encontro de seus interesses: a benevolente providência divina que o capitão afirmava ter. Entretanto, as informações prestadas por Díaz Del Castillo (2009), quanto à solicitação do capitão não apontam para essa direção, pois afirma que *Motecuhzoma* recusou a entronização desses artefatos sagrados do cristianismo. Inclusive, segundo Díaz Del Castillo (2009), Cortés pediu desculpas.

A partir desses referenciais, é provável que esse episódio tenha convencido Cortés de que não seria possível combater as crenças sem uma “guerra justa”, a exemplo das cruzadas. Essa inferência encontra respaldo no fato da narrativa cortesiana ter como grande objetivo o convencimento da Coroa e de Carlos V quanto ao que se propunha como missão em favor da casa reinante e da fé católica. Os eventos desencadeados, a partir de então, levam ao entendimento de que Cortés tinha pressa em conquistar a cidade e acabar com a religião nativa e, por isso, procurou justificativas que respaldassem seus planos de conquista.

Depois de seis dias da chegada de Cortés e de ser instalado no palácio de *Axayáctl*<sup>39</sup>, pai do imperador, próximo do Templo Maior, Cortés prendeu *Motecuhzoma*. O argumento utilizado por Cortés foi a morte de Juan Escalante e seis soldados em Vila Rica, nas mãos dos *mexicas*. Cortés exigiu de *Motecuhzoma* retratação imediata, que consistia no aprisionamento e execução de *Cuauhpopoca*, líder da guarnição *mexica*, que foi queimado na praça da cidade. Em segundo lugar, outro motivo foi a descoberta dos tesouros de *Axayácatl*, escondidos em uma parede falsa de uma sala. Ordenou aos seus soldados que não roubassem nada, esperando o momento certo para transportá-los.

Encarcerado *Motecuhzoma*, os espanhóis o interrogaram para saber onde estavam as minas de ouro e os portos para que os navios espanhóis pudessem

---

<sup>39</sup> Axayáctl era soberano asteca que reinou de 1469 a 1479.

atracar. *Motecuhzoma* ofereceu guias e mandou pintar em panos toda a costa. Hernán Cortés enviou seus soldados para reconhecer as minas assinaladas nos mapas e também o lugar das terras agricultáveis para explorá-las.

Os espanhóis, de novembro de 1519 até meados de 1520, exploraram sem incômodo as terras astecas. Levaram seus bens e abusaram da hospitalidade de *Motecuhzoma*. Mantiveram relações aparentemente cordiais com o soberano asteca, enquanto o interpelavam pelas minas e tentavam convencê-lo a abandonar a prática dos sacrifícios. Em face dessa situação, Cortés procurou demonstrar em suas Cartas que tinha o controle de *Motecuhzoma* e estava realizando a promessa de fazê-lo súdito da Coroa. Se Cortés acreditava ter controle de *Motecuhzoma* e de seu império, seus próprios domínios e conquistas políticas estavam ameaçados internamente pela tensão asteca, externamente por Velázquez, representado por Pánfilo de Narváez (1478-1528), que o havia enviado a Vera Cruz para retomar o que havia perdido. Esse período de relativa paz que o capitão tinha com os nativos se encerrou quando Hernán Cortés se afastou de *Tenochtitlán* para resolver esse problema. Segundo José Martínez, Velázquez não esquecia o fato de Cortés haver desobedecido suas ordens e perdido o comando da exploração dos territórios a oeste de Cuba (MARTÍNEZ, 1992).

Em 10 de maio de 1520, quando foi ao encontro de Narváez, Cortés também descobriu que seu antigo aliado de Cempoala, *Cacique Gordo*, havia juntado suas forças com as de Pánfilo. Embora estivesse em desvantagem, Cortés conseguiu incorporar parte dos soldados de Narváez, subornando-os com promessas de ouro. Em seguida, o capitão atacou de surpresa, à noite, e prendeu Narváez, que foi enviado para Vera Cruz.

Nas festividades religiosas dedicadas aos deuses *Huitzilopochtli* e *Tezcatlipoca*<sup>40</sup>, os astecas pediram permissão aos espanhóis para as celebrações religiosas, o que foi concedido. Pedro Alvarado, designado por Cortés, suspeitando de uma possível revolta, fechou as portas do templo e matou os que ali se encontravam. Eram parentes de *Motecuhzoma*, sacerdotes e membros da nobreza

---

<sup>40</sup> *Tezcatlipoca* era a divindade conhecida como espelho fumegante. É o deus do céu noturno, guerreiro do Norte e patrono dos feiticeiros e sacerdotes. É considerado um dos principais deuses cultuados pelos *mexicas* (CASO, 1992).

asteca. A matança de *Cholula* se repetiria em *Tenochtitlán*; porém, com um desfecho diferente: o ato desencadeou a revolta dos nativos, que reagiram à agressão espanhola.

A guerra se espalhou e os soldados de Cortés resistiram por alguns dias e recuaram para um templo. Cortés, que havia recebido notícias de uma guerra, apressou-se no retorno a *Tenochtitlán* e obteve permissão dos astecas para se juntar aos seus soldados. No templo onde estavam, procurou reorganizar suas forças e convenceu *Motecuhzoma* que pedisse aos guerreiros que abandonassem as armas e negociassem a paz. No entanto, os guerreiros, insatisfeitos com o soberano por considerá-lo subserviente aos espanhóis, atiraram-lhe pedras e flechas, ferindo-o. Em 28 de junho de 1520, três ou quatro dias depois, *Motecuhzoma* faleceu, em decorrência dos ferimentos. Os espanhóis, que resistiam aos ataques de guerreiros comandados pelo sobrinho de *Motecuhzoma*, *Cuauhtémoc*<sup>41</sup>, foram obrigados a fugir da cidade. O episódio, ocorrido em 30 de junho de 1520, ficou conhecido como *Noite Triste*. Na fuga, Cortés (2004a) saqueou os tesouros de *Motecuhzoma* e repartiu entre os soldados.

*[...] tomé todo el oro y joyas de vuestra majestad que se podían sacar y púselo en una sala y allí lo entregué con ciertos líos a los oficiales de vuestra alteza, que yo en su real nombre tenía señalados, y a los alcaldes y regidores y a toda la gente que allí estaba, les rogué y requerí que me ayudasen a lo sacar y salvar, y di una yegua mía para ello, en cual se cargó tanta parte cuanta yo podía llevar [...]. Y asimismo habían muerto muchos españoles y caballos y perdido todo el oro y joyas y ropa y otras muchas cosas que sacábamos, y toda la artillería (CORTÉS, 2004a, p. 103-104).*

Os espanhóis perderam a batalha nas pontes de *Tenochtitlán* e retiraram-se para *Tlaxcala*, perseguidos pelos guerreiros *mexicas*. Cansados, famintos e quase todos feridos, os soldados buscaram refúgio na cidade aliada de *Tlaxcala* e ali se estabeleceram, já que os guerreiros astecas que haviam perseguido os espanhóis cessaram a guerra, quando uma de suas lideranças foi abatida. Cortés (2004a)

---

<sup>41</sup> Nasceu em 1502 e morreu em 1525. Chamado de “Águia-que-cai” Cuauhtémoc foi o último soberano asteca e resistiu ao cerco e destruição de Tenochtitlán. Foi morto enforcado a mando de Cortés.

organizou como pôde o que restava de seu exército. Não tinha ânimo, uma vez que havia perdido pelo menos 150 soldados, 45 cavalos e mais de dois mil nativos aliados.

Cortés (2004a), no entanto, não estava disposto a desistir de *Tenochtitlán*, pois, não admitia a derrota. Por isso, reorganizou suas forças para conquistar a cidade, já debilitada pelas perdas e pela falta de recursos. Em seus escritos, descreveu os preparativos e os dramáticos eventos que levariam à destruição da cidade, em 13 de agosto de 1521, aproximadamente um ano e meio depois de sua fuga. Nessa Carta, Cortés (2004a) não se expressava com a mesma linguagem de admiração que usou na *Carta de Cabildo*: sua postura de conquistador se revelava na objetividade dos preparativos para a guerra. No tempo em que ficou em *Tenochtitlán*, o capitão pôde conhecer as “fragilidades da cidade”, como, por exemplo, o sistema de abastecimento de água doce.

A cidade, cercada por água, representava uma vantagem e, por isso, ele mandou construir bergantins que pudessem vencer as defesas e facilitar, caso necessário, a fuga. Reforçou as alianças com os *tlaaxcaltecas* e com os povoados vizinhos, aumentando o contingente de guerreiros, dividiu as suas guarnições em três partes, comandadas por Pedro Alvarado, Cristóbal de Olid (1488-1524) e Gonzalo Sandoval e, por fim, passou as últimas instruções aos seus soldados para que obedecessem às regras disciplinares, exaltando a guerra como missão religiosa. No dia 10 de maio de 1521, Cortés se dirigiu para conquistar *Tenochtitlán*.

Os astecas, embora tivessem fortificado a cidade, não resistiram ao cerco, que durou 75 dias. Os canhões, os bergantins que cercaram a cidade pelos lagos vencendo a fragilidade das canoas, a falta de água doce, os cavalos de Cortés e o esforço de seus aliados nativos, mais interessados em vingança do que em ouro, foram barreiras intransponíveis para os milhares de guerreiros enfeitados com penas, armados com pedras, flechas e clavas de madeira com lâminas de obsidiana incrustadas.

O império asteca chegava ao fim, incapaz de conter a fúria dos invasores, cuja sede pelo ouro parecia não ter limites. Segundo Hugh Thomas (1995), um dia após a conquista, Cortés reuniu o que restava da corte asteca, incluindo o jovem

líder da resistência, *Cuauhtémoc*, para perguntar onde estava o ouro. Os astecas deram o que tinham: barras, braceletes, capacetes e discos de ouro e seu império, submetido ao poderio espanhol. No entanto, entre os espanhóis havia a suspeita de que os senhores *mexicas*, quando fugiram em canoas, levaram a maior parte dos tesouros.

Apesar do sentimento de triunfo, a conquista militar da cidade, para Cortés (2004a), não bastava. Era necessário pacificá-la por completo e garantir o controle dos nativos, de modo que os espanhóis pudessem explorar os recursos que o território mexicano oferecia. Nesse caso, era imprescindível “*alterar los naturales*” (CORTÉS, 2004a, p. 211), implantando os modos de vida dos espanhóis, ocidentalizando-os por meio da religião e da educação. Durante os anos que se seguiram à queda de *Tenochtitlán*, um conjunto de meios de dominação foi introduzido no território conquistado, instaurando, como afirmou Gruzinski (2001, p. 94) “[...] novas referências materiais, políticas, institucionais e religiosas destinadas a controlar os distúrbios induzidos pela Conquista”.

Cortés, enfim, o principal articulador da guerra contra os nativos mexicanos, sentia-se triunfante, mas, também, parecia ter clareza que a força das armas não seria suficiente para manter o que havia conquistado. As ruínas de uma cidade devastada pelo fogo combinado de arcabuzes e canhões, assustadores para guerreiros armados de pedras e paus, precisavam ser reerguidas, com a força do trabalho escravo dos nativos. O resultado desencadeado pelo choque da conquista, como entendeu Gruzinski (2001), havia sido a desorganização da produção causada pela destruição e abandono do trabalho agrícola e pelo peso dos impostos, bem como pelo surgimento de uma sociedade, resultante de um processo de dominação e de dominação espiritual, que seria realizado pelos franciscanos.

## 4 OS FRANCISCANOS NA DOMINAÇÃO ESPIRITUAL DO MÉXICO

*Solamente por el tiempo loco, por los locos sacerdotes, fue que entró a nosotros la tristeza, que entró a nosotros el «Cristianismo». Porque los «muy cristianos» llegaron aquí con el verdadero Dios; pero ese fue el principio de la miseria nuestra, el principio del tributo, el principio de la «limosna», la causa de que saliera la discordia oculta, el principio de las peleas con armas de fuego, el principio de los atropellos, el principio de los despojos de todo, el principio de la esclavitud por las deudas, el principio de las deudas pegadas a las espaldas, el principio de la continua reyerta, el principio del padecimiento. Fue el principio de la obra de los españoles y de los «padres», el principio de los caciques, los maestros de escuela y los fiscales (CHILAM BALAM DE CHUMAYEL, II, 26).*

Nas circunstâncias históricas de formação do povo mexicano, a religião teve uma contribuição decisiva: antes da Conquista, ela era o cimento que possibilitava uma unidade e, posteriormente, a Igreja procurou realizar uma dominação espiritual com base na ação evangelizadora e educativa. No cumprimento dessa finalidade, Cortés desempenhou um papel importante: na quarta *Carta de Relação*, recomendou a Carlos V que enviasse religiosos a fim de encaminhar o que considerava ser a segunda conquista dos nativos mexicanos, submetidos em 1521. Na *Carta de Relação*, o conquistador sugere uma ordem religiosa específica para desempenhar o trabalho missionário e educativo: os franciscanos<sup>1</sup>. Cortés alude que

---

<sup>1</sup> Outras ordens religiosas disputavam espaços com os franciscanos. Mercedários (1493, Hispaniola), Agostinianos (1533, México) e Dominicanos (1510, Hispaniola) também se dispuseram a ir ao continente americano, mas só se estabeleceram alguns anos mais tarde. Os Dominicanos chegaram no México provavelmente em 2 de julho de 1526 e os Agostinianos somente em 22 de maio de 1533. Segundo Christian Duverger (1193), os franciscanos ainda foram beneficiados pela bula *Exponi nobis fecisti*, de 9 de maio de 1522, que concedia a eles privilégios especiais, entre os quais a autoridade apostólica em forma de uma ampla delegação de poder, isto é, na falta de bispos, o papa encarregava as Ordens mendicantes para organizar a Igreja mexicana e as dotava de prerrogativas que eram concedidas somente ao clero secular. Pedro Borges (1992c), em seu texto, *Las Ordenes religiosas*, menciona outras ordens que, embora não tivessem destaque, participaram da evangelização. Entre elas, destaca as femininas: Concepcionistas (México, 1540), as Clarissas (1551, Santo Domingo), Cistercienses (1571, Osorno). Os Jesuítas apenas em 1566, na Flórida e em 1572 no México.

tal tarefa poderia ser realizada pelos franciscanos, que responderam às solicitações que lhes foram encaminhadas.

A aceitação dos franciscanos resultava dos privilégios que haviam recebido de Alexandre VI para evangelizar e também porque estavam imbuídos do espírito evangelizador, pois acreditavam poder realizar os ideais de humildade e pobreza da Ordem religiosa à qual pertenciam. Em 1523, os primeiros religiosos da Ordem Franciscana chegaram com a finalidade de evangelizar e construir escolas, hospitais e casas de formação religiosa. Mas que motivação levou Cortés a privilegiar uma Ordem religiosa particular, para a evangelização e a educação dos nativos, e não outra?

#### 4.1 HERNÁN CORTÉS: A PREFERÊNCIA PELA ORDEM FRANCISCANA NA EVANGELIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS ASTECAS

As expedições dos conquistadores americanos sempre foram acompanhadas por religiosos, mas foi a partir da Conquista de Cortés que a Igreja, representada pelos franciscanos, procurou atuar mais sistematicamente na catequização dos astecas. Na conquista e na colonização do México, os franciscanos tiveram um papel preponderante: em virtude dos interesses de Cortés em relação aos Observantes, representantes da Sé Romana, eles foram ao México para atuar mais efetivamente na catequização e educação dos nativos, tendo em vista o empenho de formar o perfil de homem que atendesse às demandas da Coroa, da Igreja e de Cortés.

Quanto aos interesses de Cortés pelos franciscanos, entende-se que sua quarta *Carta de Relação* fez parte da trajetória de Cortés em buscar a legitimidade da Conquista e do poder que estava construindo no México. Como componente de justificação, Cortés (2004a) defendeu o estabelecimento de religiosos, quando procurou articular seu discurso de convencimento para o Imperador, na tentativa de demonstrar à Coroa e à Igreja os benefícios que poderiam obter com a

evangelização do México. Para isso, na quarta *Carta de Relação* e na *Carta de Hernán Cortés al Emperador Carlos V*, Cortés procurou junto ao Imperador, o apoio para que a Sé romana concedesse autorização aos franciscanos para que se instalassem no México<sup>2</sup>.

*Asimismo vuestra majestad debe suplicar a su Santidad que conceda su poder y sean sus subdelegados en estas partes las dos personas principales de religiosos que a estas tierras vinieren, uno de la Orden de San Francisco, y otro de la Orden de Santo Domingo, los cuales tengan los más largos poderes que vuestra majestad pudiere* (CORTÉS, 2004a, p. 258).

No momento em que escrevia para Carlos V informando sobre as ações militares e recomendando a vinda de franciscanos, Cortés também procurou obter a autoridade política da Conquista. Segundo Pastor (2008), em suas primeiras *Cartas de Relação*, Cortés, ante a tentativa de justificação da rebeldia, apresentava-se como modelo político, cujos traços principais eram caracterizados como líder militar exemplar, valoroso e estrategista. Também destacava a condição de heroísmo durante as batalhas e, sobretudo, um político capaz de levar a cabo a capacidade de negociação e a construção de alianças.

Em sua busca pelo reconhecimento político, Cortés chegou a obter uma vitória importante: em 15 de outubro de 1522, Carlos V emitiu uma cédula, a *Real Cédula de Nombramiento de Hernán Cortés como Gobernador Y Capitán General de la Nueva España e Instrucciones para su Gobierno*, reconhecendo os seus méritos e atribuindo-lhe a função de governador e capitão geral da Nova Espanha. Segundo a Cédula, entre as funções determinadas a Cortés, estava a de realizar a conversão dos astecas e executar funções político-administrativas, mas sem prejuízo à autoridade política de Diego Velázquez.

---

<sup>2</sup> Para Mariana C. Zinni (2011), o fato de Cortés se dirigir a Carlos V e não ao papa para pedir missionários tem a ver com o Real Patroado Indiano, estabelecido por Alexandre VI, quem, por meio de uma bula confere aos Reis Católicos a prerrogativa de nomear bispos e demais autoridades eclesiásticas no Novo Mundo, condição cedida pela Igreja em troca de ajuda financeira.

*E porque entendemos que ansí comple al servicio de vuestro señor e nuestro e de la conversión de los dichos indios a nuestra santa fé católica, que es nuestro principal fin, e a la ejecución de nuestra justicia e buena gobernación de las ditas tierras e islas, nuestra merced e voluntad es, que agora e de aquí en adelante, quanto nuestra merced fuese, hasta que nos mandemos proveer otra cosa, e sin perjuicio de cualesquier derecho quel adelantado Diego Velázquez o vos, el dicho Hernando Cortés, tengáis o pretendáis tener por el descubrimiento e conquista de la dicha tierra seáis nuestro gobernador e capitán general de toda la tierra e provincias de la dicha Nueva España e de la dicha cibdad de Temistitlán [...]*" (CARLOS V, 1993c, p. 250).

Fortalecido pelo documento real, Cortés, com poderes de governador, pôde prosseguir com os planos de organizar politicamente *Tenochtitlán*. Em 1524, foi redigida a primeira ata de *cabildo*, nomeando um parente seu, Francisco de Las Casas, como conselheiro municipal. Também tomou posse das terras e repartiu o trabalho e a força de trabalho, utilizando-se da *encomienda* como base da colonização espanhola no México, apesar da relutância e proibições iniciais.

Segundo Elliott (1998), Cortés foi compelido a mudar de ideia porque entendeu que seus seguidores não poderiam se fixar a menos que pudessem obter o trabalho servil dos nativos. Entretanto, para não repetir o fracasso da experiência nas Antilhas, propôs um tipo de *encomienda*: Cortés acreditava que poderia instituir no México bases duradouras e, por isso, acalentava a visão de uma sociedade na qual a Coroa, o conquistador e os nativos estivessem unidos em uma cadeia de obrigações recíprocas. Ainda de acordo com Elliott (1998), a Coroa recompensava os *encomenderos* com a força de trabalho perpétua; os *encomenderos* deveriam defender o território e se responsabilizar pela assistência religiosa, enquanto os nativos fariam o trabalho servil nas aldeias.

Dessa maneira, no final da quarta *Carta de Relação* e na *Carta de Hernán Cortés al Emperador Carlos V*, Cortés, como forma de convencimento, fez referência a um modelo de sociedade, que entendia como harmoniosa, e que ambicionava instituir a contribuição da religião para a sua concretização. Na quarta *Carta de Relação*, ele, na defesa de seus interesses, apresentou o pressuposto de que era necessário manter a ordem entre os colonizadores e astecas, para que os territórios fossem povoados e explorados. Para a efetivação desse quadro considerado harmonioso, a religião daria sua contribuição.

*Como a mí me convenga buscar toda la buena orden que sea posible para que estas tierras se pueblen, y los españoles pobladores y los naturales de ellas se conserven y perpetúen, y nuestra santa fe se arraigue, pues vuestra majestad me hizo merced de me dar cuidado, y Dios Nuestro Señor fue servido de me hacer medio por donde viniese en su conocimiento, y debajo del imperial yugo de vuestra alteza, hice ciertas ordenanzas y las mandé pregonar, y porque de ellas envió copia a vuestra majestad [...] (CORTÉS, 2004a, p. 259).*

Apresentando-se como servidor e obediente a Carlos V, Cortés defendia que ordem e povoamento seriam meios que deveriam ser implantados e, para isso, seria necessário alterar o modo de vida dos espanhóis e dos nativos, que seriam catequizados. Quanto aos espanhóis, Cortés aludia ao fato de que se sentiam insatisfeitos porque estariam obrigados a permanecer em uma região para explorá-la, quando defendiam a continuidade de novas ações exploratórias.

*De algunas de ellas los españoles que en estas partes residen no están muy satisfechos, en especial de aquellas que los obligan a arraigarse en la tierra; porque todos, a los más, tienen pensamientos de se haber con estas tierras como se han habido con las islas que antes se poblaron, que es esquilmarlas y destruirlas, y después dejarlas” (CORTÉS, 2004a, p. 259-260).*

Cortés entendia que, naquele momento histórico, a pilhagem que os espanhóis estavam habituados não tinha mais lugar na composição da nova ordem social. Destruir e deixar, como faziam, eram erros do passado que não deviam ser repetidos no presente, uma vez que a grandeza da terra conquistada oferecia maiores possibilidades de acrescentar rendas (CORTÉS, 2004a). Para Pastor (2008), na formulação do projeto de Cortés, o modelo do saque aparece substituído pelo desenvolvimento dos recursos da colônia. O butim não se esgotou, mas se pretendia criar centros e estruturas de produção agrícola, comercial e artesanal. A obsessão pelo ouro, como símbolo da riqueza que caracterizava o discurso colombino e do modelo econômico das Antilhas, se opunha à busca das minas de cobre, estanho e ferro, destinados à produção de armas e ferramentas. A rapina, segundo Pastor (2008), foi substituída pela produção e a corrupção pela administração centralizada na pessoa de Cortés.

Na busca pela efetivação de seu projeto de poder, Cortés procurou impedir insurreições e manter uma sociedade ordenada, facilitando aos colonos o livre trânsito e a produção. Para isso, propôs regulamentar as relações entre colonos e colonizados: a princípio, importava-lhe o modo como os espanhóis se comportavam com os nativos e, devido a isso, era necessário limitar o contato a fim de evitar que os astecas aprendessem o que considerava como vícios e abusos dos povoadores. Cortés destacou a conduta dos espanhóis quando observou que muitos deles são propensos ao que entendia por vícios e pecados.

*Porque es notorio que la más de la gente española que acá pasa, son de baja manera, fuertes y viciosos, de diversos vicios y pecados; y si a estos tales se les diese libre licencia de se andar por los pueblos de los indios, antes por nuestros pecados se convertirían ellos a sus vicios que los atraerían a virtud, y sería mucho inconveniente para su conversión (CORTÉS, 2004b, p. 264).*

No entanto, o aspecto mais significativo do projeto cortesiano de integração e docilização dos astecas, na sociedade que acreditava poder organizar, mostrava-se na participação dos franciscanos na evangelização e na formação dos nativos. A preferência de Cortés pela presença dos franciscanos, que demonstrava, em seus reiterados pedidos ao Imperador para que enviasse missões, não se limitara aos aspectos puramente morais ou religiosos, isto é, a conversão sistemática dos nativos. Esse objetivo, definido pela bula alexandrina *Inter Caetera* de 1493 e pela bula *Universalis Ecclesiae*, do papa Júlio II, de 28 de julho de 1508, já estava em curso e poderia ser feito por uma ordem religiosa, regular ou não<sup>3</sup>. Tampouco se restringia à conduta dos colonos já estabelecidos. Embora esses aspectos ressaltados pela Sé Romana e por Cortés fossem relevantes, o problema da “escolha” de uma Ordem religiosa resultava do entendimento de que, como

---

<sup>3</sup> Segundo Charles Gibson, dentro da igreja os frades mendicantes regulares e o clero secular compreendiam dois grupos poderosos de oposição. O primeiro estava formado por franciscanos, dominicanos e agostinianos, a quem haviam confiado poderes paroquiais e sacramentais para a realização das metas religiosas. O segundo estava constituído pelo clero da hierarquia episcopal, representantes tradicionais dessa instituição e que considerava o controle paroquial pelo clero regular uma intrusão não autorizada. Regular, segundo Gibson (1991), significa viver de acordo com uma regra (*regula*) e secular significa viver no mundo ou no século (*saeculum*) em vez de viver em retiro. Certos conventos foram construídos no México sob a direção de ordens mendicantes, mas sem que os frades vivessem em retiro ou reclusão (GIBSON, 1991).

entendeu Zinni (2011), o modelo de evangelização deveria ser factível com sua própria ideia de colônia.

Em outros termos, Cortés desconsiderou as diferenças e se propôs a harmonizar a sociedade, montando formas de docilização dos nativos como meio de preservação de seus interesses. Para isso, partiu do princípio de que a colaboração da igreja seria indispensável, todavia, por meio das ordens regulares e não do clero secular. Para convencer o Imperador e justificar sua defesa e preferência pela ação dos missionários franciscanos, a argumentação elaborada por Cortés (2004a), na quarta *Carta de Relação*, sustentava-se na demonstração de que o clero secular não era ideal para conduzir a missão porque, em seu entendimento, considerava que seus comportamentos não seriam eficientes na conversão dos nativos, pois estariam mais interessados com os gastos eclesiásticos.

*Porque habiendo obispos y otros prelados no dejarían de seguir la costumbre que, por nuestros pecados hoy tienen, en disponer de los bienes de la Iglesia, que es gastarlos en pompas y en otros vicios, en dejar mayorazgos a sus hijos o parientes (CORTÉS, 2004a, p. 257).*

O conquistador, portanto, em sua narrativa de convencimento, partia do pressuposto de que o clero secular seria contraproducente na evangelização, por considerar que os padres dispunham de recursos com o aparato burocrático da igreja, com sua hierarquia e não com a catequização. Também avaliou que os padres seculares representavam influência negativa aos nativos, pois considerava seus comportamentos inadequados moralmente, com os quais dariam exemplos não compatíveis com o projeto evangelizador.

Ao considerar que as ocupações do clero secular eram mais políticas do que evangélicas, Cortés (2004a) argumentou que não seria possível promover uma identificação entre os evangelizadores e os evangelizados, principalmente porque, como destacou Zinni (2011, p. 77) “[...] *sobre las espaldas de los obispos no descansa precisamente el peso de la conversión, sino el de la maniobra política*”. Nesse caso, é provável que o conquistador quisesse evitar compartilhar com os prelados seculares o poder que havia adquirido, pois estes poderiam presidir os

*cabildos*, e, em território americano, agiriam como funcionários do rei. Segundo Nazário Valpuesta (2008), na Espanha, os reis selecionavam do alto clero os candidatos que seriam preparados para ocupar as sedes e *cabildos* das dioceses.

Deste modo, Cortés (2004a) entendia que a presença de franciscanos era favorável porque permitia a ele se conservar como autoridade política, apresentando-se como servidor dos princípios da Coroa e da Igreja, ao procurar, por meio dos franciscanos, catequizar os nativos. Contudo, se Cortés (2004a) acreditava poder restringir a participação da Igreja secular na Nova Espanha, circunstâncias históricas, independentes de sua vontade ou de seu poder político, eram desfavoráveis à instalação do clero no Novo Mundo.

No momento da Descoberta de Colombo e da Conquista do México, o clero, vinculado às estruturas senhoriais e medievais, não tinha número suficiente e programas alinhados para o cumprimento da tarefa que os territórios conquistados exigiam (ORO, 2005). Os franciscanos, segundo Oro (2005), eram os que tinham um quadro mais completo e poderiam atender as demandas produzidas pelas descobertas. Outras ordens religiosas, como os agostinianos e dominicanos, que tinham escassa tradição missioneira, não haviam passado por reformas e não dispunham de suficientes religiosos para as missões.

Cortés (2004a), então, ao que tudo indica, para atender aos seus interesses, sugeriu a Ordem Franciscana, pois acreditava que ela poderia realizar a experiência catequética e educativa no México, segundo os valores de pobreza e humildade. O fato das missões terem sido conduzidas quase exclusivamente por ordens regulares, não quer dizer que isso tenha ocorrido por decisão do capitão. Apesar de tentar agradar ao Imperador para justificar e legitimar sua Conquista, a decisão de quem enviaria missões religiosas não era dele<sup>4</sup>. A partir da bula *Inter Caetera*, de 4 de maio de 1493, o papa Alexandre VI concedeu aos Reis Católicos jurisdição sobre o Novo Mundo, encarregando-os de evangelizá-lo. O Breve apostólico, *Exponi Nobis*, de Adriano VI, datada em 9 ou 15 de maio de 1522, concedia aos Franciscanos

---

<sup>4</sup> A decisão, de fato, não pertencia a Cortés; entretanto, os escritos de Cortés fizeram algum efeito. Nas *Instrucciones de Carlos V a Hernán Cortés sobre tratamiento de los indios, cuestiones de gobierno y recaudo de la Real Hacienda*, de 26 de junho de 1523, o Imperador espanhol constatou a necessidade de educar de acordo com os bons costumes: “*Así mismo, porque por las relaciones e informaciones que de esa tierra tenemos, parece que los naturales della tienen ídolos donde sacrifican criaturas humanas, y comen carne humana, comiéndose unos a otros y haciendo otras abominaciones contra nuestra Santa Fe Católica y toda razón natural*” (CARLOS V, 1993a, p. 266).

amplios privilégios na evangelização e também atribuía *omnimoda auctoritas*, completa autoridade de um religioso quando um bispo estivesse ausente<sup>5</sup>.

Nesse caso, a concessão dada pela Igreja e à Coroa espanhola transformava, como afirmou Josep M. Barnadas (1998), o envio de missionários à América hispânica uma questão de política imperial. Desde a primeira década do século XVI, os monarcas católicos tinham uma política clara para a evangelização nos territórios americanos e, nessa política, deram preferência para os franciscanos, que estavam dispostos à pregação do evangelho que acreditavam e também não tinham pretensões senhoriais, pois haviam feito voto de pobreza.

Expressão das políticas da monarquia espanhola foi o impulso dado pelas reformas conduzidas pelo Cardeal Cisneros, que se interessou pelas missões no Novo Mundo e, em 1504-5, estabeleceu as bases legais da *Misión y Provincia franciscana de Indias*, por meio do qual organizou as primeiras missões (ORO, 1993). Sendo assim, a sugestão dada por Cortés (2004a, 2004b), na quarta *Carta de Relação* e na *Carta de Hernán Cortés al Emperador Carlos V*, tinha antecedentes: respaldava-se na presença da Ordem de São Francisco, ainda que limitadamente, com missões nos novos territórios espanhóis, principalmente nas Antilhas.

Por conseguinte, Cortés tinha não só a base legal e o respaldo da *Exponi Nobis*, como também boa relação com os franciscanos e conhecimento da reforma do Cardeal Cisneros, que impôs aos franciscanos a obediência à regra e o retorno aos valores do cristianismo primitivo, entre os quais a pobreza evangélica.

Ao solicitar frades franciscanos ao Imperador, o capitão tinha clareza do que pretendia: negava o clero por acreditar que ele estaria envolvido com a hierarquia eclesiástica, com as questões políticas e com a arrecadação do dízimo e, por isso, não se ocuparia com a conversão dos nativos. Em contrapartida, Cortés (2004a)

---

<sup>5</sup> “[...] tendo em vista este aumento e conversão e devido governo das almas, que nosso Redentor redimiu com o resgate de seu precioso sangue, que providenciássemos alguns religiosos de todas as religiões de frades mendicantes, particularmente frades menores da observância regular, que fossem com nossa autoridade para as ditas partes das Índias e se providenciassem outras coisas a respeito disso, segundo e como está mais plenamente contido na petição que nos foi apresentada [...] E porque a citada terra das Índias está muito distante dos lugares onde o Ministro Geral costuma viver e ficar, sendo difícil recorrer a ele nos casos que competem a ele, queremos e pelo teor das presentes concedemos que os frades, no tempo em que estiverem eleitos para o governo dos outros frades nas citadas terras de Índias, em ambos os foros tenham sobre os frades que tema seu encargo toda autoridade e faculdade que se sabe que tem o Ministro Geral” (ADRIANO VI, 1992, p. 256-257).

entendia que os religiosos franciscanos poderiam, em função de sua conduta e votos professados, ater-se ao trabalho religioso, posto que, para Cortés, se os religiosos se empenhassem somente na conversão, estabeleceriam uma nova Igreja.

*[...] la cual, bendito Nuestro Señor, va en tales términos que se hubiese tantos obreros cuantos son necesarios por tan gran multitud de mies, muy en breve tengo esperanza que se plantaría en esta tierra otra nueva iglesia, de que siendo vuestra excelencia el fundador, no podría carecer de tan gran premio (CORTÉS, 2004b, p. 265).*

Sua argumentação para conservar os interesses políticos passava também pela valorização das qualidades dos franciscanos: Cortés (2004a) alegou que, em virtude dos votos de pobreza, castidade e obediência que professavam, os franciscanos seriam fundamentais para atrair os nativos à fé cristã. Para justificar a preferência pelos franciscanos, Cortés defendeu o princípio de que seu estilo de vida se assemelhava ao das antigas lideranças religiosas astecas, o que poderia facilitar na identificação dos nativos aos religiosos. Além disso, Cortés, nesse aspecto, sugeria que a prática da piedade cristã, exercida pelos seguidores de Francisco de Assis, era mais importante e mais eficiente do que as prédicas e sermões dos seculares.

*Y aun sería otro mayor mal que, como los naturales de estas partes tenían en sus tiempos personas religiosas que entendían en sus ritos y ceremonias, y éstos eran tan recogidos, así en honestidad como en castidad, que si alguna cosa fuera de esto a alguno se le sentía era punido con pena de muerte; y si ahora viesen las cosas de la Iglesia y servicio de Dios en poder de canónigos u otras dignidades, y supiesen que aquellos eran ministros de Dios, y los viesen usar de los vicios y profanidades que ahora en nuestros tiempos en esos reinos usan, sería menospreciar nuestra fe y tenerla por cosa de burla; y sería tan gran daño, que no creo aprovecharla ninguna otra predicación que se les hiciese (CORTÉS, 2004a, p. 257).*

Ao sugerir a Ordem Franciscana, assim o fez porque os valores defendidos pelos seus representantes, que seriam reproduzidos pela catequese destinada aos

astecas, eram instrumentos por meio dos quais buscava não apenas a docilização dos conquistados, mas, também, e principalmente, recursos que justificassem seus atos no México. Em nome da preservação de sua Conquista, ele chamou a atenção para os benefícios que a Real Majestade e a Igreja, em época dos abalos causados pela Reforma Protestante, teriam, se providenciassem o atendimento à sua solicitação, como sustentou na quarta *Carta de Relação*, pessoas religiosas de boa vida e exemplares (CORTÉS, 2004a).

O fato de destacar que o exemplo de vida era mais importante do que os sermões, reforçava o pressuposto de que Cortés, segundo John L. Phelan (1972), via nos franciscanos uma parceria, já que eram consagrados à pobreza apostólica e não por terem apegos ao luxo nem serem amigos de prelados considerados corruptos. Essa convicção de Cortés a que John L. Phelan (1972) se refere, associava-se aos ideais ascéticos do cristianismo, mediante a prática da pobreza como uma forma de vida. Esse princípio pode ser, inclusive, observado nos religiosos que estiveram no México, em 1523, entre os quais, Toríbio de Benavente<sup>6</sup>, que destacou a humildade dos freis como uma virtude imprescindível para a atração dos nativos. Segundo o franciscano, em seu livro *Historia de los Índios de la Nueva España*, para que esta nova terra fosse convertida, os religiosos não poderiam ter outros interesses além dos religiosos.

[...] *convenía mucho que fueran los obispos como en la primitiva Iglesia, pobres y humildes, que no buscaran rentas, sino animas, ni fuera menester llevar tras sí más de su pontifical, y que los indios no vieran obispos regalados, vestidos de camisas delgadas y dormir en sábanas y colchones y vestirse de muelles vestiduras, porque los que tienen ánimas a su cargo han de imitar a Jesucristo en humildad y pobreza, y traer su cruz a cuestras y desear morir en ella* (BENAVENTE, 1985, p. 75).

---

<sup>6</sup> Provavelmente nasceu entre os anos de 1482 ou 1491 e morreu em 1565. Foi um dos mais importantes franciscanos que esteve no México, fundador de Puebla e um dos articuladores da evangelização do México. A partir do contato que teve com o universo indígena, escreveu sua obra, intitulada *Historia de los Índios de la Nueva España*, publicada tardiamente, somente em 1848, e uma segunda edição completa em 1858 (FABREGAT, 1985).

As alegações de Cortés (2004a), na quarta *Carta de Relação*, para recomendar os franciscanos também se sustentavam no entendimento de que, por praticarem seus votos, não ambicionariam obter posses materiais e, por isso, poderiam se dedicar com a realização das metas religiosas, tais como: ministrar os sacramentos, efetivar a cobrança do dízimo e, com ele, construir igrejas, pagar os serviços religiosos, os sacristãos, ornamentos, além de se dedicar à administração das paróquias e à formação catequética.

*Porque por ello merezca la bienaventuranza de la vida perpetua; y porque para hacer órdenes y bendecir iglesias y ornamentos, y óleo y crisma y otras cosas, no habiendo obispos, sería dificultoso ir a buscar el remedio de ellas a otras partes (CORTÉS, 2004a, p. 258).*

Ao sugerir a vinda da Ordem de São Francisco para realizar o trabalho catequético, Cortés (2004a) recomendava os franciscanos em função do modelo de educação que eles poderiam realizar. Além de colocar um verniz de legitimidade em suas atividades, o argumento utilizado por Cortés para convencer o soberano espanhol era o de que a catequese seria uma importante aliada porque os religiosos se ocupariam com a instrução dos astecas, incorporando-os à sociedade que ele acreditava poder governar.

Segundo o entendimento de Cortés (2004a), as ações catequéticas contribuiriam para a manutenção da ordem social, ameaçada pelo sentimento de rivalidade dos astecas que, em maior número, poderiam se voltar aos seus antigos senhores e rebelar-se contra os espanhóis.

Assim sendo, o conquistador esperava, sobretudo, que os valores praticados e reproduzidos pelos franciscanos colaborassem para realizar uma segunda conquista, a espiritual. Por sua vez, os Observantes, que já participavam, desde os primeiros momentos, em missões individuais, passariam a intensificar, a partir de 1523, os esforços para atrair os nativos por meio da catequese e da escola, incluindo-os na sociedade que se instaurava.

## 4.2. OS FRANCISCANOS E A EDUCAÇÃO NA NOVA ESPANHA DO SÉCULO XVI

Os franciscanos foram os primeiros a participar da evangelização nas possessões espanholas do Novo Mundo. Esses religiosos já acompanhavam os conquistadores na exploração e conquista dos territórios recém-incorporados à Coroa Espanhola. Embora não tivessem desenvolvido uma atividade organizada para a conversão dos nativos, os religiosos esboçaram os primeiros ensaios catequéticos. Nesse sentido, para o entendimento da ação evangelizadora e educativa e, por extensão, da preferência de Cortés, cumpre caracterizar essas atividades, considerando três momentos principais: o primeiro se refere ao período das Antilhas, o segundo da Nova Espanha e o terceiro, do México, momento em que a catequese e a educação assumiram uma característica mais complexa.

### 4.2.1 A etapa de implantação da catequização nas Antilhas

Antes que Hernán Cortés desempenhasse a conquista militar e espiritual que tomava como sua, a Igreja cristã já tinha um histórico no continente americano. É preciso considerar que a evangelização não foi iniciada por Cortés e que a preferência pelos franciscanos se baseava em antecedentes, ainda que não bem sucedidas. Em 25 de setembro de 1493, na segunda viagem de Colombo, a história da religião cristã, por meio da ação pedagógica, daria seus primeiros passos no Novo Mundo. Colombo tinha recebido dos Reis Católicos instrução para dar impulso à evangelização e atrair para a fé cristã os nativos, abrindo, assim, espaços para missões posteriores.

Os primeiros religiosos que tentaram realizar uma ação catequética e educativa vieram em 1493, e estabeleceram-se em Santo Domingo<sup>7</sup>. Com Bernardo

---

<sup>7</sup> Não há informações precisas sobre os religiosos que protagonizaram essa primeira etapa. Alvaro Huerga (1992) menciona os franciscanos Juan Pérez de la Rábida (?-1513), Rodrigo Pérez, Antonio de Marchena, os belgas Juan de la Deule e Juan Tisin; os mercedários Jorge de Silva, Juan Solórzano e Juan Infante e o ermitão de São Jerônimo Ramón Pané.

de Boil ocorreram os primeiros esforços para a implantação da Igreja cristã e de um processo educativo centrado no ensino da religião cristã. Esse franciscano recebeu a incumbência do amigo de infância, Fernando de Aragão, de partir com Colombo para realizar o trabalho missionário. Para o cumprimento e legalização de sua tarefa, o Rei Católico solicitou ao papa Alexandre VI que nomeasse o frade delegado apostólico, mas sem precisar os limites de sua autoridade, exceto que não teria posto de bispo. Contudo, Boil, visto as dificuldades que a missão exigia e, ao que tudo indica, a incompatibilidade com Colombo, não permaneceu muito tempo e retornou para a Espanha, junto com parte de seu grupo<sup>8</sup> (HUERGA, 1992).

A evangelização, iniciada por Bernardo de Boil, não representava nenhuma iniciativa institucionalizada, mas que, segundo Oro (1993, p. 595), “[...] *iba a ser, con su experiencia antillana y sus informaciones, muy decisivo para diseñar una verdadera empresa misionera*”. O resultado negativo dessa experiência, em parte provocada pela falta de conhecimentos da língua e dos costumes dos nativos e em parte pela falta de planejamento, não foi de todo um fracasso: com sua meta de colonização e ideal religiosos o interesse dos Reis Católicos e dos franciscanos se acentuou a partir das informações obtidas por meio de Juan de la Deule, Juan Tisin e, especialmente, por aquele que é considerado o primeiro texto de etnografia dos nativos, escrito por Ramón Pané, em 1496, *Relación acerca de las antigüedades de los Indios*<sup>9</sup>. Derivado dessa frustrada tentativa, um segundo grupo foi enviado, em 1500, sob a direção de Francisco Bobadilla (?-1502), com três franciscanos e um terceiro grupo em 1502 que, segundo informações de Richard Konetzke, contava com treze franciscanos (KONETZKE, 1997).

As primeiras e insipientes missões serviram para dar impulso aos projetos mais ambiciosos, na medida em que a colonização espanhola avançava e novos mecanismos de dominação e formação do homem eram requisitados. De acordo com

---

<sup>8</sup> Gerónimo Mendieta (1870, p. 33), em sua *Historia eclesiástica indiana*, afirma que Boil ficou dois anos no Novo Mundo, dos quais a maior parte com pendências com o Almirante: “*Estuvo Fr. Buil dos años en la isla Española, y lo mas de este tiempo se le pasó em pendências con el Almirante, y no (segun parece) por volver por los indios y procurar su libertad y buen tractamiento, sino porque castigaba con rigor á los soldados españoles por malas que hacian á los naturales, y por otras culpas que cometian*”.

<sup>9</sup> Na introdução do texto, Ramón Pané (s/d., p. 137) menciona que o escreveu a pedido de Colombo, com a expressa finalidade de “[...] *aprender y saber de las creencias e idolatrias de los indios, y de como veneran a sus dioses*”.

Lino Gómez Canedo (1982), em seu livro *La educación de los marginados durante la época Colonial*, em 1503, o governador Nicolás de Ovando recebeu ordens para que, em cada população antilhana, fosse construída, junto a igreja, uma casa onde pudesse receber crianças para serem instruídas na leitura, escrita e nas orações.

Nesse período, a falta de membros do clero secular, que eram encarregados da instrução, criou as condições para que franciscanos assumissem a tarefa catequética e educativa. De acordo com Canedo (1982), foi nesse momento que os franciscanos iniciaram a prática de recolher filhos das lideranças nativas para doutriná-los. Esse autor retoma a Lei de Burgos, de 1512, para reforçar o pressuposto de que a Ordem de São Francisco teria iniciado a ação de educar filhos dos grupos de nativos privilegiados, em regime de internato<sup>10</sup>.

Nas mudanças que se processavam, os franciscanos, paulatinamente, assumiam a tarefa evangelizadora de maneira mais orgânica e sistemática, beneficiados pela boa relação entre a Sé Romana e o Estado Espanhol, os quais se comprometeram com a obra religiosa porque ambicionavam expandir seus interesses e assegurar o domínio de suas possessões.

As Bulas Alexandrinas expressavam tal confluência porque, segundo Tania Conceição Iglesias (2010), vincularam a doação de parte da América para a Espanha sob a condição da evangelização dos nativos<sup>11</sup>. De fato, a Ordem Franciscana possui um vínculo importante com o descobrimento e evangelização do Novo Mundo, já que foi favorecida com os mútuos acordos e com a Reforma de Cisneros, a qual estimulou as missões. Os Reis Católicos, assim que receberam as primeiras notícias do descobrimento, comunicaram ao papa Alexandre V, que atribuiu privilégios e licença aos franciscanos para sistematizar a evangelização.

---

<sup>10</sup> “Ordenamos e mandamos também que todos os filhos dos caciques que há na dita ilha e houver doravante com menos de treze anos sejam dados aos frades da ordem de São Francisco, como mandei por uma cédula minha, para que os ditos frades lhes ensinem a ler e escrever e todas as outras coisas da nossa santa fé, os quais os tenham quatro anos ensinando e depois os devolvam às pessoas que os deram e os tinham encomendado para que os tais filhos de caciques ensinem os ditos índios, porque aceitarão muito melhor deles, e se o tal cacique tiver dois filhos, dê um aos ditos frades e o outro seja o que mandamos que ensine aos que tiverem índios” (ORDENANÇAS..., 1992, p. 670).

<sup>11</sup> São quatro bulas: a *Inter coetera* de 03 e de 4 de maio; a *Bula Piis Fidelium* de 25 de junho; a *Eximiae devotionis* de 03 de julho e a *Dudum siquidem* de 25 de setembro, emitidas pela Santa Sé em 1493 aos Reis Católicos (IGLESIAS, 2010).

Nesse caso, embora o labor evangelizador tenha se iniciado nas Antilhas, onde se ensaiou os primeiros procedimentos de ensino catequético e de escola, foi na Nova Espanha que ocorreram os passos decisivos, já que se estabeleceram os métodos das missões e as instituições que imprimiriam de forma definitiva a educação durante o século XVI (VALERIO, 1992). Esse projeto evangelizador que se realizava com base na educação, pode ser compreendido a partir de dois momentos, que correspondem com os pedidos de Hernán Cortés, nas Cartas de Relação: o primeiro se remete aos três frades flamencos que fundariam o *Colégio de Texcoco* e o segundo à missão dos “Doze Apóstolos do México”<sup>12</sup>.

#### 4.2.2 O *Colégio de Texcoco*, a primeira escola da Nova Espanha

A formação oferecida pelos franciscanos na Nova Espanha foi estruturada logo após a Conquista, com a chegada de três freis belgas e, posteriormente, de um grupo de doze religiosos. As primeiras escolas, sob o encargo da Igreja, foram estabelecidas e o ensino catequético ganhou os contornos necessários para o atendimento das necessidades que se apresentavam: as igrejas e as escolas deveriam contribuir para a adaptação dos astecas aos interesses de Cortés e promover a ocidentalização destes. Para o cumprimento dessa finalidade, o colégio de *Texcoco*, fundado por Pedro de Gante e seus companheiros, teria significativa importância, já que seria modelo para a formação que se estabeleceria posteriormente.

A vinda dos religiosos, resultado da solicitação de Cortés, feita logo após a Conquista, era um meio para adequar os nativos ao conjunto de estruturas

---

<sup>12</sup> A lista dos religiosos que chegaram ao México, em maio de 1524, é conhecida graças às anotações de Bernadino de Sahagún (1499-1590), um franciscano que veio ao Novo Mundo em 1529 e que se dedicou a estudar, sobretudo, a cultura dos mexicanos. No preâmbulo de seu texto *Los coloquios de los Doce*, Sahagún lista os Doze, segundo a ordem de importância hierárquica: Martín de Valencia, Francisco de Soto, Martín de la Coruña, Toríbio de Motolínia, Francisco Ximenez, frei Antonio de Ciudad Rodrigo, García de Cisneros, Luis de Fuensalida, Juan de Ribas, Juan Juárez Andrés de Córdoba e o frei Juan de Palos (SAHAGÚN, 1993).

econômicas, sociais e das referências de pensamento do invasor. A pacificação e a ordem, como entendeu Cortés (2004a), eram condições para a manutenção da exploração dos recursos que os territórios ofereciam. Os espanhóis, afirmou Gibson (1991), trataram de legitimar seus atos de conquista e, para isso, buscaram justificativas religiosas com o pressuposto de destruir uma civilização tida como pagã. Colaborava para esse procedimento de ajustamento e docilização dos nativos, a catequização e a educação iniciada pelos três mendicantes, quando chegaram à cidade de Vila Rica de Vera Cruz, em 13 de agosto de 1523.

Entre os franciscanos, originários de Gante e que receberam nomes espanhóis, estavam Johann Dekkers (1476-1525, chamado de frei Juan de Tecto), Johann van der Auwera (? , frei Juan de Ahora) e o leigo Pedro van der Moere (?-1572, chamado de Pedro de Gante)<sup>13</sup>. Segundo Duverger (1993), esses religiosos, assim que chegaram, residiram em *Texcoco*, já que *Tenochtitán* não oferecia condições propícias: a falta de estrutura material, as tensões, insegurança, entre outros, inviabilizaram a permanência dos religiosos nela. Depois que se instalaram em *Texcoco*, empenharam-se em seu trabalho religioso: começaram a aprender o *náhuatl* e a ensinar a alguns nativos de famílias nobres da cidade, situada próxima de *Tenochtitlán*.

A cidade de *Texcoco* era ponto estratégico, pois era um centro religioso e educacional dos nativos, onde era possível conhecer a tradição educativa dos astecas, caracterizada por escolas distintas: uma destinada para nobres (*calmecác*) e outra para o povo (*teipochicalli*) (MUÑOZ, 1995). Sobretudo, permitia observar a vida dos astecas para elaborar os meios que possibilitariam a catequização. Entre os aspectos observados, constava uma visão de mundo distinta de sua tradição: os nativos, afirmou Gante (1974a), tinham uma religiosidade que, em seus ritos e práticas, costumavam matar seus filhos e mutilá-los. Os deuses eram muitos e os

---

<sup>13</sup> Uma das versões sobre a morte de Juan de Tecto e de outros companheiros é dada por Cortés quando acompanharam-no na expedição às Hibueras: “[...] y dos frailes franciscanos que habían ido conmigo, que también venían dentro, y treinta y tantas personas, que me llevó por copia, y las que habían salido a tierra habían andado perdidas por los montes sin saber adónde iban, y de hambre se habían muerto casi todos” (CORTÉS, 2004a, p. 336). Essa notícia é confirmada por Pedro de Gante que, em carta redigida ao Imperador, em 31 de outubro de 1532, afirma que “Los dichos fray Juan de Tecto y el outro sacerdote fueron con el marqués del Valle Don Hernando Cortés a Cabo de Honduras, e a la vuelta fallecieron con tormenta y trabajos del camino” (GANTE, 1974a, p. 43).

costumes incluíam a antropofagia e, por isso, era preciso catequizá-los para tentar alterar hábitos que os espanhóis consideravam repugnantes.

Segundo Ángel María Garibay (2000), a sociedade, que buscava doutrinar, tinha um profundo sentido de sua religiosidade, tanto individualmente quanto na vida coletiva. O grupo estava submetido ao pensamento de que o homem é um colaborador das divindades e da existência do universo. Os religiosos tinham que modificar essa concepção e, para isso, no *Colégio de Texcoco*, encaminharam a formação, que se organizou em duas etapas, a religiosa e a escolar. Inicialmente, a ausência de estrutura física que pudesse abrigá-los e efetivar essas etapas formativas, levou-os a ocupar os palácios de uma antiga liderança texcocana, *Nezahualpilli* (1464-1515), onde os religiosos construíram a escola, nos fins de 1523.

Considerados os primeiros educadores da Nova Espanha, esses religiosos se empenharam na formação dos nativos, oferecendo, inicialmente, os rudimentos de uma formação cristã. Em seguida, as crianças eram batizadas e, depois, recebiam também os demais sacramentos, exceto o da ordem. Gante (1974a) menciona, na *Carta de fray Pedro de Gante a los padres y hermanos de la provincia de Flanes, 27 de junio de 1529*, o esforço que fazia para batizar as crianças astecas.

*En esta provincia de México hemos bautizado yo y otro fraile mi compañero, más de doscientos mil, y aún tantos, que yo mismo no sé el número. Con frecuencia nos acontece de bautizar en un día catorce mil personas; a veces diez, a veces ocho mil (GANTE, 1974a, p. 41).*

Essa informação sugere pelo menos duas situações distintas: a primeira era a de que realizavam batismos em massa de nativos que haviam recebido alguma instrução religiosa; a segunda pode evidenciar a fragilidade do trabalho desses religiosos. Para além do problema linguístico e comunicativo não é possível que os franciscanos conseguissem atingir satisfatoriamente o número de pessoas que afirmavam atrair para o cristianismo porque não dispunham de condições materiais para tal. A hipótese mais provável é que buscavam valorização da ação catequética, o que serviria como incentivo para seus pares.

Os números aludidos por Pedro de Gante sugerem que ele buscava formas de convencimento do trabalho que estava praticando, na tentativa de agradar a Coroa e angariar recursos. Ao exaltar o trabalho catequético, também respaldava as ações de Cortés que, em cartas emitidas ao Imperador, havia adotado posições legalistas para justificar a Conquista e requerer reconhecimento e benefícios políticos. Na defesa da catequização, os franciscanos procuravam demonstrar a solicitude dos nativos, apresentando-os sempre dispostos à conversão, quando, em linhas gerais, as crianças eram retiradas de seus lares e impedidas de retornar e, no momento em que não estavam sob vigilância, fugiam da escola<sup>14</sup>.

Complementar à formação religiosa, o *Colégio de Texcoco* também oferecia instrução elementar, porém, para grupos mais seletos e restritos. Para isso, o Colégio contava com outros instrumentos, que incluíam o aproveitamento dos meios mais comuns da produção cultural local (pintura, música, dança e drama) e, por meio delas, fixou um sistema missional-educativo, que se estendeu por toda a Nova Espanha.

De acordo com Mendieta (1870, p. 606), os religiosos solicitavam “[...] *á algunos principales que le diesen sus hijos para los enseñar á leer y escribir*”. Essa ação, mencionada por Mendieta sobre Pedro de Gante e os outros freis, tinha relação direta com Cortés. Em suas *Ordenanzas de un buen gobierno dadas por Hernán Cortés para los vecinos y moradores dela Nueva España*, de 20 de março de 1524, o capitão espanhol recorda a obrigação dos colonos em instruir os nativos, filhos de dignitários, na fé cristã, o que demonstra que a educação realizada pelos três franciscanos era um instrumento pensado por Cortés para o ajustamento dos nativos.

---

<sup>14</sup> Um documento de 1538 demonstra que os nativos não eram passivos a receber a doutrina cristã. Os pais, para que seus filhos não fossem para as escolas, escondiam-nos. “Fui informado que, embora os meninos filhos dos principais dessa terra que estão nos mosteiros e as meninas que estão nas casas com suas mulheres honradas, para lhes ensinarem, recebam muito bem a doutrina cristã e a educação de sua puerícia, seus pais os dão de má vontade aos religiosos e às mulheres que lhes hão de ensinar a dita doutrina, e, para não dá-los, os escondem; e que na casa de seus pais ou não recebe a fé, ou são pervertidos nela, com o que Deus Nosso Senhor é desservido; e que seria conveniente que se tomassem os ditos meninos e meninas para pô-los nos ditos mosteiros e nas casas de mulheres honestas a fim de serem doutrinados” (CARTA REAL..., 1992, p. 722).

*Que cualquier vecino que tuviere indios de repartimiento, si hobiere señor e señores en el pueblo o pueblos que toviere, traigan los hijos varones que el tal señor o señores tuvieren, a la cibdad o villa o lugar donde fuere vecino; e si en ella hobiere monesterio, los dé a los frailes dél para que los instruyan en las cosas de Nuestra Santa Fe Católica, e que allí los provea de comer y el vestuario necesario, e de todas las otras cosas necesarias a este efecto (CORTÉS, 1993a, p. 279).*

Kobayashi (2007) afirmou que, nas *Ordenanzas*, Cortés responsabilizava os *encomenderos* de fornecer os meios para que os franciscanos pudessem realizar o trabalho catequético e educativo. Recorda, ainda, que as *Ordenanzas* foram cumpridas até certo grau, já que não poderiam evangelizar e educar muitos nativos. Esse limite, apontado por Kobayashi na realização do que estava prescrito, deve-se à falta de religiosos que pudessem se encarregar da instrução. Todavia, os pedidos de Cortés para a Coroa e as missões posteriores reforçam o entendimento de que o ensino era prioridade, já que era considerada a necessidade de modificação dos costumes dos nativos, introduzindo novos princípios para os docilizar.

A educação, no *Colégio de Texcoco*, não ignorou a formação das meninas. O bispo Juan de Zumárraga (1881)<sup>15</sup>, em sua *Carta à Su Majestad, del Electo Opisbo de México, D. Fr. Juan de Zumárraga*, 27 de agosto de 1529, menciona que, em *Texcoco*, havia casas de formação para freiras, que aceitavam donzelas e viúvas, filhas de lideranças, inclinadas a receber a doutrina cristã. Viviam, segundo o bispo, em clausura a cargo de uma superiora, de origem espanhola. A prioridade, segundo Robert Ricard (2000), era a formação primária e seu objetivo se destinava mais para a formação dos deveres matrimoniais e não intelectuais.

Com o objetivo de formar boas cristãs, o ensino era centrado nos princípios da doutrina cristã, entre os quais, um comportamento recatado e o abandono da poligamia. Segundo Canedo (1982), elas, nas casas de formação, além de serem preparadas para funções matrimoniais e atividades manuais, aprendiam a ler e a

---

<sup>15</sup> Originário de Durango, cidade de Biscaia próxima de Bilbao, professou na ordem franciscana. Em 1527, chamou a atenção de Carlos V e recebeu a missão de caçar feiticeiras de Biscaia. Foi designado como bispo de México, onde chegou em 1528, junto com seu amigo Andrés de Olmos. Com as ordens mendicantes, organizou a evangelização do território e estabeleceu a Igreja mexicana. Morreu em 1548 (BERNARD; GRUZINSKI, 1997). Foi o primeiro bispo inquisidor do México.

escrever. Sob os cuidados de Catalina de Bustamente<sup>16</sup>, considerada a primeira educadora das Américas, as meninas, em regime de internato, recebiam suas lições, que incluíam maneiras de se vestir e comportar. Dessa maneira, os franciscanos ampliavam a prática evangelizadora estendendo a formação para a mulher, que colaborariam na educação de seus filhos, preparando as futuras gerações.

Entre as ações possibilitadas por esse Colégio, destacam-se a tentativa de doutrinar um grupo reduzido da nobreza da região e também o de preparar as bases para a alfabetização em língua *náhuatl*, nas missões que viriam posteriormente. Nessa cidade, ficariam em torno de três anos e meio. Após a morte de Juan de Tecto e Juan de Ahora, Gante se estabeleceu na antiga *Tenochtitlán*, juntando-se à missão religiosa de doze franciscanos, onde fundariam, em 1525, o convento de São Francisco do México e a escola São José dos Naturais, intensificando o trabalho de catequização.

#### 4.2.3 Os “Doze Apóstolos do México”: peregrinos do Velho ao Novo Mundo

Nove meses depois que chegaram os freis Pedro de Gante, Juan Ahora e Juan de Tecto, desembarcariam no México os chamados “Doze Apóstolos do México”, um grupo de franciscanos liderados por Martín de Valencia<sup>17</sup>, responsável

<sup>16</sup> Existem poucas informações sobre Catalina de Bustamante, considerada a primeira educadora das Américas. O que se sabe, é que veio a Santo Domingo em 1514, junto com seu marido Pedro Tinoco, duas filhas e um genro. Em *Texcoco* assumiu a direção do colégio para meninas, em 1526. (BRAVO, 2012). Juan de Zumárraga, em carta datada de 19 de outubro de 1529, faz referência a Catalina de Bustamante, informando que era uma mulher dedicada à instrução da doutrina cristã às nativas, filhas das principais lideranças. Zumárraga Informa que Catalina recebeu de Hernán Cortés esmolas para seu sustento e educação das meninas (ZUMÁRRAGA, 1921). Em carta datada de 27 de agosto de 1529, Zumárraga mencionou que Catalina se dedicou ao ensino das viúvas e donzelas que ocorria nos mosteiros (ZUMÁRRAGA, 1881).

<sup>17</sup> Boa parte do livro quinto da *Historia eclesiástica indiana*, Mendieta dedicou ao frei Martín de Valência. Informa que ele era natural da vila de *Valência de Don Juan*, em terras de Campos, situada na província de Leão. Apesar de não haver concordância quanto à data de nascimento, Mendieta (1870, p. 584) menciona que “*Como el siervo de Dios era ya viejo de cincuenta años cuando vino á esta Nueva España, y también por no dejar lo esencial que Dios le había comunicado de su oración y contemplación y ejercicios espirituales, y por esto supo poco de ella*”. Nesse caso, se a informação estiver correta, é possível calcular a data de nascimento a partir de sua chegada à Nova Espanha, em 1524. Teria, portanto, nascido em 1474 e morrido em 21 de março de 1534. Segundo Mendieta (1870), Martín de Valência teve uma vida austera, disciplinada, vivendo na miséria e sempre descalço. Era, segundo informações, dotado de profunda espiritualidade e humildade. Foi o superior da expedição dos Doze.

por escolher os religiosos que o acompanhariam. A vinda desses missionários era resultado dos pedidos de Cortés, embora no momento em que o capitão escreveu a quarta Carta de Relação, eles já estavam presentes no México. O número simbólico retomava a tradição dos Apóstolos e aos primeiros discípulos reunidos por Francisco de Assis, quando fundou, em 1209, o primeiro convento. A conversão dos habitantes do México era interpretada como uma ocasião em que poderiam retomar as tradições e estimular o espírito missionário e evangelizador da Ordem (DUVERGER, 1993).

Quando partiram em direção ao antigo reino de *Motecuhzoma*, no mesmo ano em que Alexandre VI concedeu privilégios especiais, dando-lhes autoridade apostólica para atuar onde não havia bispos, os Doze franciscanos receberam a incumbência de evangelizar os nativos dos territórios conquistados por Cortés. Na efetivação dessa ação evangelizadora e pacificadora, os franciscanos iniciaram os preparativos para a viagem no mês de outubro de 1523, e estavam estruturados em duas etapas: a primeira tinha um caráter espiritual, momento em que os religiosos estiveram no convento de *Santa María de los Ángeles*.

De acordo com Duverger (1993), nessa etapa, o preparo se concentrou nas orações, nas discussões de como deveriam proceder à catequização, ainda que de maneira rudimentar, pois não conheciam as condições que encontrariam no México. Na segunda, em novembro, os religiosos se dedicaram à organização material da viagem. Os freis também retornaram para os conventos de origem, a fim de se despedirem de seus companheiros. Em seguida, dirigiram-se para Sevilha, ao mosteiro de São Francisco, onde estiveram na presença de Francisco de los Ángeles Quiñones<sup>18</sup>, que os animou para o bom cumprimento da tarefa catequética que realizariam no México.

Ao frei Martín de Valência, o cardeal Quiñones redigiu um conjunto de instruções que tinha por objetivo oferecer as diretrizes aos franciscanos que enviou para México. Além de recomendar para que mantivessem o zelo religioso no serviço

---

<sup>18</sup> Francisco de los Ángeles Quiñones nasceu em 1475 e morreu em 1540. Filho do conde de Luna e parente do Imperador Carlos V, foi pajem de Cisneros durante sua infância. Entrou na Ordem Franciscana em 1491, com a idade de 16 anos, sob a custódia de Santa Maria dos Anjos. Na Ordem, ascendeu rapidamente tendo assumido postos importantes, entre os quais o de vigário provincial (1521), comissário-geral (1522) e ministro-geral (1523) (GARCÍA, 1973).

de doutrinação e na obediência à autoridade apostólica que deveriam ter, o documento contém itens que orientam a conduta e delimitam o objetivo do trabalho que desempenhariam. As Instruções eram genéricas e tinham um caráter provisório, já que as condições pelas quais a evangelização ocorreria eram desconhecidas. Nesse documento, os artigos mencionados por Francisco de los Ángeles, não se destinavam aos procedimentos da evangelização, mas, sim, à conduta que os religiosos deveriam ter. Por essa razão, o superior franciscano recomendou que, em terras de nativos, o religioso não deveria se afastar das verdades cristãs e zelar para manter, segundo a orientação de Francisco de los Ángeles Quiñones (1992), a pureza da regra religiosa. Em seguida, lembra a hierarquia eclesiástica a que estão sujeitos à obediência e os critérios de substituição de um sucessor, caso haja morte, de acordo com os capítulos gerais da Ordem. Soma-se a isso a recomendação para que os Doze permanecessem sempre juntos numa cidade porque, para Quiñones (1992), se vivessem comunitariamente demonstrariam concordância e bom exemplo, comportamento considerado importante para ajudar na conversão, como as palavras e as pregações.

Assim que receberam as Instruções de Quiñones e realizados os preparos, os missionários embarcaram para o México em 25 de janeiro de 1524. Além de atenderem as solicitações de Cortés, um dos motivos que animava esses homens que partiram para terras desconhecidas era o propósito religioso de instruir os nativos na doutrina cristã. Em grande parte, acreditavam poder realizar os ideais de humildade, itinerância e pobreza do cristianismo primitivo e do fundador da Ordem, Francisco de Assis. Esse entendimento e objetivo resultavam do fato de acreditarem que poderiam recuperar, com a ação catequética, o espaço que consideravam ter perdido no Velho Mundo, devido às lutas religiosas e à ameaça protestante.

Ainda que tenha assumido uma compreensão providencialista e idealista de história, Mendieta (1870) expressa esse sentimento de perda e, ao mesmo tempo, de otimismo em relação ao território americano. Para esse franciscano, Deus elegeu Cortés como um novo Moisés, para abrir as portas e os caminhos aos predicadores

do Evangelho no Novo Mundo, onde poderiam restaurar e recompensar a Igreja cristã com a conversão dos astecas<sup>19</sup>.

*Débase aquí mucho ponderar, cómo sin alguna dubda eligió Dios señaladamente y tomó por instrumento á este valeroso capitán D. Fernando Cortés, para por medio suyo abrir la puerta y hacer camino á los predicadores de su Evangelio en este nuevo mundo, donde se restaurase y se recompensase la Iglesia católica con conversión de muchas ánimas, la perdida y daño grande que el maldito Lutero había de causar en la misma sazon y tiempo en la antigua cristianidad (MENDIETA, 1870, p. 174).*

Dessa maneira, o ambiente de incertezas europeias apresentava aos religiosos problemas que requisitavam um novo direcionamento e o trabalho com nativos se transformou em uma nova seara, com a qual poderiam começar um novo projeto evangelizador, segundo os ideais de vida austera e piedosa que acreditavam ser importantes. Desejavam realizar, por meio da catequese e educação, os princípios do cristianismo e da Ordem Franciscana, especialmente os valores da piedade e da humildade.

De acordo com José Maria Alonso Del Val (2011), eles tinham em comum a luta pelo retorno do ideal primitivo da Ordem e, por isso, exaltavam a vida fraternal, a pobreza, a vida itinerante, o contato com os nativos e o cultivo da contemplação, valores que atendiam aos interesses de Cortés. O projeto de vida franciscana, seguido pelos “Doze Apóstolos do México”, como eles ficaram conhecidos, foi transformado em um plano evangelizador para o México, em que procurariam reproduzir nos nativos a vida de fraternidade e fidelidade evangélicas.

---

<sup>19</sup> Enrique Florescano, em seu livro *Memoria Mexicana*, afirmou que a Espanha herdou a concepção universal, progressiva e providencial da história que o cristianismo havia elaborado e, com ela, enfrentou o imprevisto descobrimento de novas terras. Para ele, a ideia cristã de história também apoiou a expansão imperial do poder espanhol, dando-lhe um sentido providencial e messiânico. A igreja cristã medieval se considerava universal e, antes das conquistas, estava confinada a uma pequena parte do mundo. Nesse sentido, os descobrimentos abriram a possibilidade de ampliar o cristianismo pelo mundo conhecido. Florescano (2000) menciona que, a partir da Conquista, o discurso histórico se desenvolve dentro das margens dessas mesmas ideias cristãs, que defendem e legitimam o imperialismo espanhol. Cronistas como Pedro Mártir de Anglería, Gonzalo Fernández de Oviedo e López de Gómara entenderam os descobrimentos como providencial; Mendieta não só defendeu essa perspectiva como concebeu fins transcendentais nas ações da Coroa e da igreja no Novo Mundo (FLORESCANO, 2000).

Com essas metas, os religiosos chegaram ao México, no dia 13 ou 14 de maio de 1524, em Vera Cruz, na costa mexicana. Do litoral, partiram a pé para *Tenochtitlán*, passando antes em *Tlaxcala*, onde tiveram os primeiros contatos com os astecas. Frei Toríbio de Benavente, mais conhecido como Motolínia, expressa, em um primeiro momento, uma visão pessimista quanto ao mundo asteca, reconhecendo as dificuldades e obstáculos que o trabalho catequético teria:

*era esta tierra un traslado del infierno, ver los moradores de ella de noche a dar voces, unos llamando a el demonio, otros borrachos, otros cantando y bailando; tañían atabales, bocinas, cometas y caracoles grande, en especial en las fiestas de sus demonios* (BENAVENTE, 1985, p. 75).

Um mês depois, chegariam a *Tenochtitlán*, recepcionados, com cerimônias e homenagens, pelo próprio Hernán Cortés. O gesto não poderia ser mais teatral. Atento à importância da comunicação e dos símbolos, Cortés idealizou um rito novo: uma cerimônia simples e pomposa ao mesmo tempo. Na presença dos nativos e de suas lideranças, entre os quais *Cuauhtémoc*, este se ajoelhou diante de Martín de Valência e tentou beijar-lhe as mãos, mas foi impedido e só pôde tocar o hábito, ação que se repetiu com os demais. Cortés solicitou que seus capitães fizessem o mesmo.

Segundo relatos de Díaz Del Castillo (2009), as lideranças se espantaram com o comportamento de Cortés e de como os freis vieram descalços e com hábitos rasgados.

*Y de que Guatemuz y los demás caciques vieron ir a Cortés de rodillas a besarle las manos, espantáronse en gran manera, y como vieron a los frailes descalzos y flacos, y los hábitos rotos, y no llevaron caballos, sino a pie y muy amarillos, y ver a Cortés, que le tenían por ídolos o cosa por sus dioses, así arrodillado delante de ellos, desde entonces tomaron ejemplo todos los indios* (DÍAZ DEL CASTILLO, 2009, p. 450).

Vendo a ação e arrastados pelo exemplo, os dignitários astecas reproduziam o gesto dos espanhóis. A cena foi complementada pelos discursos de Cortés, que

explicou a superioridade de Deus a todas as autoridades humanas, pois a compreendia como dotada de outra natureza (DUVERGER, 1993).

O encontro inicial dos franciscanos com Cortés e os nativos reforçou a necessidade de conhecer o ambiente em que atuariam; por isso, procuraram realizar entrevistas com o capitão, antes de iniciarem as atividades religiosas e educativas. Poucos dias depois que se estabeleceram, os franciscanos, munidos de informações elementares, deliberaram sobre como deveriam evangelizar os nativos.

Para Félix Zubillaga (1965), com Cortés, eles celebraram o que se chamou de Junta Apostólica, com a finalidade de orientar o trabalho religioso que propagaria a fé cristã. Os participantes da Junta, que desconheciam o campo nativo no qual atuariam, suas línguas e costumes, formulariam normas básicas, mas, gerais: para o batismo instruiriam crianças e adultos em conventos e igrejas; a comunhão foi restrita a um pequeno grupo que receberia a devida preparação; para o matrimônio, não adotaram nenhuma resolução específica. Na Junta, os religiosos também procuraram estabelecer algumas diretrizes para o ensino da doutrina cristã, entre as quais, destacam-se procissões acompanhadas pela cruz e orações e celebrações para que servissem de instrução rudimentar da fé.

Mesmo que tivessem como objetivo comum a catequização dos nativos, os observantes não formavam um grupo compacto como às vezes se divulga. Sonia Corcuera de Mancera (1991), a partir das informações de Mendieta (1870), procurou destacar que eles tinham divergências e não estavam em harmonia. Ao frei Martín de Valencia, foi atribuída uma profunda espiritualidade, mas, também, um comportamento instável em relação aos nativos e aos companheiros. Além disso, o otimismo, que havia manifestado no início do trabalho, resultou-se passageiro, por considerar os astecas fracos e com pouco talento e aptidão para a contemplação.

Contrário ao espírito contemplativo de seu superior, frei García de Cisneros (?-1536) era mais pragmático: aprendeu a língua nativa, ensinou e concebeu a evangelização como um processo que deveria permitir aos nativos mais desenvolvidos maior participação na evangelização de seus pares. Aceitava, portanto, a capacidade dos nativos para aprender novos conceitos e, ao mesmo tempo, transmitir os conhecimentos adquiridos em suas comunidades. Frei Francisco de Soto (1500-1563), por sua vez, não aprendeu a língua nativa, enquanto

frei Antonio de Ciudad Rodrigo (?-1553) se destacou pela defesa que fez aos direitos dos nativos.

Frei Mendieta (1495-1548), a quem se atribui o mérito de escrever primeiro sobre a primeira etapa de evangelização no México, reuniu informações que contribuem para situar o perfil dos franciscanos e o que fizeram no México. Além de mencionar que tinham, principalmente, uma espiritualidade devotada à mística franciscana e à Reforma do Cardeal Cisneros, afirmou que nem todos permaneceram no México: Antonio de Ciudad Rodrigo, por exemplo, retornou para a Espanha em 1529, em nome do grupo, para solicitar do Imperador providências contra a escravidão e também mais religiosos. Quando retornou para o México, acompanhado por vinte e nove outros, morreu no convento de São Francisco nos dias em que chegou. Frei Luis de Fuensalida, o primeiro do grupo a aprender o *náhuatl*, partiria para a terra natal em 1535, com a intenção de ir para a África, e regressaria para o México dez anos mais tarde.

As características individuais dos franciscanos, que sugerem viver segundo os ideais de ascetismo e pobreza evangélicas e que procuravam reproduzir por meio da catequese, contribuíram para dar um perfil ao trabalho pastoral e educativo dos nativos. Nos conventos e escolas que fundaram com a ajuda de Cortés, aprofundariam a atividade catequética e ampliariam a doutrinação das crianças astecas. Entretanto, na transformação social do México, a instrução dos nativos ganharia novos contornos para o atendimento das demandas que se apresentavam e dos interesses de Cortés em pacificar. A educação doutrinal seria complementada pela aprendizagem das primeiras letras e de ofícios, proposta assumida pela Escola de São José dos Naturais.

## 5 A EDUCAÇÃO FRANCISCANA NO MÉXICO: O COLÉGIO SÃO JOSÉ DOS NATURAIS E OS COLÓQUIOS

Povos conquistados, cujo destino vos traz um novo rei para adorar, e novos deuses. Com obras e com costumes mais corretos e mais dignos. Do futuro pensai não merecer dos novos deuses o desdém (VIVALDI, 1733).

O processo de evangelização dos nativos encontraria uma nova etapa de desenvolvimento com a fundação do colégio de São José dos Naturais, construído para receber crianças que teriam uma formação complementar à de *Texcoco*. Essa nova fase da evangelização contava, ainda, também com a contribuição dos Colóquios dos Doze, documento de 1524 ou 1525 que contém os fundamentos catequéticos destinados à formação dos astecas.

### 5.1 O COLÉGIO SÃO JOSÉ DOS NATURAIS

Os religiosos franciscanos buscaram ampliar as formas para inculcar nos alunos valores que consideravam importantes, para isso, fundaram centros catequéticos em regime de internatos, entre os quais o Colégio São José dos Naturais, em 1525, instituição que foi dirigida por Pedro de Gante, pouco depois que se juntou aos chamados “Doze Apóstolos do México”.

Nessa instituição, os espanhóis acreditavam que poderiam aprimorar a instrução, já que a educação promovida pela escola tinha o propósito de formar os astecas para que atendessem às necessidades dos colonizadores e os interesses de Cortés. No caso do colégio de São José, ele surgiu com um duplo objetivo: intensificar a formação da fé cristã e instruir as crianças consideradas mais

capacitadas e formar com elas um grupo que tomasse a dianteira da evangelização. Ademais, da escola também saíam os que exerceriam funções produtivas, dentre os quais os pintores e carpinteiros, que contribuiriam na edificação de novas capelas, igrejas e escolas (VALERIO, 1992).

A escola franciscana de São José dos Naturais era composta de claustro, capela, salões com espaço para salas de aula, dormitórios e oficinas para a educação de crianças que entravam por volta dos 10 ou 12 anos de idade. A composição da escola tinha a condição, segundo Canedo (1982), de centro de evangelização e educação. Para esse autor, era um centro de instrução primária, já que ensinava a ler, escrever e cantar, mas, também, um centro catequético, onde eram doutrinados os nativos e se formavam catequistas e ajudantes dos religiosos franciscanos.

No cumprimento dessa finalidade, o centro contava com a capela que não era um espaço utilizado apenas para as celebrações religiosas, mas, aos domingos e feriados, se convertia em lugar onde se ensinava o catecismo. Incluía em sua estrutura uma enfermaria, que servia para atender tanto aos alunos quanto à comunidade.

Segundo Paula Alegria (1936), com esses ambientes, a escola passou a ser promotora de um amplo ideal, destinado retirar os astecas de uma religião que os espanhóis consideravam absurda, para elevá-los a um plano mais alto. Buscando uma suposta igualdade no trabalho Alegria (1936) entende que o Colégio de São José propôs formar as crianças para uma sociedade em que todos viveriam harmoniosamente. Nesse caso, sob a direção de Pedro de Gante, buscou atender tanto às necessidades materiais quanto às espirituais, pois contribuía com a comunidade ao preparar as crianças para que fossem incorporadas à administração ou ao trabalho da colônia.

Essa perspectiva de ensino garantia aos franciscanos, sem o poder das armas, assegurar a doutrinação e a ocidentalização dos nativos, ainda marcados com os ressentimentos causados pela Conquista de Cortés. Por isso, tinham a incumbência de reproduzir os ideais evangélicos para cumprir o que Cortés (1993a, p. 279) denominou, em suas *Ordenanzas*, de domínio sobre os nativos. Para isso, a

escola São José dos Naturais, procurou revitalizar o ensino, iniciado em *Texcoco*. Diferente dessa escola, São José tinha uma particularidade que serviu de modelo para os centros de catequese e educação que se estabeleceram posteriormente no México: nela, a formação das primeiras letras, da doutrina cristã, do canto e da escrita, seria complementada pelos ofícios. Tal peculiaridade do ensino praticado pela escola correspondia, no entendimento de Pilar Gonzalbo Aizpuru (2008), aos dilemas e contradições da sociedade colonial: de um modo geral, os *encomenderos* requisitavam da escola contribuição para que ela proporcionasse aos seus trabalhadores um estímulo e adestramento rápido para aumentar os bens de seus superiores; os representantes da Coroa, por sua vez, procuravam atuar para apagar os vestígios do passado nativo.

Com essa dupla finalidade, a escola de São José dos Naturais ofereceu uma instrução diferenciada para os mexicanos: as crianças mais pobres, os *macehualtin*, recebiam educação a qual tinha por objetivo ensinar a elas os aspectos elementares da doutrina cristã e, sobretudo, prepará-las para os ofícios; os filhos dos nobres, os *pipiltin*, por sua vez, aprofundavam os princípios da doutrina cristã e a educação primária, isto é, aprendiam a ler, a escrever e a cantar.

Dessa maneira, enquanto os *macehualtin*, que seguiam a tradição de seus pais, eram preparados para serem incorporados ao trabalho nas terras dos *encomenderos*, os *pipiltin* assumiriam distintas funções nas comunidades às quais pertenciam, entre as quais, a de ajudantes dos seus mestres. Para Pilar Gonzalbo (1993), esse modelo de educação não constituía uma regra fixa: os nobres escondiam seus filhos e enviavam, em seu lugar, alguns escravos ou servidores. Por outro lado, os religiosos oportunizaram para as crianças pobres uma educação primária que permitisse a elas uma maior adaptação social.

Ainda que os nativos procurassem meios de resistir à ocidentalização possibilitada pela educação que recebiam, a escola de São José dos Naturais evidenciava que os franciscanos elaboraram medidas pontuais para vencer as resistências e inserir as crianças na sociedade colonial. Para tal fim, o modelo assumido pelos franciscanos partia do pressuposto de que era necessário separar as crianças de seus pais, mantendo-as nos internatos, onde se conservariam afastadas das tradições e dos hábitos familiares e receberiam a formação cristã, que

precedia o ensino das primeiras letras. Canedo (1982), contudo, ao atestar o caráter rigoroso do internato, lança dúvidas se era destinado a todas as crianças que o frequentavam. Segundo esse autor, não era possível que a escola, pobre e pequena, pudesse abrigar muitas delas, por isso, sugere que esse regime se destinava apenas aos filhos de dignitários astecas, mas não aos de condição social mais pobre.

De acordo com Tomás Zepeda Rincón (1999), na escola conduzida por Pedro de Gante, os franciscanos, além das lições sobre as Escrituras e a leitura, também lhes dirigiam sermões, admoestando sobre os deveres morais, incitando-os a praticar o bem. Outra particularidade que destacava a escola era a presença de monitores que repetiam as lições para os mais atrasados. Segundo informações de Rincón (1999), a escola pode ter ensinado a gramática latina, já que pretendia ter cantores para as igrejas e ajudantes de cerimônias religiosas. A música, o canto e os instrumentos musicais, assim como a pintura e o artesanato fizeram parte dessa educação oferecida para meninos e meninas. Entretanto, na formação das meninas, em colégios separados, predominavam conhecimentos considerados próprios das mulheres: para que fossem cristãs e boas mães, deviam aprender os valores da castidade e ser preparadas para tecer, lavar e cozer.

Ainda que fornecesse conhecimentos prévios para todos, havia diferenças na formação dos *macehualtin* e *pipiltin*. A esse respeito, o Códice Franciscano<sup>1</sup> (1941) atesta que os filhos de dignitários tinham tratamento diferenciado porque a eles eram atribuídas funções de acompanhar seus mestres em cerimônias, além de ajudar na catequese. Outro aspecto que a diferenciava dos demais, “era o modo como atuavam na sociedade: aprenderiam a ler e escrever para assumir, segundo o Códice Franciscano”, postos de comando em seus povoados e prestação de serviços nas igrejas (ICAZBALCETA, 1941, p. 55). Por sua vez, os filhos de famílias

---

<sup>1</sup> O Códice Franciscano reúne um conjunto de informes dos franciscanos para um representante do Conselho das Índias, Juan de Ovando. Foi Ramírez quem deu o nome de Códice Franciscano, porque todo ele é composto por documentos relativos à Ordem Franciscana ou escrito por seus membros. A presente edição, publicada em 1941, contém documentos que vão até 1570 e encontra-se dividida em duas partes: a primeira compreende os informes da Província do Santo Evangelho, tomados dos manuscritos de Ramírez. A segunda parte contém 15 cartas de franciscanos, muitas com autor e data, mas não o local (ICAZBALCETA, 1941). Nenhum dos informes da primeira parte contém o nome de seus autores, por isso, será tratado genericamente pelo título da obra. No corpo do trabalho, quando citado, será mencionado o título do documento; na referência final, virá acompanhado pelo título geral da obra.

de baixa condição, depois de receberem instrução catequética, eram encaminhados para os ofícios manuais, tal como se constata no Códice Franciscano (ICAZBALCETA, 1941, p. 55):

*Los que miran las cosas conforme á la calidad y necesidad de cada una dellas, no enseñan indiferentemente á los niños hijos de los indios, sino con mucha diferencia, porque á los hijos de los principales, que entre ellos eran y son como caballeros y personas nobles, procuran de recogerlos en escuelas que para esto tienen hechas, adonde aprenden á leer y escribir y las demás cosas que abajo se dirán, con que se habilitan para el regimiento de sus pueblos y para el servicio de las iglesias, en lo cual no conviene que sean instruidos los hijos de los labradores y gente plebeya, sino que solamente se deprendan la doctrina cristiana, y luego en sabiéndola, comiencen desde mochachos á seguir los oficios y ejercicios de sus padres, para sustentarse á sí mismos y aydar á su república [...].*

Mendieta (1870), uma das fontes sobre esse colégio, refere-se à importância de ensinar os ofícios, na oficina que foi construída junto ao colégio. Segundo esse franciscano, o diretor de São José dos Naturais selecionou jovens para que aprendessem os ofícios mais comuns, em resposta às demandas da população. Proporcionar o adestramento dessas habilidades possibilitava garantir meios de mínima sobrevivência dos nativos e mantê-los ocupados, permitindo, assim, estabilidade social e o enriquecimento dos espanhóis. A condição de incorporação dos nativos à produção mencionada por Mendieta havia sido aludida por Cortés (1993a), em suas *Ordenanzas*, em que recomendou às autoridades municipais e *encomenderos* que tivessem a responsabilidade de prepará-los para os ofícios e que o responsável fosse remunerado.

*Porque por el presente en todas las cibdades, villas e lugares desta Nueva España, no puede haber monesterios donde lo susodicho se pueda efectuar, que los alcaldes e regidores de cada una dellas, salarien una persona que sea hábil e suficiente, la más que se pudiere hallar e de buenas costumbres, para que tengan cargo de industriar los dichos muchachos, el cual salario se pague a costa de los que tuvieren los dichos indios [...]* (CORTÉS, 1993a, p. 279-280).

Esta orientação de Cortés (1993a) foi, em linhas gerais, seguida pelos franciscanos que, no colégio, privilegiaram o desenvolvimento das habilidades manuais, em um momento em que a *encomienda* se fortalecia e requisitava da escola preparo dos jovens, os quais eram incorporados na vida social e econômica do México.

De acordo com Aizpuru (2010), as *Ordenanzas*, mesmo que recomendassem aos mestres tratar os nativos como se fossem filhos, ensinando-lhes a doutrina cristã e o que consideravam ser bons costumes, na prática a vida do aprendiz era de um pequeno serviçal obrigado a realizar as tarefas do lar e também os trabalhos mais pesados. Ademais, o abuso mais frequente era considerar como aprendizes os adolescentes incorporados contra a sua vontade ao trabalho. Essa prática era rotina, pois os jovens se tornavam uma ameaça para a ordem estabelecida e, na tentativa de controlá-los, os espanhóis os submetiam ao trabalho obrigatório. Nesse caso, a etapa de formação não pode ser considerada como tal, porque, na realidade, era castigo.

Mais do que um castigo, em função da *encomienda*, a educação que pretendia desenvolver habilidades técnicas ou manuais, estava em sintonia com a produção colonial, que se apoiava no trabalho dos nativos. Frei Pedro, entretanto, via como obstáculo para a efetivação da formação dos nativos, o procedimento dos próprios espanhóis em explorá-los, com pesados impostos. Na *Carta de fray Pedro de Gante al emperador Don Carlos V, anunciándole el fallecimiento del Ilmo. Zumárraga*, redigida em 20 de julho de 1548, ele denuncia ao Imperador a impossibilidade de concretizar a conversão dos astecas porque, segundo ele, estavam sempre ocupados em buscar mantimentos e, por isso, não tinham tempo para as atividades religiosas, pois, do contrário, morreriam de fome e despovoariam a região pelo excesso de trabalho<sup>2</sup> (GANTE, 1974c).

Pedro de Gante acusa os espanhóis de maus tratos em função da escravidão e, por esse motivo, os nativos não podiam ir às igrejas e escolas. Deste

---

<sup>2</sup> Frei Toríbio de Benavente afirmou que Deus castigou essas terras com dez pragas. Além das viroses, guerras, fome, menciona que os pais se obrigavam a vender os filhos e as terras para pagar os tributos (5ª praga) e que não se podiam contar os escravos que morreram na reconstrução da cidade (6ª praga), a barbárie do tratamento ao escravo (8ª) e os serviços nas minas que levavam muitos a morrerem de fome e exaustão (BENAVENTE, 1985).

modo, o cristianismo era dificultado pelas péssimas condições de vida porque passam os astecas, uma vez que, segundo o religioso, as condições do trabalho inviabilizavam a participação dos nativos nas ações religiosas e educativas que praticavam.

*[...] la pobre de la inda que está en su casa y no tiene quien la mantenga a ella y a sus hijos, pues su marido tiene harto que entender en buscar para el tributo de necesidad: ésta tal se ha de ir y dejar la casa e irse del marido, e aun por ventura dejar los hijos perder; nunca en parte del mundo se vio tributar los hombres de lo que no tienen, como éstos, y así, como hayan de buscar el tributo fuera, nunca sosiegan (GANTE, 1974c, p. 48).*

Em função das duras condições do trabalho, impostas pela *encomienda*, compreendida como causa do despovoamento, frei Pedro, em nome dos franciscanos, escreveu para o Imperador para que intervenha em favor dos astecas. Ele alertou que as missas dominicais estão vazias e que o objetivo primeiro da presença dos religiosos era a conversão e amparo, pois, para Gante (1974c), foram descobertos para que se buscasse a salvação. Para garantir o que considerava ser a salvação, Pedro de Gante pediu ajuda do Imperador a fim de restaurar o que considerava ter perdido: para continuar a doutrinar e ensinar os nativos, era necessário aliviar o trabalho e os impostos. Ensinar a ler, escrever, contar, tentar eliminar o culto dos antigos deuses e realizar os ofícios divinos, demandava tempo livre. Assim sendo, a permanência do modelo de trabalho incorria no risco de ameaçar a doutrinação religiosa e a escola.

Convencido de que cumpria sua missão religiosa e pedagógica, os franciscanos procuraram ampliar os espaços e as atividades educativas. Casas, pátios e hospitais se converteram em ambiente educacional onde atuavam para ensinar às crianças as orações cristãs. Nesses espaços, a instrução proporcionava o ensino de valores morais. As enfermarias, anexadas aos conventos, eram utilizadas para ser o que Gante (1974b) referiu como alívio dos pobres e necessitados e ajuda para a conversão. A justificativa era a de que nesse espaço os nativos conheceriam

a prática da caridade que é usual entre os cristãos e, assim, seriam, para esse leigo franciscano, convidados a participar da mesma fé.

*Junto a nuestro monesterio se ha hecho una enfermería para los enfermos naturales donde, allende de los que en casa se enseñan, vienen otros a ser curados, que es mucho refrigerio para los pobres y necesitados, y ayuda para la conversión; porque conocen la caridad que entre los cristianos se usa, y ansí son convidados a la fe y querernos bien, y conversar con nosotros (GANTE, 1974b, p. 44).*

A diversidade das atividades desenvolvidas pela escola de São José evidencia que os Doze franciscanos, com a ajuda do frei Pedro de Gante, não se limitaram apenas ao ensino catequético e doutrinal, ainda que essa fosse sua finalidade principal. Os religiosos, que ampliaram os espaços educativos para as oficinas, enfermarias, pátios e salas de aula, atendiam às solicitações de Cortés que, desde o início da Conquista, intencionava catequizar os nativos. Ciente de que os soberanos católicos estavam preocupados com a fé e com a evangelização, a defesa da religião lhe fornecia mais do que o apoio moral. Segundo Bernard e Gruzinski (1997), a religião era, sobretudo, uma prerrogativa de poder, já que pretender se aliar a ela significava se encarregar do poder espiritual e temporal. Por essa razão, Cortés (1993a), em suas *Ordenanzas*, tornou obrigatório aos *encomenderos* a construção de lugares onde deveriam manter religiosos encarregados de ensinar as preces cristãs e cuidar dos filhos dos senhores astecas. Assim, longe de ser apenas convicção pessoal, a ação franciscana se destinava a cumprir com os objetivos de garantir legitimidade.

Com o propósito de conquistar a confiança e atrair os nativos, os franciscanos empregaram recursos para a educação a qual tinha o objetivo de contribuir com o projeto de Cortés de ajustamento e pacificação e, por isso, os religiosos aperfeiçoaram os meios de catequização.

## 5.2 OS PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO FRANCISCANA

A metodologia praticada pelos franciscanos contribuiu para realizar o que Cortés havia planejado quando terminou a Conquista: facilitaria uma segunda conquista, a espiritual, possibilitando o ajustamento e docilização dos nativos. Para o cumprimento dos objetivos catequéticos dos franciscanos e, por extensão, de Cortés, os religiosos mostraram significativa variedade de recursos para efetivar o projeto de doutrinação dos nativos, que ultrapassavam a ação de destruir templos. Em sentido mais estrito, os métodos de cristianização, tal como definiu Borges (1960; 1992b), podem ser entendidos como sistemas adotados, de maneira consciente, pelos religiosos para provocar a aceitação do cristianismo por parte dos nativos. Os métodos de evangelização são complementares às atividades pastorais. Remetem-se, segundo Borges (1960), a todo o conjunto de instrumentos destinados à cristianização e que, de uma maneira ou de outra, estiveram encaminhadas para a transformação religiosa dos nativos.

Logo que as primeiras conquistas dos territórios americanos começaram, os religiosos atuaram para atrair os nativos na fé cristã, embora com um caráter improvisado e sem um método sistematizado. Foi a partir de 1524 que os franciscanos passaram a elaborar procedimentos que cumpririam o propósito de convencimento dos astecas, incluindo-os à sociedade que os espanhóis estavam organizando. Articulados com o projeto cortesiano de dominação, os membros da Ordem Franciscana deram impulso a um plano de catequização e educação mais organizado. Nesse momento, o processo de elaboração da metodologia missionária foi, segundo o entendimento de Iglesias (2010), obra dos frades franciscanos, tendo sido determinado pelos condicionamentos históricos que eram peculiares e em resposta às situações concretas que se estabeleceram. Por essa razão, a metodologia dos franciscanos pode ser considerada como aquela que lançou as bases do sistema de ensino colonial o qual se difundiu no território americano.

Maria Teresa Pita Moreda (1991) afirmou que os primeiros missionários foram criadores de uma metodologia aberta e flexível, baseada em suas diferentes experiências, que logo foram seguidas por outros, adequando-as às características

das regiões onde eram realizadas as ações evangelizadoras. Para essa autora, a metodologia se fundamentava, para uma maior penetração do cristianismo, no conhecimento das características peculiares da personalidade dos nativos e, a partir dessa compreensão, tornou-se possível elaborar os meios que responderiam mais adequadamente ao ensino da doutrina cristã. Dessa maneira, é possível entender que as ações dos franciscanos tinham por base o contato com o nativo para conhecê-lo e, então, tentar evangelizá-lo (MOREDA, 1991).

Em seu estudo sobre a metodologia missionária dos franciscanos, Borges (1992b) destacou que os religiosos, os quais encontraram no Novo Mundo uma realidade inédita para eles, foram paulatinamente adquirindo relativo conhecimento das novas terras por meio dos relatos orais e escritos ou, também, dos intercâmbios com outros religiosos. A novidade da diversidade linguística e da complexidade sociopolítica apresentada pelo Novo Mundo influenciou na tarefa de acertar uma metodologia que se adequasse aos territórios descobertos, para atender às reivindicações missionárias.

Os meios pelos quais os astecas seriam incorporados ao sistema de dominação espanhola foram elaborados com o tempo, a fim de se ajustarem às circunstâncias cambiantes da realidade americana. Nesse caso, os recursos metodológicos praticados pelos franciscanos constavam, inicialmente, de estudos que envolviam conhecimentos prévios dos habitantes, dos seus costumes, tradições, mentalidade e língua para, assim, determinar o modo mais adequado de convencê-los. Em seguida, a elaboração das práticas metodológicas contou com o intercâmbio e comunicação das experiências entre os religiosos. Complementava essa interação a discussão coletiva dos meios, com base no que observavam. O resultado dessa discussão coletiva foi uma série de normas que regeram a cristianização, entre as quais aquela que é considerada a primeira, a Obediência e Instrução, de Quiñones (1992).

Borges (1992a) destacou que as experiências prévias obtidas pelos franciscanos contribuíram para que elaborassem manuais, por meio dos quais abordaram temas considerados importantes. Os catecismos, doutrinas, sermonários, confessionários, manuais para administração dos sacramentos, entre outros, são

normativas elaboradas pelos missionários que davam uma direção às atividades que desempenhavam.

A discussão sobre a cristianização dos nativos, demonstra que não foi uma ação aleatória, mas sistematizada a partir do quadro que os franciscanos encontraram. Em linhas gerais, Iglesias (2010), ao mencionar a metodologia aludida por Borges (1960), afirma que os princípios básicos dos procedimentos franciscanos tinham duas partes: a primeira era denominada Método de Preparação e a segunda, Método de Persuasão.

A primeira parte consistia na busca de um modelo que fundamentasse a atividade missionária, isto é, de acordo com a literatura que conheciam. Em outros termos, procuraram conhecer o nativo para elaborar os meios mais eficientes para o ensino e também adotaram uma forma de vida simples que servia de modelo para conquistar a confiança dos astecas. No Método de Persuasão, predominou pelo menos três formas para atrair os nativos: a pregação, a conformidade da vida com os preceitos morais e o fomento dos atrativos a fim de mostrar os princípios do cristianismo.

Para facilitar essa tarefa e responder às exigências estabelecidas pelos conquistadores, os franciscanos empregaram, nos colégios em que atuaram, diversos meios para formar os alunos, segundo os elementos que acreditavam corretos. A adesão dos astecas seria obtida, inicialmente, pelo aprendizado do idioma dominante, o *náhuatl*, já que não era possível educá-los no espanhol. A língua era um dos maiores obstáculos para a catequização dos conquistados, uma vez que havia múltiplas. Gante (1974a), em sua carta de 27 de junho de 1529, mencionou a necessidade de aprender o idioma comum, pois afirmava que não seria possível ser entendido sem que aprendesse a língua comum e, por isso, os manuais catequéticos elaborados procuraram privilegiar o idioma local.

O problema do idioma exigiu dos franciscanos a busca por soluções que viabilizassem a comunicação entre os evangelizadores e evangelizados. Embora fosse motivo de controvérsias, os religiosos, para resolver em qual idioma deveriam evangelizar, procuraram distinguir suas práticas entre orações, pregações e catequese ou exposição dos conteúdos do cristianismo. Dessa maneira, as orações

foram ensinadas em latim pelos Doze Franciscanos, por exemplo, para evitar o que compreendiam como perigo de um texto em *náhuatl* ser passível de erros teológicos. As pregações e a catequese, por sua vez, tiveram um direcionamento diferente: em um primeiro momento, usaram de intérpretes para comunicar os princípios cristãos e, no segundo, aprenderam as línguas mais comuns e, por meio das quais, procuraram evangelizar. Nesse caso, a língua privilegiada para evangelizar foi sempre a falada pelos habitantes do território em que educavam (BORGES, 1992b).

Na realização da prática catequética e educacional, um dos procedimentos adotados foi conhecer os costumes religiosos dos nativos e adotar parte de seus ritos, cantos e danças, alterando, porém, seu conteúdo. Frei Pedro usou essa metodologia para evangelizar. Em uma das cartas, escrita em 1558, ele menciona que adotou as mesmas ações praticadas pelos nativos para catequizar. Afirma que escreveu tiras de papel com cantos sobre a lei de Deus, a fé e como Cristo se tornou homem para a salvação dos homens.

*Y como yo vi esto y que todos sus cantares eran dedicados a sus dioses, compuse metros muy solemnes sobre la Ley de Dios y de la fe, y cómo Dios se hizo hombre por salvar al linaje humano, y cómo nació la Virgen María, quedando ella pura y sin mácula” (GANTE, 1974d, p. 58).*

Dentro da estrutura das tradições, de sua linguagem e elementos simbólicos, foi assumido o que era conveniente, sem, contudo, apropriar-se de ideias e valores que contrariassem os dogmas cristãos. Os religiosos, entretanto, buscaram diversificar os procedimentos educativos: apelaram ao teatro e à música como meios de transmissão dos princípios do cristianismo. Esse recurso era um instrumento para atrair o interesse principalmente das crianças e jovens, a fim de inculcar os valores e preceitos religiosos.

Realizados em diversas regiões e cidades como México, *Tlatelolco* e *Tlaxcala*, os teatros contavam com a participação dos membros das comunidades como atores ou acompanhantes dos corais. Realizados nos átrios dos conventos, os franciscanos reproduziam histórias bíblicas e de seus personagens. Segundo Ricard

(2000), com recursos e técnicas limitadas, o teatro se caracterizava por uma cuidadosa adaptação ao modo de ser espiritual e ao temperamento do nativo. Era realizado pelos nativos e em sua língua.

Gruzinski (1999), em seu livro *La guerra de las imágenes*, entendeu que os espanhóis tiveram uma relação ambígua com as tradições expressas nas imagens nativas: ao mesmo tempo em que destruíam o que chamavam de ídolos, em virtude do que significavam, usaram representações como um meio de divulgação e penetração do pensamento cristão.

Exemplo mais importante dessa “assimilação” dos elementos da tradição asteca foram as pinturas usadas na escola para o ensino dos valores ocidentais, herança dos manuscritos nativos, os chamados códices<sup>3</sup>. Entre eles, destaca-se um livrinho, que é um catecismo pintado, por meio do qual se apresentavam os artigos de fé e orações mais comuns da vida cristã, conhecido como *Catecismo en pictogramas de fray Pedro de Gante* (1987), como demonstra as suas primeiras páginas, que segue relacionada.

---

<sup>3</sup> Segundo Gloria Martha Sánchez Valenzuela (2003), a palavra deriva do latim *caudex*, que significa árvore, e, dela, formou-se a palavra *codex*, devido a fato que os antigos mexicanos escreviam seus documentos em folhas elaboradas. Os cronistas espanhóis, no entanto, chamaram de códice os manuscritos nativos pictográficos ou de *Livros de pinturas*. Esses códices tinham como função comunicar ideias e conceitos religiosos por meio de imagens.



astecas, criaram uma nova escrita pictórica e ideográfica que correspondia aos fins cristãos. A técnica indígena, os grifos e as cores foram preservados, mas ajustados para a instrução religiosa.

De acordo com Aizpuru (2008), para alcançar uma compreensão mais efetiva da doutrina, os religiosos complementavam a pregação usando grandes lenços ou quadros pintados, com cenas alusivas às orações, como o Credo, relatos da vida de Jesus e exemplos instrutivos da utilidade ou necessidade dos sacramentos. Os ouvintes observavam as representações ao mesmo tempo em que ouviam os sermões. O caráter didático dos textos e imagens utilizados é evidente e indiscutível: aos argumentos mais populares da tradição cristã europeia, introduziam modificações aplicáveis aos problemas da conversão e da adoção de normas de comportamentos alheias às concepções pré-hispânicas de vida.

Os franciscanos usaram de diversos recursos que objetivavam possibilitar a evangelização e a educação dos astecas para responder às necessidades de Cortés. O domínio da língua, os cantos, missas, teatros e catecismos pintados foram utilizados para apresentar as principais orações cristãs e outros conhecimentos ensinados nas escolas. Com essa formação, os religiosos pretendiam extinguir os vestígios do passado asteca e minimizar os estragos da Conquista, reduzindo a possibilidade de revoltas que significassem ameaças ao projeto colonizador. Os procedimentos utilizados pelos espanhóis colaboravam para subsidiar a formação religiosa destinada aos astecas, para formar o modelo de homem idealizado pelos conquistadores, cujos fundamentos foram apresentados pelos Colóquios *dos Doze*.

### 5.3 OS FUNDAMENTOS EDUCATIVOS DOS COLÓQUIOS

A cristianização e o ajustamento dos nativos, realizados pelas metodologias das escolas, orientavam-se nos princípios ou fundamentos expressos pelos Colóquios dos Doze Apóstolos do México, de 1524. Esse importante documento permite compreender as orientações franciscanas para a formação e doutrinação

dos astecas, o que sugere que esses religiosos, a serviço da Igreja e de Cortés, realizavam uma dominação espiritual.

### 5.3.1 As origens dos Colóquios

Com o título original *Colloquios y Doctrina Christiana con que los Doze frayles de San Francisco enviados por el Papa Adriano Sesto y por el Emperador Carlos Quinto convirtieron a los indios de la Nueva Espanya en lengua mexicana y española*, esse documento, escrito nos anos de 1524 ou 1525, recolheu o resultado das entrevistas realizadas pelos Doze com os sacerdotes e as lideranças astecas, quando chegaram no México. Segundo informações de Mendieta (1870), foi o próprio Cortés quem mandou reunir os principais representantes do México e dos povoados em torno, para que recebessem os religiosos que iriam conduzir o que o capitão havia, em seus escritos, requisitado. Os religiosos franciscanos foram apresentados aos nativos por Cortés que, de acordo com o frei franciscano, referiu-se a eles como ministros de Deus, enviados para ensinar sua lei e guiá-los para o caminho da salvação.

O texto, que registra esse encontro e contém os diálogos entre os religiosos, foi compilado, segundo consta, por Sahagún, com o auxílio de seus alunos, em *Tlatelolco*<sup>5</sup>. Em sua *Historia General de las cosas de Nueva España*, Sahagún (1988) menciona o contato que teve com a doutrina cristã utilizada pelos Doze para evangelizar e que a coligiu em língua mexicana. Ao que tudo indica, o conteúdo das conversações foi registrado a partir de anotações e memoriais deixados pelos franciscanos. Sahagún, (1993) que chegou cinco anos depois dos Doze, teve contato com alguns franciscanos e posse de partes dessas anotações, encontradas na biblioteca de um colégio as quais foram levadas para *Tlatelolco*, onde lecionava.

---

<sup>5</sup> O Colégio de Tlatelolco foi fundado em seis de janeiro de 1536. Situada na cidade de Tlatelolco, era uma escola considerada de ensino superior: além da religião ensinava latim, retórica e filosofia (GARIBAY, 2000).

De acordo com León-Portilla (1984), o propósito de Sahagún foi o de ordenar e pôr a limpo os textos que continham as práticas e testemunhos do encontro entre os nativos e os franciscanos. Em 1564, Sahagún (1993) fez uma apresentação do conteúdo, reproduzindo parte da argumentação do encontro entre franciscanos e sacerdotes astecas, que defendiam sua religiosidade e modo de vida. O manuscrito passou por revisões, já que Sahagún consultou os informantes nativos e também membros dos Doze. Se foram feitas reelaborações, elas não alteraram – ou não invalidaram – o conteúdo substancial da doutrina cristã.

Os Colóquios permaneceram sob os cuidados de Sahagún até 1578. Nesse período, o franciscano solicitou das autoridades espanholas permissão para publicá-lo, mas o texto foi retido e arquivado. O motivo se devia à campanha dos espanhóis para eliminar qualquer vestígio da religiosidade mexicana, o que afetou também a obra de Sahagún.

No entendimento de Duverger (1993), os Colóquios desaparecem de circulação. Algumas notícias foram constatadas a partir da obra de Juan de Torquemada (1557-1624), que publicou, em 1615, sua obra *Monarquía Indiana*. Estudiosos do texto, entre os quais Duverger (1993) e Durán e García (1979), concordam que permaneceram inéditos até 1924, quando foram publicados por José Maria Pou y Martí, no terceiro volume da *Miscellanea Francesco Ehrle*, Roma. Frei Pascual Saura, que o encontrou, no Arquivo Secreto do Vaticano, em 1920, mas morreu antes de poder estudar os manuscritos.

O valor dos Coloquios, ainda que chegasse até nós quatorze capítulos de trinta, do primeiro livro, reside na exposição dos fundamentos catequéticos e dos valores que os franciscanos buscavam formar nos nativos, especialmente aqueles que pertenceram aos setores mais privilegiados da sociedade<sup>6</sup>. Por essa razão, cumpre indagar quais são esses fundamentos e que importância tiveram para a catequese nativa.

---

<sup>6</sup> García (1973), em sua tradução e comentários dos Colóquios a partir do que contém na Biblioteca do Vaticano, apresentou a estrutura interna do manuscrito: começa com um Prólogo escrito em espanhol (fols. 26r-27v), Advertência [al prudente lector] (fols. 27v-28r) Suma dos capítulos do primeiro livro (21 capítulos) (fols. 28r e v), Sumário dos capítulos do segundo livro (21 capítulos) (fols. 28v). Catálogo dos doze freis de São Francisco (21 capítulos, fols. 29r) e Doutrina cristã (fols. 30r-41r). Em língua portuguesa, existe uma única tradução, disponibilizada por Suess (1992), mas que não traz o prólogo, a advertência inicial e o catálogo dos Doze, feita por Sahagún (1993).

### 5.3.2 Os princípios catequéticos dos Colóquios: evangelização e docilização

Os Colóquios, nas 32 páginas conservadas nos arquivos do Vaticano, apresentam os valores e fundamentos educativos que seriam reproduzidos pela ação franciscana no México. Elaborados de forma didática, os manuscritos constituem um meio de propagação da fé cristã entre os nativos, que seria realizada pelas escolas. Instrumento de propagação, os manuscritos contêm um caráter pedagógico de quem procurou organizá-los de maneira a pôr em evidência a ideia de que as religiões astecas estavam superadas. Essa concepção afiançava o esforço dos espanhóis em erradicá-la, argumento que serviu aos propósitos e justificativas de Cortés, apresentado pelos franciscanos e por Sahagún (1993) como pacificador e obediente filho da Igreja Romana e leal cavaleiro de seu Príncipe. Ajustados aos interesses de Cortés, os Colóquios procuraram apresentar os novos princípios que orientariam a formação catequética a partir de uma base concebida como histórica, exposta em quatro fundamentos principais.

A formação religiosa foi defendida por Cortés como um meio de pacificação e ajustamento, função que coube às escolas efetivar. Acreditando que poderia endossar a Conquista e legitimar seus interesses, Cortés (1993a) se esforçou para difundir a fé cristã entre os nativos: não só enviou cartas ao Imperador explicando a necessidade de uma dominação espiritual como também, nas *Ordenanzas*, determinou aos *encomenderos* que enviassem as crianças para que fossem entregues aos cuidados dos franciscanos, que atuariam na educação catequética<sup>7</sup>. Essa formação pode ser entendida aqui como aquela ação que procura reproduzir prioritariamente conteúdos religiosos, tendo em vista o resultado final: a docilização dos nativos e o consequente ajustamento e participação nos meios produtivos da colônia espanhola.

---

<sup>7</sup> “Que cualquier vecino que tuviere indios de repartimiento, si hobiere señor e señores en el pueblo o puebles que toviere, traigan los hijos varones que el tal señor o señores tuvieren, a la cibdad o villa o lugar donde fuere vecino; e si en ella hobiere monesterio, los dé a los frailes dél para que los instruyan en las cosas de Nuestra Santa Fe Católica, e que allí los provea de comer y el vestuario necesario, e de todas las otras cosas necesarias a este efecto” (CORTÉS, 1993a, p. 279).

Segundo análise procedida na efetivação desse quadro, os franciscanos colaboraram com Cortés, o que evidencia uma convergência dos interesses entre as duas formas de conquista, a militar e a espiritual, representada em seus personagens. A concretização de uma segunda conquista se confirma nos fundamentos que caberiam à catequese e à educação realizar, e que podem ser constatados nos Colóquios, tidos como parceiros do projeto cortesiano.

Para servir como um programa de ensino, o Catecismo, tradução que mais se aproxima do sentido dos Colóquios, começa expondo o primeiro dos fundamentos: diz respeito à finalidade da vinda dos freis. Sahagún (1993) menciona que a presença dos franciscanos se destinava à prestação de serviços religiosos que seus superiores, considerados emissários da vontade divina, tinham mandado fazer. Procurava, sobretudo, em tempos de guerra, lembrar aos sacerdotes astecas que seu trabalho não tinha outra natureza que não a conversão.

*El modo de proceder que tuvieron da a entender estos apostólicos predicadores ser regidos por el Espíritu Sancto; porque el primer fundamento que echaron de su doctrina fue darlos a entender que ellos venían embiados a los convertir a Dios, y que no se avían ellos entremetido en este negocio (SAHAGÚN, 1993, p. 57).*

Resulta evidente que os religiosos, naquele momento, argumentavam que sua vinda nada tinha a ver com a Conquista e com os estragos que ela provocava. Os missionários, ao explicarem os objetivos de sua presença diante das lideranças reunidas por Cortés, posicionaram-se como mensageiros a serviço de Deus, da Majestade Imperial e do Sumo Pontífice para lhes ensinar os princípios evangélicos, considerados a base da vida do cristão.

*Pues agora, amigos nuestros, aquí estamos en vuestra presencia, los que emos sido elegidos y embiados; a nosotros doze nos a embiado el gran Señor que tiene autoridad espiritual sobre todo el mundo, el qual habita en la gran ciudad de Roma; diónos su poder y autoridad, y también traemos la Sagrada Scriptura donde están escriptas las palabras del solo verdadero Dios, Señor del cielo y de la tierra, que da vida a todas las cosas, al qual nunca abeis conocido.*

*Esta y ninguna outra es la causa de nuestra venida, y para esto somos embiados, para que os aydemos a salvar y para que recibáis la misericordia que Dios haze; el gran Señor que nos embió no quiere oro, ni plata, ni piedras preciosas; solamente quiere y desea vuestra salvación (SAHAGÚN, 1993, p. 64).*

Sahagún (1993) procurou enfatizar que a evangelização, concebida como inspiração divina, não tinha outro propósito senão a salvação da alma, isto é, não teria por finalidade o apego aos bens terrenos. Nesse caso, os religiosos se colocaram numa condição distinta daqueles que conquistaram o imenso Império de *Motecuhzoma*. Buscavam, deste modo, legitimar suas práticas missionárias a partir de uma atitude considerada exemplar e que pudesse contribuir para atrair os nativos: o voto de pobreza era, nesse caso, a pedra angular da mensagem que os religiosos tentavam transmitir aos nativos. Além dele, os cinco capítulos, vinculados a esse primeiro fundamento, reforçam não apenas esse postulado, mas, também, a tentativa de construir o pressuposto de que os poderes que representavam eram tidos como atemporais.

Por isso, os franciscanos explicaram quem era o Papa, cabeça da Igreja a quem representavam, explanaram sobre as Sagradas Escrituras, fonte da sabedoria e dos valores morais dos cristãos, e, por fim, a Igreja e Deus. Ana de Zaballa (1987) destacou que um pequeno capítulo intermediário está dedicado a pregar quem é Deus, complementando a natureza espiritual dos Doze. Além disso, ela ratifica que, a cada intervenção dos espanhóis, existe uma contestação dos sacerdotes, os sátrapas, em defesa de sua tradição religiosa.

O texto, elaborado em forma de diálogo, é didaticamente distribuído para expor os temas e argumentos pelos quais os nativos seriam compelidos a aceitar a doutrina cristã. Sahagún (1993), ao avaliar a idolatria como o pior dos pecados, e, portanto, negar a religiosidade asteca, no primeiro capítulo do primeiro fundamento, especificava a nova base dos valores que a atividade catequética dos franciscanos pretendia implantar: as verdades bíblicas seriam, pois, aquelas que formariam o novo homem. Sahagún procurou enfatizar que os franciscanos tinham a autoridade para ensinar seus conteúdos ao alegar que todos os demais habitantes do mundo conhecido já estavam quase cristianizados, por terem escutado as palavras de Deus. O recurso expresso por Sahagún intencionava demonstrar que os astecas,

historicamente, seriam os últimos a serem evangelizados e, por isso, não caberia defender a tradição religiosa que tinham.

Se os nativos cultuavam deuses que exigiam sacrifícios humanos era porque não conheciam a fé cristã, o que justificaria a presença dos franciscanos no México. Depois de procurar demonstrar que os nativos seguiam deuses falsos, o discurso de convencimento dos Doze foi orientado para apresentá-los como representantes de seu chefe, o Papa, e este, por sua vez, do que considerava ser o verdadeiro Deus, que revelou aos seus discípulos a verdade cristã.

O discurso demonstrava que existia apenas um Deus, senhor de todas as coisas desde as origens e que havia comunicado seus princípios por meio dos profetas, apóstolos e evangelistas<sup>8</sup> (SAHAGÚN, 1993). Ao se colocarem como representantes do que consideravam o verdadeiro Deus, cujos princípios estariam nas chamadas Sagradas Escrituras, os franciscanos afirmavam que estavam a mando de seu representante para ensinar os preceitos contidos na Bíblia.

*[...] Esta Sagrada Escripura, estas palabras divinas nos mandó el gran Sacerdote que os prediquemos y enseñemos y de su mandado las emos traído con nosotros; estas divinas palabras y Sagradas Escripura sobrepuja a toda la doctrina y escriptura que hay en el mundo, porque es cosa divina y no humana, dada a los hombres del hacedor de todas las cosas y redemptor del humanal linaje, solo verdadero Dios y Señor. [...] lo contenido en este libro divino os venimos a enseñar y predicar a vosotros los habitantes destas partes, por que nunca ló aveis oydo (SAHAGÚN, 1993, p. 66).*

Para conseguir a adesão dos nativos, os franciscanos se apresentaram como enviados de seus superiores e portadores de valores espirituais e, por isso, mostraram desprendimento dos bens materiais e também políticos, o que nos leva ao segundo fundamento da ação pedagógica. Este fundamento ou prática, apresentada pelo Colóquio, procurava convencer os nativos que o Monarca, ao enviar os Doze, não pretendia ter nenhum interesse temporal, apenas espiritual.

---

<sup>8</sup> “El solo verdadero Dios y Señor de todas las cosas muchos tiempos a que apareció y habló a sus amigos y leales siervos los patriarcas prophetas y los apóstoles y evangelistas” (SAHAGÚN, 1993, p. 66).

*El segundo fundamento fue darlos a entender que aquel summo monarca en embiarlos ni ellos en venir (de tan lejos tierra (sic) y con tan grandes peligros de la vida) no pretendían interese ninguno temporal sino solamente el bien de sus almas, que es la salvación dellas (SAHAGÚN, 1993, p. 58).*

Essa segunda prática dava ênfase ao que Duverger (1993) entendeu como dupla dimensão, a espiritual e a temporal da divindade cristã. Esse argumento expresso nos Colóquios pode auxiliar na compreensão de que os franciscanos pretendiam separar o poder temporal do espiritual. Assim como Cristo era apresentado com as dimensões humana e divina, a Igreja teria o poder secular e religioso. A atitude de Cortés em se prostrar para Martín de Valencia foi um excelente símbolo dessa relação, porque indicava que toda autoridade vinha de Deus, e que estava representada pelos franciscanos. Ao indicar outro nível de autoridade, a religiosa, o esforço de Cortés em reunir o máximo de sacerdotes era para que observassem o respeito que deviam prestar aos recém-chegados. Em outros termos, transferia-se para as mãos dos franciscanos a responsabilidade de estabelecer os modos necessários para convertê-los (KLOR DE ALVA, 1990).

Quando se considera o projeto de Cortés para legitimar a Conquista e permanecer no comando político do México, o ponto de vista dos Colóquios se ajustava à necessidade do capitão e ao imperativo de que a evangelização deveria ser conduzida pelos franciscanos, por aquilo que representavam. Em outras palavras, o segundo fundamento expressava justamente o que Cortés pensava conseguir dos franciscanos: a dedicação exclusiva à tarefa evangelizadora dos nativos, pois entendia que a política não era atribuição desses religiosos, mas, do clero secular.

Não obstante a atitude de Cortés em prestar reverências aos Doze pudesse indicar que o poder temporal estava submetido ao espiritual, compreende-se que essa ação teve apenas efeito teatral, já que a cena foi presenciada pela comitiva de sacerdotes e lideranças astecas. O que o conquistador pretendia era convencer os nativos de que os observantes tinham a autoridade do capitão e a legitimidade para formá-los segundo os valores do cristianismo.

O gesto do capitão da Conquista, por sua vez, indicava o que Borges (1960) entendeu como colaboração dos conquistadores em validar o trabalho catequético dos religiosos. Conscientes da importância de sua conduta e autoridade obtida na guerra, os conquistadores procuraram honrar os missionários para que os nativos estimassem os franciscanos e seguissem suas orientações. Os nativos, na presença dos Doze, recepcionados solenemente, escutaram os discursos de Cortés que elogiava os recém-chegados e, mais importante, referendava a autoridade deles. Cortés também procurou inculcar o respeito e a obediência que os nativos deveriam prestar.

Foi para corroborar as palavras que Cortés se ajoelhou diante dos franciscanos. Com a ação do capitão, seguida pelos seus pares, Borges sugere que os espanhóis buscavam ensinar os nativos a respeitar e obedecer aos missionários, portadores dos valores cristãos. Por essa razão, os astecas eram estimulados a receber os religiosos, em suas aldeias, com velas acesas e lhes dessem de comer. Simultaneamente, os espanhóis asseguravam que os franciscanos haviam descido do céu e eram filhos do sol.

Justamente este é o ponto central apresentado pelo terceiro fundamento da doutrina cristã, nos Colóquios: Sahagún (1993) mencionou que a doutrina ensinada pelos franciscanos não era coisa humana, composta ou inventada por eles, mas divina, vinda do próprio Deus, cujas verdades estavam expressas nas Sagradas Escrituras. O pano de fundo desse argumento era a exposição aos astecas da validade da doutrina que ensinariam, já que entendiam que não pertencia a este mundo, por isso, associaram-na aos céus ou ao início dos tempos. Entretanto, a exposição de todos os argumentos que sustentavam a superioridade do Deus cristão e as verdades que os franciscanos estavam destinados a ensinar não chegou até nós. O texto é interrompido no capítulo quatorze e, dos demais, restaram apenas os títulos. Neles, é possível, contudo, compreender que os assuntos dos Colóquios se desenvolvem na demonstração de quem é Jesus Cristo, do papel da Igreja e sobre o poder, a justiça e a bondade de Deus (ZABALLA, 1987).

*El tercero fundamento fue darlos a entender que la doctrina que les avían de enseñar non era doctrina humana ni por ingenio humano compuesta ni inventada, sino venida del cielo, dada del Todopoderoso Señor que habita en los cielos (la qual se llama Sagrada Escripura) y este mandamiento truxeron del Summo Monarcha que los embió: conviene a saber, que los declarasen la sagrada escriptura (SAHAGÚN, 1993, p. 58).*

No caso, os Colóquios, enquanto programa de catequese, progressivamente buscava demonstrar que os deuses cultuados pelos astecas eram falsos. Essa discussão, ao que tudo indica, chegava ao seu ponto mais elevado no capítulo quinze, já que neles os franciscanos desqualificavam o panteão das divindades nativas. No seguinte capítulo, o título registrado por Sahagún (1993) sugere uma discussão entre os franciscanos e os sátrapas astecas a respeito dos chamados ídolos<sup>9</sup>. Os franciscanos buscaram convencer os astecas dos enganos religiosos que cometiam e, para isso, apresentaram seu ponto de vista. Entretanto, os Colóquios apresentam uma aparente concordância dos sacerdotes: eles são convencidos a se render ao cristianismo.

Mas, qual o argumento decisivo para essa suposta aceitação? Sahagún (1993) responde, ao afirmar que os deuses astecas não foram poderosos para livrá-los das mãos dos espanhóis e impedir sua derrota<sup>10</sup>. Para Duverger (1993), essa afirmação teve efeito imediato, visto que apresentou a debilidade dos deuses nativos e, por isso, a inquietude e insegurança é levada aos mexicanos. Os chefes militares culpam seus sacerdotes, fazendo-os responsáveis pela inferioridade de suas

<sup>9</sup> *“Cap. Quinze, en que les dan a entender qué dioses eran los que adoravan. Cap. Diziseyes, de la altercación que uvo entre los principales y los sátrapas de los ydolos tomada ocasión de lo que se dixo en el capítulo precedente: conviene a saber que sus dioses no fueron poderosos para los librar de las manos de los españoles” (SAHAGÚN, 1993, p. 85).*

<sup>10</sup> *“[...] de la altercación que uvo entre los principales y los sátrapas de los ydolos tomada ocasión de lo que se dixo en el capítulo precedente: conviene a saber que sus dioses no fueron poderosos para librar de las manos de los españoles” (SAHAGÚN, 1993, p. 85).* O recurso usado por Sahagún parece recuperar o argumento agostiniano de que os deuses gregos não evitaram a queda de Tróia e nem as divindades romanas a destruição de Roma, pelo gládio bárbaro: “E o culto público punha a pátria e os cidadãos sob a guarda dessa deusa [Minerva], impotente para guardar seus próprios guardas! [...] Eis, por conseguinte, a que deuses os romanos se felicitavam de confiar a tutela de Roma [...] Assim, esses deuses (e que deuses!) Virgílio os declara vencidos e, para escaparem aos vendedores, não importa por que meio, confiados a ser humano! E Roma, sabiamente confiada (que loucura?) a semelhantes protetores? Honrar como tutores e patronos esses deuses vencidos, que é, senão votar seus destinos a nefastos auspícios e não a divindades benfazejas?” (SANTO AGOSTINHO, 2003, I, 2; 3).

divindades e, conseqüentemente, pela derrocada de 1521. Nesse momento, os franciscanos se aproveitam dessa perturbação e tomam a vantagem, desenvolvendo o tema da superioridade histórica de seu Deus.

A argumentação apresentada por Sahagún (1993) leva ao entendimento de que procurou convencer os nativos de que suas crenças eram consideradas um engano cometido pela falta de instrução e conhecimento. Ao buscar enfatizar a historicidade da Conquista e da presença dos Doze, o autor se mostra dissuadido a convencer os astecas de que havia chegado o tempo de trazer a igreja, visto ser ela herdeira das promessas de Cristo para as gentes tidas como idólatras. Ao atribuir essa responsabilidade aos espanhóis, adotou uma concepção providencialista de história, já que entendeu que Deus havia colocado no coração dos espanhóis a determinação de vir a descobrir os oceanos e chegar ao Novo Mundo.

Essa concepção atendia a necessidade de Cortés de apresentar justificativas morais para a destruição efetuada pela Conquista. Pastor (1999) sugere que os Colóquios oferecem uma ideia simbólica de destruição e justificação do sofrimento dos nativos. Nos Colóquios, o diálogo que acontece entre os sacerdotes astecas e os franciscanos demonstra que os cristãos deixam transparecer o pressuposto de que estavam ali para realizar o cumprimento de profecias e a visão da América como um espaço utópico de fundação da nova Igreja. A violência da Conquista, assim, seria justificada, para Pastor (1999), como condição necessária para que se cumprisse a conversão dos últimos infiéis, os astecas.

Não por acaso, no quarto e último fundamento, Sahagún (1993) procurou confirmar que, no mundo, há um só reino, que se chama reino dos céus, governado por um único Deus e que o Monarca espanhol é seu vigário. Na medida em que Sahagún relata que os Doze postularam a unicidade de Deus, estabeleceram o princípio de que haveria uma única lei à qual os nativos deveriam se submeter e, mais ainda, o politeísmo não teria mais lugar na sociedade cristã que os espanhóis tentavam construir, já que ele era resultado do desconhecimento do cristianismo e não poderia ser mantido na sociedade que se estabelecia. O argumento utilizado pelos Doze procurava elaborar um princípio de identificação entre a autoridade religiosa e a da Coroa, já que colocavam o Imperador como um subordinado à

vontade divina. Dessa maneira, a presença dos franciscanos ganhava uma dupla justificativa: a divina e a política.

*El cuarto fundamento fue darles a entender que en el mundo ay un reyno, que se llama reyno de los cielos, el qual es regido y gobernado por el omnipotente Señor que esta en los cielos y por el Monarcha su vicario que habita en las tierras, cuya silla y habitación es en la gran ciudad de Roma que se llama Sancta iglesia cathólica (SAHAGÚN, 1993, p. 58).*

Depois que articulou a argumentação para refutar as divindades astecas, não surpreende que Sahagún (1993) apresentasse como alternativa a existência de um único reino e religião considerados os únicos verdadeiros. Seu raciocínio, para isso, partiu do pressuposto de que, vencidos, os astecas não teriam outro meio que não se submeterem à concepção franciscana de religião e, por extensão, aos domínios de Cortés. Ao negar as crenças nativas, os freis estabeleceram os novos fundamentos que orientariam a educação evangelizadora dos astecas, em particular, dos setores privilegiados, os quais teriam uma formação mais elaborada. Os Colóquios assumiram uma perspectiva doutrinal, no sentido de apresentar as práticas que seriam conduzidas pela ação catequética. Essa ação manifesta correspondência com as *Instrucciones* (1525), de Cortés, quando postulou que os franciscanos deveriam ter o cuidado de fazê-los saber que Deus recompensa os bons e pune os que desobedecem, além das proibições dos sacrifícios humanos.

*[...] como hay un Dios criador y hacedor de todas las cosas, castigador de los malos, e remunerador de los buenos, en quien todos los humanos han de creer y a quien han de adorar y tener por soberano bien y señor, y defenderles que no tengan ídolos ni otras supersticiones, ni hagan los sacrificios que hacían, e defenderles todos los otros ritos y cerimonias de que hasta aquí ha usado y usan, dándoles a entender como lo que hacen es falso, e por induciminento del diablo, e cunado sean amonestados sobre esto en manera que lo hayan bien entendido esto y continuaren en ello, castigarlos heis conforme justicia (CORTÉS, 1993b, p. 352-353).*

Destinado a servir aos propósitos evangelizadores de Cortés e dos franciscanos, os Colóquios, a partir do capítulo oito, assumem uma posição educativa. Relaciona quais princípios norteariam as práticas evangelizadora e educativa que as escolas franciscanas teriam a incumbência de reproduzir. Entre elas, merece destaque o fato de Sahagún (1993) afirmar que as chamadas Sagradas Escrituras contêm as verdadeiras palavras a serem ensinadas e, por isso, são dignas de crédito. Para reforçar o valor do texto sagrado, o autor se apoiava na demonstração de que todos os que foram educados por ela seriam considerados sábios, santos, grandes senhores e reis, homens ricos e de grande valor.

Ao valorizar a condição do europeu, que se estabelecia como modelo de formação, Sahagún (1993) mostrava que o isolamento da América havia impossibilitado a obtenção da verdade, que os franciscanos traziam para ensiná-los. Na análise de Duverger (1993), a essa perspectiva é acrescentado o fato de que os missionários, interessados em eliminar as práticas idolátricas, também introduziram o tema da boa fé dos nativos por considerarem que estavam enganados. Entretanto, a aparente compaixão não excluía a firmeza, a ameaça de castigo e a punição propriamente dita.

Os capítulos nove e dez dos Colóquios revelam os encaminhamentos dados pelos Doze que introduziam conceitos sobre Deus e traziam novos, entre os quais os de anjos e demônios. De acordo com Klor de Alva (1990), o objetivo era descrever a natureza do Deus cristão apresentando-o como bom, caridoso, onipotente e com capacidade criadora. Como pontua Sahagún (1993), Deus, por exemplo, é definido como fonte de vida. Os franciscanos, nas pregações catequéticas, procuravam infundir nos nativos uma concepção de Deus, tido como princípio e criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, além de eterno. Quanto às coisas visíveis, os Colóquios procuraram relacionar ao princípio de criação o conceito de temporalidade, na medida em que retomou o texto bíblico do Gênesis para associar o poder divino aos dias da semana. Complementar a esse conceito, presente nos Colóquios, estava a apresentação da definição dos anjos, que os franciscanos definiam como “cavaleiros” que não se poderiam explicar com língua humana e que eram dotados de sabedoria.

*El verdadero y solo Dios y señor que os venimos a predicar, llámase fuente de ser y vida porque el da ser y vida a todas las cosas y por su virtud vivimos; el es el verdadero y ypalnmemoani al qual vosotros llámáis, pero nunca le aveis conocido; este nombre a solo el conviene porque el hyzo todas las cosas visibles y no visibles; el dio ser y principio a todas las cosas, pero el nunca tuvo principios antes que le mundo començase ni tuviese ser [...] y personas de gran valor y autoridad para que morasen en el su grandísimo palacio, los quales se llaman ángeles. No se pude con lengua humana explicar estos cavalleros de nuestro Señor Dios quan excelentes son en fortaleza, hermosura y sabiduría (SAHAGÚN, 1993, p. 76-78).*

A opção tomada pelos franciscanos nos Colóquios e que Sahagún (1993) registrou: no capítulo onze os religiosos buscaram inserir a concepção de deuses maus, associados com o panteão das divindades astecas e com os objetos que acreditavam deificados, a exemplo do sol, da lua, pássaros e serpentes. Para comprovar que as divindades astecas eram humanas e não divinas, o autor dos Colóquios relacionou os vícios que a elas estavam vinculados. Assim, os sacrifícios, a avareza, a luxúria, a gula, a ira, a acídia, entre outros, eram condutas tidas como ofensivas e induzidas para provocar, no homem, o que chamavam de pecado (SAHAGÚN, 1993).

No caso da gula, por exemplo, os freis afirmavam que o uso moderado do alimento era indispensável para manter a vida, mas seu excesso – a gula e a embriaguez – induzia e gerava no homem todo gênero de pecados. Por isso, para evitá-los, explicaram como Lúcifer agia para fazer mal ao homem. Os franciscanos procuraram identificar como causa do pecado da gula o que entendiam como demônio. A embriaguez também é explicada como um dos sete pecados capitais e, por isso, os franciscanos buscavam ensinar aos astecas os meios para evitá-los (CORCUERA DE MANCERA, 1991).

Dada a complexidade dos conceitos do cristianismo e as dificuldades da língua e cultura, o diálogo entre os religiosos de dois mundos distintos tinha suas limitações: os conceitos cristãos expostos para converter os astecas não eram familiares ao vocabulário e às referências religiosas dos nativos. Apesar disso, a refutação dos sacerdotes astecas, ainda que em dado momento tenham aparentado

concordância com os visitantes, mostrava compreensão da ação dos franciscanos e também que não estavam dispostos a abandonar seus costumes e tradições.

A negativa dos sacerdotes era evidenciada quando defendiam sua tradição ao afirmar, no entendimento de Sahagún (1993), que seus líderes religiosos, considerados sábios hábeis, ofereciam as normas que regulamentavam suas condutas e a dos demais astecas. A existência de mecanismos de controle e de proibições dos cultos nativos reforçava o entendimento de que realizavam seus antigos ritos, ainda que tivessem recebido instrução cristã. A preferência por catequizar crianças e mantê-las longe da convivência familiar apontava para o entendimento de que os franciscanos elaboraram meios que pretendiam eliminar influências do passado nativo.

Os Colóquios, todavia, indicam que os religiosos estavam convencidos de que poderiam cristianizá-los, na medida em que orientassem suas práticas formativas, aos que fossem mais sábios. A reunião das lideranças astecas, promovida por Cortés para a apresentação dos “Doze Apóstolos”, evidenciava que o capitão tinha clareza do que pretendia: o encontro entre os conquistadores e o grupo de astecas intencionava promover a pacificação por meio da conversão de um grupo seleto de sacerdotes. A partir deles, acreditava que poderia atingir níveis mais complexos de formação cristã, para que, supostamente, inspirassem a comunidade. Os conceitos teológicos e os aspectos doutrinários sugeriam que o manuscrito foi elaborado para um público que, a princípio, teria uma formação mais complexa do que o homem comum, os *macehualtin*.

Além do mais, o aspecto mais importante dos Colóquios reside no fato de oferecerem informações que permitem compreender os fundamentos que colaboraram para a docilização dos conquistados e, por sua vez, da formação de um novo modelo de homem que correspondesse às exigências estabelecidas pela Conquista, três anos antes. Eles expressam não apenas o confronto com uma religiosidade distinta, como, também, constituem um programa, com seus temas fundamentais, que orientou a prática educativa. Neste caso, os Colóquios, depositários das ações catequéticas, contribuem para entender que a conquista encaminhada por Cortés não se limitava aos aspectos militares, pois sustentou a necessidade de pacificação para permitir a exploração dos territórios astecas.

Após a Conquista do México, o capitão, como servidor da Coroa e da Igreja, buscou meios de conquistar e garantir sua posição de comando e, para isso, requisitou apoio dos religiosos os quais tinham, entre suas atribuições, colaborar com a docilização dos astecas, inculcando-lhes as virtudes cristãs e o desinteresse dos bens materiais. Na reprodução desses valores, os Colóquios se converteram em veículo de propagação da fé cristã e podem ser analisados como um programa catequético, que objetivava instruir os nativos para que recebessem conhecimentos doutrinários. Segundo José María Camorlinga Alcaraz (1999), os evangelizadores trataram de convencer os nativos de que a nova religião era em tudo superior à que tinham, e tentaram fazer que acreditassem que, ao contrário, nada teriam perdido com a mudança, ao contrário, muito teriam ganhado.

O trabalho catequético desenvolvido pelos franciscanos convergia com os interesses de Cortés, que, além de pretender justificar a Conquista, acreditava que os franciscanos poderiam reproduzir nos nativos uma ordem de valores que se ajustava à sua concepção de colônia e de poder. O caminho, para construir o que desejava, passava pela ação catequética, cujos princípios defendidos e negados se expressaram nas escolas franciscanas e nos Colóquios, fundamentos do agir educativo que contribuiriam para promover uma dominação espiritual.

A evangelização possibilitou, numa sociedade conquistada, a reprodução de uma religiosidade e de modos de ser que pertenciam aos conquistadores; porém, para que essa religiosidade e esses modos fossem compreendidos e assimilados, deveriam ser ensinados, o que justificava a presença de religiosos se empenhando na catequização e na educação. Em suma, o cristianismo era, finalmente, também conquistador, prolongando a ação de Cortés, sem a espada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das particularidades assumidas pelas *Cartas de Relação*, de Hernán Cortés, permite analisar um momento singular da história mexicana e, por extensão, da América. Essa singularidade, a rigor, foi o que impulsionou o interesse deste estudo, que buscou analisar as posições adotadas por Cortés na Conquista do México, em 1521.

Depois que as primeiras expedições confirmaram a existência de novos territórios em *Yucatán* e a existência de um grande império no interior do México, Hernán Cortés iniciou um processo de rompimento com Diego Velázquez, governador de Cuba, porque havia elaborado um projeto pessoal de poder.

A fim de justificar seus atos de rebeldia, endereçou suas cinco *Cartas de Relação* para Carlos V, informando-o dos procedimentos e passos das conquistas do interior mexicano até *Tenochtitlán*, exaltando seus méritos de capitão e, ao mesmo tempo, procurava desqualificar Velázquez.

As cartas cortesianas, que foram compostas para informar, justificar e legitimar o que Cortés queria que fosse entendido como um feito glorioso, adotaram também a condição de instrumento de convencimento. Embora não demonstrasse conhecimentos literários sofisticados, Cortés escolheu os eventos e detalhou-os para impressionar seu destinatário e convencê-lo da legalidade de seus atos. Para isso, elaborou uma imagem de conquistador se apresentando como modelo de vassalo e cristão, o que pode ser compreendido em duas perspectivas.

Na primeira, a leitura da quarta *Carta de Relação* possibilita inferir que a estratégia de Cortés, na tentativa de justificar o rompimento com a autoridade política cubana, consistia em se mostrar fiel servidor e defensor da conquista militar. Para isso, o capitão, que punha o monarca a par dos acontecimentos, destacava o valor da Conquista do México para a Coroa, suas qualidades de conquistador e sua fidelidade política. Em suas *Cartas*, Cortés construiu uma imagem de capitão eficiente, dotado de habilidades próprias de quem tinha o comando de uma tropa.

Para respaldar suas posições, procurou demonstrar suas atitudes de comandante, assumidas durante as batalhas com os astecas. Demonstrava, por exemplo, que, graças ao seu comando e estratégias de guerra, as perdas de seus companheiros, ainda que estivessem em menor número em relação aos seus inimigos, eram pequenas.

Além disso, Cortés se apresentava como modelo político, dotado dos atributos administrativos que Velázquez, em seu entendimento, não tinha. Em suas narrativas, mostrava-se conhecedor e obediente das leis e se apresentava como um humilde vassalo e fiel ao Imperador, leal ao Estado e preocupado em aumentar as riquezas da Espanha com o quinto que afirmava pagar. Como servidor, em suas narrativas, procurava prestar contas ao soberano, detalhando as riquezas que enviava como amostra das potencialidades econômicas da colônia. Declarava-se, sobretudo, um submisso cristão e defensor dos princípios religiosos e, por isso, manifestou suas intenções de realizar uma dominação espiritual dos astecas que se assemelhava à Reconquista.

Na segunda perspectiva, em busca da efetivação de seus objetivos, Cortés procurou omitir suas intenções de poder usando como argumento os benefícios que os soberanos espanhóis e a Igreja teriam com as missões religiosas, sobretudo, no contexto das ameaças protestantes que se estabeleceram em 1517.

Cortés, em suas intenções, declarou interesses espirituais se apoiando na relação que existia entre Estado e Igreja, desde a época dos Reis Católicos. Dessa relação, resultaram reformas religiosas e, sobretudo, na Ordem de São Francisco, cujo objetivo era impor a observância estrita da regra franciscana aos religiosos para que vivessem segundo os ideais da igreja primitiva, e deveriam ter como valores principais a humildade, a pobreza, a docilidade e o espírito missionário. Respaldados pelas bulas de um papa espanhol, Alexandre VI, e pelos princípios missionários que os caracterizavam, os franciscanos receberam privilégios e benefícios da Sé Romana, os quais garantiram a na evangelização mexicana.

Nesse caso, o que se pode afirmar, a partir de sua insistência em relação a essa Ordem, é que, ao sugerir a vinda dos franciscanos, Cortés procurava mostrar fidelidade aos tratados entre o Estado e a Igreja. As informações contidas nas cartas

cortesianas permitem asseverar que o conquistador entendeu que defender a evangelização realizada pelos franciscanos respaldava suas ações, sem criar conflitos com as autoridades. Assim, ao apelar para a consciência religiosa de Carlos V, Cortés transmitia a mensagem de aparente obediência e relativa tranquilidade na colônia espanhola.

A atitude de Cortés para convencer a corte e a Carlos V de sua legitimidade se sustentava na apresentação de outro modelo de Igreja, que não era a secular. Na quarta *Carta de Relação*, o capitão afirma que o clero não poderia contribuir com a evangelização e docilização dos astecas, pois considerava que seus representantes se ocupariam mais com a administração política do que com os aspectos religiosos. O clero secular, que tinha histórico de vínculos com o poder temporal, representava uma antiga ordem social que estava decadente em toda a Europa, já demonstrando suas fragilidades/contradições na Espanha. Para evitar uma instituição em crise, Cortés defendeu um modelo de Igreja preocupada com a atividade religiosa e a espiritualidade. Nesse caso, ao negar o modelo de igreja representada pelo clero secular, implicitamente evitava a participação dele nos setores administrativos da colônia e, por extensão, ao solicitar franciscanos, priorizava os serviços espirituais de quem atuaria na efetivação de um modelo primitivo de igreja, centrada nos serviços catequéticos e pastorais.

Para convencer e despertar o interesse evangélico da Coroa e das autoridades religiosas espanholas, Cortés caracterizou o ambiente religioso: descreveu os terríveis sacrifícios humanos, os deuses, apresentados como demônios e, ao mesmo tempo, procurou demonstrar a solicitude dos nativos para a conversão. Além disso, em sua narrativa de convencimento, elaborou uma imagem do asteca que se identificava com o projeto catequético dos franciscanos e não do clero.

Dessa maneira, Cortés defendeu a participação dos franciscanos porque, ao que tudo indica, acreditava que estariam envolvidos na formação evangélica dos astecas, sem que se ocupassem com questões políticas e interferissem no projeto de poder que pretendia constituir.

Cortés elaborou uma identificação entre os povos dos territórios conquistados e a proposta religiosa e formativa dos franciscanos. O resultado dessa identificação e das solicitações de Cortés foi o estabelecimento dos franciscanos no México, em 1523, a fim de que desempenhassem as atribuições que foram a eles delegadas: a conversão e a instrução dos astecas.

Ao que tudo indica, Cortés acreditava que os franciscanos poderiam servir como instrumento de dominação, já que reproduziria nos astecas o modelo de homem que correspondia aos princípios doutrinários da Ordem, entre os quais, os de pobreza e humildade. A atividade formativa colaboraria para incorporar os nativos nas estruturas sociais da colônia governada por Cortés. Além de ser parte da argumentação política de Cortés, a cristianização dos astecas era um meio de garantir, sobretudo, a pacificação para evitar que se rebelassem contra os espanhóis. Ele acreditava que, cristianizados, não representariam ameaça à contínua exploração dos recursos do México, já que estariam sob a responsabilidade e serviços dos *encomenderos*.

Para converter e instruir os astecas, os franciscanos, ajudados pelo capitão, construíram escolas, entre as quais, a de *Texcoco* e a de São José dos Naturais. Tendo em vista seu programa de ensino, que, além de conteúdos religiosos, priorizou as primeiras letras e os ofícios, pode-se afirmar que, em seu conjunto, correspondia aos interesses de Cortés. Tanto as escolas quanto os *encomenderos*, que deveriam contribuir com a construção de igrejas e enviar as crianças para que fossem formadas segundo o programa educativo dos franciscanos, podem indicar o esforço no processo de justificação e docilização dos astecas. Além do mais, os fundamentos educativos, prescritos nos Colóquios, demonstram a contribuição pedagógica franciscana.

Síntese das práticas catequéticas, os Colóquios contêm os conceitos que seriam inseridos na formação das crianças astecas, por meio dos procedimentos metodológicos elaborados para esse fim. Desse modo, manuais catequéticos, desenhados com a colaboração de sábios astecas, teatros, missas, prédicas e músicas compuseram parte dos recursos que inculcariam valores hispânicos e cristãos para atender demandas que se formavam com a Conquista e ajustados às necessidades de Cortés, da Coroa e da Igreja. Ainda que os conquistadores

tivessem reproduzido por meio da catequese e educação seus valores com o objetivo de docilizá-los e formar mão de obra, os nativos encontraram meios para resistir à dominação que acontecia sem a espada.

Importa considerar que os franciscanos, quando partiram para o México, em resposta aos pedidos de Cortés, foram porque possuíam benefícios da Sé Romana e da Coroa espanhola e porque acreditavam que poderiam realizar as expectativas de evangelização. Nesse caso, as motivações e ações evangélicas dos franciscanos, ainda que relacionadas aos pedidos de Cortés, não indicam que estivessem alinhados plenamente com o capitão. Documentos, entre os quais o do bispo Zumárraga, pode indicar os conflitos entre religiosos e os colonizadores, o que demonstra não haver harmonia entre os objetivos de setores dos franciscanos com os conquistadores.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

CORTÉS, Hernán. Ordenanzas de un buen gobierno dadas por Hernán Cortés para los vecinos y moradores de la Nueva España. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos Cortesianos: 1518-1528: secciones I a III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993a. p. 277-283.

\_\_\_\_\_. Real Cédula de Nombramiento de Hernán Cortés como Gobernador y Capitán General de la nueva España e instrucciones para su Gobierno. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos, I: 1518-1528, secciones I a III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993b. p. 350-353.

\_\_\_\_\_. *Cartas de Relación*. 20. ed. México: Editorial Porrúa, 2004a.

\_\_\_\_\_. Carta de Hernán Cortés al Emperador Carlos V: Tenxultitan, de esta Nueva España: 15 de octubre de 1524. In: \_\_\_\_\_. *Cartas de Relación*. 20. ed. México: Editorial Porrúa, 2004b. p. 261-274.

### LITERATURA DE APOIO

ADRIANO VI. Exponi Nobis (Omnimoda). In: SUESS, Paulo (Coord.). *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos – século XVI*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 256-258.

AIZPURU, Pilar Gonzalbo. *Historia de la educación en la época colonial: el mundo indígena*. México: El Colegio de México, 2008.

\_\_\_\_\_. El virreinato y el nuevo orden. In: ESTRADA, Dorothy Tanck de (Org.). *Historia mínima de la educación en México*. México: El Colegio de México, 2010. p. 36-67.

ALCALÁ, Manuel de. Nota preliminar. In: CORTÉS, Héran. *Cartas de Relación*. 20. ed. México: Editorial Porrúa, 2004, p. 9-23.

ALCARAZ, José María Camorlinga. *Dos religiones: azteca-cristiana*. México: Plaza y Valdes, 1999.

ALEGRIA, Paula. *La educación en México antes y después de la conquista*. México: Editorial Cultura, 1936.

ALONSO DEL VAL, José María. *Los métodos misionales franciscanos entre indígenas*. Valladolid: Catalogación y estudio de las traducciones de los franciscanos españoles, financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación, 2011. Disponible en: <<http://www.traduccion-franciscanos.uva.es/archivos/metodos-misionales.pdf>>. Acceso en: 29 ago. 2011.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDRÉS, Melquiades. *La teología española en el siglo XVI*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1976, Tomo I. (a).

ARCE, José Damián González. La organización de la producción textil y las corporaciones gremiales en las Ordenanzas Generales de Paños castellanas (1494-1511). *Murcia: Anuario de Estudios Medievales*, n. 38/2, p. 707-759, jul./dez. 2008.

BARNADAS, Josep M. A igreja católica na América Espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 521-553. v. 1.

BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. 3. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BATISTA I ROCA, J.M. I regni di Spagna e i re cattolici. In: POTTER, G. R. (Org.). *Storia del mondo moderno*. Milano: Aldo Garzanti Editore, 1972. p. 442-483. v. 1.

BELTRÁN, José Luis. La llegada de los Austrias al trono. In: ÁRCEL, Ricardo García (Coord.). *Historia de España: siglos XVI y XVII: la España de los Austrias*. Madrid: Cátedra, 2003. p. 41-109.

BENAVENTE, Fray Toribio de. *Historia de los indios de la Nueva España*. Madrid: Historia 16, 1985.

BERNARD, C.; GRUZINSKI, S. *História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência européia, 1492-1550*. São Paulo: EDUSP, 1997.

BLOCKMANS, W. *Carlos V: la utopía del imperio*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

BORGES, Pedro. *Métodos misionales en la cristianización de América*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

BORGES, Pedro. La metodología misional americana. In: BORGES, Pedro (Org.). *Historia de la iglesia en Hispanoamerica y Filipinas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1992a. p. 495-507. v. 1.

\_\_\_\_\_. Sistemas y lengua de la predicación. In: BORGES, Pedro (Org.). *Historia de la iglesia en Hispanoamerica y Filipinas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1992b. p. 509-519. v. 1.

\_\_\_\_\_. Las Ordenes religiosas. In: BORGES, Pedro (Org.). *Historia de la iglesia en Hispanoamerica y Filipinas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1992c. p. 209-244. v 1.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. v. 2.

BRAVO, Isabel Bueno. El Lienzo de Tlaxcala y su lenguaje interno. *Anales del Museo de América*, Espanha, n. 18, 2010, p. 56-77. Disponível em: <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:6DZQ24rNh\\_gJ:dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3792883.pdf+BRAVO,+Isabel+Bueno.+El+Lienzo+de+Tlaxcala+y+su+lenguaje+interno&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsGL13EvYb8CDHA4OTMvobmh2X1NIW7tTO\\_8Dvoz2DPVj4v4yYrYbCDKhgQIQzCNb4rK4Hd2cp7Sm-2dQZfQ8rF204bHpODv4A9T-YOM5eONiWwwXiJMVUFa2muxbiply7bscy9Z&sig=AHIEtbRS\\_u3KsgGFSiGcIRIQX11svDBasA](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:6DZQ24rNh_gJ:dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3792883.pdf+BRAVO,+Isabel+Bueno.+El+Lienzo+de+Tlaxcala+y+su+lenguaje+interno&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsGL13EvYb8CDHA4OTMvobmh2X1NIW7tTO_8Dvoz2DPVj4v4yYrYbCDKhgQIQzCNb4rK4Hd2cp7Sm-2dQZfQ8rF204bHpODv4A9T-YOM5eONiWwwXiJMVUFa2muxbiply7bscy9Z&sig=AHIEtbRS_u3KsgGFSiGcIRIQX11svDBasA)>. Acesso em: 2 jan. 2013.

BRAVO, María Antonia Bel. La mujer como generadora de una nueva cultura: una lectura diferente de la colonización española de América. *Hispania Sacra*, Espanha, v. 64, n. 129, p. 2011-235, 2012. Disponível em: <<http://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/299/299>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

CARANDE, Ramón. *Carlos V y sus banqueros*. 2. ed. Barcelona: Crítica, 2004 (edición abreviada).

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARLOS V. Instrucciones de Carlos V a Hernán Cortés sobre tratamiento de los indios, 26 de junho de 1523. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos*, I: 1518-1528, secciones I a III. México: Fondo de Cultura Económica, 1993a. p. 265-271.

\_\_\_\_\_. Carta de Carlos V a Hernán Cortés en que le da instrucciones para el gobierno de Nueva España y le anuncia el envío de oficiales Reales. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos*, I: 1518-1528, secciones I a III. México: Fondo de Cultura Económica, 1993b. p. 254-256.

\_\_\_\_\_. Real Cédula de Nombramiento de Hernán Cortés como Gobernador y Capitán General de la Nueva España e Instrucciones Para su Gobierno. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos*, I: 1518-1528, secciones I a III. México: Fondo de Cultura Económica, 1993c. p. 250-253.

CANEDO, Lino Gómez. *La educación de los marginados durante la época colonial: escuela y colegios para indios y mestizos en la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1982.

CARO, Juan Jesús Bravo. Demografía y economía. In: CÁRCEL, Ricardo García (Coord.). *Historia de España: siglos XVI y XVII: la España de los Austrias*. Madrid: Cátedra, 2003. p. 467-510.

CARTA REAL AO PRESIDENTE, AOS OUVIDORES E AO BISPO DE MÉXICO PEDINDO INFORMAÇÕES SOBRE A MELHOR MANEIRA DE TOMAS AS CRIANÇAS INDÍGENAS DOS SEUS PAIS PARA DOCTRINÁ-LAS NOS CONVIENTOS. In: SUESS, P. (Org.). *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos (século XVI)*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 722-723.

CASO, Alfonso. *El pueblo del Sol*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CASTELLANOS, Justino Cortes. *El catecismo em pictogramas de fray Pedro de Gante: estudio introductorio y desciframiento del Ms. Vit. 26-9 de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1987.

CHAVERO, Alfredo. *Lienzo de Tlaxcala*. México: UANL, 1892. Disponível em: <[http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080018901/1080018901\\_03.pdf](http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080018901/1080018901_03.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

CORCUERA DE MANCERA, Sonia. *El fraile, el indio y el pulque: evangelización y embriaguez en la Nueva España (1523-1548)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

COLLADO, Ángel Fernández. *Historia de la iglesia en España: edad moderna*. Salamanca: Instituto Teológico San Ildefonso, 2007.

DANIEL-ROPS. *A igreja da renascença e da Reforma: a reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996. v. 1 e 4.

DE REBUS GESTIS FERDINANDI CORTESII. In: PÉREZ, Elena Pellús. Sobre las hazañas de Hernán Cortés: estudio y traducción. *Alicante: Cuadernos de América*, n. 27, p. 83-175, 2007. Disponível em: <[http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6315/1/CuadernosASN\\_18.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6315/1/CuadernosASN_18.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

DELGADO, B. La educación durante el reinado de los Reyes Católicos. In: CRIADO, Buenaventura Delgado (Coord.). *Historia de la educación en España y América*. Madrid: Ediciones SM; Ediciones Morata S.L, 1993. p. 21-25.

DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. 24. ed. México: Porrúa, 2009.

DURÁN, Juan Guillmermo; GARCÍA, Rubén Darío. Los Colóquios de los Doce Apostoles de México: los primeros albores de la predicación evangélica en el Nuevo Mundo. *Revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina*, Argentina, n. 34, p. 131-185, 1979. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2715944>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

DUVERGER, C. *La conversion de los indios de Nueva España: con el texto de los Coloquios de los Doce de Bernardino de Sahagún (1564)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

EDWARDS, John. *La España de los Reyes Católicos: 1474-1521*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

ELLIOTT, John. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHEL, L. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 135-195. v. 1.

\_\_\_\_\_. *La España imperial: 1469-1716*. 8. reimp. Barcelona: Vicens Vivens, 2012.

ELTON, G. R. *A Europa durante a reforma: 1517-1559*. Lisboa: Presença, 1982.

ERLANGER, Philippe. *Carlos V*. Madrid: Ediciones Palabra, 2000.

FABREGAT, Claudio Esteva. Introducción. In: BENAVENTE, Fray Toribio de. *Historia de los Índios de la Nueva España*. Madrid: Historia 16, 1985. p. 7-63.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. *Carlos V, el César y el hombre*. 18. ed. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2006.

FERRI, Sergio Solbes. El siglo XVI: una etapa de crecimiento. In: ENCISO, Agustín González; BARCO, Juan Manuel (Coord.). *Historia económica de España*. 2. impr. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. p. 71-98.

FLORESCANO, Enrique. De la conquista militar a la conquista espiritual de México. *Revista Nexos en Línea*, México, 1 fev. 1978. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?P=leerarticulo2print&Article=265474>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

FLORESCANO, Enrique. *Memoria mexicana*. 3. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

FUENTE, José Luis de la. La práctica de la utopía en la escritura de Hernán Cortés. *Castilla: Estudios de literatura*, n. 24, p. 21-44, 1999. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=136259>>. Acesso em: 9 out. 2012.

GANTE, Pedro de. Catecismo en pictogramas de fray Pedro de Gante (BNM, MS.Vit. 26-9). In: CASTELLANOS, Justino Cortés. *El catecismo en pictogramas de Fr. Pedro de Gante*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1987. México: Editorial Progreso, 1987. p. 435-472.

GANTE, Pedro de. Carta de fray Pedro de Gante a los padres y hermanos de la provincia de Flandes, 27 de junio de 1529. In: LA TORRE VILLAR, Ernesto de. *Fray Pedro de Gante, maestro y civilizador de América*. México: UNAM: Estudios de Historia Novohispana, 1974a. p. 40-43.

\_\_\_\_\_. Carta de fray Pedro de Gante al emperador Don Carlos V, exponiéndole sus trabajos en la doctrina e instrucción de los índios México: 31 de octubre de 1532. In: LA TORRE VILLAR, Ernesto de. *Fray Pedro de Gante, maestro y civilizador de América*. México: UNAM: Estudios de Historia Novohispana, 1974b. p. 43-45.

\_\_\_\_\_. Carta de fray Pedro de Gante al emperador Don Carlos V, anunciándole el fallecimiento del Ilmo. Zumárraga. In: LA TORRE VILLAR, Ernesto de. *Fray Pedro de Gante, maestro y civilizador de América*. México: UNAM: Estudios de Historia Novohispana, 1974c. p. 46-55.

\_\_\_\_\_. Carta de fray Pedro de Gante al Rey Don Felipe II, 13 de junio de 1558. In: LA TORRE VILLAR, Ernesto de. *Fray Pedro de Gante, maestro y civilizador de América*. México: UNAM: Estudios de Historia Novohispana, 1974d. p. 55-60.

GARCÍA, I. Francisco de los Ángeles Quiñones. In: ALDEA, Q. (Org.). *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*. Madrid: C.S.I.C, 1973. p. 2037-2038. v. 3. Disponible em: <<http://www.franciscanos.org/enciclopedia/franciscoquinones.htm>>. Acceso em: 10 jan. 2013.

GARIBAY, Ángel María. *Historia da literatura Náhuatl*. México: Editorial Porrúa, 2000.

GIBSON, Charles. *Los Aztecas bajo el dominio español: 1519-1810*. 11. ed. México: Siglo XXI, 1991.

GÓMARA, Francisco López. *Historia de la conquista de México*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

GÓMEZ, A. D. El hispanismo y la crónica de América. In: JAURALDE, P.; NOGUERA, D.; REY, A. *La edición de textos: Actas del I Congreso Internacional de Hispanistas del Siglo de Oro*. Londres: Tamesis Books Limited, 1990. p. 169-175.

GONZALBO, Pilar. La educación em América y Filipinas. In: CRIADO, Buenaventura Delgado (Org.). *Historia de la educación en España y América: la educación en la España moderna (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Fundación Santa María; Ediciones SM, 1993. p. 327-341

GONZÁLEZ, María Asenjo. Los espacios ganaderos: desarrollo e impacto de la ganadería trashumante em la Extremadura castelhana-oriental a fines de la Edad Media. In: GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (Coord). *Los rebaños de Gerión: pastores y trashumancia em la Iberia antigua y medieval*. Madrid: Casa Velázquez, 2001. p. 71-110. v. 73.

GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a "Blade Runner" (1492-2019)*. 2. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

GRUZINSKI, Serge. *Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

\_\_\_\_\_. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HINOJOSA Y NAVEROS, Eduardo. *Carlos V y su siglo*. Conferencia leída en la Exposición Universal de Gante, 10 de julio de 1913. Edición digital Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos Edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUERGA, Alvaro. Antilhas: implantación y consolidación de la iglesia. In: BORGES, Pedro (Org.). *Historia de la Iglesia en Hispanoamérica y Filipinas (siglos XV-XIX)*: volumen II: Aspectos regionales. Madrid: BAC, 1992. p. 3-30.

ICAZBALCETA, Joaquín García. Al lector. In: \_\_\_\_\_. *Códice Franciscano: nueva colección de documentos para la historia de México: siglo XVI*. México: Editorial Salvador Chavez Hayoe, 1941. p. 7-44.

IGLESIA, Ramón. *Cronistas e historiadores de la conquista de México*. México: Sepsetentas Diana, 1980.

IGLESIAS, Tania Conceição. *A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial*. 2010. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas.

KLOR DE ALVA, J. Jorge. La historicidad de los Coloquios de Sahagún. In: LEÓN-PORTILLA, Hernández de. *Bernardino de Sahagún: diez estudios acerca de su obra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 180-218.

KOBAYASHI, José María. *La educación como conquista*. 2. ed. México: Colegio de México, 2007.

KONETZKE, R. *América Latina: época colonial II*. 26. ed. Madrid: Siglo XXI, 1997. v. 22.

LAFAYE, J. A literatura e a vida intelectual na América espanhola colonial. In: BETHEL, L. (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial, II*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999a. p. 595-635.

\_\_\_\_\_. *Los conquistadores: figuras y escrituras*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1999b.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1956. v. 3.

\_\_\_\_\_. Brevíssima relação sobre a destruição das Índias, do Bispo Dom Frei Bartolomeu de Las Casas, ou Casaus, da ordem de São Domingo. In: LAS CASAS, Frei B. *Liberdade e justiça para os povos da América: oito tratados impressos em Sevilha em 1552: Obras Completas 2*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 1-601.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Los franciscanos vistos por el hombre náhuatl: testimonios indígenas del siglo XVI. *Estudios de Cultura Náhuatl*: México: Unam, n. 17, p. 261-339, 1984. Disponível em: <<http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/nahuatl/pdf/ecn17/276.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

LLORCA, Bernardino. *Bulario Pontificio de la Inquisición española*. Roma: Pontificia Universidade de Gregoriana, 1949. v. 15.

MADARIAGA, Salvador de. *Hernán Cortés*. Madrid: Espasa Calpe, 2009.

MAINKA, P. J. A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valoies pela Borgonha e Itália (1477-1559). In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A caminho do mundo moderno: concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico*. Maringá: EDUEM, 2007. p. 17-48.

MARTÍN, Alberto Marcos. *España en los siglos XVI, XVII y XVIII: economía y sociedad*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000.

MARTÍNEZ, José Luis. *Hernán Cortés*. México: Fondo de Cultura Económica; Universidad Nacional Autónoma de México, 1992.

MARX, Karl. *La España revolucionaria*: marxists internet archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/9-ix-54.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MENDIETA, Gerónimo. *Historia eclesiástica indiana*. México: Antigua Librería, 1870.

MIGNOLO, Walter. Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista. In: MADRIGAL, Luis Íñigo (Org.). *Historia de la literatura hispanoamericana: época colonial*, I. 5. ed. Madrid: Catedra, 2008. p. 57-116.

MIRALLES, Álvaro F. C. *Alejandro VI y los Reyes Católicos: relaciones político-eclesiásticas (1492-1503)*. 2005. 826 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontificia Universitas Sanctae Crucis, Roma.

MIRALLES, Juan. *Hernán Cortés: inventor de México*. Barcelona: Tusquets-Editores, 2004.

MORAIS, Marcus Vinícius de. *Hernán Cortés: civilizador ou genocida?* São Paulo: Contexto, 2011.

MOREDA, María Teresa Pita. *Los predicadores novohispanos del siglo XVI*. Espanha: Editorial San Esteban, 1991.

MUÑOZ, Luis Celis. La acción aducadora de la Iglesia española em América. In: MARTINEZ, Bernabe Bartolome (Org.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia em España: edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995. p. 817-856.

ORDENANZAS DE LOS PANOS. Edição fac-símile, 1511. Disponível em: <[http://documentomovil.usal.es/visor.php?f=Legislacion\\_AnonimoOrdenanzas&v=dicter&p=37](http://documentomovil.usal.es/visor.php?f=Legislacion_AnonimoOrdenanzas&v=dicter&p=37)>. Acesso em: 8 ago. 2011.

ORDENANÇAS PARA O TRATAMENTO LEGAL DOS ÍNDIOS INCLINADOS À OCIOSIDADE E AOS MAUS VÍCIOS: AS LEIS DE BURGOS. In: SUESS, P. (Org.). *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos (século XVI)*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 657-671.

ORO, José García. *El Cardenal Cisneros*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Cisneros*. Barcelona: Ariel, 2002.

\_\_\_\_\_. *Historia de la iglesia: Edad Moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2005. v. 3.

PANÉ, Ramón. Relación de Fray Ramón Pané acerca de las antigüedades de los indios, las cuales, con diligencia, como hombre que sabe la lengua de ellos, las ha recogido por mandato del almirante. In: DOMÍNGUEZ, Lourdes; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *La primera crónica religiosa del Caribe: la "relación acerca de las antigüedades de los Indios" (c.1496), del jerónimo Ramón Pané*. Campinas: UNICAMP, s.d. p. 133-155. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2014%20-%20artigo%208.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

PASTOR, Beatriz. *El jardín y el peregrino: el pensamiento utópico en América Latina (1492-1695)*. México: Unam: Textos de Difusión Cultural, 1999.

\_\_\_\_\_. *El segundo descubrimiento: la conquista de América narrada por sus coetáneos (1492-1589)*. Barcelona: Edhasa, 2008.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PELAYO, Marcelino Menéndez y. *Historia de los heterodoxos españoles*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992. v. 1.

PERALTA, Juan Suárez de. Mocedades y salida de Cuba de Hernán Cortés. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos: secciones VI a VII: 1533-1548*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 498-505. Tomo IV.

PEREIRA MELO, José Joaquim. *De Cuba a Tenochtitlan: a busca dos “segredos da terra”*. Estudo da trajetória de Fernando Cortés no México (de 18 de fevereiro a 8 de novembro de 1519). 1998. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Unesp, Assis.

PEREYRA, Carlos. *Hernán Cortés*. 7. ed. México: Espasa Calpe, 1969.

PÉREZ, Joseph. *La revolución de las Comunidades de Castilla (1520-1521)*. 7. ed. Madrid: Siglo XXI, 1999.

\_\_\_\_\_. *Isabel y Fernando: los Reyes Católicos*. 3. ed. Madrid: Editorial Nerea, 2001.

\_\_\_\_\_. *La España del siglo XVI*. 2. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2002.

PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo Emilio. Tierras por descubrir e ganar. In: SALMORAL, M. L. *Historia de iberoamérica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992. p. 23-107. Tomo II.

PÉRONNET, Michel. *El siglo XVI: de los grandes descubrimientos a la contrarreforma (1492-1620)*. Madrid: Akal, 1990.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães como o empreendimento colonial dos Países Ibérico na América no século XVI. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 11-94, 2000. Disponível em: <[http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/142/RH\\_142-143\\_-\\_Maria\\_Thereza\\_Schorer\\_Petrone.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/142/RH_142-143_-_Maria_Thereza_Schorer_Petrone.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2012.

PHELAN, John L. *El reino milenario de los franciscanos en el Nuevo Mundo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PRESCOTT, William Hickling. *Historia de la conquista de México*. Madrid: Imprenta de Valle Hermanos, 1874 (edição fac-símile, abril de 2011).

PRIEN, Hans-Jürgen. La justificación de Hernán Cortés de su conquista de México y de la conquista española de América. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, n. 22, p. 11-32, 1996. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=172461>>. Acesso em: 19 out. 2012.

QUIÑONES, Francisco de los Ángeles. Instrução e obediência do ministro geral Francisco de los Angeles Quiñones a Martín de Valência, integrante e Custódio dos Doze Franciscanos enviados para evangelizar os habitantes de Tenochtitlan conquistado. In: SUESS, P. (Org.). *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos (século XVI)*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 423-429.

RAMOS, Demetrio. *Hernán Cortés: mentalidad y propósitos*. Madrid: Ediciones Rialp, 1992.

RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RICARD, Robert. *La conquista espiritual de México*. 5. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

RINCÓN, Tomás Zepeda. *La educación pública en la Nueva España*. México: Editorial Progreso, 1999.

RUCQUOI, Adeline. Los franciscanos en el Reino de Castilla. *Nájera: Semana de Estudios Medievales de Nájera*, p. 65-86, jun./ago. 1996, Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554301>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

SAAVEDRA, Pegerto. Los fundamentos económicos del Imperio Español. In: FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España en la Edad Moderna*. 2. reimp. Barcelona: Editorial Ariel, 2009. p. 303-335.

SAHAGÚN, B. *Historia general de las cosas de Nueva España*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

\_\_\_\_\_. Colloquios y doctrina christiana con que los Doze frayles de San Francisco enbiados por el Papa Adriano Sesto y por el Emperador Carlos Quinto convirtieron a los índios de la Nueva España en lengua mexicana y española. In: DUVERGER, C. *La conversion de los indios de Nueva España: con el texto de los Coloquios de los Doce de Bernardino de Sahagún (1564)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 53-87.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

SÊNECA, Lucios Annaeus. Medeia. *Antologia de textos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 215-247.

SOLÍS, Antonio de. *Historia de la conquista de Méjico*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1874 (edição fac-símile, Lexington, 2011).

THOMAS, Hugh. *La conquista de México*. 7. ed. Barcelona: Editorial Planeta, 1995.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VALERIO, Francisco Morales. México: la evangelización fundante (siglo XVI). In: BORGES, Pedro (Org.). *Historia de la iglesia em Hispanoamerica y Filipinas*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1992. p. 125-144.

VALPUESTA, Nazario. *El clero secular en la America Hispana del siglo XVI*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2008.

VARÓN, Beatriz Aracil. Hernán Cortés y sus cronistas: la última conquista del héroe. *Atenea*, *Atenea (Concepc.: España*, [online], n. 499, p. 61-76, 2009. Disponible em: <[http://www.scielo.cl/pdf/atenea/n499/art\\_04.pdf](http://www.scielo.cl/pdf/atenea/n499/art_04.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2012.

VELÁZQUEZ, Diego. Instrucciones de Diego Velázquez a Hernán Cortés. In: MARTÍNEZ, José Luis. *Documentos cortesianos: secciones I a IV: 1518-1528*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 45-57. Tomo I.

VALENZUELA, Gloria Martha Sánchez. *La imagen como método de evangelización em la Nueva España: los catecismos pictográficos del siglo XVI: fuentes del conocimiento para el restaurador*. 2003. 493 f. Tese (Doutorado em Historia e Historiografia da Educação) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponible em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/BUCM/tesis/bba/ucm-t26810.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

VICENS VIVES, J. *Historia econômica de España*. 9. ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1987.

VIVALDI, Antonio Lucio. Motezuma. In: GIUSTI, Girolamo Alvisé. *Dramma per música: primeira execussão*. Veneza, 1733. Disponible em: <<http://www.libretti.dopera.it/zpdf/motezuma.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

ZABALLA, Ana de. Sobre los capítulos perdidos de los “colóquios” sahaduntianos: una hipótesis de reconstrucción crítica. *Scripta Theologica*, Navarra, v. 19, p. 771-793, 1987. Disponible em: <<http://dspace.unav.es/dspace/handle/10171/12109>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

ZARAGOZA, Marina Mestre. El Imperio de Carlos V: el laboratorio político de la Europa moderna. *Erytheis*, Barcelona, n. 3, set., 2008. Disponible em: <[http://idt.uab.es/erytheis/numero3/numero3\\_erytheis\\_es.html](http://idt.uab.es/erytheis/numero3/numero3_erytheis_es.html)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

ZINNI, Mariana C. Mimesis y ejemplaridad en las rodillas de Hernán Cortés: prolegómenos de la evangelización del Nuevo Mundo. Edinburg: *Hipertexto*, v. 13, p. 75-92, 2011. Disponible em: <<http://www.utpa.edu/dept/modlang/hipertexto/docs/Hiper13Zinni.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ZUBILLAGA, Félix. La iglesia en la América del Norte. In: LOPETEGUI, Leon; ZUBILLAGA, Félix. *Historia de la iglesia en la América española: desde el descubrimiento hasta comienzos del siglo XIX*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965. p. 211-927.

ZUMÁRRAGA, Juan. Carta de los Illmos. Sres. Obispos de México, Oajaca y Guatemala, sobre la ida al Concilio General, y piden sobre distintos puntos así de Diezmos, como otros para la buena planta y permanencia de la fe en este Nuevo Mundo. In: ICAZBALCETA, Joaquin García. *Don fray Juan de Zumárraga: estudio biográfico y bibliográfico*. México: Antigua Librería de Andrade y Morales, 1881. p. 87-103. Tomo II.

ZUMÁRRAGA, Juan. Acusación presentada por fray Juan de Zumárraga, protector de los indios, y otros graves religiosos, contra el Oidor Delgadillo. In. CUEVAS, Mariano. Historia de la Iglesia en México. México: Imprenta del Asilo Patricio Sanz, 1921, p. 457-458. Tomo I.

\_\_\_\_\_. Carta à Su Majestad, del Electo Obispo de México, Dr. Fr. Juan de Zumárraga. In. ICAZBALCETA, Joaquin García. *Don fray Juan de Zumárraga: estudio biográfico y bibliográfico*. México: Antigua Librería de Andrade y Morales, 1881. p. 1-42. Tomo II.

**ANEXO**

## ANEXO A CUARTA CARTA DE RELAÇÃO – 15 DE OUTUBRO DE 1524

### **Quarta Carta de Relação - 15 de Outubro de 1524**

#### **De Hernán Cortés ao Imperador Carlos V.**

Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/1Independencia/1524CCR.html>

Muy alto, muy poderoso y excelentísimo príncipe; muy católico, invictísimo emperador, rey y señor

En la relación que envié a vuestra majestad con Juan de Ribera, de las cosas que en estas partes me habían sucedido después de la segunda que de ellas a vuestra alteza envié, dije como por apaciguar y reducir al real servicio de vuestra majestad las provincias de Guatusco, Tustepeque y Guaxaca y las otras a ellas comarcas que son en la mar del Norte, que desde el alzamiento de esta ciudad estaban rebeladas, había enviado al alguacil mayor con cierta gente, y lo que en su camino les había pasado, y cómo le habían mandado que poblase en las dichas provincias y que pusiese nombre al pueblo la villa de Medellín; resta que vuestra alteza sepa cómo se pobló la dicha villa, y se apaciguó toda aquella tierra y provincias.

Luego, como todo aquello se pacificó, le envié más gente, y le mandé que fuese la costa arriba hasta la provincia de Guazacualco, que está de adonde se pobló esta dicha villa cincuenta leguas, y de esta ciudad ciento y veinte; porque cuando yo en esta ciudad estaba, como siempre trabajé de saber todos los más secretos de estas partes que me fue posible, para hacer de ellos entera relación a vuestra majestad, había enviado a Diego de Ordaz, que en esta corte de vuestra majestad reside, y los señor es y naturales de la dicha provincia le habían recibido de muy buena voluntad, y se habían ofrecido por vasallos y súbditos de vuestra alteza, y tenía noticia cómo en un muy grande río que la dicha provincia pasa y sale a la mar, había muy buen puerto para navíos, porque el dicho Ordaz y los que con él fueron lo habían rondado, y la tierra era muy aparejada para poblar en ella; y por la falta que en esta costa, hay de puertos, deseaba hallar alguno que fuese bueno y poblar en él.

Y mandé al dicho alguacil mayor que antes que entrase en la provincia, desde la raya de ella enviase ciertos mensajeros, que yo le di, naturales de esta ciudad, a les hacer saber cómo iba por mi mandado, y que supiesen de ellos si tenían aquella voluntad al servicio de vuestra majestad, y a nuestra amistad que antes había mostrado y ofrecido; y que les hiciese saber cómo Por las guerras que yo había tenido con el señor de esta ciudad y sus tierras, no los había enviado a visitar tanto tiempo había; pero que yo siempre los había tenido por mis amigos y vasallos de vuestra alteza, y como tales creyesen hallarían en mí buena voluntad para cualquier cosa que les cumpliese; y que para favorecerlos y ayudarlos en cualquiera

necesidad que tuviesen, enviaba allí aquella gente para que poblasen aquella provincia. El dicho alguacil mayor y gente fueron, y se hizo lo que yo le mandé, y no hallaron en ellos la voluntad que antes habían publicado; antes, la gente puesta a punto de guerra para no les consentir entrar en su tierra; y él tuvo tan buena orden, que con saltar una noche un pueblo, donde prendió una señora a quien todos en aquellas partes obedecían, se apaciguó, porque ella envió a llamar todos los señores y les mandó que obedeciesen todo lo que se les quisiese mandar en nombre de vuestra majestad, porque ella así lo había de hacer. Así llegaron hasta el dicho río, y a cuatro leguas de la boca de él, que sale a la mar, porque mas cerca no se halló asiento, se pobló y fundó una villa, a la cual se puso nombre el Espíritu Santo, y allí residió el dicho alguacil mayor algunos días, hasta que se apaciguaron y trajeron al servicio de vuestra católica majestad otras muchas provincias comarcanas, que fueron las de Tabasco, que es en el río de la Victoria o de Grijalva, que dicen, y la de Chimaclán y Quechula y Quizaltepeque, y otras que por ser pequeñas no expreso; y los naturales de ellas se depositaron y encomendaron a los vecinos de la dicha villa, y los han servido y sirven hasta ahora, aunque algunas de ellas, digo la de Chimaclán, Tabasco y Quizaltepeque, se tomaron a rebelar; y habrá un mes que yo envié un capitán y gente de esta ciudad a las reducir al servicio de vuestra majestad y castigar su rebelión, y hasta ahora no he sabido nuevas de él; creo, queriendo Nuestro Señor, que harán mucho, porque llevaron buen aderezo de artillería, y munición, y ballesteros, y gente de caballo.

También, muy católico Señor, en la relación que el dicho Juan de Ribera llevó, hice saber a vuestra cesárea y católica majestad cómo una gran provincia que se dice Mechiacán, que el señor de ella se llama Casulci, se había ofrecido por sus mensajeros, el dicho señor y sus naturales de ella, por súbditos y vasallos de vuestra cesárea majestad, y que había traído cierto presente, el cual envié con los procuradores que de esta Nueva España fueron a vuestra alteza; y porque la provincia y señorío de aquel señor Casulci, según tuve relación de ciertos españoles que yo allá envié, era grande y se habían visto muestras de haber en ella muchas riquezas, y por ser tan cercana a esta gran ciudad, después que me rehice de alguna más gente y caballos, envié un capitán con setenta de caballo y doscientos peones bien aderezados de sus armas y artillería, para que viesen toda la dicha provincia y secretos de ella; y si tal fuese, que poblasen en la ciudad principal, Huicicila. Idos, fueron bien recibidos del señor y naturales de la dicha provincia y aposentados en la dicha ciudad, y demás de proveerlos de lo que tenían necesidad para su mantenimiento, les dieron hasta tres mil marcos de plata envuelta en cobre, que sería media plata, y hasta cinco mil pesos de oro, asimismo envuelto con plata, que no se le ha dado ley, y ropa de algodón y otras cosillas de las que ellos tienen; lo cual, sacado el quinto de vuestra majestad, se repartió por los españoles que a ella fueron; y como a ellos no les satisficiese mucho la tierra para poblar, mostraron para ello mala voluntad, y aun movieron algunas cosillas, por donde algunos fueron castigados, y por esto los mandé volver a los que volver se quisieron, y a los demás mandé que fuesen con un capitán a la mar del Sur, adonde yo tenía y tengo poblada una villa que se dice Zacatula, que hay desde la dicha ciudad de Huicicila cien leguas, y allí tengo en astillero cuatro navíos para descubrir por la mar del Sur todo lo que a mí fuere posible, y Dios Nuestro Señor fuere servido. Yendo este dicho capitán y gente a la dicha ciudad de Zacatula, tuvieron noticia de una provincia que se dice Colimán, que está apartada del camino que habían de llevar sobre la mano

derecha, que es al poniente, cincuenta leguas; y con la gente que lleva y con mucha de los amigos de aquella provincia de Mechuacán, fue allá sin mi licencia, y entró algunas jornadas, donde hubo con los naturales algunos reencuentros; y aunque eran cuarenta de caballo y más de cien peones, ballesteros y rodeleros, los desbarataron y echaron fuera de la tierra, y les mataron tres españoles y mucha gente de los amigos. y se fueron a la dicha ciudad de Zacatula; y sabido por mí, mandé traer preso al capitán, y le castigué su inobediencia.

Porque en la relación que a vuestra cesárea majestad hice de cómo había enviado a Pedro de Alvarado a la provincia de Tututepeque, que es en la mar del Sur, no hubo más que decir de cómo había llegado a ella y tenía presos al señor y a un hijo suyo, y de cierto oro que le presentaron, y de ciertas muestras de oro de minas y perlas que asimismo hubo. Porque hasta aquel tiempo no había más que escribir; sabrá vuestra excelsitud que, en respuesta de estas nuevas que me envió, le mandé que luego en aquella provincia buscase un sitio conveniente y poblase en él; y mandé también que los vecinos de la villa de Segura de la Frontera se pasasen a aquel pueblo, porque ya del que estaba hecho allí no había necesidad, por ser tan cerca de aquí; y así se hizo, y se llamó el pueblo Segura de la Frontera, como el que antes estaba hecho; y los naturales de aquella provincia, y de la de Guaxaca, y Coaclán, y Coasclahuaca, y Tachquiaco, y otras allí comarcas, se repartieron en los vecinos de aquella villa, y los servían y aprovechaban con toda voluntad; y quedó en ella por justicia y capitán, en mi lugar, el dicho Pedro de Alvarado. Y acaeció que, estando yo conquistando la provincia de Pánuco, como adelante a vuestra majestad diré, los alcaldes y regidores de aquella villa le rogaron al dicho Pedro de Alvarado que él los remitiese con su poder, a negociar conmigo ciertas cosas que ellos le encomendaron, lo cual él aceptó; y venidos, los dichos alcaldes y regidores hicieron cierta liga y monopodio, convocando la comunidad, y hicieron alcaldes, y contra la voluntad de otro que allí el dicho Pedro de Alvarado había dejado por capitán, des poblaron la dicha villa y se vinieron a la provincia de Guaxaca, que fue causa de mucho desasosiego y alboroto en aquellas partes.

Y como el que allí quedó por capitán me lo hizo saber, envié a Diego de Ocampo, alcalde mayor, para que hubiese la información de lo que pasaba y castigase los culpados. Sabido por ello, se ausentaron y anduvieron ausentes algunos días, hasta que yo los prendí; por manera que el dicho alcalde mayor no pudo haber más de al uno de los rebeldes, el cual sentenció a muerte natural, y apeló para ante mí; y después que yo prendí a los otros, los mandé entregar al dicho alcalde mayor, el cual asimismo procedió contra ellos y los sentenció como al otro, y apelaron también. Ya los pleitos están conclusos para los sentenciar en segunda instancia ante mí, y los he visto. Pienso, aunque fue tan grave su yerro, habiendo respeto al mucho tiempo que ha que están presos, comutarles la pena de la muerte, a que fueron sentenciados, en muerte civil, que es desterrarlos de estas partes y mandarles que no entren en ellas sin licencia de vuestra majestad, so pena que incurran en la de la primera sentencia.

En este medio tiempo murió el señor de la dicha provincia de Tututepeque, y ella y las otras comarcas se rebelaron, y envié al dicho Pedro de Alvarado con gente y con un hijo del dicho señor que yo tenía en mi poder; y aunque hubieron algunos reencuentros y mataron algunos españoles, las tornó a rendir al servicio de vuestra

majestad, y están ahora pacíficas y sirven a los españoles, en que están depositadas muy pacíficas y seguramente, aunque no se tornó a poblar la villa, por falta de gente y porque al presente no hay de ello necesidad; porque domados de manera que hasta esta ciudad vienen a lo que les mandan.

Luego como se recobró esta ciudad de Temixtitan y lo a ella sujeto, fueron reducidas a la imperial corona de vuestra cesárea majestad dos provincias que están a cuarenta leguas de ella al Norte, que confinan con la provincia de Pánuco, que se llaman Tututepeque y Mezclitán, de tierra asaz fuerte, bien usitada en el ejercicio de las armas, por los contrarios que de todas partes tienen. Viendo lo que con esta gente se había hecho, y como a vuestra alteza ninguna cosa le estorbaba, me enviaron por sus súbditos y vasallos; y yo los recibí en el real nombre de vuestra majestad, y por tales quedaron y estuvieron siempre, hasta después de la venida de Cristóbal de Tapia, que con los bullicios y desasosiegos que en estas otras gentes causó, ellos no sólo dejaron de prestar la obediencia que antes habían ofrecido, mas aun hicieron muchos daños en los comarcanos a su tierra, que eran vasallos de vuestra católica majestad, quemando muchos pueblos y matando mucha gente; y aunque en aquella coyuntura yo no tenía mucha sobra de gente, por la tener en tantas partes dividida, viendo que dejar de proveer en esto era gran daño, temiendo que aquellas gentes que confiaban con aquellas provincias no se juntasen con aquellos por temor al daño que recibían, y aun porque yo no estaba satisfecho de su voluntad, envíe un capitán con treinta de caballo y cien peones, ballesteros y escopeteros y rodeleros, y con mucha gente de los amigos, los cuales fueron y hubieron con ellos ciertos reencuentros, en que les mataron alguna gente de nuestros amigos y dos españoles. Plugo a nuestro Señor que ellos de su voluntad volvieron de paz y me trajeron los señores, a los cuales yo perdoné por haberse ellos venido sin haberlos prendido.

Después, estando yo en la provincia de Pánuco, los naturales de estas partes echaron fama que yo me iba a Castilla, que causó harto alboroto; y una de estas dos provincias, que se dice Tututepeque, se tornó a rebelar, y bajó de su tierra el señor con mucha gente, y quemó más de veinte pueblos de los de nuestros amigos, y mató y prendió mucha gente de ellos; y por esto, viniéndome yo de camino de aquella provincia de Pánuco, los torné a conquistar. Y aunque a la entrada mataron alguna gente de nuestros amigos que quedaba rezagada, y por las sierras reventaron diez o doce caballos, por el aspereza de ellas, se conquistó toda la provincia, y fue preso el señor y un hermano suyo muchacho, y otro capitán general suyo que tenía la una frontera de la tierra; y el cual dicho señor y su capitán fueron luego ahorcados, y todos los que se prendieron en la guerra hechos esclavos, que serán hasta doscientas personas; los cuales se herraron y vendieron en almonedas, y pagado el quinto que de ello perteneció a vuestra majestad, lo demás se repartió entre los que se hallaron en la guerra; aunque no hubo para pagar el tercio de los caballos que murieron, porque, por ser la tierra pobre, no se hubo otro despojo. La demás gente que en la dicha provincia quedó, vino de paz y lo está, y por señor de ella aquel muchacho hermano del señor que murió; aunque al presente no sirve ni aprovecha de nada, por ser, como es, la tierra pobre, como dije, mas de tener seguridad de ella que no nos alborote los que sirven; y aun para más seguridad, he puesto en ella algunos naturales de los de esta tierra.

A esa sazón, invictísimo César, llegó al puerto y villa del Espíritu Santo, de que ya en los capítulos antes de éste he hecho mención, un bergantinejo harto pequeño, que venía de Cuba, y en él un Juan Bono de Quejo, que con el armada que Pánfilo de Narváez trajo, había venido a esta tierra por maestre de un navío de los que en la dicha armada vinieron; y según pareció por despachos que traían, venía oír mandado de don Juan de Fonseca, obispo de Burgos, creyendo que Cristóbal de Tapia, que él había rodeado que viniese por gobernador a esta tierra, estaba en ella; y para que si en su recibimiento hubiese contradicción, como él temía por la notoria razón que a temerlo le incitaba; y envióle por la isla de Cuba para que lo comunicase con Diego Velázquez, como lo hizo, y él le dio el bergantín en que pasase. Traía el dicho Juan Bono hasta cien cartas de un mismo tenor, firmadas del dicho obispo, y aun creo que en blanco, para que diese a las personas que acá estaban, que al dicho Juan Bono le pareciese, diciéndoles que servirían mucho a vuestra cesárea majestad en que el dicho Tapia fuese recibido, y que por ello les prometía muy crecidas mercedes; y que supiesen que en mi compañía estaban contra la voluntad de vuestra excelencia y otras muchas cosas harto incitadoras a bullicio y desasosiego. Y a mí me escribió otra carta diciéndome lo mismo, y que si yo obedeciese al dicho Tapia, que él haría con vuestra alteza que me hiciese señaladas mercedes; donde no, que tuviese por cierto que me había de ser mortal enemigo. Y la venida de este Juan Bono, y las cartas que trajo, pusieron tanta alteración en la gente de mi compañía, que certifico a vuestra majestad que si yo no los asegurara diciendo la causa porque el obispo aquello les escribía, y que no temiesen sus amenazas, y que el mayor servicio que vuestra católica majestad recibiría, y por donde más mercedes les mandaría hacer, era por no consentir que el obispo ni cosa suya se entrometiese en estas partes, porque era con intención de esconder la verdad de ellas a vuestra alteza y pedir mercedes en ellas sin que vuestra majestad supiese lo que daba, que hubiera harto que hacer en los apaciguar. En especial que fui informado, aunque lo disimulé por el tiempo, que algunos habían puesto en plática que, pues en pago de sus servicios se les ponían temores, que era bien, pues había comunidad en Castilla, que la hiciesen acá, hasta que vuestra majestad fuese informado de la verdad, pues el obispo tenía tanta mano en esta negociación, que hacía que sus relaciones no viniesen a noticia de vuestra alteza, y que tenía los oficios de la casa de la contratación de Sevilla de su mano, y que allí eran maltratados sus mensajeros y tomadas sus relaciones y cartas y sus dineros, y se les defendía que no les viniese socorro de gente ni armas ni bastimentos.

Pero con hacerles yo saber lo que arriba digo, y que vuestra majestad de ninguna cosa era sabedor, y que tuviesen por cierto, que, sabido por vuestra alteza, serían gratificados sus servicios y hechos por ellos aquellas mercedes que los buenos y leales vasallos que a su rey y señor sirven como ellos han servido merecen, se aseguraron, y con la merced que vuestra excelsitud tuvo por bien de me mandar hacer con sus reales provisiones, han estado y están tan contentos, y sirven con tanta voluntad, cual el fruto de sus servicios da testimonio; y por ellos merecen que vuestra alteza les mandase hacer mercedes, pues tan bien lo han servido y sirven y tienen voluntad de servir; y yo por mi parte muy humildemente a vuestra majestad lo suplico, porque no en menos merced yo recibiré la que a cualquiera de ellos mandare hacer que si a mí se hiciese, pues yo sin ellos no podría haber servido a vuestra alteza como lo he hecho. En especial suplico a vuestra alteza muy humildemente les mande escribir, teniéndoles en servicio los trabajos que en su

servicio han puesto, y ofreciéndoles, por ello mercedes; porque, demás de pagar deuda que en esto vuestra majestad debe, es animarlos para que de aquí adelante con muy mejor voluntad lo hagan.

Por una cédula que vuestra cesárea majestad, a pedimento de Juan de Ribera, mandó proveer en lo que tocaba al adelantado Francisco de Garay, parece que vuestra alteza fue informado cómo yo estaba para ir o enviar al río de Pánuco a santificarlo, a causa que en aquel río se decía haber buen puerto y porque en él habían muerto muchos españoles, así de los de un capitán que a él envió el dicho Francisco de Garay, como de otra nao que después con mal tiempo dio en aquella costa, que no dejaron alguno vivo. Porque algunos de los naturales de aquellas partes habían venido a mí a disculparse de aquellas muertes, diciéndome que ellos lo habían hecho porque supieron que no eran de mi compañía y porque habían sido ellos maltratados y que si yo quisiese allí enviar gente de mi compañía, que ellos los tendrían en mucho y los servirían en todo lo que ellos pudiesen y que me agradecerían mucho en que los enviase, porque temían que aquella gente con quien ellos habían peleado volverían sobre ellos a vengarse, como porque tenían ciertos comarcanos sus enemigos de quien recibían daño y que con los españoles que yo les diese se favorecerían.

Y porque cuando éstos vinieron yo tenía falta de gente, no pude cumplir lo que me pedían, pero les prometí que lo haría lo más brevemente que yo pudiese y con esto se fueron contentos, quedando ofrecidos por vasallos de vuestra majestad diez o doce pueblos de los más comarcanos a la raya de los súbditos a esta ciudad y desde a pocos días tornaron a venir, ahincándome mucho que, pues que yo enviaba españoles a poblar a muchas partes, que enviase a poblar allí con ellos, porque recibían mucho daño de aquellos sus contrarios y de los del mismo río que están a la costa de la mar; que aunque eran todos unos, por haberse venido a mí les hacían mal tratamiento. Y por cumplir con éstos y por poblar aquella tierra y también porque ya tenía alguna más gente, señalé un capitán con ciertos compañeros para que fuesen al dicho río y estando para partir supe, de un navío que vino de la isla de Cuba, cómo el almirante don Diego Colón y los adelantados Diego Velázquez y Francisco de Garay quedaban juntos en la isla y muy confederados para entrar por allí como mis enemigos y hacerme todo el daño que pudiesen y porque su mala voluntad no hubiese efecto y por excusar que con su venida no se ofreciese semejante alboroto y desconcierto como el que se ofreció con la venida de Narváez, me determiné, dejando en esta ciudad el mejor recado que yo pude, de ir yo por mi persona, porque si allí ellos o algunos de ellos viniese, se encontrasen conmigo antes que con otro, porque podría yo mejor excusar el daño. Y así me partí con ciento veinte de caballo y con trescientos peones y alguna artillería y hasta cuarenta mil hombres de guerra de los naturales de esta ciudad y sus comarcas; y llegado a la raya de su tierra, bien veinticinco leguas antes de llegar al puerto, en una gran población que se dice Aintuscotaclán, me salieron al camino mucha gente de guerra y peleamos con ellos y así por tener yo tanta gente de los amigos como ellos venían, como por ser el lugar llano y aparejado para los caballos, no duró mucho la batalla; aunque me hirieron algunos caballos y españoles y murieron algunos de nuestros amigos, fue suya la peor parte, porque fueron muertos muchos de ellos y desbaratados.

Allí en aquel pueblo me estuve dos o tres días, así por curar los heridos como porque vinieron allí a mí los que acá se me habían venido a ofrecer por vasallos de vuestra alteza. Y desde allí me siguieron hasta llegar al puerto y desde allí adelante sirviendo en todo lo que podían. Yo fui por mis jornadas hasta llegar al puerto y en ninguna parte tuve reencuentros con ellos; antes los del camino por donde yo iba salieron a pedir perdón de su yerro y a ofrecerse al real servicio de vuestra alteza. Llegado al dicho puerto y río, me aposenté en un pueblo, cinco leguas de la mar, que se dice Chita, que estaba despoblado y quemado, porque allí fue donde desbarataron al capitán y gente de Francisco de Garay y de allí envié mensajeros de la otra parte del río y por aquellas lagunas que todas están pobladas de grandes pueblos de gente, a decirles que no temiesen que por lo pasado yo les haría ningún daño; que bien sabía que por el mal tratamiento que habían recibido de aquella gente se habían alzado contra ellos y que no tenían culpa y nunca quisieron venir, antes maltrataron los mensajeros y aun mataron algunos de ellos y porque de la otra parte del río estaba el agua dulce de donde nos bastecíamos, poníanse allí y salteaban a los que iban por ella.

Estuve así más de quince días, creyendo podría atraerlos por bien, que viendo que los que venido habían eran bien tratados y ellos asimismo lo harían; mas tenían tanta confianza en la fortaleza de aquellas lagunas donde estaban, que nunca quisieron. Viendo que por bien ninguna cosa me aprovechaba, comencé a buscar remedio y con unas canoas que al principio allí habíamos habido se tomaron más y con ellas una noche comencé a pasar ciertos caballos de la otra parte del río y gente y cuando amaneció ya había copia de gente y caballos de la otra parte sin ser sentidos y yo pasé dejando en mi real buen recaudo y como nos sintieron de la otra parte, vino mucha copia de gente y dieron tan reciamente sobre nosotros, que después que yo estoy en estas partes no he visto acometer en el campo tan denodadamente como aquéllos nos acometieron y matáronnos dos caballos e hirieron más de otros diez caballos tan malamente, que no pudieron ir. En aquella jornada y con ayuda de Nuestro Señor, ellos fueron desbaratados y se siguió el alcance cerca de una legua, donde murieron muchos de ellos y con hasta treinta de caballo que me quedaron y con cien peones seguí todavía mi camino y aquel día dormí en un pueblo, tres leguas del real, que hallé despoblado y en las mezquitas de este pueblo se hallaron muchas cosas de los españoles que mataron, de los de Francisco de Garay.

Otro día comencé a caminar por la costa de una laguna adelante, por buscar paso para pasar a la otra parte de ella, porque parecía gente y pueblos y anduve todo el día sin hallar cabo ni por dónde pasar y ya que era hora de vísperas vimos a vista un pueblo muy hermoso y tomamos el camino para allá que todavía era por la costa de aquella laguna y llegados cerca, era ya tarde y no parecía en él gente y para más asegurar, mandé diez de caballo que entrasen en el pueblo por el camino derecho y yo con otros diez tomé la falda de él hacia la laguna, porque los otros diez traían la retaguardia y no eran llegados. Y en entrando por el pueblo pareció mucha cantidad de gente que estaban escondidos en celada dentro de las casas para tomarnos descuidados y pelearon tan reciamente, que nos mataron un caballo e hirieron casi todos los otros y muchos de los españoles y tuvieron tanto tesón en pelear y duró gran rato y fueron rotos tres o cuatro veces y tantas se tornaban a rehacer y hechos una muela, hincaban las rodillas en el suelo y sin hablar y dar grita, como lo suelen

hacer los otros, nos esperaban y ninguna vez entrábamos por ellos que no empleasen muchas flechas y tantas, que si no fuéramos bien armados se aprovecharan harto de nosotros y aun creo no escapara ninguno. Y quiso Nuestro Señor que a un río que pasaba junto y entraba en aquella laguna que yo había seguido todo el día, algunos de los que más cercanos estaban a él se comenzaron a echar al agua y tras aquéllos comenzaron a huir los otros al mismo río y así se desbarataron, aunque no huyeron más de hasta pasar el río y ellos de la una parte y nosotros de la otra nos estuvimos hasta que cerré la noche, porque, por ser muy hondo el río, no podíamos pasar a ellos y aun también no nos pesó cuando ellos le pasaron y así, nos volvimos al pueblo, que estaría un tiro de honda del río y allí, con la mejor guarda que pudimos, estuvimos aquella noche y comimos el caballo que nos mataron, porque no había otro bastimento.

Otro día siguiente salimos por un camino, porque ya no parecía gente de la del día pasado y por él fuimos a dar en tres o cuatro pueblos, donde no se halló gente ninguna ni otra cosa, si no eran algunas bodegas del vino que ellos hacen, donde hallamos asaz tinajas de ello. Aquel día pasamos sin topar gente ninguna dormimos en el campo, porque hallamos unos maizales donde la gente y los caballos tuvieron algún refresco y de esta manera anduve dos o tres días sin hallar gente ninguna, aunque pasamos muchos pueblos y porque la necesidad del bastimento nos aquejaba, que en todo este tiempo, entre todos no hubo cincuenta libras de pan, nos volvimos al real y hallé la gente que en él había dejado, muy buena y sin haber habido reencuentro ninguno y luego, porque me pareció que toda la gente quedaba de aquella parte de aquella laguna que yo no había podido pasar, hice una noche echar gente y caballos con las canoas de aquella parte y que fuese gente de ballesteros y escopeteros por la laguna arriba y la otra gente por la tierra. Y de esta manera dieron sobre un gran pueblo donde como los tomaron descuidados, mataron mucha gente y de aquel salto cobraron tanto temor, de ver que estando cercado de agua los habían saltado sin sentirlo, que luego comenzaron a venir la paz y en casi veinte días vino toda la tierra de paz y se ofrecieron por vasallos de vuestra majestad.

Ya que la tierra estaba pacífica, envié por todas las partes de ella personas que la visitasen y me trajesen relación de los pueblos y gente y traída, busqué el mejor asiento que por allí me pareció y fundé en él una villa, a que puse nombre Santisteban del Puerto y a los que allí quisieron quedar por vecinos les deposité en nombre de vuestra majestad aquellos pueblos, con que se sostuviesen y hechos alcaldes y regidores y dejando allí un mi lugarteniente de capitán, quedaron en la dicha villa de un mi los vecinos treinta de caballo y cien peones y les dejé un barco y un chinchorro, que me habían traído de la Villa de la Vera Cruz, para bastimento y asimismo me envió de la dicha villa un criado mío que allí estaba, una navío cargado de bastimentos de carne, pan, vino, aceite, vinagre y otras cosas, el cual se perdió con todo y aun dejó en una isleta en la mar, que está cinco leguas de la tierra, tres hombres, por los cuales yo envié después en un barco y los hallaron vivos y manteníanse de muchos lobos marinos que hay en la isleta y de una fruta que decían era como higos. Certifico a vuestra majestad que esta ida me costó a mí solo más de treinta mil pesos de oro, como podrá vuestra majestad mandar ver, si fuere servido, por las cuentas de ello y a los que conmigo fueron, otros tantos de costas de caballos, bastimentos, armas y herraje, porque a la sazón lo pesaban a oro o dos

veces a plata; mas por verse vuestra majestad servido en aquel camino tanto, todos lo tuvimos por bien, aunque más gasto se nos ofreciera, porque, además de quedar aquellos indios debajo del imperial yugo de vuestra majestad, hizo mucho fruto vuestra ida, porque luego aportó allí un navío con mucha gente y bastimentos y dieron allí en tierra, que no pudieron hacer otra cosa y si la tierra no estuviera en paz, no escapara ninguno, como los del otro que antes habían muerto y hallamos las caras propias de los españoles desolladas en sus oratorios, digo los cueros de ellas, curados en tal manera que muchos de ellos se conocieron; aun cuando el adelantado Francisco de Garay llegó a la dicha tierra, como adelanté a vuestra cesárea majestad haré relación, no quedara con él ni ninguno de los que con él venían, a vida, porque con mal tiempo fueron a dar treinta leguas abajo del dicho río de Pánuco y perdieron algunos navíos y salieron todos a tierra muy destrozados, si la gente no hallaran en paz que los trajeron a cuevas y los sirvieron hasta ponerlos en el pueblo de los españoles; que sin otra guerra se murieron todos. Así que no fue poco bien estar aquella tierra de paz.

En los capítulos antes de éste, excelentísimo príncipe, dije cómo viniendo de camino, después de haber pacificado la provincia de Pánuco, se conquistó la provincia de Tututepeque, que estaba rebelada y todo lo que en ella se hizo; porque tenía nueva que una provincia que está cerca de la mar del Sur, que se llama Impilcingo, que es de la cualidad de esta de Tututepeque en fortaleza de sierras y aspereza de la sierra y de gente no menos belicosa, los naturales de ella hacían mucho daño en los vasallos de vuestra cesárea majestad que confinan con su tierra y de ellos se me habían venido a quejar y pedir socorro, aunque la gente que conmigo venía no estaba muy descansaba, porque hay de una mar a otra doscientas leguas por aquel camino. Junté luego veinticinco de caballo y setenta u ochenta peones y con un capitán los mandé ir a la dicha provincia y en la instrucción que llevaba le mandé que trabajase de atraerlos al real servicio de vuestra alteza por bien y si no quisiesen, les hiciese la guerra; el cual fue y hubo con ellos ciertos reencuentros y por ser la tierra tan áspera no pudo dejarla del todo conquistada y porque yo le mandé en la dicha su instrucción que he hecho aquello que se fuese a la ciudad de Zacatula y con la gente que llevaba y con la que más de allí pudiese sacar, fuese a la provincia de Colimán, donde en los capítulos pasados dije que habían desbaratado aquel capitán y gente que iba de la provincia de Mechuacán para la dicha ciudad y que trabajase de atraerlos por bien y si no, les conquistase.

El se fue y de la gente que llevaba y de la que allá tomó junto cincuenta de caballo y ciento cincuenta peones y se fue a la dicha provincia que está de la ciudad de Zacatula, costa del mar del Sur abajo, sesenta leguas y por el camino pacificó algunos pueblos que no estaban pacíficos y llegó a la dicha provincia y en la parte que al otro capitán habían desbaratado halló mucha gente de guerra que le estaba esperando, creyendo haberse con él como con el otro y así rompieron los unos y los otros y plugo y Nuestro Señor que la victoria fue por los nuestros, sin morir ninguno de ellos, aunque a muchos y a los caballos hirieron y los enemigos pagaron bien el daño que habían hecho. Y fue tan bueno este castigo, que sin mas guerra se dio luego toda la tierra de paz y no solamente esta provincia, mas aun otras muchas cercanas a ella vinieron a ofrecerse por vasallos de vuestra cesárea majestad, que fueron Alimón, Colimonte y Ceguatán; y de allí me escribió todo lo que le había sucedido y le enviaba mandar que buscase un asiento que fuese bueno y en él se

fundase una villa y que le pusiese nombre Colimán, como la dicha provincia y le envié nombramiento de alcaldes y regidores para ella.

Y le mandé que hiciese la visitación de los pueblos y gentes de aquellas provincias y me la trajese con toda la más relación y secretos de la tierra que pudiese saber; el cual vino y la trajo y cierta muestra de perlas que halló y yo repartí en nombre de vuestra majestad a los pueblos de aquellas provincias a los vecinos que allá quedaron, que fueron veinticinco de caballo y ciento veinte peones. Y entre la relación que de aquellas provincias hizo, trajo nueva de un muy buen puerto que en aquella costa se había hallado, de que holgué mucho, porque hay pocos y asimismo me trajo relación de los señores de la provincia de Ciguatán, que se afirman mucho haber una isla toda poblada de mujeres, sin varón alguno y que en ciertos tiempos van de la tierra firme hombres, con los cuales han acceso y las que quedan preñadas, si paren mujeres las guardan y si hombres los echan de su compañía y que esta isla está diez jornadas de esta provincia y que muchos de ellos han ido allá y la han visto. Dícenme asimismo que es muy rica de perlas y oro; yo trabajaré, en teniendo aparejo, de saber la verdad y hacer de ello larga relación a vuestra majestad.

Viniendo de la provincia de Pánuco, en una ciudad que se dice Tuzapan, llegaron dos hombres españoles que yo había enviado con algunas personas de los naturales de la ciudad de Temixtitan y con otros de la provincia de Soconusco, que es en la mar del Sur la costa arriba, hacia donde Pedrarias Dávila, gobernador de vuestra alteza, doscientas leguas de esta gran ciudad de Temixtitan, a unas ciudades de que muchos días había que yo tengo noticia, que se llaman Uclaclán y Guatemala y están de esta provincia de Soconusco otras sesenta leguas, con los cuales dichos españoles vinieron hasta cien personas de los naturales de aquellas ciudades, por mandado de los señores de ellas, ofreciéndose por vasallos y súbditos de vuestra cesárea majestad y yo los recibí en su real nombre y les certifiqué que queriendo ellos y haciendo lo que allí ofrecían, serían de mí y de los de mi compañía, en el real nombre de vuestra alteza, muy bien tratados y favorecidos y les di, así a ellos como para que llevasen a sus señores, algunas cosas de las que yo tenía y ellos en algo estiman y torné a enviar con ellos otros dos españoles para que los proveyesen de las cosas necesarias por los caminos.

Después acá he sido informado de ciertos españoles que yo tengo en la provincia de Soconusco, como aquestas ciudades con sus provincias y otra que se dice de Chiapa, que está cerca de ellas, no tienen aquella voluntad que primero mostraron y ofrecieron; antes diez que hacen daño en aquellos pueblos de Soconusco, porque son nuestros amigos y por otra parte me escriben los cristianos, que envían allí siempre mensajeros y que se disculpan que ellos no lo hacen, sino otros y para saber la verdad de esto yo tenía a Pedro de Alvarado despachado con ochenta y tantos de caballo y doscientos peones, en que iban muchos ballesteros y escopeteros y cuatro tiros de artillería con mucha munición y pólvora. Y asimismo tenía hecha cierta armada de navíos, de que enviaba por capitán un Cristóbal de Olid, que pasó en mi compañía, para enviarle por la costa del Norte a poblar la punta o cabo de Hibueras, que está sesenta leguas de la bahía de la Ascensión, que es a barlovento de lo que llaman Yucatán, la costa arriba de la tierra firme, hacia el Darién; así porque tengo mucha información que aquella tierra es muy rica, como

porque hay opinión de muchos pilotos que por aquella bahía sale estrecho a la otra mar, que es la cosa que yo en este mundo más deseo topar, por el gran servicio que se me representa que de ello vuestra cesárea majestad recibiría.

Y estando estos dos capitanes a punto con todo lo necesario al camino, de cada uno vino un mensajero de Santisteban del Puerto, que yo poblé en el río de Pánuco, por el cual los alcaldes de ella me hacían saber cómo el adelantado Francisco de Garay había llegado al dicho río con ciento veinte de caballo y cuatrocientos peones y mucha artillería, que se intitulaba de gobernador de aquella tierra y que así se lo hacía decir a los naturales de aquella tierra con una lengua que consigo traía y que les decía que los vengaría de los daños que en la guerra pasada de mí habían recibido y que fuesen con él para echar de allí aquellos españoles que yo allí tenía y a los que más yo enviase y que los ayudaría a ello y otras muchas cosas de escándalo y que los naturales estaban algo alborotados. Y para más certificarme a mí de la sospecha que yo tenía de la confederación suya con el almirante y con Diego Velázquez, desde a pocos días llegó al dicho río una carabela de la isla de Cuba y en ella venían ciertos amigos y criados de Diego Velázquez y un criado del obispo de Burgos, que dizque venía proveído de factor de Yucatán y toda la más compañía eran criados y parientes de Diego Velázquez y criados del almirante. Sabida por mí esta nueva, aunque estaba manco de un brazo de una caída de un caballo, y en la cama, me determiné de ir allá a verme con él, para excusar aquel alboroto y luego envié delante al dicho Pedro de Alvarado con toda la gente que tenía hecha para su camino y yo había de partir dende a dos días y ya que mi cama y todo era ido camino y estaba diez leguas de esta ciudad, donde yo había de ir otro día a dormir, llegó un mensajero de la Villa de la Vera Cruz casi medianoche y me trajo cartas de un navío que era llegado de España y con ellas una cédula firmada del real nombre de vuestra majestad y por ella mandaba al dicho adelantado Francisco de Garay que no se entrometiese en el dicho río ni en ninguna cosa que yo tuviese poblado, porque vuestra majestad era servido que yo lo tuviese en su real nombre; por lo cual cien mil veces los reales pies de vuestra cesárea majestad beso.

Con la venida de esta cédula cesó mi camino, que no fue poco provechoso a mi salud, porque había sesenta días que no dormía y estaba con mucho trabajo y a partirme a aquella sazón no había de mi vida mucha seguridad; mas posponíalo todo y tenía por mejor morir en esta jornada que por guardar mi vida ser causa de muchos escándalos y alborotos y otras muertes, que estaban muy notorias. Despaché luego a Diego de Ocampo, alcalde mayor, con la dicha cédula para que siguiese a Pedro de Alvarado y yo le di una carta para el, mandándole que en ninguna manera se acercase adonde la gente del adelantado estaba, porque no se revolviere y mandé al dicho alcalde mayor que notificase aquella cédula al adelantado y que luego me respondiese lo que decía; el cual partió a la más prisa que pudo y llegó a la provincia de los Guatescas, adonde había estado Pedro de Alvarado, el cual se había ya entrado en la provincia adentro. Como supo que iba el alcalde mayor y yo me quedaba, le hizo saber luego cómo el dicho Pedro de Alvarado había sabido que un capitán de Francisco de Garay, que se llama Gonzalo Dovalle, que andaba con veintidos de caballo haciendo daño por algunos pueblos de aquella provincia y alterando la gente de ella y que había sido avisado el dicho Pedro de Alvarado cómo el dicho capitán Gonzalo Dovalle tenía puestas ciertas atalayas en el camino por donde él había de pasar; de lo cual se alteró el dicho

Alvarado, creyendo que le quería ofender el dicho Gonzalo Dovalle y por esto Llevó concertada toda su gente, hasta que llegó a un pueblo que se dice el de las Lajas, adonde halló al dicho Gonzalo Dovalle con su gente. Y allí llegado, procuró de hablar con el dicho capitán Gonzalo Dovalle y le dijo lo que había sabido y le habían dicho que andaba haciendo y que se maravillaba de él, porque la intención del gobernador y sus capitanes no era ni había sido de ofenderlos ni hacer daño alguno; antes había mandado que los favoreciesen y proveyesen de todo lo que tuviesen necesidad Y que pues aquello así pasaba, que para que ellos estuviesen seguros que no hubiese escándalo ni daño entre la gente de una parte ni otra, que les pedía por merced no tuviese a mal que las armas y caballos de aquella ente que consigo traía estuviesen depositadas hasta tanto que se diese asiento en aquellas cosas. Y el dicho Gonzalo Dovalle se disculpaba diciendo que no pasaba así como le habían informado, pero que él tenía por bien de hacer lo que le rogaba y así, estuvieron juntos los unos y los otros comiendo y holgando, los dichos capitanes y toda la más gente, sin que entre ellos hubiese enojo ni cuestión ninguna.

Luego que esto supo el alcalde mayor, proveyó con un secretario mío que consigo llevaba, que se llama Francisco de Orduña, fuese donde estaban los capitanes Pedro Alvarado y Gonzalo Dovalle y llevó mandamiento para que se alzase el dicho depósito y les volviese sus armas y caballos a cada uno y los hiciese saber que la intención mía era de favorecerlos y ayudar en todo lo que tuviesen necesidad, no desconcertándose ellos en escandalizarnos la tierra y envió asimismo otro mandamiento al dicho Alvarado Para que los favoreciese y no se entrometiese en tocar en cosa alguna de ellos y en enojarlos; el cual lo cumplió así.

En este mismo tiempo, muy poderoso Señor, acaeció que estando las naos del dicho adelantado dentro de la mar a boca del río Pánuco, como en ofensa de todos los vecinos de la villa de Santisteban, que yo allí había fundado, puede haber tres leguas el río arriba donde suelen surgir todos los navíos que al dicho puerto arriban, a cuya causa Pedro de Vallejo, teniente mío en la dicha villa, por asegurarla del peligro que esperaba con la alteración de los dichos navíos hizo ciertos requerimientos a los capitanes y maestros de ellos para que subiesen al puerto y surgiesen en él de paz, sin que la tierra recibiese ningún agravio ni alteración, requiriéndoles asimismo que si algunas provisiones tenían de vuestra majestad para poblar o entrar en dicha tierra o en cualesquiera manera que fuese, las mostrasen, con protestación, que mostradas, se cumplirían en todo, según que por las dichas provisiones vuestra majestad lo enviase a mandar. Al cual requerimiento los capitanes y maestros respondieron en cierta forma, en que en efecto concluían que no querían hacer cosa alguna de lo por el teniente mandado y requerido; a cuya causa el teniente dio otro segundo mandamiento, dirigido a los dichos capitanes y maestros, con cierta pena, para que todavía se hiciese lo mandado y requerido por el primer requerimiento; al cual mandamiento tornaron a responder lo que respondido tenían. Y fue así que viendo los maestros y capitanes de cómo de su estada con los navíos en la boca del río por espacio de dos meses y más tiempo y que de su estada resultaba escándalo, así entre los españoles que allí residían como entre los naturales de aquella provincia, un Castromocho, maestro de uno de los dichos navíos y Martín de San Juan, guipuzcoano, maestro asimismo de otro navío, secretamente enviaron al dicho teniente sus mensajeros, haciéndole saber que ellos querían paz y estar obedientes a los mandamientos de la justicia; que le requerían

que fuese el dicho teniente a los dichos dos navíos y que le recibirían y cumplirían todo lo que les mandase, añadiendo que tenían forma para que los otros navíos que restaban asimismo se le entregarían de paz y cumplirían sus mandamientos.

A cuya causa el teniente se determinó de ir con sólo cinco hombres a los dichos navíos y llegado a ellos, fue recibido por los dichos maestros y de allí envió al capitán Juan de Grijalva, que era general de aquella armada, que estaba y residía en la nao capitana a la sazón, para que él cumpliese en todo los requerimientos y mandamientos pasados del dicho teniente, que le había antes mandado notificar y que el dicho capitán no solamente no quiso obedecer, pero mandó a las naos que estaban presentes se juntasen con la suya en que estaba y todas juntas, excepto las dos de que arriba se hace mención y así juntas al contorno de su nao capitana, mandó a los capitanes de ellas tirasen con la artillería que tenían a los dos navíos hasta echarlos a fondo. Y siendo este mandamiento público y tal que todos lo oyeron, el dicho teniente, en su defensa, mandó aprestar la artillería de los dos navíos que le habían obedecido. En este tiempo las naos que estaban alrededor de la capitana y maestros y capitanes de ellas, no quisieron obedecer a lo mandado por el dicho Juan de Grijalva y entre tanto el dicho capitán Grijalva envió un escribano, que se llama Vicente López, para que hablase al dicho teniente y habiendo explicado su mensaje, el teniente le respondió justificando esta dicha causa y que su venida era allí solamente por bien de paz y por evitar escándalos y otros bullicios que se seguían de estar los dichos navíos fuera del dicho puerto, adonde acostumbraban a surgir y como corsarios que estaban en lugar sospechoso para hacer algún salto en tierra de su majestad, que sonaba muy mal, con otras razones que acudían a este propósito; las cuales obraron tanto, que el dicho Vicente López, escribano, se volvió con la respuesta al capitán Grijalva y le informó de todo lo que había oído al teniente, atrayendo al dicho capitán para que le obedeciese, pues estaba claro que el dicho teniente era justicia en aquella provincia por vuestra majestad y el dicho capitán Grijalva sabía que hasta entonces por parte del adelantado Francisco de Garay ni por la suya, se habían presentado provisiones reales algunas a que el dicho teniente con los otros vecinos de la villa de Santisteban hubiesen de obedecer y que era cosa muy fea estar de la manera que estaban con los navíos, como corsarios, en tierra de vuestra majestad cesárea. Así, movido por estas razones, el capitán Grijalva, con los maestros y capitanes de los otros navíos, obedecieron al teniente y se subieron el río arriba donde suelen surgir los otros navíos y así, llegados al puerto, por la desobediencia que el dicho Juan de Grijalva había mostrado a los mandamientos del dicho teniente, le mandó prender y sabida esta prisión por el mi alcalde mayor, luego otro día dio su mandamiento para que el dicho Juan de Grijalva fuese suelto y favorecido con todos los demás que venían en los dichos navíos, sin que tocase en cosa alguna de ellos y así se hizo y se cumplió.

Asimismo escribió el dicho alcalde mayor a Francisco de Garay, que estaba en otro puerto diez o doce leguas de allí, haciéndole saber como yo no podía ir a verme con él y que le enviaba a él con poder mío, para que entre ellos se diese asiento en lo que se había de hacer y en ver las provisiones de la una parte y de la otra y dar conclusión en lo que mas servicio fuese de vuestra majestad y después que el dicho Francisco de Garay vio la carta del dicho alcalde mayor, se vino adonde el alcalde mayor estaba, adonde fue muy bien recibido y provisto él y toda su gente de lo

necesario y así, juntos entre ambos, después de haber platicado y vistas las provisiones, se acordó; después de haber visto la cédula de que vuestra majestad me había hecho merced, el dicho adelantado, después de ser requerido con ella por el alcalde mayor, la obedeció y dijo que estaba presto de cumplirla. Y en cumplimiento de ella, que se quería recoger a sus navíos con su gente para ir a poblar a otra tierra fuera de la contenida en la cédula de vuestra majestad y que pues mi voluntad era favorecerle, que le rogaba al dicho alcalde mayor que le hiciese recoger toda su gente; porque muchos de los que consigo traía se le habían ausentado y le hiciese proveer de bastimentos, de que tenía necesidad, para los dichos navíos y gente. Y luego el dicho alcalde mayor lo proveyó todo como él lo pidió y se pregonó luego en el dicho puerto, adonde estaba la más gente de la una parte y de la otra que todas las personas que habían venido en el armada del adelantado Francisco de Garay lo siguiesen y se juntasen con él, so pena que el que así no lo hiciese, si fuese hombre de caballo que perdiese las armas y caballo y su persona se le entregase al dicho adelantado presa y al peón se le diesen cien azotes y asimismo se lo entregasen.

Asimismo pidió el dicho adelantado al dicho alcalde mayor que, porque algunos de los suyos habían vendido armas y caballos en el puerto de Santisteban y en el puerto donde estaban y en otras partes de aquella comarca, que se los hiciese volver, porque sin las dichas armas y caballos no se podría servir de su gente y el alcalde mayor preveyó de saber por todas las partes donde estuviesen caballos o armas de la dicha gente y a todos los hizo tomar las armas y caballos que habían comprado y volverlas todas al dicho adelantado.

Asimismo hizo poner el dicho alcalde mayor alguaciles por los caminos y prender todos cuantos se iban huyendo y se los entregó presos y le entregaron muchos que así tomaron. Asimismo envió al alguacil mayor a la villa e Santisteban, que es el puerto y a un secretario mío con el dicho alguacil mayor, para que en la dicha villa y puerto hiciesen las mismas diligencias y diesen los mismos pregones y recogiesen la gente que se le ausentaba y se le entregase y recogiese todo el bastimento que pudiesen proveyesen las naos del dicho adelantado y dio mandamiento para que también tomasen las armas y caballos que hubiesen vendido y se las diesen al dicho adelantado. Todo lo cual se hizo con mucha diligencia y el dicho adelantado partió al puerto para irse a embarcar y el alcalde mayor se quedó con su gente para no poner más en necesidad el puerto en que estaba y porque mejor se pudiesen proveer y estuvo allí seis o siete días para saber cómo se cumplía todo lo que yo había mandado y lo que él había provisto. Y porque había falta de bastimentos, el dicho alcalde mayor escribió al adelantado si mandaba alguna cosa, porque él se volvía a la ciudad de México donde yo resido y el adelantado le hizo luego mensajero, con el cual le hacía saber cómo él no hallaba aparejo para irse, por no haber hallado sus navíos perdidos, que se le habían perdido seis navíos y los que quedaron no estaban para navegar en ellos y que él quedaba haciendo una información para que a mí me constase lo susodicho, como él no tenía aparejo para poder salir de la tierra y que asimismo me hacía saber que su gente se ponía con él en debate y pleitos, diciendo que no eran obligados a seguirle y que habían apelado de los mandamientos que el alcalde mayor había dado, diciendo que no eran obligados a cumplirlos por dieciséis o diecisiete causas que asignaban. Una de ellas era que se habían muerto ciertas personas de hambre de las que en su compañía venían, con

otras no muy honestas, que se enderezaban a su persona y asimismo le hizo saber que no bastaban todas las diligencias que se hacían para detenerle la gente, que anochecían y no amanecían, porque los que un día le entregaban presos, otro día se iban en poniéndolos en su libertad y que le aconteció desde la noche a la mañana faltarle doscientos hombres. Que por tanto, que le rogaba muy afectuosamente no se partiesen hasta que él llegase, porque el quería venir a verse conmigo a esta ciudad, porque si allí lo dejaban pensaría de ahoga se de enojo.

Y el alcalde mayor, vista su carta, acordó de aguardarlo y vino dende a dos días que le escribió y de allí despacharon mensajero para mí, por el cual el alcalde mayor me hacía saber cómo el adelantado veníase a ver conmigo a esta ciudad y porque ellos se venían poco a poco hasta un pueblo que se llama Cicoaque, que es la raya de estas provincias y que allí aguardaría mi respuesta. Y el dicho adelantado me escribió dándome relación del mal aparejo que de navíos tenía y de la mala voluntad que su gente le había mostrado y que porque creía que yo tenía aparejo para poderle remediar, así proveyéndole de la gente que yo tenía como los demás que él hubiese menester y que porque conocía por mano de otro no podía ser remediado ni ayudado; así, que había acordado de venirse a ver conmigo y que me ofrecía a su hijo mayor con todo lo que él tenía y esperaba dejarle para dámele por yerno y que se casase con una hija mía pequeña. Y en este medio tiempo, constándole al dicho alcalde mayor, al tiempo que se partían para venirse a esta ciudad, que habían venido en aquella armada de Francisco de Garay algunas personas muy sospechosas, amigos y criados de Diego Velázquez, que se habían mostrado muy contrarios a mis cosas y viendo que no quedaban bien en la dicha provincia y que de su conversación se esperaban algunos bullicios y desasosiegos en la tierra, conforme a cierta provisión real que vuestra majestad me mandó enviar para que las tales personas escandalosas salgan de la tierra, los mandó salir de ella, que fueron Gonzalo de Figueroa y Alonso de Mendoza y Antonio de la Cerda y Juan de ávila y Lorenzo de Ulloa y Taborda y Juan de Grijalva y Juan de Medina y otros.

Y esto hecho, se vinieron hasta el dicho pueblo de Cicoaque, donde les tomó mi respuesta que hacía yo a las cartas que me habían enviado, por lo cual les hacía saber holgaba mucho de la venida del dicho adelantado y que llegando a esta ciudad se entendería con mucha voluntad en todo lo que me había escrito y en cómo, conforme a su deseo, él fuese muy bien despachado y proveí asimismo para que su persona fuese muy bien provista por el camino, mandando a los señores de los pueblos le diesen muy cumplidamente todo lo necesario y llegado el dicho adelantado a esta ciudad, yo le recibí con toda la voluntad y buenas obras que se requerían y que yo pude hacerle, como lo haría con hermano verdadero; porque de verdad me peso mucho de la pérdida de sus navíos y desvío de su gente y le ofrecí mi voluntad como en la verdad yo la tuve de hacer por él todo lo que a mí posible fuese.

Y como el dicho adelantado tuviese mucho deseo que hubiese efecto lo que me había escrito cerca de los dichos casamientos, tomó con mucha instancia a importunarme a que lo concluyésemos y yo, por hacerle placer, acordé de hacer en todo lo que me rogaba y el dicho adelantado tanto deseaba, sobre lo cual se hicieron de consentimiento de ambas partes, con mucha certidumbre y juramentos, ciertos capítulos que concluían el dicho casamiento y lo que ambas partes para hacerse se

había de cumplir con tanto que ante todas cosas, después que vuestra majestad fuese certificado de lo capitulado, de todo ello fuese muy servido. En manera que, de más de nuestra amistad antigua, quedamos con lo contratado y capitulado entre nosotros, juntamente con el deudo que habíamos tomado con los dichos nuestros hijos, tan conformes y de una voluntad y querer, que no se entendía entre nosotros en más de lo que a cada uno estaba bien en el despacho, principalmente del dicho adelantado.

En lo pasado, muy poderoso señor, hice relación a vuestra católica majestad de lo mucho que mi alcalde mayor trabajó para que la gente del dicho adelantado, que andaba derramada por la tierra, se juntase con el dicho adelantado y las diligencias que para esto intervinieron (las cuales, aunque fueron muchas, no bastaron para poder quitar el descontento que toda la gente traía con el dicho adelantado Francisco de Garay); antes creyendo que habían de ser compelidos que todavía habían de ir con él conforme lo mandado y pregonado, se metieron la tierra adentro por lugares y partes diversas, de tres en tres, de seis en seis y en esta manera escondidos, sin que pudiesen ser habidos ni poderse recoger, que fue causa principal que los indios naturales de aquella provincia se alterasen y así por ver a los españoles todos derramados por muchas partes, como por los muchos desórdenes que ellos cometían entre los naturales, tomándoles las mujeres y la comida por la fuerza, con otros desasosiegos y bullicios, que dieron causa a que toda la tierra se levantase, creyendo que entre los dichos españoles, según que el dicho adelantado había publicado, había división en diversos señores, según arriba se hizo relación a vuestra majestad y de lo que el dicho adelantado publicó al tiempo que en la tierra a los indios de ella con lengua que pudieron entender bien y fue así: que tuvieron tal astucia los dichos indios, siendo primeramente informados dónde y cómo y en qué partes estaban los dichos españoles, que de día y de noche dieron en ellos por todos los pueblos en que estaban derramados y a esta causa, como los hallaron desapercibidos y desarmados por los dichos pueblos, mataron mucho número de ellos y creció tanto su osadía, que llegaron a la dicha villa de Santisteban del Puerto, que tenía poblado en nombre de vuestra majestad, donde dieron tan recio combate, que pusieron a los vecinos de ella en grande necesidad, que pensaron ser perdidos y se perdieran si no fuera porque se hallaron apercebidos y juntos, donde pudieron hacerse fuertes y resistir a sus contrarios, hasta en tanto que salieron al campo muchas veces con ellos y los desbarataron.

Estando así las cosas en este estado, tuve nueva de lo sucedido y fue por un mensajero, hombre de pie, que escapó huyendo de los dichos desbaratos y me dijo cómo toda la provincia de Pánuco y naturales de ella se habían rebelado y habían matado mucha gente de los españoles que en ella habían quedado de la compañía del dicho adelantado, con algunos otros vecinos de la dicha villa, que yo allí en nombre de vuestra majestad fundé y creí que, según el grande desbarato había habido, que ninguno de los dichos castellanos era vivo; de lo cual Dios Nuestro Señor sabe lo que yo sentí y en ver que ninguna novedad semejante se ofrece en estas partes que no cueste mucho y las traiga a punto de perderse. Y el dicho adelantado sintió tanto esta nueva, que así por parecerle que había sido causa de ello, como porque tenía en la dicha provincia un hijo suyo, con todo lo que había traído, que del grande pesar que hubo adoleció y de esta enfermedad falleció de esta presente vida en espacio y término de tres días.

Y para que más en particular vuestra excelsitud se informe de lo que sucedió después de sabida esta primera nueva, fue que después que aquel español trajo la nueva del alzamiento de aquella gente de Pánuco, porque no daba otra razón sino que en un pueblo que se dice Tacetuco, viniendo él y otros tres de caballo y un peón, les habían salido al camino los naturales de él y habían peleado con ellos y muerto los dos de caballo y el peón y el caballo al otro y que ellos se habían escapado huyendo porque vino la noche y que habían visto un aposento del dicho pueblo, donde los había de esperar el teniente con quince de caballo y cuarenta peones, quemando el dicho aposento y que creían, por las muestras que allí habían visto, que los habían matado a todos.

Esperé seis o siete días, por ver si viniera otra nueva y en este tiempo Llegó otro mensajero del dicho teniente, que quedaba en un pueblo que se dice Teneztequipa, que es de los sujetos a esta ciudad y parte términos con aquella provincia y por su carta me hacía saber cómo estando en aquel pueblo de Tacetuco con quince de caballo y cuarenta peones, esperando más gente que se había de juntar con él, porque iba de la otra parte del río a apaciguar ciertos pueblos que aun no estaban pacíficos; una noche, al cuarto del alba, los habían cercado el aposento mucha copia de gente y puéstoles fuego a él y por presto que cabalgaron, como estaban descuidados, por tener la , gente tan segura como hasta allí había estado, les habían dado tanta prisa que los habían matado todos, salvo a él y a otros dos de caballo, que huyendo se escaparon aunque a él le habían matado su caballo y otro le sacó a las ancas. Y que se habían escapado porque dos leguas de allí hallaron un alcalde de la dicha villa con cierta gente, el cual los amparó, aunque no se detuvieron mucho; que ellos y él salieron huyendo de la provincia y que de la gente que en la villa había quedado, ni de la otra del adelantado Francisco de Garay, que estaba en ciertas partes repartida, no tenían nueva ni sabían de ellos y que creían que no había ninguno vivo; porque, como a vuestra majestad tengo dicho, después que el dicho adelantado allí había venido con aquella gente y había hablado a los naturales de aquella provincia, diciéndoles que yo no había de tener qué hacer con ellos, porque él era gobernador y a quien habían de obedecer y que juntándose ellos con él echarían todos aquellos españoles que yo tenía en aquel pueblo y a los que más yo enviase, se habían alborotado y nunca más quisieron servir bien a ningún español. Antes habían muerto algunos que topaban solos por los caminos y que creía que todos se habían concertado para hacer lo que hicieron y como habían dado en él y en la gente que con él estaba, así creía que habían dado en la gente que estaba en el pueblo y en todos los demás que estaban derramados por los pueblos; porque estaban muy sin sospecha de tal alzamiento, viendo cuán sin ningún resabio hasta allí los habían servido.

Habiéndome certificado más por esta nueva de la rebelión de los naturales de aquella provincia y sabiendo las muertes de aquellos españoles, a la mayor prisa que yo pude despaché luego cincuenta de caballo, cien peones ballesteros, escopeteros y cuatro tiros de artillería con mucha pólvora y munición, con un capitán español y otros dos de los naturales de esta ciudad con cada quince mil hombres de ellos; al cual dicho capitán mandé que con la más prisa que pudiese llegase a la dicha provincia y trabajase de entrar por ella sin detener en ninguna parte, no siendo muy forzosa necesidad, hasta llegar a la villa de Santisteban del Puerto, a saber nuevas de los vecinos y gentes que en ella habían quedado, porque podría ser que

estuviesen cercados en alguna parte y darles ya socorro y así fue y el dicho capitán se dio toda la más prisa que pudo y entró por la dicha provincia y en dos partes pelearon con él y dándole Dios Nuestro Señor la victoria, siguió todavía su camino hasta llegar a la dicha villa, adonde halló veintidós de caballo y cien peones, que allí los habían tenido cercados y los habían combatido seis o siete veces y con ciertos tiros de artillería que allí tenían, se habían defendido; aunque no bastaba su poder para más defenderse de allí y aun no con poco trabajo y si el capitán que yo envié se tardara tres días, no quedara ninguno de ellos, porque ya se morían todos de hambre y habían enviado un bergantín de los navíos que el adelantado allí trajo a la Villa de la Vera Cruz, para por allí hacerme saber la nueva, porque por otra parte no podían y para traer bastimento en él, como después se lo llevaron, aunque ya habían sido socorridos de la gente que yo envié.

Y allí supieron cómo la gente que el adelantado Francisco de Garay había dejado en un pueblo que se dice Tamiquil, que serían hasta cien españoles de pie y de caballo, los habían matado todos, sin escapar más de un indio de la isla de Jamaica, que escapó huyendo por los montes, del cual se informaron cómo los tornaron de noche y se halló por copia que de la gente del adelantado eran muertos doscientos diez hombres y de los vecinos que yo había dejado en aquella villa, cuarenta y tres, que andaban por sus pueblos que tenían encomendados. Y aun se cree que fueron más de los de la gente del adelantado, porque no se acuerdan de todos.

Con la gente que el capitán llevó y con la que el teniente y el alcalde tenían y con la que se halló en la villa, llegaron ochenta de caballo y repartiéronse en tres partes y dieron la guerra por ellas en aquella provincia en tal manera, que señores y personas principales se prendieron hasta cuatrocientos, sin otra gente baja, a los cuales todos, digo a los principales, quemaron por justicia, habiendo confesado ser ellos los movedores de toda aquella guerra y cada uno de ellos haber dado en muerte o haber matado los españoles. Y hecho esto, soltaron de los otros que tenían presos y con ellos recogieron toda la gente en los pueblos y el capitán, en nombre de vuestra majestad, proveyó de nuevos señores en los dichos pueblos a aquellas personas que les pertenecía por sucesión, según ellos suelen heredar. A esta sazón tuve cartas del dicho capitán y de otras personas que con él estaban, cómo ya (loado Nuestro Señor) estaba toda la provincia muy pacífica y segura y los naturales sirven muy bien y creo que será paz para todo el año la rencilla pasada.

Crea vuestra cesárea majestad que son estas gentes tan bulliciosas, que cualquier novedad o aparejo que vean de bullicio los mueve, porque ellos así lo tenían por costumbre de rebelarse y alzarse contra sus señores y ninguna vez verán para esto aparejo, que no lo hagan.

En los capítulos pasados, muy católico señor, dije cómo al tiempo que supe la nueva de la venida del adelantado Francisco de Garay a aquel río de Pánuco, tenía a punto cierta armada de navíos y de gente para enviar al cabo o punta de Hibueras y las causas que para ello me movían; por la venida del dicho adelantado cesó, creyendo que se quisiera poner en aposesionarse por su autoridad en la tierra. Y para resistírselo, si lo hiciera, hubo necesidad de toda la gente y después de haber dado fin en las cosas del dicho adelantado, aunque se me siguió asaz costa de sueldos de marineros y bastimentos de los navíos y gente que había de ir en ellos,

pareciéndome que de ello vuestra majestad era muy servido, seguí todavía mi propósito comenzado y compré más navíos de los que antes tenía, que fueron por todos cinco navíos gruesos y un bergantín e hice cuatrocientos hombres y bastecidos de artillería, munición y armas y de otros bastimentos y vituallas y demás de lo que aquí se les proveyó, envié con dos criados míos ocho mil esos de oro a la isla de Cuba para que comprasen caballos y bastimentos, así para llevar en este primero viaje como para que estuviesen a punto para en volviendo los navíos cargarlos, porque por necesidad de cosa alguna no dejasen de hacer aquello para que yo los enviaba y también para que al principio, por falta de bastimentos, no fatigasen los naturales de la tierra y que antes les diesen ellos de lo que llevasen que tomarles de lo suyo.

Con este concierto se partieron del puerto de San Juan de Chalchiqueca, a once días del mes de enero de 1524 años y han de ir a la Habana, que es la punta de la isla de Cuba, adonde se han de bastecer de lo que les faltare, especialmente los caballos y recoger allí los navíos y de allí, con la bendición de Dios, seguir su camino para la dicha tierra. Y en llegando en el primero puerto de ella y caballos, bastimentos y todo lo demás que en los navíos llevaban, fuera de ellos y en el mejor asiento que al presente pareciere fortalecerse con su artillería, que llevaban mucha y buena y fundar su pueblo. Y luego los tres de los navíos mayores que llevan, despacharlos para la isla de Cuba, al puerto de la villa de la Trinidad, porque está en mejor paraje y derrota; porque allí ha de quedar el uno de aquellos criados míos para tenerles aparejada la carga de las cosas que fuesen menester y el capitán enviase a pedir. Los otros navíos mas pequeños y el bergantín, con el piloto mayor y un primo mío, que se dice Diego de Hurtado, por capitán de ellos, vayan a correr toda la costa de la bahía de la Ascensión en demanda de aquel estrecho que se cree que en ella hay y que estén allá hasta que ninguna cosa dejen por ver y visto, se vuelvan donde el dicho capitán Cristóbal de Olid estuviere y de allí, con el uno de los navíos, me hagan relación de lo que hallaren y lo que el dicho Cristóbal de Olid hubiese sabido de la tierra y en ella le hubiese sucedido, para que yo pueda enviar de ello larga cuenta y relación a vuestra católica majestad.

También dije cómo tenía cierta gente para enviar con Pedro de Alvarado a aquellas ciudades de Uclaclán y Guatemala, de que en los capítulos pasados he hecho mención y a otras provincias de que tengo noticia, que están adelante de ellas y como también había cesado por la venida del dicho adelantado Francisco de Garay y porque ya yo tenía mucha costa hecha, así de caballos, armas y artillería y munición, como de dineros, de socorro que se había dado a la gente y porque de ello tengo creído que Dios Nuestro Señor y vuestra sacra majestad han de ser muy servidos y porque por aquella parte, según tengo noticia, pienso descubrir muchas, muy ricas y extrañas tierras y de muchas y de muy diferentes gentes, torné todavía a insistir en mi primero propósito y demás de lo que al dicho camino estaba provisto, le torné a rehacer al dicho Pedro de Alvarado y le despaché de esta ciudad a seis días del mes de diciembre de 1523 años y llevó ciento veinte de caballo, en que, con las dobladuras que lleva, lleva ciento sesenta caballos y trescientos peones, en que son los ciento treinta ballesteros y escopeteros. Lleva cuatro tiros de artillería con mucha pólvora y munición y lleva algunas personas principales, así de los naturales de esta ciudad como de otras ciudades de esta comarca y con ellos alguna gente, aunque no mucha por ser el camino tan largo.

He tenido nuevas de ellos cómo habían llegado a doce días del mes de enero, de la provincia de Teguantepeque, que iban muy buenos; plega a Nuestro Señor de guiarlos a los unos y a los otros como él se sirva, porque bien creo que yendo enderezadas a su servicio y en el real nombre de vuestra cesárea majestad no puede carecer de bueno y próspero suceso.

También le encomendé al dicho Pedro de Alvarado tuviese siempre especial cuidado de hacerme larga y particular relación de las cosas que por allá le aviniesen, para que yo la envíe a vuestra alteza.

Y tengo por muy cierto, según las nuevas figuras de aquella tierra que yo tengo, que se han de juntar el dicho Pedro de Alvarado y Cristóbal de Olid, si estrecho no los parte.

Muchos caminos de éstos se hubieran hecho en esta tierra y muchos secretos de ella tuviera yo sabidos, si estorbos de las armadas que han venido no los hubieran impedido. Y certifico a vuestra sacra majestad que ha recibido harto deservicio en ello, así en no tener descubiertas muchas tierras como en haberse dejado de adquirir para su real cámara mucha suma de oro y perlas; pero de aquí adelante, si otros más no vienen, yo trabajaré de restaurar lo que se ha perdido; porque por trabajo de mi persona, ni por dejar de gastar mi hacienda no quedará, porque certifico a vuestra cesárea y sacra majestad, que de más de haber gastado todo cuanto he tomado del oro que tengo de las rentas de vuestra majestad, para gastos, como parecerá por ellos al tiempo que vuestra majestad fuere servido de mandar tomar la cuenta, sesenta y tantos mil pesos de oro, sin más de otros doce mil que yo he tomado prestados de algunas personas para gastos de mi casa.

De las provincias comarcanas a la villa del Espíritu Santo y de las que servían a los vecinos de ella, dije en los capítulos pasados que algunas de ellas se habían rebelado y aun muerto ciertos españoles y así para reducir éstas al real servicio de vuestra majestad como para traer a él otras sus vecinas, porque la gente que en la villa está no bastaba para sostener lo ganado y conquistar éstas, envié un capitán con treinta de caballo y cien peones, algunos de ellos ballesteros y escopeteros y dos tiros de artillería, con recado de munición y pólvora. Los cuales partieron a 8 de diciembre de 1523 años.

Hasta ahora no he sabido nueva de ellos, pienso harán mucho fruto y que de este camino Dios Nuestro Señor y vuestra majestad serán muy servidos y se descubrirán hartos secretos; porque es un pedazo de tierra que queda entre la conquista de Pedro de Alvarado y Cristóbal de Olid, lo que hasta ahora estaba pacífico, hacia la mar del Norte y conquistado esto y pacífico, que es muy poco, tiene vuestra sacra majestad por la parte del Norte más de cuatrocientas leguas de tierra pacífica y sujeta a su real servicio, sin haber cosa en medio y por la mar del Sur más de quinientas leguas y todo, de la una mar a la otra, que sirve sin ninguna contradicción, excepto dos provincias que están entre la provincia de Teguantepeque y la de Chinanta y Guaxaca y la de Guazacualco en medio de todas cuatro; que se llama la gente de la una los zapotecas y la otra los mixes. Las cuales, por ser tan ásperas que aun a pie no se pueden andar, puesto que he enviado dos veces gente a conquistarlas y no lo han podido hacer porque tienen muy recias

fuerzas y áspera tierra y buenas armas, que pelean con lanzas de a veinticinco y treinta palmos y muy gruesas y bien hechas y las puntas de ellas son pedernales y con esto se han defendido y muerto algunos de los españoles que allá han ido. Y han hecho y hacen mucho daño en los vecinos que son vasallos de vuestra majestad, salteándolos de noche y quemándoles los pueblos y matando muchos de ellos; tanto, que han hecho que muchos de los pueblos cercanos a ellos se han alzado y confederado con ellos.

Y porque no llegue a más, aunque ahora no tenía sobra de gente, por haber salido a tantas partes, junté ciento cincuenta hombres de pie, porque de caballo no pueden aprovechar, todos los más ballesteros y escopeteros y cuatro tiros de artillería con la munición necesaria; los ballesteros y escopeteros provistos con mucho almacén y con ellos, por capitán, Rodrigo Rangel, alcalde de esta ciudad, que ahora ha un año había ido otra vez con gente sobre ellos y por ser en tiempo de muchas aguas no pudo hacer cosa ninguna y se volvió con haber estado allá dos meses. El cual dicho capitán y gente se partieron de esta ciudad a 5 de febrero de este año presente; creo, siendo Dios servido, que por llevar buen aderezo y por ir en buen tiempo y porque lleva mucha gente de guerra diestra, de los naturales de esta ciudad y sus comarcas, que darán fin a aquella demanda; de que no poco servicio redundará a la imperial corona de vuestra alteza, porque no sólo ellos no sirven, mas aun hacen mucho daño a los que tienen buena voluntad y la tierra es muy rica de minas de oro; estando éstos pacíficos, dicen aquellos vecinos que lo irán a sacar allá y éstos, por haber sido tan rebeldes, habiendo sido tantas veces requeridos y una vez ofreciéndose por vasallos de vuestra alteza y haber matado españoles y haber hecho tantos daños, pronunciarlos por esclavos y mandé que los que a vida se pudiesen tomar los herrasen del hierro e vuestra alteza y saca a la parte que a vuestra majestad pertenece, se repartiesen por aquellos que los fueron a conquistar. Bien puede, muy excelentísimo señor, tener vuestra real excelencia por muy cierto, que la menor de estas entradas que se van a hacer, me cuesta de mi casa más de cinco mil pesos de oro y que las dos de Pedro de Alvarado y Cristóbal de Olid me cuestan más de cincuenta en dineros, sin otros gastos de mis haciendas que no se cuentan ni asientan por memoria. Pero como sea todo para el servicio de vuestra cesárea majestad, si mi persona juntamente con ello se gastase, lo tendría por mayor merced y ninguna vez se ofrecerá en que en tal caso yo la pueda poner que no la ponga.

Así por la relación pasada como por ésta, he hecho a vuestra alteza mención de cuatro navíos que tengo comenzados a hacer en la mar del Sur y porque por haber mucho tiempo que se comenzáronle parecerá a vuestra real alteza que yo he tenido algún descuido en no haberse acabado hasta ahora, doy a vuestra sacra majestad cuenta de la causa y es que, como la mar del Sur, a lo menos aquella parte donde aquellos navíos hago, está de los puertos de la mar del Norte, donde todas las cosas que a esta Nueva España vienen se descargan, doscientas leguas y aun mas y en parte de muy fragosos puertos de sierras y en otros muy grandes y caudalosos ríos y como todas las cosas que para los dichos navíos son necesarias se hayan de llevar de allí, por no haber de otra parte donde se provean, se ha llevado y se lleva con mucha dificultad. Y aun sobrevino para esto, que ya que yo tenía en una casa en el puerto donde los dichos navíos se hacen, todo el aderezo que para ellos era menester, de velas, cables, jarcia, clavazón, áncoras, pez, sebo, estopa, betumen,

aceite y otras cosas, una noche se puso fuego y se quemó todo, sin aprovecharse más de las áncoras, que no pudieron quemarse. Ahora de nuevo lo he tornado a proveer, porque habrá cuatro meses que me llegó una nao de Castilla, en que me trajeron todas las cosas necesarias para los dichos navíos, porque temiendo yo lo que me vino, lo tenía provisto y enviado a pedir. Y certifico a vuestra cesárea majestad que me cuestan hoy los navíos, sin haberlos echado al agua, más de ocho mil pesos de oro, sin otras cosas extraordinarias; pero ya, loado Nuestro Señor, están en tal estado, que para la pascua del Espíritu Santo primera o para el día de San Juan de junio, podrán navegar si betumen no me falta; porque, como se quemó lo que tenía, no he tenido de dónde proveerme, mas yo espero que para este tiempo me lo traerán de esos reinos, porque yo tengo provisto para que me envíen.

Tengo en tanto estos navíos, que no lo podría significar; porque tengo por muy cierto que con ellos, siendo Dios Nuestro Señor servido, tengo de ser causa que vuestra cesárea majestad sea en estas partes señor de más reinos y señoríos que los que hasta hoy en nuestra nación se tiene noticia; a él plega encaminarlo como él se sirva y vuestra cesárea majestad consiga tanto bien, pues creo que con hacer yo esto no le quedará a vuestra excelsitud más que hacer para ser monarca del mundo.

Después que Dios Nuestro Señor fue servido que esta gran ciudad de Temixtitan se ganase, me pareció por el presente no ser bien residir en ella, por muchos inconvenientes que había y me pasé con toda la gente a un pueblo que se dice Cuyoacán, que está en la costa de esta laguna, de que ya tengo hecha mención. Porque como siempre deseé que esta ciudad se reedificase, por la grandeza y maravilloso asiento de ella, trabajé de recoger todos los naturales, que por muchas artes estaban ausentados desde la guerra y aunque siempre he tenido y tengo al señor de ella preso, hice a un capitán general que en la guerra tenía y yo conocía del tiempo de Mutezuma, que tomase cargo de tornarla a poblar y para que más autoridad su persona tuviese, le torné a dar el mismo cargo que en tiempo del señor tenía, que es Ciguacoatl, que quiere tanto decir como lugarteniente el señor. A otras personas principales, que yo también asimismo de antes conocía, les encargué otros cargos de gobernación de esta ciudad, que entre ellos se solían hacer y a este Ciguacoatl y a los demás les di señorío de tierras y gente, en que se mantuviesen, aunque no tanto como ellos tenían, ni que pudiesen ofender con ellos en algún tiempo y he trabajado siempre de honrarlos y favorecerlos y ellos lo han trabajado y hecho también, que hay hoy en la ciudad poblados hasta treinta mil vecinos y se tiene en ella la orden que solía en sus mercados y contrataciones.

Y les he dado libertades y exenciones, que de cada día se puebla en mucha cantidad, porque vienen muy a su placer, que los oficiales de artes mecánicas, que hay muchos, viven por sus jornales, entre los españoles; así como carpinteros, albañiles, canteros, plateros y otros oficios; y los mercaderes tienen muy seguramente sus mercaderías y las venden y las otras gentes viven de ellos de pescadores, que es gran trato en esta ciudad y otros de agricultura, porque hay ya muchos de ellos que tienen sus huertas y siembran en ellas toda la hortaliza de España de que acá se ha podido haber simiente y certifico a vuestra cesárea majestad que si plantas y semillas de las de España tuviesen y vuestra alteza fuese servido de mandarnos proveer de ellas, como en la otra relación lo envié a suplicar, según los naturales de estas partes son amigos de cultivar las tierras y de traer

arboledas, que en poco espacio de tiempo hubiese acá mucha abundancia de que no poco servicio pienso yo que redundaría a la imperial corona de vuestra alteza, porque sería causa de perpetuarse estas partes y de tener en ellas vuestra sacra majestad más rentas y mayor señor yo que en lo que ahora en el nombre de Dios Nuestro Señor vuestra alteza posee. Para esto puede vuestra alteza ser cierto que en mí no habrá falta y que lo trabajaré por mi parte cuanto las fuerzas y poder me bastare.

Puse luego por obra, como esta ciudad se ganó, de hacer en ella una fuerza en el agua, a una parte de esta ciudad en que pudiese tener los bergantines seguros y desde ella ofender a toda la ciudad si en algo se pudiese y estuviese en mi mano la salida y entrada cada vez que yo quisiese e hízose. Está hecha tal, que aunque yo he visto algunas casas de atarazanas y fuerzas, no la he visto que la iguale y muchos que han visto otras más, afirman lo que yo y la manera que tiene esta casa es que a la parte de la laguna tiene dos torres muy fuertes con sus troneras en las partes necesarias y la una de estas torres sale fuera del lienzo hacia la una parte con troneras, que barre todo él un lienzo y la otra a la otra parte de la misma manera y desde estas dos torres va un cuerpo de casa de tres naves, donde están los bergantines y tienen la puerta para salir y entrar entre estas dos torres hacia el agua y todo este cuerpo tiene asimismo sus troneras y al cabo de este dicho cuerpo, hacia la ciudad, está otra muy gran torre y de muchos aposentos bajos y altos, con sus defensas y ofensas para la ciudad. Y porque la enviaré figurada a vuestra sacra majestad como mejor se entienda, no diré más particularidades de ella sino que es tal que con tenerla es en nuestra mano la paz y la guerra cuando la quisiéremos, teniendo en ella los navíos y artillería que ahora hay.

Hecha esta casa, porque me pareció que ya tenía seguridad para cumplir lo que deseaba, que era poblar dentro de esta ciudad, me pasé a ella con toda la gente de mi compañía y se repartieron los solares por los vecinos y a cada uno de los que fueron conquistadores, en nombre de vuestra real alteza, yo di un solar, por lo que en ella había trabajado, demás del que se les ha de dar como a vecinos, que han de servir, según orden de estas partes y se han dado tanta prisa en hacer las casas de los vecinos, que hay mucha cantidad de ellas hechas y otras que llevan ya buenos principios y porque hay mucho aparejo de piedra, cal, madera y de mucho ladrillo, que los naturales labran, que hacen todos tan buenas y grandes casas, que puede creer vuestra sacra majestad que de hoy en cinco años será la más noble y populosa ciudad que haya en lo poblado del mundo y de mejores edificios.

Es la población donde los españoles poblamos, distinta de la de los naturales, porque nos parte un brazo de agua, aunque en todas las calles que por ella atraviesan hay puentes de madera, por donde se contrata de la una parte a la otra. Hay dos grandes mercados de los naturales de la tierra, el uno en la parte que ellos habitan y el otro entre los españoles; en éstos hay todas las cosas de bastimentos que en la tierra se pueden hallar, porque de toda ella lo vienen a vender y en esto no hay falta de lo que antes solía en el tiempo de su prosperidad. Verdad es que joyas de oro, ni plata, ni plumajes, ni cosa rica, no hay nada como solfa; aunque algunas piececillas de oro y plata salen, pero no como antes.

Por las diferencias que Diego Velázquez ha querido tener conmigo y por la mala voluntad que a su causa y por su intercesión don Juan de Fonseca, obispo de Burgos, me ha tenido y por él y por su mandado los oficiales de la casa de la contratación de la ciudad de Sevilla, en especial Juan López de Recalde, contador de ella, de quien todo en el tiempo del obispo solfa pender, no he sido provisto de artillería ni armas, como tenía necesidad, aunque yo muchas veces he enviado dineros para ello. Y porque no hay cosa que más los ingenios de los hombres avive que la necesidad y como yo ésta tuviese tan extrema y sin esperanza de remedio, pues aquéllos no daban lugar que vuestra sacra majestad la supiese, trabajé de buscar orden para que por ella no se perdiese lo que con tanto trabajo y peligro se había ganado y de donde tanto deservicio a Dios Nuestro Señor y a vuestra cesárea majestad pudiera venir y peligro a todos los que acá estábamos. Y por algunas provincias de las de estas partes me di mucha prisa a buscar cobre y di para ello mucho rescate, para que más aína se hallase y como me trajeron cantidad, puse por obra con un maestro que por dicha aquí se halló, de hacer alguna artillería e hice dos tiros de medias culebrillas y salieron tan buenas que de su medida no pueden ser mejores y porque aunque tenía cobre faltaba estaño, porque no se pueden hacer sin ello y para aquellos tiros los había habido con mucha dificultad y me había costado mucho, de algunos que tenían platos y otras vasijas de ello y aun caro ni barato no lo hallaba, comencé a inquirir por todas partes si en alguna lo había y quiso Nuestro Señor, que tiene cuidado y siempre lo ha tenido, de proveer en la mayor prisa, que topé entre los naturales de una provincia que se dice Tachco, ciertas piecezuelas de ello, a manera de moneda muy delgada y procediendo de mi pesquisa, hallé que en la dicha provincia y aun en, otras, se trataba por moneda y llegándolo más al cabo, supe que se sacaba en a isla provincia de Tachco, que está veintiséis leguas de esta ciudad y luego supe las minas y envié herramientas y españoles y trajéronme muestras de ello. Y de allí adelante di orden como sacaron todo lo que fue menester y se sacará lo que más hubiere necesidad, aunque con harto trabajo y aun andando en busca de estos males se topó vena de hierro en mucha cantidad, según me informaron los que dicen que lo conocen. Topado este estaño he hecho y hago cada día algunas piezas y las que hasta ahora están hechas son cinco piezas, las dos medias culebrinas y las dos poco menos en medidas y un cañón serpentino y dos sacres que yo traje cuando vine a estas partes y otra media culebrina, que compré de los bienes del adelantado Juan Ponce de León. De los navíos que han venido, tendré por todas de metal, piezas chicas y grandes, de falconete arriba, treinta y cinco piezas y de hierro, entre lombardas y pasavolantes, versos y otras maneras de tiros de hierro colado, hasta setenta piezas. Así que ya, loado Nuestro Señor, nos podemos defender. Y para la munición no menos proveyó Dios, que hallamos tanto salitre y tan bueno, que podríamos proveer para otras necesidades, teniendo aparejo de calderas en que cocerlo, aunque se gasta acá harto en las muchas entradas que se hacen y para el azufre, ya a vuestra majestad he hecho mención de una sierra que está en esta provincia, que sale mucho humo y de allí, entrando un español setenta u ochenta brazas, atado a la boca abajo, se ha sacado con que hasta ahora nos hemos sostenido. Ya de aquí adelante no habrá necesidad de ponernos en este trabajo, porque es peligroso; y yo escribo siempre que nos provean de España y vuestra majestad ha sido servido que no haya ya obispo que nos lo impida.

Después de haber dejado asentada la villa de Santisteban, que en el río de Pánuco se pobló y haber dado fin en la conquista de la provincia de Tututepeque y de haber despachado al capitán que fue a los Impilcingos y a Coliman, que de todo en un capítulo de los pasados hice mención, antes de venir a esta ciudad fui a la Villa de la Vera Cruz y a la de Medellín, para visitarlas y proveer algunas cosas que en aquellos puertos hallé que a causa de no haber población de españoles más cerca del puerto de San Juan de Chalchiquecan que la Villa de la Vera Cruz, iban los navíos a descargar en ella y por no ser aquel puerto tan seguro como conviene, según los nortes en aquella costa reinan, se perdían muchos y fui al dicho puerto de San Juan a buscar cerca algún asiento para poblar. Aunque al tiempo que yo allí salté se buscó con harta diligencia y por ser todo sierra de arena que se mudan cada rato no se halló y de esta vez estuve allí algunos días buscándolo y quiso Nuestro Señor que dos leguas del dicho puerto se halló muy buen asiento con todas las cualidades que para asentar pueblo se requieren, porque tiene mucha leña, agua y pastos, salvo que madera ni piedra ni cosa para edificar no la hay sino muy lejos y se halló un estero junto al dicho asiento, por el cual yo hice salir con una canoa para ver si salía a la mar o por él podrían entrar barcas hasta el pueblo y se halló que iba a dar a un río que sale a la mar y en la boca del río se halló una braza de agua y más; por manera que, limpiándose aquel estero, que esta ocupado de mucha madera de árboles, podrán subir las barcas hasta descargar dentro en las casas del pueblo.

Y viendo este aparejo de asiento y la necesidad que había de remedio para los navíos, hice que la villa de Medellín, que estaba veinte leguas la tierra adentro, en la provincia de Tatactetelco, se pasase allí y así se ha hecho, que se han pasado ya casi todos los vecinos y tienen hechas sus casas y se da orden cómo se limpie aquel estero y se haga en aquella villa una casa de contratación, porque aunque los navíos se tarden en descargar, porque aunque han de subir dos leguas con las barcas aquel estero arriba, estarán seguros de perderse y tengo por cierto que aquel pueblo ha de ser, después de esta ciudad, el mejor que hubiera en esta Nueva España, porque después acá han descargado en él algunos navíos y suben las barcas con las mercaderías hasta las casas del dicho pueblo y aun asimismo bergantines y en esto yo trabajaré de tenerlo tan a punto que muy sin trabajo descarguen y los navíos desde aquí adelante estarán seguros, porque el puerto es muy bueno. Y asimismo se da mucha prisa en hacer los caminos que de aquella villa vienen a esta ciudad y con esto habrá mejor despacho en las mercaderías que hasta aquí, porque es mejor camino y se ataja una jornada.

En los capítulos pasados he dicho, muy poderoso señor, a vuestra excelencia las partes adonde he enviado gente, así por la mar como por la tierra, de que creo, guiándolo Nuestro Señor, vuestra majestad ha de ser muy servido y como tengo continuo cuidado y siempre me ocupo en pensar todas las maneras que se puedan tener para poner en ejecución y efectuar el deseo que yo al real servicio de vuestra majestad tengo, viendo que otra cosa no me quedaba para esto sino saber el secreto de la costa que está por descubrir entre el río Pánuco y la Florida, que es lo que descubrió el adelantado Juan Ponce de León y de allí la costa de la dicha Florida, por la parte del Norte, hasta llegar a los Bacallos, porque se tiene cierto que en aquella costa hay estrecho que pasa a la mar del Sur y se hallase, según cierta figura que yo tengo del paraje adonde está aquel archipiélago, que descubrió

Magallanes por mandado de vuestra alteza, parece que saldría muy cerca de allí y siendo Dios Nuestro Señor servido que por allí se topase el dicho estrecho, sería la navegación desde la Especería para esos reinos de vuestra majestad muy buena y muy breve y tanto, que sería las dos tercias partes menos que por donde ahora se navega y sin ningún riesgo ni peligro de los navíos que fuesen y viniesen, porque irían siempre y vendrían por reinos y señoríos de vuestra majestad, que cada vez que alguna necesidad tuviesen se podrían reparar, sin ningún peligro, en cualquiera parte que quisiesen tomar puerto, como en tierra de vuestra alteza.

Y por representármeme el gran servicio que de aquí a vuestra majestad resulta, aunque yo estoy harto gastado y empeñado, por lo mucho que debo y he gastado en todas las otras armadas que he hecho, así por la tierra como por la mar y en sostener los pertrechos y artillería que tengo en esta ciudad y envío a todas partes y otros muchos gastos y costas que de cada día se me ofrecen, porque todo se ha hecho y hace a mi costa y todas las cosas de que nos hemos de proveer son tan caras y de tan excesivos precios, que aunque la tierra es rica no basta el interés que yo de ella puedo haber a las grandes costas y expensas que tengo; pero, con todo, habiendo respeto a lo que en este capítulo digo y posponiendo toda la necesidad que se me pueda ofrecer, aunque certifico a vuestra majestad que para ello tomo los dineros prestados, he determinado de enviar tres carabelas y dos bergantines en esta demanda, aunque pienso que me costará más de diez mil pesos de oro y juntar este servicio con los demás que he hecho, porque le tengo por el mayor sí, como digo, se halla el estrecho y ya que no se halle, no es posible que no se descubran muy grandes y ricas tierras, donde vuestra cesárea majestad mucho se sirva y los reinos y señoríos de su real corona se ensanchen en mucha cantidad y síguese de esto más utilidad, ya que el dicho estrecho no se hallase; que tendrá vuestra alteza sabido que no lo hay y darse ha orden como por otra parte vuestra cesárea majestad se sirva de aquellas tierras de la Especería y de todas las otras que con ellas confinan y ésta yo me ofrezco a vuestra alteza que, siendo servido de mandármela dar, ya que falte el estrecho, la daré con que vuestra majestad mucho se sirva y a menos costa. Plega Nuestro Señor que la armada consiga el fin para que se hace, que es descubrir aquel estrecho, porque sería lo mejor; lo cual tengo muy creído, porque en la real ventura de vuestra majestad ninguna cosa se puede encubrir y a mí no me faltará diligencia, buen recaudo y voluntad para trabajarlo.

Asimismo pienso enviar los navíos que tengo hechos en la mar del Sur, que queriendo Nuestro Señor, navegarán en fin del mes de julio de este año de 524 por la misma costa abajo, en demanda del dicho estrecho; porque si lo hay, no se puede esconder a éstos por la mar del Sur y a los otros por la mar del Norte; porque estos del Sur llevarán la costa hasta hallar el dicho estrecho o juntar la tierra con la que descubrió Magallanes y los otros, del Norte, como he dicho, hasta juntarla con los Bacallaos. Así, por una parte y por otra no se deje de saber el secreto. Certifico a vuestra majestad que, según tengo información de tierras la costa de la mar del Sur arriba, que enviando por ella estos navíos yo hubiera muy grandes intereses y aun vuestra majestad se sirviera; mas como yo sea informado del deseo que vuestra majestad tiene de saber el secreto de este estrecho y el gran servicio que en descubrirle su real corona recibiría, dejo atrás todos los otros provechos e intereses que por acá me estaban muy notorios, por seguir este otro camino. Nuestro Señor lo

guíe como sea más servido y vuestra majestad cumpla su deseo y yo asimismo cumpla mi deseo de servir.

Los oficiales que vuestra majestad mandó venir para entender en sus reales rentas y hacienda son llegados y han comenzado a tomar las cuentas a los que antes tenían este cargo, que yo en nombre de vuestra alteza para ello había señalado y porque los dichos oficiales harán relación a vuestra majestad del recado que en todo hasta aquí ha habido, no me detendré en dar de ello particular cuenta a vuestra majestad, mas de remitirme a la que ellos enviarán; que creo será tal que por ella vuestra alteza conozca la solicitud y vigilancia que yo siempre he tenido y que aunque la ocupación de las guerras, pacificación de esta tierra, haya sido tanta cuanta el suceso manifiesta, que no por eso me he olvidado de tener especial cuidado de guardar y allegar todo lo que ha sido posible de lo que a vuestra majestad ha pertenecido y yo he podido aplicar. Y porque por la carta cuenta que los dichos oficiales a vuestra cesárea majestad envían, parece y vera vuestra alteza, que yo he gastado de sus reales rentas en las cosas que para la pacificación de estas partes y ensanchamiento de los señoríos que en ellas vuestra cesárea majestad tiene, sesenta y dos mil y tantos pesos de oro, es bien que vuestra alteza sepa que no se pudo hacer otra cosa, porque cuando yo comencé a gastar de ello fue después de no haberme a mí quedado qué gastar y aun de estar empeñado en más de treinta mil pesos de oro, que tomé prestados de algunas personas y como no se pudiese hacer otra cosa, ni en el real servicio de vuestra alteza se pudiese cumplir lo necesario y mi deseo, fue forzado gastarlo y no creo que ha sido tan poco el fruto que de ello redundará que no sea más de mil por ciento de ganancia. Y porque los oficiales de vuestra majestad, puesto que les consta que de haberlo yo gastado ha sido muy servido, no lo reciben en cuenta, porque dicen que para ello no traen comisión ni poder, suplico a vuestra majestad mande que, pareciendo ello haber sido bien gastado, se me reciba y se me paguen otros cincuenta y tantos mil pesos de oro que yo he gastado de mi hacienda y que he tomado prestado de mis amigos. Porque si esto no se me pagase yo no podría cumplir con los que me lo han prestado y quedaría en mucha necesidad y no tengo yo pensamiento que vuestra católica majestad lo perita, sino que antes, demás de pagármese, me ha de mandar hacer muchas y grandes mercedes; porque, demás de ser vuestra alteza tan católico y cristianísimo príncipe, mis servicios por su parte no lo desmerecen y el fruto que han hecho da de ello testimonio.

De los dichos oficiales y de otras personas que en su compañía vinieron y por algunas cartas que de esos reinos me han escrito, he sabido que las cosas que yo a vuestra cesárea majestad envié con Antonio de Quiñones y Alonso de ávila, que fueron por procuradores de esta Nueva España, no llegaron ante su real presencia, porque fueron tomados de los franceses, a causa del mal recado que los de la casa de la contratación de Sevilla enviaron para que los acompañase desde la isla de los Azores. Y aunque por ser todas las cosas que iban tan ricas y extrañas que deseaba yo mucho que vuestra majestad las viera, porque demás del servicio que con ellas vuestra alteza recibía, mis servicios fueran más manifiestos, me ha pesado mucho; mas también he holgado que las llevasen, porque a vuestra majestad harán poca falta y yo trabajaré de enviar otras muy más ricas y extrañas, según tengo nuevas de algunas provincias que ahora he enviado a conquistar y de otras que enviaré muy presto teniendo gente para ello. Y los franceses y los otros príncipes a quien

aquellas cosas fueren notorias conocerán por ellas la razón que tienen de sujetarse a la imperial corona de vuestra cesárea majestad, pues demás de los muchos y grandes reinos y señoríos que en esas partes vuestra alteza tiene, de éstas tan diversas y apartadas, yo, el mejor de sus vasallos, tantos y tales servicios le puede hacer.

Y para principio de mi ofrecimiento, envió ahora con Diego de Soto, criado mío, ciertas cosillas que entonces quedaron por desecho y por no dignas de acompañar a las otras y algunas que después acá yo he hecho, que aunque, como digo quedaron por desechadas, tienen algún parecer. Con ellas envió asimismo una culebrina de plata, que entró en la fundición de ella veinticuatro quintales y dos arrobas, aunque creo entró en la fundición algo de oro, porque se hizo dos veces y aunque me fue asaz costosa, porque, demás de lo que me costó el metal, que fueron veinticuatro mil quinientos pesos de oro, a razón de a cinco pesos de oro el marco, con las otras cosas de fundidores y grabadores y de llevarlos hasta el puerto, me costó más de otros tres mil pesos de oro; pero por ser una cosa tan rica y tan de ver y digna de ir ante tan alto y excelentísimo príncipe, me puse a trabajarlo y gastarlo. Suplico a vuestra cesárea majestad reciba mi pequeño servicio, teniéndole en tanto cuanto la grandeza de mi voluntad para hacerle mayor, si pudiera merecer; porque aunque estaba adeudado, como a vuestra alteza arriba digo, me quise adeudar en más, deseando que vuestra majestad conozca el deseo que de servir tengo, porque he sido tan mal dichoso, que hasta ahora he tenido tantas contradicciones ante vuestra alteza que no han dado lugar a que este mi deseo se manifestase.

Asimismo envió a vuestra sacra majestad sesenta mil pesos de oro de lo que ha pertenecido a sus reales rentas, como vuestra alteza verá por la cuenta de que de ello los oficiales y yo enviamos y hemos tenido atrevimiento a enviar tanta suma junta, así por la necesidad que acá se nos representa que vuestra majestad debe tener con las guerras y otras cosas, como porque vuestra majestad no tenga en mucho la pérdida de lo pasado. Y después de esto se enviará cada vez que yo pudiere y crea vuestra sacra majestad que, según las cosas van enhiladas y por estas partes se ensanchan los reinos y señoríos de vuestra alteza, que tendrá en ellas más seguras rentas y sin costa que en ninguno de todos sus reinos y señoríos, si no se nos ofrecen algunos embarazos de los que hasta ahora aquí se nos han ofrecido. Digo esto, porque habrá dos días que Gonzalo de Salazar, factor de vuestra alteza, llegó al puerto de San Juan de esta Nueva España, del cual he sabido que en la isla de Cuba, por donde pasó, le dijeron que Diego Velázquez, teniente de almirante de ella, había tenido formas con el capitán Cristóbal de Olid, que yo envié a poblar las Hibueras en nombre de vuestra majestad y que se habían concertado que se alzaría con la tierra por el dicho Diego Velázquez; aunque, por ser el caso tan feo y tan en deservicio de vuestra majestad, yo no lo puedo creer, aunque por otra parte lo creo, conociendo las mañas que el dicho Diego Velázquez siempre ha querido tener para dañarme y estorbar que no sirva; porque cuando otra cosa no puede hacer, trabaja que no pase gente en estas partes y como manda aquella isla, prende a los que van de acá por allí pasan y les hace muchas opresiones y tómales mucho de lo que llevan y después hace probanzas con ellos porque los dé libres y por verse libres de él hacen y dicen todo lo que quiere. Yo me informaré de la verdad y si hallo ser así, pienso enviar por el dicho Diego Velázquez y prenderle y preso, enviarle a vuestra majestad; porque cortando la raíz de todos

males, que es este hombre, todas las otras ramas se secarán y yo podré más libremente efectuar mis servicios comenzados y los que pienso comenzar.

Todas las veces que a vuestra sacra majestad he escrito, he dicho a vuestra alteza el aparejo que hay en algunos de los naturales de estas partes para convertirse a nuestra santa fe católica y ser cristianos y he enviado a suplicar a vuestra cesárea majestad, para ello, mandase proveer de personas religiosas de buena vida y ejemplo. Y porque hasta ahora han venido muy pocos o casi ningunos y es cierto que harían grandísimo fruto, lo torno a traer a la memoria a vuestra alteza y le suplico lo mande proveer con toda brevedad, porque de ello Dios Nuestro Señor será muy servido y se cumplirá el deseo que vuestra alteza en este caso, como católico, tiene. Y porque con los dichos procuradores Antonio de Quiñones y Alonso Dávila, los concejos de las villas de esta Nueva España y yo enviamos a suplicar a vuestra majestad mandase proveer de obispos u otros prelados para la administración de los oficios y culto divino y entonces pareciéndonos que así convenía; ahora, mirándolo bien hame parecido que vuestra sacra majestad los debe mandar proveer de otra manera, para que los naturales de estas partes más aína se conviertan y puedan ser instruidos en las cosas de nuestra santa fe católica. La manera que a mí, en este caso me parece que se debe tener, es que vuestra sacra majestad mande que vengan a estas partes muchas personas religiosas, como ya he dicho y muy celosas de este fin de la conversión de estas gentes y que éstos se hagan casas y monasterios por las provincias que acá nos pareciere que convienen y que a éstas se les dé de los diezmos para hacer sus casas y sostener sus vidas y lo demás que restare de ellos sea para las iglesias y ornamentos de los pueblos donde estuvieren los españoles y para clérigos que las sirvan. Y que estos diezmos los cobren los oficiales de vuestra majestad y tengan cuenta y razón de ellos y provean de ellos a los dichos monasterios e iglesias que bastará para todo y aun sobra harto, de que vuestra majestad se puede servir. Y que vuestra alteza suplique a Su Santidad conceda a vuestra majestad los diezmos de estas partes para este efecto, haciéndole entender el servicio que a Dios Nuestro Señor se hace en que esta gente se convierta y que esto no se podría hacer sino por esta vía. Porque habiendo obispos y otros prelados no dejarían de seguir la costumbre que, por nuestros pecados hoy tienen, en disponer de los bienes de la Iglesia, que es gastarlos en pompas y en otros vicios, en dejar mayorazgos a sus hijos o parientes y aun sería otro mayor mal que, como los naturales de estas partes tenían en sus tiempos personas religiosas que entendían en sus ritos y ceremonias y éstos eran tan recogidos, así en honestidad como en castidad, que si alguna cosa fuera de esto a alguno se le sentía era punido con pena de muerte y si ahora viesen las cosas de la Iglesia y servicio de Dios en poder de canónigos u otras dignidades y supiesen que aquéllos eran ministros de Dios y los viesen usar de los vicios y profanidades que ahora en nuestros tiempos en esos reinos usan, sería menospreciar nuestra fe y tenerla por cosa de burla y sería tan gran daño, que no creo aprovecharía ninguna otra predicación que se les hiciese. Y pues que tanto en esto va y la principal intención de vuestra majestad es y debe ser que estas gentes se conviertan y los que acá en su real nombre residimos la debemos seguir y como cristianos tener de ellos especial cuidado, he querido en esto avisar a vuestra cesárea majestad y decir en ello mi parecer; el cual suplico a vuestra alteza reciba como de persona súbdita y vasallo suyo, que así como con las fuerzas corporales, trabajo y trabajaré que los reinos y señoríos de vuestra majestad por estas partes se ensanchen y su real fama

y gran poder entre estas gentes se publique, que así deseo y trabajaré con el ánimo para que vuestra alteza en ellas mande sembrar nuestra santa fe. Porque por ello merezco la bienaventuranza de la vida perpetua y porque para hacer órdenes y bendecir iglesias, ornamentos, óleo, crisma y otras cosas, no habiendo obispos, sería dificultoso ir a buscar el remedio de ellas a otras partes. Asimismo vuestra majestad debe suplicar a su Santidad que conceda su poder y sean sus subdelegados en estas partes las dos personas principales de religiosos que a estas partes vinieren, uno de la Orden de San Francisco y otro de la Orden de Santo Domingo, los cuales tengan los más largos poderes que vuestra majestad pudiere; porque, por ser estas tierras tan apartadas de la Iglesia romana y los cristianos que en ellas residimos y residieren tan lejos de los remedios de nuestras conciencias y como humanos, tan sujetos a pecado, hay necesidad que en esto Su Santidad con nosotros se extienda en dar a estas personas muy largos poderes y los tales poderes sucedan en las personas que siempre residan en estas partes, que sea en el general que fuere en estas tierras o en el provincial de cada una de estas órdenes.

Los diezmos de estas partes se han arrendado de algunas villas y de las otras andan en pregón y arriéndase desde el año de 23 a esta parte; porque de los demás no me pareció que se debía hacer, porque ellos en sí fueron pocos y porque en aquel tiempo los que algunas crianzas tenían, como eran en tiempo de guerras, gastaban más en sostenerlo que el provecho que de ello habían; si otra cosa vuestra majestad enviare a mandar, hacerse ha lo que más fuere su servicio.

Los diezmos de esta ciudad del dicho año de 23 y de este de 24 se remataron en cinco mil quinientos cincuenta pesos de oro y los de las villas de Medellín y la Vera Cruz andan en precio de mil pesos de oro; por los dichos años no están rematados; creo subirán más. Los de las otras villas no he sabido si están puestos en precio; porque, como están lejos, no he habido respuesta. De estos dineros se gastarán para hacer las iglesias y pagar los curas y sacristanes y ornamentos y otros gastos que fueren menester para las dichas iglesias y de todo tendrá cuenta el contador y tesorero de vuestra majestad, porque todo se entregará al dicho tesorero y lo que se gastare será por libramiento del contador y mío.

Asimismo, muy católico señor, he sido informado, de los navíos que ahora han venido de las islas, que los jueces y oficiales de vuestra majestad que en la isla Española residen han provisto y mandado a pregonar en la dicha isla y en todas las otras que no saquen yeguas ni otras cosas que pueden multiplicar para esta Nueva España, so pena de muerte. Y lo han hecho a fin que siempre tengamos necesidad de comprarles sus ganados y bestias y ellos nos lo vendan por excesivos precios y no lo debieran hacer así, por estar notorio del mucho deservicio que a vuestra majestad se hace en excusar que esta tierra se pueble y se pacifique; pues saben cuanta necesidad hay en esto que ellos defienden para sostener lo ganado y ganar lo que más hay, como por las buenas obras y mucho noble cimiento que aquellas islas de esta Nueva España han recibido y porque en la verdad ellos allá tienen poca necesidad de lo que defienden, suplico a vuestra majestad lo mande proveer, enviando a aquellas islas su provisión real para que todas las personas que lo quisieren sacar lo puedan hacer, sin pena alguna. Y a ellos, que no lo defiendan; porque, demás de no hacerles a ellos falta, vuestra majestad sería de ello muy

deservido, porque no podríamos acá hacer nada en conquistar cosa de nuevo ni aun sostener lo conquistado.

Y yo me hubiera pagado bien de esto, de manera que ellos holgaran de reponer sus mandamientos y pregones, porque con dar yo otro para que ninguna cosa que de aquellas islas se trajese, se descargase en esta tierra, si no fuese las que ellos defienden, ellos holgarían de dejar traer lo uno porque se les recibiese lo otro, pues no tienen otro remedio para tener algo sino la contratación de esta tierra; que antes que la tuviesen no había entre todos los vecinos de las islas mil pesos de oro y ahora tienen más que en algún tiempo tuvieron. Mas por no dar lugar a que los que han querido mal decir puedan extender sus lenguas, lo he disimulado hasta manifestarlo a vuestra majestad, para que vuestra alteza lo mande proveer como convenga a su real servicio.

También he hecho saber a vuestra cesárea majestad la necesidad que hay que a esta tierra se traigan plantas de todas suertes y por el aparejo que en esta tierra hay de todo género de agricultura y porque hasta ahora ninguna cosa se ha provisto, torno a suplicar a vuestra majestad, porque de ello será muy servido, mande enviar su provisión a la Casa de la Contratación de Sevilla para que cada navío traiga cierta cantidad de plantas y que no pueda salir sin ellas, porque será mucha causa para la población y perpetuación de ella.

Como a mí me convenga buscar toda la buena orden que sea posible para que estas tierras se pueblen y los españoles pobladores y los naturales de ellas se conserven y perpetúen y nuestra santa fe en todo se arraigue, pues vuestra majestad me hizo merced de darme cuidado y Dios Nuestro Señor fue servido de hacerme medio por donde viniese en su conocimiento y debajo del imperial yugo de vuestra alteza, hice ciertas ordenanzas y las mandé pregonar y porque de ellas envió copia a vuestra majestad, no tendré que decir sino que, a todo lo que acá yo he podido sentir, es cosa muy conveniente que las dichas ordenanzas se cumplan.

De algunas de ellas los españoles que en estas partes residen no están muy satisfechos, en especial de aquellas que los obligan a arraigarse en la tierra; porque todos o los más, tienen pensamientos de haberse con estas tierras como se han habido con las Islas que antes se poblaron, que es esquilmarlas y destruirlas y después dejarlas. Y porque me parece que sería muy gran culpa a los que de lo pasado tenemos experiencia, no remediar lo presente y por venir, proveyendo en aquellas cosas por donde nos es notorio haberse perdido las dichas islas, mayormente siendo esta tierra, como ya muchas veces a vuestra majestad he escrito, de tanta grandeza y nobleza y donde tanto Dios Nuestro Señor puede ser servido y las reales rentas de vuestra majestad acrecentadas, suplico a vuestra majestad las mande mirar y de aquello que es mas vuestra alteza fuere servido me envíe a mandar la orden que debo tener, así en el cumplimiento de estas dichas ordenanzas, como en las que más vuestra majestad fuere servido que se guarden y cumplan y siempre tendré cuidado de añadir lo que más me pareciere que conviene, porque como por la grandeza y diversidad de las tierras que cada día se descubren y por muchos secretos que cada día de lo descubierto conocemos, hay necesidad que a nuevos acontecimientos haya nuevos pareceres y consejos y si en algunos de los que he dicho, o de aquí adelante dijere a vuestra majestad, le pareciere que

contradigo algunos de los pasados, crea vuestra excelencia que nuevo caso me hace dar nuevo parecer.

Invictísimo César, Dios Nuestro Señor la imperial persona de vuestra majestad guarde y con acrecentamiento de muy mayores reinos y señoríos, por muy largos tiempos en su santo servicio prospere y conserve, con todo lo demás que por vuestra alteza se desea. De la gran ciudad de Temixtitlan de esta Nueva España, 15 días del mes de octubre de 1524 años. De vuestra sacra majestad muy humilde siervo y vasallo, que los reales pies y manos de vuestra majestad besa. —Hernando Cortés.